

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO

EDISON BISSO CRUXEN

**A (RE)CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DE UMA PAISAGEM  
FRONTEIRIÇA FORTIFICADA EM TRANSIÇÃO: O *LIVRO DAS FORTALEZAS*,  
DE DUARTE DE ARMAS, (1509 – PORTUGAL/CASTELA)**

Porto Alegre  
2015

EDISON BISSO CRUXEN

**A (RE)CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DE UMA PAISAGEM  
FRONTEIRIÇA FORTIFICADA EM TRANSIÇÃO: O *LIVRO DAS FORTALEZAS*,  
DE DUARTE DE ARMAS, (1509 – PORTUGAL/CASTELA)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Lúcia Bastos Kern

Porto Alegre  
2015

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C957 Cruxen, Edison Bisso  
A (re) construção de representações de uma paisagem fronteiriça fortificada em transição: o Livro das Fortalezas de Duarte de Armas (1509 – Portugal/Castela) / Edison Bisso Cruxen. – Porto Alegre, 2015.  
217 f.

Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.  
Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Bastos Kern.

1. Portugal - História. 2. Representação e expressão em arquitetura. 3. Arquitetura militar. 4. Portugal – Arquitetura. 5. Castela – Arquitetura. 6. Armas, Duarte de – Crítica e interpretação. I. Kern, Maria Lúcia Bastos. II. Título.

CDD 946.902

**Aline M. Debastiani**  
**Bibliotecária - CRB 10/2199**

EDISON BISSO CRUXEN

**A (RE)CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DE UMA PAISAGEM  
FRONTEIRIÇA FORTIFICADA EM TRANSIÇÃO: O *LIVRO DAS FORTALEZAS*,  
DE DUARTE DE ARMAS, (1509 – PORTUGAL/CASTELA)**

Tese apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de  
Pós-Graduação em História da Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Lúcia Bastos Kern (PUCRS)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carolina Kesser Bacellos Dias (UFPEL)

---

Prof. Dr. Francisco Marshall (UFRGS)

---

Prof. Dr. Paulo Renato Silveira Bicca (PUCRS)

---

Prof. Dr. José Rivair Macedo (UFRGS)

Dedico esta tese de doutorado a minha companheira, professora, namorada, minha amada esposa Renata Andreoni de Souza, que superando as fronteiras da paciência, prestou constante apoio e orientação, sem jamais deixar de acreditar que este longo périplo, do qual participou em cada passo, chegaria a bom termo.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Lúcia Bastos Kern, pela confiança, incentivo e ensinamentos que conduziram este trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de pesquisa, fator indispensável para a realização deste estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, professores, funcionários(as) e colegas, pelo aprendizado e apoio ao longo desta formação.

À mais bela e poderosa de todas as fortalezas, minha amada esposa, Renata Cássia Andreoni de Souza, pela proteção, carinho e companheirismo incondicional.

Aos meus amados pais, Lidia Bisso Cruxen e Edison Carvalho Cruxen (*in memoriam*), e irmãs, Sibilia Cruxen Llantada e Valéria Cruxen Bisso, por todo amor, carinho e compreensão.

Aos meus queridos sogros, Oswaldo Cauduro de Souza e Maria Noemi Santos, pelo apoio em todos os momentos e por todo carinho e atenção.

À Carlinda Fischer Mattos, minha amiga, por estar sempre disponível, transformando, com seu jeito doce, o difícil em fácil.

Aos meus dois irmãos, de aquém e além-mar, Anselmo Neetzow e Marçal Paredes, pelos momentos de nossa longa trajetória de companheirismo e amizade fraternal. Sempre juntos.

Aos quatro valentes fronteiros da *raya* jaguarense: Caiuá Al Alam, Guinter Leipnitz, Jonatas Caratti e Rafael Campos. Contra eles nem o frio da banda oriental, nem a fúria da constante ameaça castelhana.

À Duarte de Armas e ao “Criado”, meus fiéis companheiros nesta longa jornada raiana, nós realizamos este trabalho, embora separados por quinhentos anos.

À “Velha Senhora”: amo-te até o fim do mar.

Diego no conocía la mar. El padre, Santiago Kovadloff, lo llevó a descubrir.  
Viajaron al sur.  
Ella, la mar, estaba más allá de los altos médanos, esperando.  
Cuando el niño y su padre alcanzaron por fin aquellas cumbres de arena, después de mucho  
caminar, la mar estalló ante sus ojos. Y fue tanta la inmensidad de la mar, y tanto su fulgor,  
que el niño quedó mudo de hermosura.  
Y cuando por fin consiguió hablar, temblando, tartamudeando, pidió a su padre:  
*-Ayúdame a mirar!*

(GALEANO, 1997, p. 95)

## RESUMO

Este trabalho apresenta possibilidades de representações sobre uma paisagem fronteira fortificada em transição, entre Portugal e Castela, a partir do *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas. A temporalidade desta investigação está concentrada no período do reinado de D. Manuel I, de Portugal (1495-1524), mais especificamente, na primeira década do século XVI. A pesquisa direciona sua atenção aos registros produzidos por Duarte de Armas, em seu périplo pela fronteira luso-castelhana, com a missão de *debuxar* as condições das estruturas fortificadas. A produção do *Livro das fortalezas*, composto por 114 panorâmicas e 51 plantas baixas, enquadra-se como um recurso, por parte da Coroa portuguesa, para proteção e manutenção dos *estremos* do reino. A Obra é apreendida como um conjunto de representações que se configuram como fonte de análises críticas e reflexivas para identificação e compreensão sobre diferentes processos de transição e constituição de fronteiras (materiais, temporais e simbólicas). O olhar sobre os *debuxos*, traçados por Duarte de Armas, busca identificar e analisar as transições envolvidas no processo de (re)construção de representações sobre a Obra. Destaca-se, ainda, o desenvolvimento de um processo reflexivo sobre o autor e o contexto de produção dessa fonte imagética para o desenvolvimento das análises.

**Palavras-chave:** *Livro das fortalezas*. Fronteira luso-castelhana. Representação. Transição. Arquitetura Militar.



## ABSTRACT

This work presents possibilities of representations about a borderer landscape fortified in transition, between Portugal and Castela, from the *Livro das Fortalezas*, written by Duarte de Armas. The temporality of this research is concentrated in the period of the reign of D. Manuel I of Portugal (1495-1524), and more specifically, in the first decade of the 16th century. The research directs its attention to records produced by Duarte de Armas in his travels throughout Luso-Castile border, with the mission of *debuxar* conditions of fortified structures. The production of the *Livro das Fortalezas*, composed of 114 panoramic and 51 floor plans, it fits as a resource, on the part of the Portuguese crown, for protection and maintenance of the *estremos* of the kingdom. The Work is perceived as a set of representations that configure themselves as a source of critical and reflective analysis for identification and understanding of different processes of transition and constitution of borders (which are material, temporal and symbolic). The look on the *debuxos*, drawn by Duarte de Armas, seeks to identify and analyze the transitions involved in the process of (re)construction of representations about the Work. Besides, it also highlights the development of a reflective process about the author and the context of production of the imagery source for the development of the analysis.

**Keywords:** *Livro das Fortalezas*. Luso-Castile Border. Representation. Transition. Military Architecture.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: <i>Debuxo</i> do alçado da fortificação de Alpalhão (fl.42/NE).....	59
Figura 2: Detalhe do alçado do <i>debuxo</i> da fortificação de Almeida (fl. 74/NE).....	59
Figura 3: a) Detalhe do <i>debuxo</i> do alçado da fortificação de Vimoso (Fl.85/SE).....	61
b) Detalhe do <i>debuxo</i> do alçado da fortificação de Vimoso (Fl.86/NO).....	61
Fonte: <i>Livro das fortalezas</i> , Duarte de Armas, 1509.....	61
Figura 4: (a) Detalhe do <i>debuxo</i> do alçado da fortificação de Freixo-de-Espada-a-Cinta (fl.77/S).....	63
(b) Detalhe do <i>debuxo</i> do alçado da fortificação de Sabugal. Torre de menagem (fl.66/E) ..	63
(c) Detalhe da paisagem de Sabugal. Entre os telhados das casas surge um superdimensionado pelourinho (fl.66/N) .....	63
Figura 5: Detalhe da planta baixa da fortificação de Juromenha, com anotação do <i>debuxador</i> (fl.123v).....	64
Figura 6: a) Juromenha: Detalhe da planta baixa da fortificação de Juromenha, com anotação do <i>debuxador</i> (fl.123v).....	73
b) Montalegre : Detalhe da planta baixa de Montalegre, com anotação do <i>debuxador</i> (fl.131v).....	73
Figura 7: (a) Detalhe do <i>debuxo</i> do alçado da fortificação de Juromenha (fl.21/N). (b) Detalhe do <i>debuxo</i> do alçado da fortificação de Assumar (fl.35/SE).....	76
Figura 8: a) Idanha-a-Nova: Detalhe do <i>debuxo</i> do alçado da fortificação de Idanha-a-Nova (fl.54/N).....	79
b) Idanha-a-Nova: Detalhe da planta baixa da fortificação de Idanha-a-Nova (fl.126), correspondente ao detalhe do alçado (a).....	79
Figura 9: Detalhe da panorâmica de Bragança (fl. 90/E). Proporções.....	81
Figura 10: Detalhe da panorâmica de Castelo Rodrigo (fl. 76/E). Proporções.....	81
Figura 11: Detalhe da panorâmica de Bragança (fl. 89/O). Proporções.....	82
Figura 12: As fortificações de Moura enquadrada pela aglomeração de casas que se diferenciam e se relacionam com a paisagem rural (fl. 10/E).....	84

Figura 13: Detalhe da fortificação de Almeida. Pendões da presentificação de um poder (fl. 73/S). .....	87
Figura 14: Detalhe da panorâmica de Segura (fl.56/N; Bis). .....	88
Figura 15: Vista e indicação da fronteira na panorâmica de Segura (fl. 56/N). .....	89
Figura 16: Detalhe da panorâmica de Juromenha (fl.21/N). .....	94
Figura 17: Detalhe do <i>debuxo</i> do alçado da fortificação de Olivença (fl. 23/N).....	95
Figura 18: Detalhe da panorâmica de Serpa (fl. 8/E). .....	99
Figura 19: Detalhe da panorâmica de Mourão (fl. 13/E).....	99
Figura 20: Detalhe da panorâmica de Monforte (fl. 32/E) .....	100
Figura 21: Detalhe da panorâmica de Vilar Maior (fl. 68/N).....	100
Figura 22: Detalhe da panorâmica de Almeida (fl. 73/S).....	101
Figura 23: Detalhe da panorâmica de Freixo-de-espada-a-cinta (fl. 77/S).....	102
Figura 24: Detalhe da panorâmica de Mourão (fl. 14/O). .....	102
Figura 25: Detalhe da panorâmica de Olivença (fl. 24/S). .....	102
Figura 26: Detalhe da panorâmica de Campo Maior (fl. 27/N).....	103
Figura 27: Detalhe da panorâmica de Ouguela (fl. 29/S).....	103
Figura 28: Detalhe da panorâmica de Salvaterra (fl. 76/E). .....	104
Figura 29: Detalhe da panorâmica de Castelo Bom (fl. 71/S).....	106
Figura 30: Detalhe da panorâmica de Miranda do Douro (fl. 83/NO). .....	110
Figura 31: Detalhe da panorâmica de Miranda do Douro (fl. 84/E).....	111
Figura 32: Detalhe da panorâmica de Bragança. Cultivo (fl. 90/E). .....	111
Figura 33: Detalhe da panorâmica de Assumar. Cultivo (fl. 36/NO).....	112
Figura 34: Detalhe da panorâmica de Penamacor com suas fortificações (vila e castelo) (fl. 63/S) . .....	116
Figura 35: Detalhe da paisagem de Castelo de Vide. Paisagem hierarquizada (fl.44/SE). ....	123
Figura 36: <i>Debuxo</i> do alçado da fortificação de Salvaterra (fl.57/O). .....	124
Figura 37: Detalhe da panorâmica de Montalvão. Ocupação dos pontos elevados do terreno (fl.50/S).....	125

Figura 38: Detalhe da panorâmica de Penha Garcia (fl.60/S).....	126
Figura 39: Detalhe da panorâmica de Alpalhão, representação da transição na artilharia. ....	135
Figura 40: a) Detalhe do <i>debuxo</i> do alçado da fortificação de Castelo Rodrigo. Balcão dionisino (fl.75/S).....	148
b) Detalhe da planta baixa da fortificação de Castelo Rodrigo (fl. 128v), correspondente ao detalhe do <i>debuxo</i> (a). Balcão dionisino.....	148
Figura 41: Detalhe do alçado da fortificação de Alpalhão. Dois cubelos artilheiros, na barreira (fl.41/SO).....	153
Figura 42: Detalhe da planta baixa da fortificação de Alpalhão, com anotação do debuxador (fl.25).....	154
Figura 43: Detalhe da panorâmica de Vinhaes, em construção (fl.92/SE).....	155
Figura 44: Detalhe da planta baixa da fortificação de Vinhaes, em construção (fl.131).....	155
Figura 45: Detalhe da panorâmica de Almeida. Construção nova (fl.73/S).....	156
Figura 46: Detalhe do alçado da fortificação de Melgaço. Construção nova (fl.105/E). ....	157
Figura 47: Detalhe do <i>debuxo</i> do alçado da fortificação de Segura (fl.56/S).....	158
Figura 48: Detalhe do <i>debuxo</i> do alçado da fortificação de Vilar Maior. Em reforma (fl.67/S). .....	159
Figura 49: a) Miranda do Douro (Fl.83/NO): Detalhe do alçado do <i>debuxo</i> da fortificação de Miranda do Douro. Construção Nova.....	160
b) Miranda do Douro (Fl.130): Detalhe da planta baixa de Miranda do Douro, correspondente ao <i>debuxo</i> do alçado (a).....	160
Figura 50: Alçado da fortificação de Castelo Mendo. Cerca da vila e castelo ruídos (fls. 69/E). .....	161
Figura 51: Detalhe da panorâmica de Assumar. Castelo em ruínas. ....	161
Figura 52: a) Vinhais (Fl.91/NO): Detalhe do alçado do <i>debuxo</i> da fortificação de Vinhais. Deterioração.....	162
b) Vinhais (Fl.92/SE): Detalhe do alçado do <i>debuxo</i> da fortificação de Vinhais. Deterioração.	
c) Detalhe da planta baixa da fortificação de Vinhais (fl. 121), correspondente ao detalhe dos alçados a) e b). ....	162

Figura 53: a) Detalhe da planta baixa da fortificação de Vinhais (Fl.131), correspondente ao detalhe do alçado (b).....	163
b) Detalhe do alçado do debuxo da fortificação de Vinhais (Fl.92/SE).....	163
Figura 54: Planta baixa da fortificação de Vimoso (fl. 130). ....	165
Figura 55: Planta baixa da fortificação de Segura (fl. 126v).....	166
Figura 56: Planta baixa da fortificação de Castelo Mendo.....	166
Figura 57: Detalhe da planta baixa da fortaleza de Juromenha (fl. 123v).....	169
Figura 58: a) Idanha-a-Nova (Fl.54/N): Detalhe do <i>debuxo</i> do alçado da fortificação de Idanha-a-Nova. ....	170
b) Idanha-a-Nova (Fl.126): Detalhe da planta baixa da fortificação de Idanha-a-Nova, correspondente ao detalhe do alçado (a).....	170

## SUMÁRIO

DOS <i>TERMOS</i> .....	15
1 DO AUTOR, DO LIVRO E DO CONTEXTO .....	21
1.1 O contexto: Portugal na primeira década do século XVI.....	21
1.1.2. A fronteira luso-castelhana no tempo de Duarte de Armas: O <i>debuxo</i> de um espaço político nos alvares de 1500 .....	23
1.2 <i>Debuxador</i> , burocrata e soldado .....	33
1.3 <i>Corpus</i> de informações sobre o <i>Livro das fortalezas</i> .....	37
1.3.1 A “vida pregressa” do <i>Livro das fortalezas</i> , de Duarte de Armas: o código A, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. ....	37
1.3.2 A composição do código A: material, organização e conteúdo .....	40
1.4 A descrição imagética da fronteira luso-castelhana: a construção de paisagens complexas no <i>Livro das fortalezas</i> .....	44
2 DAS REPRESENTAÇÕES, DA PAISAGEM E DA FRONTEIRA.....	56
2.1 As imagens e as representações.....	56
2.2 Policronismo nas imagens e na arquitetura militar.....	66
2.3 A transição na forma de representar: <i>debuxo</i> , desenho e perspectiva .....	72
2.4 A representação de uma paisagem fortificada: fronteira luso-castelhana tardomedieval (séc. XV e XVI).....	83
2.5 A construção de uma fronteira fortificada entre Portugal e Castela.....	89
2.5.1 A palavra <i>fronteira</i> .....	89
2.5.2 A ambiguidade e complexidade da fronteira luso-castelhana quinhentista.....	92
2.6 As fortificações e o território fronteiriço: demarcar, vigiar e dissuadir. ....	96
2.7 Fortificar, povoar e organizar .....	108
3 DE FOGO, DE HOMENS E DE PEDRA.....	119
3.1. A arquitetura militar e poder .....	119
3.2 Arquitetura militar de transição em Portugal: séculos XV e XVI.....	128
3.2.1 Transição enquanto conceito .....	128

3.2.2 A caracterização das estruturas da arquitetura militar de transição.....	130
3.3 De fogo .....	133
3.3.1 A transição para a pirobalística .....	133
3.4 De homens .....	139
3.4.1 O registro das “bocas de fogo” pelos cronistas do século XVI.....	139
3.4.2 Los omes habian muy gran espanto.....	141
3.5 De pedra.....	147
3.6 A arquitetura militar medieval gótica.....	147
3.7 A arquitetura militar portuguesa de transição.....	150
3.8 Fases da arquitetura militar de transição em Portugal.....	167
3.9 A inovação do traçado italiano .....	172
REFERÊNCIAS .....	183
Fontes Primárias .....	183
ANEXOS.....	198

## DOS TERMOS

A expressão *termo* é encontrada na documentação régia portuguesa do século XVI, utilizada como sinônimo de fronteira e indicativa de delimitação espacial, uma noção de algo que está circunscrito em limites. Da mesma forma, no presente momento, apresenta-se a qual *termo* propõe-se chegar, apresentando objeto, problema e objetivos que delimitam o território concernente a esta pesquisa.

A temporalidade desta investigação está concentrada no período do reinado de D. Manuel I, de Portugal (1495-1524), mais especificamente, na primeira década do século XVI. Naquele momento, a Península Ibérica foi marcada pelas viagens ultramarinas e “descobertas” em terras distantes. Possivelmente esse tenha sido um dos períodos mais favoráveis para encontrar registros escritos de viajantes que se depararam com mundos pouco conhecidos, ou mesmo nunca antes vistos por europeus. Em finais do século XV, os espanhóis alcançaram as Américas e os portugueses o Extremo Oriente; entretanto, esta pesquisa direciona sua atenção ao périplo realizado por um viajante português em seu território, em seu próprio chão e, principalmente, a obra que produziu durante esse percurso.

O escudeiro da Casa Real portuguesa, Duarte de Armas, realizou um deslocamento de aproximadamente 900 km, ao longo de um ano de cavalgada e caminhada, acompanhado de um (suposto) “criado”. Em sua trajetória, ao longo da fronteira luso-castelhana, partindo do extremo Sul (Castro Marim) e chegando ao extremo Norte (Caminha), Armas produziu um rico e detalhado registro imagético, nos albores do século XVI (1509). Posteriormente, essa obra ficaria conhecida como *Livro das fortalezas* (Códice A), composta por uma coleção com a representação de cento e dezenove panorâmicas, na qual se destacam os alçados (*tirados ao naturall*) das fortificações portuguesas, encarregadas da defesa da fronteira com Castela. O *Livro...* é constituído, ainda, por cinquenta e uma plantas baixas das respectivas fortificações e uma *tavoada*<sup>1</sup>, na qual o *debuxador*<sup>2</sup> registrou o percurso realizado na fronteira, a distância entre as construções defensivas e as condições das estradas.

---

<sup>1</sup> Tabuada, tabela, relação.

<sup>2</sup> Poder-se-ia apresentar como sinônimo a palavra *tracista*, ou seja, alguém que tem habilidade de, por meio da realização de traços, com tinta ou carvão, reproduzir o observado *em natural* (observação direta). Nesse período, inícios do século XVI, ainda não se pode falar de *deseñhista*, em Portugal. Essa questão será mais bem abordada na segunda seção deste trabalho.



“Essê Livro das Fortalezas parece que tem bruxedo”, assim se refere Alfredo Pimenta (1944, p.08) ao universo de informações que a obra de Duarte de Armas reserva a quem se dispõe estudá-la. Devido à riqueza detalhista de suas imagens e seus registros escritos, esse códice manuelino, produzido no final da primeira década do século XVI, configura-se como um instigante e amplo campo de investigação, possibilitando diversas categorias de análise.

Nesse sentido, o *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas é objeto de estudo desta proposta investigativa. A pesquisa e sistematização de informações indicam que existem estudos pontuais (CASTELO-BRANCO, 1997; 1994; CORTESÃO, 1935; CORTESÃO; MOTA, 1960; GONÇALVES 2005/2006; SIMANCA, 1910/11; VITÉRBO, 1988; PIMENTA, 1944; ALMEIDA, 1943; MONTEIRO, 1999; BARROCA; 2008/2009), com diferentes abordagens sobre a Obra; no entanto, até o momento não foram observados trabalhos que a tenham eleito como principal fonte de análise, com uma abordagem ao mesmo tempo contextual, crítica e conceitual. Para tanto, propõe-se compreender *Livro...* como fonte de reflexão conceitual sobre representação, transição e fronteira, um conjunto de representações produzidas sobre processos de transição em um espaço de fronteiras (materiais, temporais e simbólicas).

De acordo com os estudos de Marin, sobre o *Dictionnaire de Furetière* (1727) (CHARTIER, 2011; 2002), a representação pode ser compreendida como presentificação de um ausente. Considera-se, ainda, sua função de relação analógica entre a materialidade e o simbolismo. Nesse sentido, constitui-se como um dos conceitos centrais deste trabalho, apresentando-se enquanto base para compreensão de diferentes momentos desta investigação. A representação permite compreender os *debuxos* de Armas como um universo cultural composto por uma rede de significações múltiplas, que se constituem sobre um processo de diferentes transições.

A transição, outro conceito norteador das reflexões realizadas, é definida como simultaneidade de paradigmas, sendo pensada a partir de contiguidades e de coexistências, conforme Martins (2012) e Le Goff (2008). A partir do objeto de análise (*Livro das fortalezas*), busca-se identificar e refletir sobre diversas transições (tanto as que se apresentam de forma explícita, quanto as que podem ser inferidas a partir do processo de estudo e de contextualização da Obra), tais como: arquitetura militar; fronteira; artilharia; formas de pensar e fazer a guerra; técnicas de registros imagéticos (*debuxo* e desenho) e o processo de construção da representação enquanto transição entre o observado e o observador.

O conceito de *fronteira* (MARTINS, 2008, 2000; GIL, F., 1998; GOMES, 1991), corrobora a condução das reflexões desta pesquisa. Pode ser compreendida como lugar de poder, ambíguo e complexo, que comporta disputas econômicas, políticas e militares, mas também como um espaço de permeabilidade, contato e interação entre as partes que por ela estão separadas/unidas. Neste trabalho, a fronteira é pensada em sua dimensão concreta de demarcação, que possibilita a distinção no espaço, e como um exercício intelectual, de projeto e concepção de um território.

Sob essas perspectivas teórico-conceituais, apresentam-se dois questionamentos que orientam o desenvolvimento desta investigação: *Como diferentes elementos (explícitos e implícitos), tal como se apresentam no Livro das fortalezas, de Duarte de Armas, podem operar na elaboração de representações sobre uma paisagem fronteiriça fortificada em transição (fronteira luso-castelhana, entre finais do século XIV e inícios do século XVI)? e Como a Obra pode ser apreendida como fonte de análise crítica-reflexiva para identificação e compreensão de diferentes processos de transição?*

A partir dessas duas questões fundamentais, definiram-se os objetivos deste estudo, quais sejam: compreender o desenvolvimento desta pesquisa como um trabalho de (re)construções de representações sobre a paisagem fortificada na fronteira luso-castelhana, a partir do *Livro das Fortalezas*; identificar e analisar quais as transições envolvidas no processo de (re)construção de representações sobre a Obra; refletir sobre a construção e manutenção de uma fronteira fortificada entre Portugal e Castela, em princípios do século XVI.

A trajetória para a constituição de representações sobre a paisagem fronteiriça fortificada luso-castelhana em transição, no princípio do século XVI, a partir do *Livro das fortalezas*, desenvolve-se em três seções, que passam a ser apresentadas a partir deste momento.

Na primeira seção, intitulada *Do autor, do livro e do contexto em que a obra foi produzida*, objetiva-se a elaboração de uma contextualização que auxilie na compreensão do objeto de pesquisa. Quanto ao contexto da época, exploram-se questões referentes à política continental e à expansão ultramarina do reino de Portugal, na primeira década do século XVI. Caracteriza-se, também, a fronteira luso-castelhana quinhentista, *debuxada* por Duarte de Armas. Realiza-se uma reflexão sobre as possíveis peculiaridades do Autor em seu contexto, buscando questionar seu “enquadramento”, enquanto “artista”, burocrata, soldado e

*debuxador*. Em relação à Obra, procede-se à apresentação do *corpus* de informações disponíveis referentes ao Códice A. Nesta etapa, objetiva-se reconstruir a trajetória do *Livro das fortalezas*, desde sua “redescoberta” no século XVII, até sua última versão digital, disponibilizada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Ainda no que concerne à Obra, procede-se a descrição de sua composição material, organização interna e conteúdo. Encerrando essa seção, realiza-se uma abordagem mais detalhada ao conteúdo imagético do *Livro...*, apresentando-se as diferentes categorias de análise que nele podem ser identificadas.

Na segunda seção, intitulada *Das representações, da paisagem e da fronteira*, objetiva-se a apresentação e a delimitação dos conceitos de representação, imagem, paisagem e fronteira. Tendo-se em vista a Obra ser um códice imagético, inicia-se a seção com uma reflexão sobre as relações entre imagem e representações e de como esses conceitos são utilizados para uma melhor compreensão do *Livro das fortalezas*, bem como do desenvolvimento da pesquisa. Em continuidade, identificam-se as policromias entre as imagens e a arquitetura militar e de que forma elas permanecem no tempo, adquirindo diferentes sobreposições e representações. Aborda-se a transição do *debuxo* para o desenho, transformação devida ao domínio e à disseminação da técnica da perspectiva e de uma noção de representação baseada na matemática e geometria. Quanto ao conceito de *paisagem e fronteira*, exploram-se temas relativos à construção e à representação de uma paisagem fronteira fortificada, entre Portugal e Castela, nos séculos XIV à XVI, bem como suas complexidades e ambiguidades. Encerra-se a seção com uma abordagem referente às funções demarcatórias, organizadoras, povoadoras e dissuasoras que as fortificações ocupam na fronteira. As análises das imagens do *Livro das fortalezas* são realizadas, ao longo das subseções, como um processo integrante das reflexões.

Na terceira seção, intitulada *De fogo, de homens e de pedra*, objetiva-se comentar e refletir acerca do conceito de transição, partindo da arquitetura militar, que teve seu início em finais do século XIV, prolongando-se até a segunda metade do século XVI. Compreende-se essa seção como portadora de diferentes transições. Aborda-se a relação entre as estruturas fortificadas e seu símbolo de poder, estabelecendo-se uma reflexão entre o tangível e o intangível das fortificações. Apresenta-se e delimita-se o conceito de *transição*, que serve de base para pensar a arquitetura militar, mas também vários outros elementos que compõem este trabalho. Contextualizam-se e caracterizam-se as estruturas defensivas de transição na Europa naquele momento histórico. Em *De fogo*, apresenta-se a transição do armamento neurobalístico para o pirobalístico e o impacto dessa inovação tecnológica no teatro de guerra

e nas construções defensivas. Em *De Homens*, abordam-se informações registradas por cronistas, dos séculos XV e XVI, referentes à alteração na forma de pensar a guerra com o advento da pirobalística. *De pedra* encerra essa seção. Caracteriza-se o estilo arquitetônico anterior à transição, denominado arquitetura militar medieval gótica. Constitui-se uma contextualização e explanação da arquitetura militar de transição em Portugal, entre os séculos XV e XVI, buscando estabelecer uma delimitação entre as diferentes fases da arquitetura militar de transição em Portugal. Conclui-se com a criação e desenvolvimento do “traçado italiano”, nova forma de conceber a construção de fortificações, que daria origem à fortaleza abaluartada, encerrando o período de transição. As análises das imagens do *Livro das fortalezas* são realizadas, ao longo das subseções, como um processo integrante das reflexões.

O procedimento adotado, para a seleção das fontes imagéticas, deu-se a partir do estudo do conjunto das representações. Nesse processo, as imagens foram separadas por categorias de análises, a saber: arquitetura militar de transição, fronteira, paisagem, características específicas do *debuxo*, ocupações por cidades e vilas, cultivo da terra e plantas baixas. Em um segundo momento, as imagens foram descritas e comentadas, tendo em vista a categoria de análise para qual seriam utilizadas como objeto de observação e problematização. Em seguimento, selecionaram-se detalhes das plantas baixas e panorâmicas para aproximação/relação/reflexão com as categorias de análises as quais estão relacionadas. Por último, as imagens selecionadas e as reflexões realizadas foram integradas ao texto/corpo da pesquisa como etapa constituinte dos processos de (re)construção de representações sobre a paisagem fronteira fortificada luso-castelhana, no início do século XVI, a partir do *Livro das fortalezas*.

Dentre as diferentes versões existentes do *Livro das fortalezas*, para consulta das representações produzidas por Duarte de Armas, optou-se por utilizar a disponibilizada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em seus Fundos Virtuais. Trata-se de um *fac-simile* em alta resolução do documento original, com código de referência PT/TT/CF 159, intitulado *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa de D. Manuel I<sup>3</sup>*. Durante a pesquisa, teve-se acesso e adquiriram-se muitas das versões, que estão apresentadas e comentadas na subseção 1.3.1 deste trabalho.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3909707>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

A opção da utilização da versão digital da ANTT justifica-se por ser disponibilizada pela instituição que faz a salvaguarda do original; pela facilidade de portar as imagens (embora todos os fólios tenham sido impressos em suas proporções originais) e por sua alta resolução possibilitar ampliações de detalhes, sem perda da qualidade de visualização. O trabalho realizado sobre as imagens, que está composto pela exposição de detalhes selecionados nas paisagens, alçados e plantas baixas, só foi possível pela escolha da versão digital.

Na primeira seção, fazem-se referências à existência e à localização de outras versões do *Livro das fortalezas* (Códice A), quais sejam: o Códice B (depositado na Biblioteca Nacional de Espanha/Madrid), a versão aquarelada de Brás Pereira (depositada na Biblioteca Nacional de Portugal/Lisboa), a reprodução anotada de Manuel González Simancas (1910/11) e a reprodução anotada do General João de Almeida (1943); no entanto, optou-se por desenvolver a pesquisa a partir do Códice A, tendo em vista que o Códice B encontra-se incompleto. Esse documento contém apenas trinta e sete das cinquenta e sete fortificações, com falhas e manchas em seus fólios, que impedem a observação das panorâmicas, encontrando-se mais deteriorado do que o Códice A. A versão aquarelada (1642) descurou dos detalhes, deixando de fora as vilas, pessoas, estradas, embarcações e tantos outros registros que tornam interessante a obra do *debuxador*. As reproduções anotadas, assim como as duas outras versões mencionadas, também foram consultadas. Simancas reproduziu as imagens do Códice B demasiadamente pequenas (7,0 x 6,0cm), praticamente impossibilitando a análise das panorâmicas e detalhes das fortificações. Em Almeida, as imagens também foram reproduzidas em proporções diminuídas e a qualidade das imagens, disponibilizadas apenas em microfilme, pela Biblioteca Nacional de Portugal, apresenta-se prejudicada. Torna-se relevante considerar que esta pesquisa não tem a proposta de constituir um estudo comparativo entre as diferentes representações do Códice A, mas construir representações a partir dele.

Em continuidade, passa-se ao desenvolvimento das seções. A intenção não é apresentar esse processo – as representações aqui construídas – como único caminho possível, mas como uma possibilidade de compreensão da paisagem fronteiriça fortificada luso-castelhana e suas transições, a partir do *Livro das fortalezas*.

## 1 DO AUTOR, DO LIVRO E DO CONTEXTO

Esta primeira seção objetiva uma abordagem elucidativa em relação ao *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas. As quatro subseções seguintes dedicam-se a caracterizar (composição material, organização e conteúdo) e contextualizar o códice, na primeira década quinhentista do Reino de Portugal. Propõe-se, ainda, definir as motivações para a produção do *Livro das fortalezas* e sua importância como documento de Estado; situar seu autor em um panorama intelectual e “artístico” na corte de D. Manuel e enfatizar a riqueza detalhista e possibilidades de categorias de análise, contidas nessa fonte imagética.

### 1.1 O contexto: Portugal na primeira década do século XVI

Para melhor compreender os motivos da realização do códice iconográfico *Livro das fortalezas*<sup>4</sup>, que gerou a necessidade de Duarte de Armas viajar ao longo da fronteira luso-castelhana, faz-se necessária uma breve abordagem sobre o contexto dos princípios do século XVI, na Península Ibérica. No ano de 1509, Portugal encontrava-se sob o reinado de D. Manuel I, “O Venturoso” (1495-1521), período das grandes navegações e das descobertas do caminho marítimo para as Índias, do Brasil e das “Ilhas das Especiarias” (Molucas). A coroa portuguesa contava com posses espalhadas na costa norte, oeste e leste do continente africano, sendo D. Manuel o primeiro soberano lusitano a assumir o título de “Senhor do Comércio, da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia e Índia” (SANTOS, 1995).

A riqueza e a autonomia do rei assentavam, pois, no trato ultramarino, que muito contribuía para que D. Manuel I realizasse uma política centralizadora e de aparato com a construção de monumentos e edifícios públicos, e a realização de obras de arte por todo o país (COSTA, J. 2011, p.193).

---

<sup>4</sup> Original: preservado na Torre do Tombo, Lisboa, cód. ref. PT/TT/CF/159, Códice A, com título original – *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I*. Há também uma cópia aquarelada preservada na Biblioteca Nacional de Lisboa, publicada em 1642, microfilme cota IL 192 – com o título *Fronteira de Portugal fortificada pellos reys deste Reyno Tiradas estas fortalezas no tempo del Rey Dom Manoel*, copiadas por Brás Pereira. Na Biblioteca Nacional da Espanha, em Madrid, existe o Códice B: cópia incompleta, com apenas 37 fortificações, com cota MSS/9241 (Fondo Antigo Sala Cervantes) e sua versão em microfilme, com cota MSS.Micro/1757 (Sala Cervantes), 71 fotogramas, com o título *Livro das Fortalezas [Manuscrito]*. A obra ganhou uma publicação fac-símile integral, em 1997, publicado pela Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Códice A. Por último, sua versão digital, integral, está disponibilizada no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, acessada pelo seguinte endereço eletrônico: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3909707>>.

O período do reinado de D. Manuel I foi marcado por reformas profundas<sup>5</sup>, o funcionamento do reino foi reorganizado a partir das Ordenações Manuelinas (iniciadas em 1495 e publicadas como novo *corpus* de lei em 1512). As Ordenações Afonsinas (de D. Afonso V, 1438-1448), ainda fortemente influenciadas pelo peso das leis medievais portuguesas, perderam a vigência. Portugal encontrava-se em plena expansão territorial (ultramarina) e comercial, sendo necessário readaptar seu funcionamento administrativo e político. Com o dinheiro das especiarias vindas do Oriente, Manuel I realizou, por todo o reino, diversas obras arquitetônicas, tanto de construção como de reforma, ao ponto das edificações e o caráter decorativo desenvolvido nesse período virem a ser conhecidos por um estilo próprio, denominado *manuelino* (gótico português tardio) (MAGALHÃES, 1998). Muitos dos componentes decorativos desse estilo foram registrados nos desenhos de Duarte de Armas em seu périplo entre os *termos* dos reinos ibéricos<sup>6</sup>.

“O Venturoso”, com suas reformas e poder econômico, edificou um novo “Estado” em que se renunciava, em boa medida, um absolutismo régio, incentivando fortemente as artes, técnicas e cultura em seu território, buscando continuamente o centralismo, por intermédio da criação de instrumentos unificadores de caráter estatal. Como demonstração de poder, no Marrocos, antigo espaço de conquista português (iniciado em 1415, com a tomada de Ceuta), realizava novas “façanhas”, tomando posse dos portos de Safim, Azamor e Agadir. Para tanto, a preocupação da manutenção das fronteiras na constituição de um Estado forte e soberano demonstrava ser uma constante. Esse expediente pareceu ser mais visível, principalmente, frente a seu tradicional adversário, o reino de Castela, que se encontrava em fase de unificação territorial, bem como de expansão ultramarina, sob a égide dos Reis Católicos (Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela) (MONTEIRO, 1999).

Conforme João Paulo de Oliveira Costa (2011, p. 187, grifo nosso), de fato, D. Manuel era um homem do seu tempo, “**uma época de transição**”<sup>7</sup>, em que as tradições do medievo e

---

<sup>5</sup>“D. Manuel I, não apenas um continuador activo das políticas centralizadoras desencadeadas pelos seus antecessores, um governante dinâmico, que não se limitou a gerir os bens que lhe haviam caído nas mãos. Por isso, desde que subiu ao trono empreendeu igualmente uma política reformista em grande escala. Nessas intervenções encontramos o desejo de **modernizar, de uniformizar** [...] mas desejava mesmo renovar legislações relativamente recentes. Assim, as novas ordenações foram editadas em cinco volumes, entre 1512 e 1513, tendo a colecção sido reimpressa em 1514. Insatisfeito com os resultados obtidos, D. Manuel I prosseguiu o trabalho de reforma e fez imprimir um novo texto, igualmente em cinco volumes, no ano de 1512” (COSTA, J. 2011, p.194-195, grifo nosso).

<sup>6</sup> Como exemplo, pode-se citar a fachada da igreja extramuros registrada por Duarte de Armas na visão sul, em Freixo-de-Espada-a-Cinta (fl. 77).

<sup>7</sup> No período investigado, em Portugal, podem-se encontrar diversas transições na arte, na arquitetura, na forma de fazer a guerra, na forma de exercer o poder e na delimitação dos territórios.

as novidades do Renascimento se combinavam de formas híbridas variadas”. Como representativo da nova forma de governar, o monarca português desejava, efetivamente, controlar os seus súditos, pelo que promoveu a elaboração de novos tombos e cadastros e a reforma das instituições, acentuando sua realeza com cerimoniais suntuosos e espetáculos de poder.

O mesmo receio que impelia o soberano português a fortalecer seu reino, política e administrativamente, além de assegurar a delimitação e a manutenção de suas fronteiras fortificadas (por castelos e cidadelas), promoveu uma postura de aproximação entre as casas reais peninsulares. Com a intenção de uma ligação dinástica com Espanha, Manuel I casou-se com duas infantas, filhas dos Reis Católicos e herdeiras da coroa de Espanha. Primeiro com Isabel de Aragão (1497-1498), a qual, apenas um ano após o matrimônio faleceu, durante o trabalho de parto. Logo após, o monarca casou-se com sua cunhada, Maria de Aragão (1500-1517). Ao mesmo tempo em que o Venturoso buscava ter um sucessor que viesse unificar as duas casas reais, também corria o risco de expor seu reino ao controle de Felipe II, que podia sentir-se no direito de avançar as fronteiras, caso Manuel morresse sem deixar descendência (MAGALHÃES, 1998). A manutenção de uma *raya*<sup>8</sup> fortificada e em condições de resistir aos impulsos expansionistas espanhóis era de vital importância. Como autor de um dos documentos que possibilitaria ao Venturoso manter-se informado sobre os *estremos* do reino, entrou em cena o Escudeiro da Casa Real Duarte de Armas, que produziu o registro imagético das fortificações encarregadas da demarcação e defesa da fronteira.

A forma que o espaço limítrofe entre as duas coroas foi pensando por seus monarcas, no início do século XVI e mesmo em períodos progressos, tornou-se de fundamental importância para compreender o papel que o *Livro das fortalezas* ocupa como documento de Estado. A obra atende a uma lógica de construção de recursos para delimitação e manutenção da *raya*. A seguir, constitui-se um panorama sobre o contexto das relações entre Portugal e Castela, no tempo em que Duarte de Armas realizou seu périplo pela fronteira.

### 1.1.2. A fronteira luso-castelhana no tempo de Duarte de Armas: O *debuxo* de um espaço político nos alvares de 1500

No século XVI, ao mesmo tempo em que Portugal expandia suas fronteiras em direção ao ultramar (Oceano Atlântico), através das navegações, também desenvolvia uma política de

---

<sup>8</sup> Em espanhol tem significado de risco ou traço. Essa expressão era utilizada na documentação real ibérica desde o medievo (século XII) para designar algo semelhante a uma fronteira ou o traçado da delimitação de uma posse. Essa questão será mais bem abordada na segunda seção deste trabalho.



construção e manutenção de sua fronteira continental com Castela. O período compreendido entre os reinados de D. João II e de D. Manuel I caracteriza-se por um esforço de demarcação e de ordenação do território da coroa portuguesa. Sob a égide desses monarcas, a constituição das fronteiras passou a ser pensada, observada, sendo os limites geográficos sistematicamente registrados por um poder estatal cada vez mais centralizado; entretanto, a ação organizadora da coroa, em relação aos limites territoriais, não pode ser creditada apenas aos séculos XV e XVI. Desde o século XIII podem-se identificar tentativas de imposição de um poder centralizado e o estabelecimento de *termos* entre Portugal e Castela. Refletir sobre essas questões contextuais, bem como relacioná-las com algumas definições sobre o conceito de fronteira, torna-se de grande valia para apreender qual tipo de *raya* foi percorrida por Duarte de Armas, qual a relevância de seu trabalho e, até mesmo, por que do detalhismo de suas panorâmicas.

A partir de D. Dinis (1279-1335), o rei assumiu o papel de reorganizador da sociedade e representante do modelo estatal, cujo Estado ocupa cada vez mais proeminência política, centralização e secularização. Foi com esse monarca que surgiu uma divisão administrativa de carácter oficial, uma circunscrição administrativa, judicial e fiscal. Essa imposição do poder central servia para evitar a fragmentação territorial baseada nas divisões eclesiásticas dos bispados e nas divisões feudais dos senhorios, que criavam instâncias administrativas autônomas. A ação do poder central, representado por D. Dinis, impondo sua lógica administrativa, contrariando “ordens” tradicionais, estabelecidas para atender interesses de poderes locais, aplica-se, principalmente, ao caso de territórios periféricos/fronteiriços, justamente os quais, afastados, propiciavam a atenuação e a resistência aos sistemas de valores defendidos/impostos pelo centro de poder monárquico (CALADO, 2007).

Eusebio García (2006), ao refletir sobre as origens históricas e ambiguidades da “fronteira hispano-lusa”, comenta que as monarquias dos estados nacionais embrionários buscaram submeter seus súditos, moldando os interesses da Coroa como se fossem do próprio Estado. Paulatinamente, a legitimidade, baseada no costume e no direito da conquista<sup>9</sup>, transformou-se em uma legitimação “[...] de carácter legal-racional, más próprio de estados ilustrados centralizados” (GARCÍA, 2006, p.714). Nessa perspectiva, a passagem das

---

<sup>9</sup>[...] no espaço da “reconquista cristã” peninsular dos séculos XII-XIII, a fronteira era enquadrável no conceito de “marca”, um espaço divisório e indefinido entre dois grupos humanos (Islão/Cristandade) [...] a “marca” era um território onde se estacionavam comunidades, que por iniciativa régia, cuja actividade guerreira era objectivo principal, defendendo o território de retaguarda, ou pelo menos sustendo uma investida inimiga. Eram então comunidades em risco permanente, grupos populacionais que habitavam um espaço organizado que absorviam os ataques inimigos (CALADO, 2007, p.53).

fronteiras medievais para as modernas teve início quando se tornou possível pensar em um Estado territorial homogêneo, no qual o poder real se sobrepôs a forças oligárquicas regionais. “Estas [fronteras estables] se forjarán cuando las nociones adjetivas, vagas y escatológicas den paso a otras sustantivas, precisas y políticas” (FERNÁNDEZ, M., 1997, p. 34).

Para Raffestin (1993), o território é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático que, por meio de um programa, um projeto de atuação, apropria-se do espaço (concreta ou abstratamente), territorializando-o. Dessa forma, a apropriação de espaços e a produção de territórios não se inscrevem unicamente no âmbito físico. As representações geradas sobre o espaço são apropriações e, a partir delas, são produzidos significados e simbolismos, que se constituem em controle. “Produzir ideias é se assenhorear de espaços imaginários” (BARROS, 2006, p. 475), sobre os quais se exerce poder. Pensar e significar o espaço, conceber sua delimitação, territorializá-lo intelectualmente, produz poder/controle sobre esse território idealizado.

‘Local’ de possibilidades, [o espaço] é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento (RAFFESTIN, 1993, p.144, grifo do autor).

Rui Cunha Martins (2000b) indica que a fronteira, enquanto metáfora, tem um referente explícito: as fronteiras dos Estados. Nesse sentido, ocorre uma transferência de significados, uma equivalência entre fronteira e Estado. A fronteira torna-se o espaço, por excelência, de **demarcação** e de **demonstração** da atuação do poder do Estado. A construção do território português, desde o medievo, sempre esteve dependente da capacidade da Coroa em instituir-se como polo configurador de um poder demarcador (em diferentes épocas, com características distintas). Nas primeiras duas décadas do século XVI, a fronteira portuguesa teve como seu “autor” D. Manuel I, a quem coube as tarefas de compor, referenciar, articular e gerir a demarcação de diferentes delimitações: a continental (castelhana); as fronteiras internas, que organizavam o reino; e as fronteiras da expansão ultramarina (África, Ásia e América). “**Demarcar o território é demarcar um espaço de poder**, [...] e não é senão isto o que fazem os Estados-Nações ao constituir e estabelecer um rigoroso controle sobre suas fronteiras” (BARROS, 2006, p. 474, grifo nosso). Demarcar evidencia a existência de uma

fronteira e “entende-se por demarcação a fixação de domínios diferenciados [...], explicita-se através do que é o seu conteúdo, quer dizer pela identificação dos domínios” (GIL, F., 1998, p.397).

A construção do território de um Estado passa não apenas pela demarcação física e vigilância de seus limites, mas pela concepção de um aparato organizativo de poder, que pensa/projeta a constituição e a manutenção de fronteiras. No presente caso, a monarquia portuguesa (mais especificamente os reis de D. Dinis a D. Manuel I) agiu como idealizadora do território, sendo seus monarcas atores sintagmáticos. Dessa forma, fizeram várias outras instâncias de poder ligarem-se à autoridade central, para colocar em funcionamento um programa de construção de um território unificado, frente a instâncias fragmentárias internas e a ameaças de invasões e domínios externos.

Entre a segunda metade do século XV e o início do século XVI, a Coroa portuguesa tomou cada vez mais consciência do “potencial ordenador” da “idéia de limite” (MARTINS, 2008, p. 34) que seria aplicada na escala do reino; entretanto, paralela à percepção ordenadora do limite, surgiu a consciência da “instabilidade funcional” (MARTINS, 2008, p. 34) da delimitação de um território. Nessa perspectiva, destaca-se que nem sempre as tentativas de construções de delimitações de um reino (pragmáticas e objetivas) harmonizaram-se com o caráter dinâmico, contraditório, de mobilidade e de sobreposição das fronteiras. Essa constatação fez o Estado organizar diferentes ações e instrumentos (jurídicos: tratados; físicos: marcos e fortificações; intelectuais: cartografia; ocupacionais: criação de novos núcleos urbanos, cultivo da terra e deslocamento de populações; burocráticos: demarcadores, fronteiros e alcaides) que se encarregaram de manter o “controle” sobre a delimitação, levando em conta sua constante ambiguidade<sup>10</sup> (MARTINS, 2008).

A transformação do conceito de fronteira, ligada a um Estado e não mais aos interesses de oligarquias regionais, passou, em grande parte, pelo controle e ascendência que o monarca conseguiu sobre a nobreza. Essa ponderação tornou-se mais evidente no que concernia à nobreza que, desde castelos e fortificações, encarregava-se de fazer a manutenção

---

<sup>10</sup> “Pense-se, concretamente, nos problemas que se levantam aos homens que, no século XV, são encarregados de inspeccionar os limites alentejanos entre Portugal e Castela, pelas dificuldades em destrinçar entre, por um lado, os marcos que assinalavam a fronteira e, por outro, os marcos que, nas imediações, delimitavam as canadas por onde passava o gado e perturbavam a eficácia dessa outra lógica delimitadora. Situações como esta pedem de algum modo o arrolamento escrito [...] o registo escrito surge como resolução do “ruído” interpretativo e como forma de sintetizar o múltiplo, não é menos verdade que, ao assim operar, ele re-produz continuamente (enfaticamente) novas versões do que o limite fronteiriço deve ser [...]” (MARTINS, 2008, p.55, grifo do autor).

da *raya*<sup>11</sup>. Tendo em vista que o puro e simples uso da força, ou da imposição da autoridade régia não seria suficiente, a solução encontrada por D. Manuel foi o estabelecimento de laços de mútuo favorecimento, entre a Coroa e seus alcaides fronteiriços.

No início do século XVI, o aumento da riqueza (devido ao comércio ultramarino) e o interesse em diplomacia resultaram no crescimento da corte portuguesa, tanto em número de pessoas como em termos espaciais (tamanho físico dos palácios). Susannah Ferreira (2010) apresenta que o rei D. Manuel I teria empreendido uma expansão do Conselho Real Português na tentativa de criar laços verticais, ligando a corte com castelos situados na fronteira luso-castelhana, obtendo maior influência real sobre essas fortificações. O Conselho Real operava como o núcleo político da nação e as posições no Conselho conferiam prestígio, fazendo das nomeações um importante veículo de patrocínio político. A motivação para expandir o tamanho do Conselho do rei contextualizou-se nas tensas relações entre Portugal e as coroas unificadas de Aragão-Castela, após 1479. Em seu trabalho, Ferreira (2010) empenha-se em buscar demonstrar que existe uma relação clara entre:

[...] o patrocínio político, a expansão da corte real e a dilatação do conselho, não somente como meras projecções de riqueza e magnanimidade, mas como parte de uma política calculada de centralização de poder através de gastos sociais (FERREIRA, 2010, p.123-124).

A seleção de alcaides<sup>12</sup>, cujas funções militares concentravam-se no comando de castelos e no controle de áreas adjacentes, era uma questão crítica em relação à segurança do reino. A lealdade de alcaides não era fácil de obter, pois, embora a Coroa tenha obtido um direito teórico para manipular sua seleção, na realidade, esse ofício poderia estar muito afastado do círculo de afinidades do rei. Tal situação pode ser percebida na medida em que, no século XIV e XV, poucos alcaides de castelos fronteiriços participavam da corte. Além disso, esses cargos, que teoricamente não eram hereditários, eram livremente passados dentro de núcleos familiares de pai para filho, o que progressivamente afastava os alcaides do controle da Coroa. No caso dos alcaides raianos, esse afastamento em relação ao poder central poderia representar riscos para a defesa e à manutenção da fronteira (HOMEM, 1990; GOMES, R., 1995). Deseja-se sublinhar que, com “[...] cada alcaide nomeado para o conselho, D. Manuel I aumentava o seu controle sobre as fronteiras luso-castelhanas, bem

---

<sup>11</sup> Sempre existiu o risco de alcaides fronteiriços, descontentes ou em desacordo com o rei, entregarem sem resistência suas fortificações a possíveis invasores ou fazerem vista grossa a passagens pela fronteira de inimigos da Coroa.

<sup>12</sup> Para uma discussão sobre os alcaides-mores, ver Monteiro, 1999, p. 235-312.

como a sua influência sobre a totalidade do reino, castelo por castelo” (FERREIRA, 2010, p.135).

D. Manuel I respondeu a essa deficiência estratégica forjando fortes laços verticais, que ligavam os castelos fronteiriços com a corte portuguesa. Durante o reinado do Venturoso, pelo menos vinte dos cinquenta e cinco cavaleiros do Conselho eram alcaides, de vinte e nove castelos, cuja maioria encontrava-se nas regiões vulneráveis da fronteira da Beira e Alto Alentejo (SOUSA, 1990). Dentre as medidas da Coroa para domínio e unificação do território régio, contou-se a tentativa de D. Manuel estabelecer laços verticais com seus alcaides-mores, em troca de cargos no Conselho Real e manter o controle sobre as condições de conservação e funcionalidade das fortificações que deveriam fazer a vigilância dos extremos do território português. É significativo que em seus desenhos Duarte de Armas teve o cuidado de listar os nomes dos alcaides que comandavam cada fortaleza registrada. Os alcaides de pelo menos quinze castelos debuxados por Duarte de Armas eram cavaleiros do Conselho Real (Serpa, Juromenha, Assumar, Montalvão, Idanha-a-Nova, Monsanto, Vilar Maior, Castelo Mendo, Castelo Bom, Castelo Rodrigo, Mogadouro, Pena Roia, Miranda do Douro, Bragança e Portelo).

O processo de consolidação da fronteira estatal demonstrou ser também um fator de consolidação dos poderes locais, que foram “chamados” a permanecerem junto com o rei e servirem ao seu poder centralizador. A potencialização dos poderes sociopolíticos locais passou pelo estímulo e pelo benefício econômico proporcionado pelo consentimento régio e pela possibilidade de exploração da região de fronteira. Nos alvares da modernidade, em Portugal, “a fronteira surge investida de virtualidades *referenciais*” (MARTINS, 2008, p. 36, grifo do autor), com vantagens para sua fidalguia, concessão de forais e criação de municipalidades, reformulação das fortificações e a criação de novos núcleos urbanos, tudo com a devida anuência régia.

A concessão real de forais a uma localidade criava novos municípios/concelhos<sup>13</sup>, com regulamentação de impostos, pedágios, multas e prestação de “serviço militar”. Além disso, determinava aumento de sua área de cultivo; regrava e favorecia as atividades comerciais; regulamentava e autorizava a fixação de comunidades; além de possibilitar maiores liberdades e privilégios aos seus habitantes. O recebimento de um foral representava uma grande oportunidade de prosperidade. Com esse documento régio, a vila ou a cidade favorecida

---

<sup>13</sup> Aqui se entende Concelho (escrito com “c”) por unidade administrativa portuguesa com jurisdição própria.

recebia a independência em relação a qualquer outra autoridade, obtendo o direito de gerir grande parte de seu funcionamento a partir do *Conselho de Vizinhos*. Em contrapartida, a população, bem como a localidade, ficavam sob proteção, domínio e jurisdição exclusiva da Coroa. A obtenção de prosperidade econômica, provinda da liberdade garantida pelo rei, servia, objetivamente, para manter esses municípios juridicamente dependentes da Coroa e de seu poder centralizador. Não por acaso que, justamente no reinado de D. Manuel I, observa-se uma verdadeira campanha de concessão de forais, sendo os municípios fronteiriços os principais favorecidos.

Dependente e associado à defesa promovia-se o povoamento através da fundação, refundação ou reorganização de núcleos urbanos, vilas. **Outorgando a um ritmo inédito cartas de foral – cerca de centena e meia no total dos dois reinados [D. João II e D. Manuel I] e com uma incidência fortíssima na faixa limítrofe do país** – o rei reconhecia a independência administrativa dos concelhos, mas garantia em troca a sujeição e a obediência. **Aglutinava-os sob uma soberania única – um reino, um rei – e através do domínio efectivo consolidava o poder:** alcaides, meirinhos, porteiros e almoxarifes foram agentes da centralização, e pela uniformização da sua acção, da estruturação do espaço nacional (ROSSA; CONCEIÇÃO; TRINDADE, 2008, p. 10, grifos nossos).

Durante os séculos XV e XVI, a demarcação dos concelhos raianos servia de base à própria fronteira nacional, que assim se construía sobre limites locais. A colocação de marcos e malhões, para delimitar os *termos* dos concelhos, constituiu-se em “um momento de instanciação, em que o grande se realiza no pequeno, o Reino se instancia no concelho” (MARTINS, 2008, p.45). Com isso, teve-se, de forma intencional, como projeto do poder central, a relação direta entre a definição dos limites locais, a organização interna e a construção das fronteiras do reino. Nos princípios do século XVI, a produção de autos de demarcações ou autos das malhoeiras<sup>14</sup>, representou o momento em que a Coroa, enquanto “entidade englobante”, buscou “consumar a sua pretensão homogeneizadora”, articulando-se com espaços locais, que passaram a reproduzir a pretensão unificadora do Estado (MARTINS, 2008, p. 51).

Conforme Rita Costa Gomes (1991), o período entre 1460 e 1520<sup>15</sup> pode ser definido como exemplar no processo de construção da fronteira portuguesa, correspondendo “[...] a

<sup>14</sup> Nos quais a burocracia régia levava o controle periódico e sistemático da localização e condições de seus marcos delimitadores – internos e fronteiriços (GOMES, 1991).

<sup>15</sup> Correspondente aos reinados de Afonso V (1438-1481), João II (1481-1495) e Manuel I (1495-1521).

sistematização do registro e da elaboração de vastas sínteses de listas dos ‘termos’<sup>16</sup>, ou de locais do ‘termo’, com as primeiras tentativas de representação cartográfica de troços da fronteira” (GOMES, 1991, p. 362). Na opinião da autora, a tentativa de reconhecer os limites do território, por meio do mapeamento de, pelo menos, partes da fronteira, possibilitou a constituição de uma “imagem de *unidade* do reino” (GOMES, 1991, p. 368, grifo do autor), anunciando a importância que o elemento espacial passaria a ter para a coroa portuguesa.

No *Livro das pazes*, compilado por Fernão de Pina, em uma inquirição de 1454, referente à delimitação do território entre os concelhos de Olivença/Portugal e Alconchel/Castela, separaram-se dois grupos de “homens bons”, de Portugal e Castela. Ambos, sob juramento a Deus e aos juizes, deveriam, cada um de seu lado da fronteira, percorrer os caminhos que entendiam ser os limites de suas terras. O documento escrito foi acompanhado pela cópia, produzida por Fernão de Pina, de um rudimentar “mapa” que apresentava a diferença de trajetórias realizadas por castelhanos e portugueses, na busca de delimitação dessa fronteira. O debuxo traçou o percurso dos dois grupos e a localização dos malhões (descritos no documento) que determinariam o *termo* dos territórios. Esse é o primeiro esboço “cartográfico” conhecido da delimitação do território português com Castela, que tem como principal função servir como prova para solucionar o litígio entre as duas partes em contenda pelo território de seus concelhos; no entanto, para pouco serviu esse recurso, porque castelhanos e portugueses assentiram somente em dois pontos da trajetória fronteiriça: Malhão do Carapeto e Cabeço de Traque, mantendo-se a discordância.

Rita Costa Gomes (1991, p. 376), comenta que a função desse debuxo “cartográfico” deve-se ao fato de, possivelmente, Fernão de Pina considerar que só a abstração do desenho permitiria orientar o leitor, realizando uma síntese “da complexidade das dezenas de malhões”. Para a autora, isso implica, em meados do século XV, no “indício do surgimento de novos utensílios metálicos”, para pensar a fronteira e sua demarcação. “**Sentido da medida e expressão de uma ‘razão gráfica’ triunfante** são em nossa opinião duas das principais características deste registro quatrocentista” (GOMES, 1991, p.376, grifo nosso).

[...] E depois desto XXI dias do dito mês de julho o dito corregedor fez chamar Vaasco Villella Juiz [...] e outros homees boôs antygos moradores em a dita villa de olivença e com todos se partio da dita villa caminho da dita divisom dantre a dita villa e villa nova de barca rota e foy teer a huua cabeça quesse chama do Traque e ali aguardou atee que os de vila nova veerom todos e juntos a huum charco quesse chama do Traque e ali fizeram todos a divisom por esta guisa de Portuguesez diziam

<sup>16</sup> Expressão encontrada na documentação régia portuguesa, do século XVI, utilizada como sinônimo de fronteira, indicativa de delimitação espacial (GOMES, 1991).

que os termos se começavom em huu penedo que esta sobre o dito charco e os castellaãos diziam quesse começava em huuãs pedras a maneira de mallhom que estam per terra de Portugall do dito charco quanto pode aver acerca de huum tiro de pedra [...] E bastavemsse serem homees antygos y que sabiam per omde partiam os ditos termos da parte de Portugall e foe lhes dado juramento por ditos castellaãos que bem y verdadeiramente dissessem por onde partiam os ditos termos. E essos mesmo se apartaram outros homees antygos da parte de Castella aos quaaes eu escripvam deste aucto dey juramento que sem malliciã nen bandoria dissessem verdade y fossem polos ditos malhões nos ditos termos. E eles assi o prometerom de fazer e de quaaes boõs homees assy todos juramentados de huma y da outra parte focolhe mamdado aos de Portugall q fossem per onde sabriam que os verdadeiros malhões partiam e com eles hiam os alcaydes y certos homees boões castellaãos y huum escripuam castellaão. E esto foy mamdado aos castellaãos que fossem por omde diziam que viam os marcos e com eles hia o dito corregedor e o juiz da dita villa dolivença e eu escripvam e toda a outra companha assy da huua parte como da outra hiam pella metade amtre huu e outros e começaram de hir cada huu por omde sabriam os ditos marcos começando os portugueses ao dito penedo do charco e os castellaãos aas ditas pedras que estã, do dito penedo quanto pode ser um tiro de pedra na qual divisom de marcaçom debuxada he assy feita comosse ao diante segue (PINA, F. 15--., Livro das Pazes, fl. 22V, grifo nosso)<sup>17</sup>.

Tais “ensaios” e “reflexões” sobre a delimitação do espaço, iniciados no século XV, foram coroados, em 1561, com a produção da primeira representação (conhecida) do conjunto do território continental português, o mapa de Fernão Álvares Seco. “É de facto evidente que a definição do território de uma nova soberania e nação implica a definição das suas fronteiras” (ROSSA; CONCEIÇÃO; TRINDADE, 2008, p. 08). Para ser dominado e governado, antes um território necessita ser medido, ordenado e povoado.

As fronteiras, enquanto margens de um domínio, não são apenas o contrário do centro, são sua outra parte, seu complemento natural. Centro e margem fazem parte de um mesmo conteúdo circunscrito pela demarcação. Fronteiras que, no caso português, tenderam a uma grande mobilidade ao longo da história. Martins (2000a) utiliza a expressão “horizonte de fronteira”, como um objetivo que, quando perseguido, demonstra distanciar-se cada vez mais. Desde a “Reconquista” peninsular frente aos mouros (direção ao sul), a delimitação do território frente aos outros reinos cristãos peninsulares (direção leste), a expansão africana, a expansão em direção às Índias e a expansão ultramarina pelo Atlântico, a fronteira do Estado português demonstrou estar em constante dilatação, “como se o mundo fosse irremediavelmente fronteira” (MARTINS, 2000a, p.15). As margens distanciavam-se cada vez mais do centro, mas nem por isso deixavam de ser sua parte integrante.

[...] **as fronteiras não remetem apenas para os contornos** do que se demarca, nem para aquilo que, pelo acto da demarcação, ganha estatuto excêntrico ou alienígena;

---

<sup>17</sup> Conforme Anexo 01



qualquer demarcação, na medida em que se faz a partir de **um interior que se quer ver demarcado**, remete, com naturalidade, para esse invólucro que é a entidade patrocinadora da activação dos limites (MARTINS, 2000a, p.15, grifos nossos).

A fronteira separa virada para dentro, uma vez que os *contornos* existem devido a um *interior* que se quer ver demarcado. A delimitação, ao mesmo tempo em que define o que não concerne aos domínios de uma determinada autoridade (*os outros*), principalmente define e identifica um espaço concernente (*nós*), a um Estado, concelho, ou vila. Distinção e indicação criam a observação, que se configura como “[...] o marcar de uma fronteira, onde o olhar funciona como barreira entre dois lados” (VICENTE, 2012, p. 27). Ao se definir o que deve ser observado (nosso domínio), constitui-se a indicação, bem como o que não nos concerne (outro domínio), ou seja, a distinção. A possibilidade de vigilância de uma fronteira encontra-se na necessidade de sua identificação e visualização, que só são viáveis a partir de uma indicação de distinção entre territórios. Indivíduos que não dominam as indicações, que propiciam a distinção, não são capazes de observar a existência de fronteiras (VICENTE, 2012).

A fronteira pode ser compreendida como um espaço de poder, de disputa política, militar e econômica; mas também, enquanto contradição, nem sempre belicosa, nem sempre pacífica; percebida como “margem”, que desenvolve funcionamentos próprios, muitas vezes alheios aos definidos pela ordem central; aparato estatal organizador e horizonte fugidio; a complexidade do conceito vai muito além de simplesmente uma linha imaginária que divide dois territórios. As próprias formas de construção do território demonstram-se complexas. A obra imagética de Duarte de Armas, contida no *Livro das fortalezas*, onde estão registradas imagens panorâmicas da fronteira luso-castelhana, caracteriza-se como uma produção técnica, mas também intelectual sobre o espaço limítrofe português com Castela. Partindo do exposto por Raffestin (1993) e de Barros (2006), o território só se constitui com a produção (seja física seja intelectual), o Escudeiro, ao pensar e construir representações da fronteira, em seus debuxos, não apenas dela se apossou (técnica e intelectualmente) como produziu um recurso (enquanto documento), para que o monarca português fizesse a manutenção de seu poder sobre esses territórios.

O código imagético de Duarte de Armas constituiu-se em um instrumento de demarcação e de ordenação da fronteira, em um período de sistematização de registros sobre os *termos* do reino em uma época em que começaram a se desenvolver, segundo Rita Costa

Gomes (1991), os primeiros debuxos cartográficos, que objetivavam a possibilidade de “visualização” de uma imagem de unidade do território. O *debuxador* do Venturoso, por intermédio de suas panorâmicas, também realizaria a função de visualização, indicando e distinguindo as posses portuguesas das castelhanas.

Duarte de Armas foi um “funcionário” da Casa Real que detinha o domínio técnico suficiente para produzir panoramas da fronteira, alçados de fortificações e as suas plantas baixas; porém, pouco mais do que isso se sabe. Definida a caracterização da fronteira, que foi debuxada por Duarte, e o contexto político no qual foi produzido o *Livro das fortalezas*, torna-se necessário caracterizar seu autor. Artista? Burocrata? Intelectual? “Homem do Renascimento”? Como poderiam ser definidas as habilidades desse integrante da corte portuguesa a serviço de D. Manuel I?

### **1.2 *Debuxador, burocrata e soldado***

Para constituir um documento, no qual estivessem registradas todas as fortificações portuguesas, na fronteira com Castela, e suas respectivas condições de conservação, entrava em cena o *debuxador* Duarte de Armas, de quem, infelizmente, pouquíssimo se sabe. Duarte nasceu na corte portuguesa, em Lisboa, por volta de 1465, e a data de sua morte é desconhecida. Seu pai, Rui Lopes de Veiros, era um fidalgo cortesão, fidalguia herdada por Armas que lhe concedeu a dignidade de Escudeiro da Casa Real, Escrivão da Livraria Régia e da Torre do Tombo. Seu posto de escudeiro fazia parte da Antiga Nobreza de Sangue (linhagem), correspondendo a uma categoria social e jurídica própria, que servia diretamente ao monarca. Definido como grande *tracista* e *debuxador*, além do chamado *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela*, conhece-se a referência de outro trabalho iconográfico, também ordenado por D. Manuel I, o *levantamento* das praças fortes de Azamor, Mamora, Salé e Larache, na costa do Marrocos, trabalho realizado como integrante da Armada de D. João Meneses, entre 1507-1508 (CASTELO-BRANCO, 1997). Sua presença esta registrada na *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, de Damião Gois, de 1566 (Parte II, cap. XXVII, p. 28):

Como el Rei todo o tempo que viueo, trabalhasse muito por fazer guerra aos Reis de Fez, Miquinez, & Marrocos, & a outras prouincias de Mouros, que sam da conquista desta destes regnos, mandou no anno atras de mil, & quinhentos e sete, dom Ioaõ de Meneses com tres carauellas... & hum Duarte Darms grande pintor, que traçou, & debuxou as entradas destes rios, & a situaçam da terra.O que tudo feito como conuinha, dom Ioaõ de Meneses se veo ao regno a dar informaçã a el Rei do que achara[...].

Entretanto, nenhum dos desenhos produzidos nessa missão “sobreviveram”. Enquanto funcionário Real e considerando suas habilidades de debuxador, Duarte recebeu o encargo de produzir registros sobre as fortificações nos “*termos*”<sup>18</sup> dos domínios portugueses na África do Norte e no continente europeu (NUNES, 1991). Sob a perspectiva da missão que lhe foi dada, seu trabalho não se tratava especificamente de uma produção artística, mas de um documento de Estado, da maior importância para manutenção e segurança das fronteiras. Informações de tamanha relevância só poderiam ser confiadas a um funcionário da Casa Real. A Duarte também são imputadas duas outras obras, com o mesmo estilo de registro humanizado de núcleos urbanos. A iluminura com a vista panorâmica de Évora, decorando a folha de rosto do foral concedido por D. Manuel I, em 1501<sup>19</sup>. A panorâmica quinhentista de Lisboa é uma iluminura que se encontra na Biblioteca da Universidade de Leyden (Holanda).

A constituição de um Império e os frutos advindos do monopólio do comércio das Índias, durante o reinado de D. Manuel I, gerou a necessidade de transformar Portugal em um centro cultural, forma de dignificação entre as outras coroas. Esse processo foi influenciado por outras regiões da Europa, mas principalmente pela península itálica. As cidades italianas eram, na época, consideradas os grandes exemplos de desenvolvimento econômico, intelectual e artístico. Ao longo de todo o século XVI, houve um intenso contato entre os intelectuais italianos e os reis de Portugal, que se empenharam em reformular as instituições de ensino, principalmente as universidades, dentro dos moldes utilizados na Itália (PEREIRA, 1993).

Dentre os eruditos contratados pela corte portuguesa para trabalharem como preceptores da nobreza ou como mestres no Real Colégio das Artes e Humanidades (Coimbra, 1542-1837) e universidades, pode-se fazer referência ao italiano Cataldus Siculus (epistolografia e poesia), ao flamengo Nicholas Cleynaerts (gramático do grego e hebraico) e ao escocês George Buchanan (humanista, filósofo e gramático). A esse processo, a corte portuguesa também investiu quando do envio de seus intelectuais para estudarem na Itália, Espanha, França e Países Baixos. Diogo de Gouveia, embaixador português na França, durante o reinado de D. João III (1521-1557), conseguiu, com o patrocínio desse rei, levar cinquenta estudantes portugueses para realizarem sua formação em Paris. Entre os “bolsistas” da coroa lusitana, destaca-se Francisco de Holanda (humanista, arquiteto, escultor, pintor e

---

<sup>18</sup> Confins, bordas, extremos... Expressão utilizada na documentação régia portuguesa, com significado semelhante à fronteira. Essa questão será mais bem apresentada na segunda seção deste trabalho.

<sup>19</sup> Panorâmica da cidade de Évora na folha de rosto do Foral desta cidade concedido por D. Manuel I, em 1501, imputada a Duarte de Armas.

iluminador), que estudou em Roma, às expensas de D. João III, entre 1538-47, onde conviveu com Michelangelo (CEREJEIRA, 1975).

Portugal, no século XVI, era um Estado “com uma administração centralizada dos negócios públicos, desde o que dizia respeito a decisões políticas e militares até o que concernia à administração de centros intelectuais como a universidade e Colégios” (BELLINI, 1997, p.01). Nesses locais, era promovida a formação humanista. A maior parte dos intelectuais portugueses quinhentistas estava ligada ao paço real, principal local de circulação de ideias, mas, por sua vez, promovia a dependência de patrocínios e o controle das instituições e áreas ligadas ao “saber”.

A centralização de poder nas cortes favoreceu o envolvimento de homens letrados em empreendimentos políticos e militares como as viagens de descobrimento, colonização e guerra contra o Islã (principalmente no Norte da África). Bellini (1997), tendo como referência a obra *Il Cortigiano* (1528), de Baldassare Castiglione, apresenta as virtudes do cortesão europeu na primeira metade do século XVI, definindo-o como burocrata e guerreiro (“homem de ação”), embora mantivesse sua faceta como pensador, estudioso das artes e humanidades.

É interessante observar que, servindo aos reis portugueses simultaneamente como intelectuais e soldados, homens como o cronista, pedagogo, gramático e alto funcionário da administração João de Barros (1496-1570), o poeta Luis de Camões (1524-1580) e o médico Afonso Rodrigues de Guevara encaixavam-se **no paradigma do homem da corte renascentista** (BELLINI, 1997, p. 02, grifo nosso).

Nesse sentido, poderia Duarte de Armas ser considerado um artista na acepção moderna da palavra? A importância e independência do artista esta, convencionalmente, ligada ao Renascimento, a Idade Moderna. Em princípios do século XVI, em um período que poderíamos considerar como tardomedieval, ou de transição, seria o Escudeiro de D. Manuel mais do que um burocrata com habilidades instrumentais para *traçar*?

Eco (2010 p. 201) afirma que a Idade Média formulou algumas definições como: *ars est recta ratio factibilium* (a arte é o exato conhecimento do que se deve fazer), ou *ars est principium faciendi et cogitandi quae sunt facienda* (a arte é o princípio do fazer e da reflexão sobre as coisa a fazer). Para dominar a arte, ser um artista, seria necessário um potencial cognoscitivo (*ratio, cogitatio*) e outro produtivo (*faciendi, factibilium*), ter conhecimento de regras, por meio das quais é possível produzir coisas, uma virtude do intelecto prático. Dessa

forma, a arte tanto poderia se expressar em um produto físico (estátuas, desenhos, construções...), como mentais (lógica, retórica...). As artes não intelectuais sofriam uma desvalorização ao ponto de induzir o artista (arquiteto, escultor, pintor) a não buscar o reconhecimento pela produção de sua obra, muito diferente do artista da Renascença, orgulhoso de sua individualidade e da relevância de sua produção fosse ela imagética, escultórica, arquitetônica, literária ou filosófica.

Duarte de Armas está inserido em um período em que as influências da Renascença começam a chegar, lentamente, em Portugal. Esse processo iniciado na corte de D. Manoel I – por ação do próprio monarca – e levado à frente por seus sucessores, far-se-ia sentir com maior força apenas na segunda metade do século XVI, período em que Duarte, provavelmente, já estaria fora de atividade. Acredita-se que o conceito de artista, dentro de uma concepção moderna, não se enquadra ao Escudeiro. Ao observar sua obra, no *Livro das fortalezas*, fica evidente o domínio de uma faceta produtiva, manual, concreta como tracista (*ou debuxador*), bem como o exercício mental, intelectual que foi exigido para constituição de paisagens complexas, com grande apelo descritivo e humanizado. De certa forma, pode-se dizer que Duarte domina a doutrina da arte, composta por um *ratio* e um *faciendi*, mas acima do artista está o paradigma do homem da corte – burocrata, intelectual e soldado a serviço do rei.

Se o autógrafo na primeira página do Códice A indica que foi *feyto per duarte darmas*, pode não significar a busca por um reconhecimento pela produção de um produto artístico, mas sim a identificação de um funcionário da corte, que registrou e tomou para si a responsabilidade do resultado de um trabalho de cunho burocrático que lhe foi designado. Faz-se importante destacar, no entanto, que, dentro do *Livro...*, vários fólios podem possibilitar que se tenha outra interpretação sobre a obra de Duarte. Nessa perspectiva, destaca-se o fato do Escudeiro representar-se, acompanhado de um possível “criado”; dois personagens que, de forma recorrente, passaram na frente das fortalezas, atravessaram rios, fizeram medições, observaram. Nesse caso sim, poder-se-ia interpretar como uma forma, mesmo que implícita, de assinatura, uma assinatura imagética e não escrita, na qual o “artista”, (quem sabe) orgulhoso de sua obra, firma sua individualidade.

No presente caso, mais interessante é poder identificar no *tracista* da corte manuelina essas características de Escudeiro Real, Escrivão da Livraria Régia e da Torre do Tombo, reconhecido por seu domínio na “arte” do *debuxo*, que foi enviado em uma esquadra militar

ao Marrocos. Pode-se definir o próprio *Livro das fortalezas* como outra “missão de campo”, na qual esse burocrata/artista/militar (dono de uma técnica manual e influenciado pelo pensamento humanista), ao longo de quase 1000 km de deslocamento, exerceu suas atividades como “fiel servidor” da corte portuguesa.

Apresentadas algumas reflexões que, possivelmente, possam caracterizar o autor do *Livro das fortalezas*, é chegado o momento de abordar sua obra com maior detalhismo. A seguir, pretende-se elucidar a configuração da fonte imagética que serve de principal fundamento para a realização desta investigação.

### **1.3 Corpus de informações sobre o *Livro das fortalezas***

Enquanto para o autor as informações são quase inexistentes, sendo necessário constituir um contexto geral para tentar apresentá-lo, para sua obra há um conjunto significativo de informações, provindo de diversas fontes, que serão abordadas a seguir. Na presente seção, objetiva-se constituir um *corpus* que proporcione subsídios para uma melhor compreensão sobre o *Livro das fortalezas*, abrangendo sua trajetória, diferentes versões, composição física, organização interna e conteúdo.

1.3.1 A “vida pregressa” do *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas: o códice A, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Ulpiano de Meneses (2012), em seu texto *História e imagem: iconografia/iconologia e além*, apresenta a imagem como coisa material, como artefato, considerando a imagem como uma existência, com uma “vida” pregressa, que tem início antes de se tornar um documento recolhido e salvaguardado em um museu, arquivo ou coleção. De acordo com Meneses (2012), entretanto, a vida pregressa das imagens não termina no momento em que são arquivadas, recebendo o estatuto de documento histórico. O processo de constante ressignificação dessas fontes, fundamental às imagens visuais, continua ativo e deve ser levado em consideração. Historicizar as fontes imagéticas, mesmo depois de catalogadas e disponibilizadas para estudo, permite maior compreensão de seu potencial de representação em relação a uma sociedade e ao tempo. A imagem, considerada como documento, mais do que contribuir para representar o passado, serve, efetivamente, para resignificá-lo/(re)construí-lo.

Na mesma lógica, Jean-Claud Schmitt (2007) define que o historiador deve estudar as obras na profundidade sincrônica de sua base social, cultural e ideológica, objetivando

identificar as motivações de sua produção, sua função na sociedade e a quem estão direcionadas. Além disso, convém construir a história da obra, preocupar-se com sua trajetória, com sua diacronia, defrontando-se “[...] com o delicado problema de uma periodização, propor uma cronologia” (SCHIMITT, 2007, p. 47).

A imagem não só é instituída historicamente, como é, também, *instituinte*. Daí, para um verdadeiro dimensionamento histórico, a necessidade de **estudar o circuito da imagem**: sua produção, circulação, apropriação, em todas suas variáveis (MENESES, 1996, p.154, grifo nosso).

Seguindo a proposta de Meneses, nesse momento apresenta-se a trajetória do *Livro das fortalezas* e suas diferentes utilizações, referências e reedições, desde o século XVII. Compreende-se que, a partir dessa época, pode-se identificar seu “ressurgimento”, considerando sua “vida” pregressa após o livro ter sido depositado na Torre do Tombo, como documento pertencente à Coroa portuguesa.

Em 1642, um século e meio após o *Livro...* ser produzido, ele voltou a aparecer pelas mãos de Brás Pereira de Miranda, fidalgo que copiou e aquarelou parte das vistas do códice A, intitulando seu trabalho de *Fronteira de Portugal fortificada pelos reys deste reyno, tiradas estas fortalezas no tempo del Rey Dom Manoel*<sup>20</sup> (sem indicar autoria ou proveniência do original). A primeira referência histórica da importância dessa obra, enquanto documento de “Estado”, encontra-se nas *Noticias de Portugal Offerecidas a El Rey N.S. Dom João o IV* (1655, p. 64), de Manuel Severim de Faria, na qual relata que D. Manuel havia mandado “[...] tirar em planta e monte todos os lugares fortes do Estremo de que se fizeram dois livros depositados por sua ordem na Torre do Tombo, onde ainda estão”<sup>21</sup>. Em 1776, o guarda mor da Torre do Tombo, João Ramos de Azeredo Coutinho<sup>22</sup>, identificou, em um inventário, o *Livro de Duarte de Armas*. Sua primeira ficha bibliográfica, o *Inventário dos documentos da antiga Casa da Coroa*, de 1776, liv. 299-A/Sala dos Índices (Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT), assim o descreve:

<sup>20</sup> Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, microfilme cota IL 192, manuscritos reservados. Sua ficha bibliográfica traz a seguinte descrição: “Trata-se de uma cópia do “Livro das Fortalezas”, manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Casa Forte Ms. 159), desenhado por Duarte de Armas. Constituído por 55 desenhos aguarelados, representando diversas fortalezas fronteiriças de Portugal continental”.

<sup>21</sup> A partir dessa informação, pode-se identificar que o Códice A e o Códice B foram concluídos e depositados na Torre do Tombo, permanecendo o B lá depositado, pelo menos, até 1655.

<sup>22</sup> “No final do século XVIII, o guarda-mor, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, mandou elaborar um inventário do Real Arquivo para facilitar as pesquisas, por um lado, para tomar conhecimento dos seus fundos, por outro. Este inventário foi dividido em seis partes distintas, abarcando todas as coleções e fundos que integravam o Arquivo da Casa da Coroa, cabendo ao Corpo Cronológico a parte IV do dito inventário” (Histórico Custodial e Arquivístico do Corpo Cronológico dos Fundos da Torre do Tombo)

Hum livro tambem de folio escrito em pergaminho com 139 folhas, que contem as Plantas das Fortalezas situadas no extremo deste Reyno e o de Castella, feito por Duarte de Armas. Tem seu Indice ou Alfabeto no principio. Armario XV da Caza da Coroa.

Em 1843, o *Livro...* ainda se conservou na Casa da Coroa, conforme referiu o Abade de Castro (em sua obra *Investigação ao castello situado na serra de Cintra*, Lisboa, 1843, p. 5), que o designou mais tarde, em 1860, por *Livro de Duarte d'Armas*, em *Notícias de alguns livros iluminados que se guardam no Archivo Real* (Lisboa, 1860, p. 10). Sousa Vitérbo, no vol. I, do *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, (Lisboa, 1899, p. 45-46), informa que, em 1839, D. Francisco de S. Luís (na obra *Lista de alguns artistas portuguezes colligida, pelo autor, de escriptos e documentos, no decurso das suas leituras*), desenvolveu a primeira descrição detalhada do códice A, popularizando o nome pelo qual ficou conhecido: o *Livro das fortalezas*.

O códice B, sob o código MSS/9241, na Biblioteca Nacional de Madrid, contendo apenas 57 vistas, de 29 fortalezas, foi revelado em 1910 por Manuel González Simancas, em sua obra *Plazas de guerra y castillos medioevales de La frontera de Portugal – Estudios de Arquitectura Militar* (na *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, tomos XXII a XXV, Madrid, 1910/11). Cristóvão Aires de Magalhães Sepulveda, em 1913, no vol. VII da *História orgânica e política do exército português* (Lisboa, 1913, p. 273-355), confronta os dois exemplares do *Livro das fortalezas*, fazendo a análise do códice B a partir do estudo de Manuel Simancas (1910). Em 1921, o códice B foi ampliado, com mais 14 folhas, oriundas da mesma coleção, mas que até então estavam incluídas em outro manuscrito; logo, atualmente, o códice B ainda está incompleto, pois contém 71 folhas com as vistas de apenas 37 fortalezas<sup>23</sup>. A parte restante desapareceu, incluindo as folhas dos índices e a nota introdutória. Em 1922, Teixeira de Carvalho elaborou um estudo crítico-bibliográfico sobre a obra de Duarte de Armas, apresentado na *Colleção de memória relativas à vida dos pintores e esculptores, architetos e gravadores portugueses e dos estrangeiros que estiverão em Portugal*, publicado em Coimbra.

Em 1931, por encomenda da Biblioteca Nacional de Lisboa, realizou-se a reprodução fotográfica, em duplicado, do códice A, gerando duas coleções (Códices 10456 a 10464), em

---

<sup>23</sup> Desde Assumar a Caminha, excluindo Montalvão. Todas apresentam duas vistas diferentes, exceto Assumar, Castelo de Vide e Penamacor, com apenas uma.



um total de nove volumes (álbuns): a primeira coleção com cinco volumes e a segunda com quatro, contendo fotos em preto e branco (PB), medindo 155X225mm, coladas sobre cartolina. Em 1943, o general João de Almeida publicou a *Reprodução anotada do Livro das fortalezas de Duarte de Armas*, que colaborou para a divulgação efetiva da obra; todavia, as vistas das povoações ficaram muito reduzidas (120X170mm) e sem a maioria das legendas. Alfredo Pimenta, em 1944, em sua brochura *Duarte de Armas e seu Livro das fortalezas*, tentou descobrir quando o escudeiro de D. Manuel elaborou o *Livro...*, com base na análise do período de tempo, durante o qual cada um dos alcaides, inscritos nas legendas das respectivas vistas, teria desenvolvido suas funções nesse cargo. Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, em 1960, no vol. I, da *Portugaliae Monumenta Cartographica*, realizaram uma contextualização e análise do conteúdo da obra e incluíram várias estampas das vistas dos códices A e B<sup>24</sup>.

Em 1997, a Casa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em parceria com as Edições INAPA, publicaram a versão *fac-simile* integral do *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas (código de referência PT/TT/CF 159), com uma “introdução” riquíssima em informações sobre o histórico, organização e conteúdo da obra, produzida por Manuel da Silva Castelo Branco. Em 2008, o site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo disponibilizou como parte de seus fundos virtuais (abertos ao público), uma versão digital integral, em alta resolução, do *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa de D. Manuel I*<sup>25</sup>.

### 1.3.2 A composição do códice A: material, organização e conteúdo

[...] trabalho digno de singular apreço, ou se considere com relação à história ou com respeito à Arte (S. LUÍS, 1839)<sup>26</sup>.

O códice A<sup>27</sup> está composto por 140 fólios, apresenta dimensões de 350x490mm, tendo como suporte o pergaminho. As visões panorâmicas<sup>28</sup> foram encadernadas em capa

<sup>24</sup> Mas os autores não repararam que o códice B, da Biblioteca Nacional de Madrid estava com seus cadernos de fólios desorganizados, apresentando na estampa 28 a vista NO do Castelo de Vide na parte esquerda da panorâmica, com a vista SE da mesma fortificação na parte direita (ou seja, uma metade de cada vista – NO e SE – constituindo uma panorâmica). Na estampa 31, ocorre outro equívoco, pois, ao unificar um fólio, uniram partes de duas fortificações distintas. Na visualização, pode-se perceber que a panorâmica (do lado esquerdo) corresponde à vista Leste de Melgaço, e a outra parte (do lado direito), corresponde à vista sul de Valença do Minho.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3909707>>.

<sup>26</sup> D. Francisco de S. Luís, em sua obra *Lista de alguns artistas portugueses...*, referindo-se ao trabalho de Duarte de Armas, o *Livro das fortalezas*.

<sup>27</sup> Algumas sucintas informações sobre o códice B: feito em folhas de papel de linho, encadernado em pergaminho, desenhado a pena, com proporções 296X404mm, incompleto (contém apenas 37 das possíveis 55

dura, com couro verde, gravado a ouro. A partir da encadernação, cada panorâmica ocupa duas páginas (dividindo, assim, o fólio original ao meio – secções “v” – verso e “r” – reverso), o que, em algumas situações, dificulta a observação de detalhes na região central dos registos, devido à costura da encadernação. Seu título formal de depósito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, consta como *Este livro he das fortalezas que sam situadas no estremo de Portugall e Castella*, não existindo, verdadeiramente, um título original para a obra. Essa denominação foi retirada e simplificada do texto do fólio I que abre o tratado, no qual se acredita, o escudeiro escreveu a pena e tinta, em caracteres góticos cursivos:

Este liuro He das fortalezas que Sam situadas no estremo de portugall e castella feyto per duarte darmas escudeyro da casa do mujto alto e poderoso e serenjsymo Rey e Sõr dom emanuell ho prymeyro Rey de purtugall e dos algarues daquem e dallem maar em afryca Senhor de gujnee e da conquista e nauegaçaaom e comercyco de ethiopia aRabya pérsia e da India e etc.

Logo abaixo aparece a lista das vistas panorâmicas, constituindo o índice da obra o qual ocupa os fólhos Ir, Iiv Iir. Nele estão indicados os nomes de sessenta povoações, a direção das respectivas vistas, duas diferentes para cada lugar (114 – a cidade de Barcelos tem apenas uma, Sintra tem três) e a foliação correspondente. As fortalezas representadas: Castro Marim, Alcoutim, Mértola, Serpa, Moura, Noudar, Mourão, Monsarás, Terena, Alandroal, Juromenha, Olivença, Elva, Campo Maior, Ouguela, Arronches, Monforte, Assumar, Alpalhão, Castelo de Vide, Nisa, Montalvão, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Segura, Salvaterra, Pena Garcia, Monsanto, Penamacor, Sabugal, Vilar Maior, Castelo Mendo, Castelo Bom, Almeida, Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Pena Roia, Miranda do Douro, Vimoso, Outeiro, Bragança, Vinhais, Monforte de Rio Livre, Chaves,

---

fortificações registradas). Essa versão não apresenta muitos pormenores relativos ao aspecto das construções e paisagens às quais estavam integradas. Nesse códice, pode ser identificado que as lacunas deixadas pela falta de detalhes nas paisagens e traçados são supridas pelas constantes notas informativas. Segue informação retirada, de forma literal, do Registro do Catálogo da Biblioteca Nacional de Espanha: “D. Manuel I de Portugal mandou desenhar todas as fortalezas de Portugal a Duarte de Armas... Este exemplar da BN de Madrid é copia das fortalezas portuguesas da fronteira. O original contem estas e todas as outras existentes em Portugal [según consta en nota de la contratapa anterior de la encuadernación original en pergamino, conservada al final del manuscrito]. Copia parcial del manuscrito conservado en el Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. La foliación antigua en tinta comienza en la h. 14, faltando las h. 1-13, 17 y 32”. Disponível em:

<<http://catalogo.bne.es/uhtbin/cgisirsi/mEdSVBtyse/BNMADRID/318860366/9>>. Acesso em: 20 maio 2013.

<sup>28</sup> Vicente (2012, p.33) define o conceito de visão panorâmica como a ampla observação, desde determinado ângulo e altitude, sobre uma paisagem a ser “decifrada” e, portanto, compreendida. “[...] com a altitude a visão panorâmica dá-nos o mundo para ler e não apenas para perceber, por isso é que corresponde a uma nova sensibilidade da visão. Permitindo transcender sensações, no fundo o panorama não é mais do que uma imagem que tentamos decifrar, onde tentamos reconhecer locais conhecidos, para identificar pontos de referência sendo que quando se consegue atingir a compreensão total tem-se realmente a visão panorâmica”.

Montalegre, Portelo, Piconha, Castro Laboreiro, Melgaço, Monção, Lapela, Valença, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Barcelos e Sintra. As panorâmicas contêm o nome das fortalezas desenhadas, as bandas (vista N, S, L, O) de onde o registro foi realizado, a indicação dos nomes dos alcaides e a representação dos pendões reais, além de outras “legendas” identificando igrejas, nomes de rios, componentes arquitetônicos das fortificações, atalaias, forcas, etc.

El nombre de panorama está compuesto de dos palabras griegas que significan “vista de la totalidad”, “vista del conjunto”; esta palabra basta para representar a la mente la **idea de este descubrimiento** (...) El panorama no es otra cosa sino la manera de exponer un cuadro vasto de suerte que **el ojo del espectador**, abarcando sucesivamente todo su horizonte, y encontrando solamente este cuadro, **experimenta así la ilusión más completa** (ROQUE, 1997, p.36, grifo nosso).

Nas panorâmicas de Duarte, embora as fortificações ocupem sempre o primeiro plano, quase sempre centralizado, devido à sua amplitude, o leitor é conduzido, a partir do olhar, a um processo de “descobrimto” de informações. Nesse sentido, apreendem-se detalhes de uma paisagem que se perde em um horizonte imagético, gerando uma ilusão de que o que se está observando, verdadeiramente, corresponde/correspondia ao “mundo real”.

Faltam as folhas 37, 38, 39 e 46. Em branco estão as folhas 36v, 40r, 44v, 45r, 45v e 47r, que correspondem às vistas das povoações destinadas a essas folhas que não chegaram a ser desenhadas: Alegrete (fls. 36v e 37r), Portalegre (fls. 38v e 39r), Marvon (fls. 45v e 46r). Após o trabalho de registro das panorâmicas, entre os fólhos 121r ao 133v, estão apresentadas, na mesma ordem das vistas, 51 plantas baixas, das 55 fortalezas anteriormente desenhadas em alçado. Duarte de Armas, para introduzir a segunda etapa de seu trabalho, escreveu no fólho 120v *da quj se começa a prata forma das fortalezas atras debuxadas com suas alturas e larguras de muros e barreyras etc.* Nessa parte do *Livro...*, Duarte encarregou-se de registrar, em anotações, as proporções (em pés, meia-vara e vara) dos espaços internos e a espessura dos muros das fortificações.

Encerrando seu tratado, entre os fólhos 134r ao 136r, há a *Tauoada das fortalezas do extremo de portugall e castella*<sup>29</sup>, na qual está apresentado o roteiro da jornada efetuada por Duarte entre Castro Marim (extremo sul) e Caminha (extremo norte), na fronteira luso-castelhana. Documento riquíssimo em informações, em que o escudeiro real apontava os

---

<sup>29</sup> Conforme Anexo 19. Transcrição da *Tauada das Fortalezas...* contendo as informações que Duarte de Armas considerou mais relevantes a serem registradas em seu périplo ao longo de 900km da fronteira luso-castelhana.

itinerários entre uma fortaleza e a seguinte, as respectivas distâncias (em léguas), o estado dos caminhos, tipo de terreno, cursos de água e o estado das pontes.

Conforme se pode identificar nessa *Tauoada*, Duarte de Armas tinha suas cinquenta e quatro etapas bem definidas, desde Castro Marim a Caminha<sup>30</sup>. Etapas de diferentes distâncias (de uma a oito léguas)<sup>31</sup>, que corresponderiam, aproximadamente, entre os seis e os quarenta e oito quilômetros<sup>32</sup>, mas, observa-se que mais da metade das distâncias entre uma fortificação e outra ficavam em torno de duas ou três léguas (entre 12 e 18 quilômetros), percurso viável de ser feito em uma “jornada” mesmo por um peão. Os séculos XIV e XV, na Europa, corresponderam ao período de “traçar caminhos” em volta de cada aldeia, vila ou cidade, porque nesse período organizaram-se redes de vias de comunicação destinadas a levar seus moradores às terras de cultivo nos arredores, aos povoados vizinhos e em direção a outros itinerários mais distantes (MARQUES, 1997).

[...] os caminhos, para peões e cavaleiros, eram difusos e por vezes pouco perceptíveis no terreno, interessando ao viajante, mais do que qualquer outra coisa, conhecer exactamente a direcção a seguir e qual a distância até à próxima etapa. As referências encontravam-se nos lugares habitados, nas pontes, nos portos. Isto é, entre as povoações, nos rios que era preciso atravessar e cujo local de passagem era preciso procurar e nas portelas que abriam as terras montanhosas e, por vezes, não deixavam ao viajante mais que uma estreita senda a dar passagem, apenas, a um cavaleiro ou um peão. Aí, os caminhos marcavam-se com nitidez (GONÇALVES, 2005/2006, p. 83).

Conforme A. H. de Oliveira Marques (1998), os mapas terrestres só começaram a ter expressão na segunda metade do século XVI, embora a cartografia marítima tivesse alcançado grande desenvolvimento, entre os portugueses, já em meados do século XV. Dessa forma, acredita-se que Duarte tenha partido para sua viagem sem o apoio de um mapa, tal como era comum durante todo o período medieval. Contava apenas com a clareza da direção a ser seguida, as possíveis etapas do périplo, as distâncias aproximadas e com os pontos de referência ao longo do trajeto estipulado.

<sup>30</sup> De acordo com Manuel da Silva Castelo Branco (1997, p. 16), Duarte de Armas “[...] teria iniciado o seu trabalho nos começos da Primavera de 1509 e teria terminado por volta do mês de Setembro seguinte. A viagem teria, assim, demorado entre sete a oito meses, aproveitando o bom tempo da Primavera e Verão, como, aliás, era norma e seria de esperar [...] dessa forma teremos que o artista gastou no seu trabalho entre aproximadamente 140 e 155 dias, o que equivale a dispor de dois a três dias para esboçar cada uma das fortalezas”.

<sup>31</sup> 1,0 Léguas = 6,0 km

<sup>32</sup> Duarte de Armas fez apenas um percurso de oito léguas, entre Moura e Mourão. Percurso que resultou mais alongado porque os viajantes tiveram de retornar o caminho de Moura até Safara, partindo daí para Mourão. Etapa classificada pelo escudeiro como *muj fragosas em grande estremo*.

Pimenta (1944), utilizando os nomes dos alcaides que governavam as fortificações, registrados por Duarte de Armas junto ao nome das fortificações desenhadas, constituiu uma “tabua” cronológica. Dessa forma, o autor chegou a conceber que a obra tivesse demorado cerca de seis anos para ser concluída (entre 1504-1510). Pimenta (1944, p. 47) apresenta que Duarte “desenhou cinquenta e sete fortalezas; calculando-se que precisaria de um mês para cada uma delas, sobra-lhe ano e meio, rigorosamente, quinze meses – o que até lhe dá para a viagem a Marrocos, se não há engano em Damião Gois”.

Castelo Branco (1997), no entanto, em sua introdução à publicação *fac-simile* do *Livro das fortalezas*, utilizando a mesma “tabua” de alcaides registrada por Duarte, chega a conclusão, de que Alfredo Pimenta (1944) havia se equivocado sobre o período que os alcaides ocuparam seus cargos. Segundo Manuel da Silva Castelo Branco (1997, p.16), o escudeiro real, teria realizado sua jornada “[...] de forma contínua na fronteira com Castela”, comprovando que todos os alcaides, com nomes registrados no Livro, estariam vivos e usufruindo de seus cargos. Destaca, ainda, que a obra “só poderia ter acontecido entre finais de 1508 e princípios de 1510, portanto, no ano de 1509”.

#### **1.4 A descrição imagética da fronteira luso-castelhana: a construção de paisagens complexas no *Livro das fortalezas***

Em começos de quinhentos, el-rei D.Manuel entregou a Duarte de Armas, hábil debuxador e escudeiro de sua Casa, o encargo de vistoriar as fortalezas, que constitufam a nossa primeira linha defensiva face ao país vizinho, **afim de se interirar por forma invulgar acerca do seu estado de conservação** (CASTELO BRANCO, 1997, p. 01, grifo nosso).

Uma vez expostas as particularidades que constituem a obra de Duarte de Armas, passa-se a apresentar, de forma sucinta, a grande diversidade de categorias que podem ser analisadas, a partir das representações presentes no *Livro*... A “forma invulgar” da vistoria realizada pelo escudeiro de D. Manuel I possibilita que se tenha um vislumbre do que foi observado por Duarte em seu périplo (pelo menos do que ele teve a intenção de registrar), o que nos faculta, por mais limitado que seja, propor algumas representações sobre a fronteira luso-castelhana no princípio dos quinhentos.

A relevância da atual subseção justifica-se pela necessidade de apreender que o *Livro*..., de Duarte de Armas, embora pese seu título, não é apenas das fortalezas. As paisagens, detalhadas e complexas, produzidas pelo Escudeiro, guardam em si um universo imagético que possibilita uma vasta quantidade de categorias de análise. O fato de poder

demonstrar a riqueza desse códice para pensar representações sobre a topografia, hidrografia, povoações, embarcações e plantações (dentre tantas outras possibilidades) avaliza o teor descritivo do texto a seguir. Mais do que simplesmente registrar elementos constitutivos das estruturas defensivas fronteiriças, o debuxador construiu diversificados contextos onde elas estavam inseridas.

Em muitos fólios, identificam-se seres humanos, cujo detalhismo do traço possibilita visualizar o modo de vestir dos camponeses da época, assim como a maneira de carregar seus jarros de cerâmica e de conduzir seus animais de carga. As paisagens pictóricas revelam fontes de água próximas às fortalezas ou das moradias das vilas. Duarte preocupou-se em passar as informações completas sobre a qualidade da água dos poços e córregos, se estas eram abundantes, frescas e limpas. Ainda que pequenos, na tentativa de manter uma proporção adequada em relação às fortificações, os habitantes das vilas próximas às muralhas, aparecem nos registros.

As áreas destinadas para cultivo agrícola, assim como a vegetação circundante (árvores altas ou baixas, concentradas ou espaçadas, pastagens ou áreas com concentração de arbustos) não foram esquecidas. No caso das culturas agrícolas, pode-se, a partir de uma comparação entre os diferentes registros das vilas e seus arredores, perceber que terras eram mais ou menos favoráveis para o plantio. Ocupou-se também em registrar certas cenas pitorescas do cotidiano, um caçador e seus dois cães (ALMEIDA, fl.74)<sup>33</sup>, um almocreves com duas mulas carregadas de mercadorias (CASTELO BRANCO, fl.52)<sup>34</sup>, camponeses tirando água de um poço (MONTALVÃO, fl.50)<sup>35</sup>, uma pastor com seu rebanho (MONSANTO, fl.61)<sup>36</sup>. Em sua obra, Duarte anotou a distância (dias de caminhada e léguas) e que tipo de estrada (se boa ou ruim para se viajar) que separava um castelo do outro. Do castelo de Apalhão (fls.41 e 42) ao Castelo de Vide (fl. 43 e 44), registrou sua dura jornada: “d alpalhão a castello de ujde sam duas legoas e antre huua vylla e outra corem duas Ribeyras pequenas ho camjnho he muj fragosso” (fl.41).

A partir dos desenhos, percebe-se o tipo de aglomeração das residências, se estavam longe ou próximas das fortificações; a característica dos tetos (colmo, ardósia ou telha); das

---

<sup>33</sup> Conforme Anexo 02

<sup>34</sup> Conforme Anexo 03.

<sup>35</sup> Conforme Anexo 04.

<sup>36</sup> O *tracista* também se equivocou. Em Monsaraz (Fls.15 e 16) a torre quadrangular da alcaçova apareceu com cinco lados e o cubelo cilíndrico da porta da alcaçova foi desenhado quadrado, também trocou de posição das bandas de vista: Oeste por Sul e Leste por Noroeste. Esses equívocos podem denotar que o artista não tenha feito esse registro “ao natural”, mas de memória e baseado em anotações.

janelas e portas; a existência ou não de muralhas a cercar as vilas; a presença de praças centrais; igrejas (com todos seus detalhes – com torre para sino, ou simples campanário sobre o teto, com entrada decorada ao estilo manuelino, com simples porta de madeira, com cruzeiro a sua frente ou cruz sobre o teto). Os patíbulo existentes em muitas vilas, para castigar os criminosos com o enforcamento, não foram esquecidos, pois foram desenhados sempre na periferia das vilas, muitos com os corpos ainda pendurados nas cordas<sup>37</sup>.

Os desenhos de Duarte de Armas tinham como principal objetivo conhecer as fortificações raianas, sendo presumível que as representações dos casarios comuns (intra e extramuros) teriam feição meramente ilustrativa; porém, com base nos poucos estudos existentes sobre moradias populares ibéricas no período medieval e tardo-medieval (SANTOS, 1964; MARQUES, A. 1968; MARQUES, J. 1997; FERREIRA, 2000/2001; BARROCA, 2002; GOMES, P. 1993; OLIVEIRA; GALHANO; PEREIRA, 1994; CONDE, 1999; CONDE, 2000/2001; CONDE; VIEIRA, 2005; COSTA, A. 2011; CONDE, 2011 etc.), tudo leva a pensar que essas casas, no que se refere a tendências gerais, são expressões fidedignas dessas construções. Tipologias elementares, com poucas diferenças entre si, estariam onipresentes nas cidades, vilas urbanas e aglomerados rurais, praticamente homogeneizando a paisagem de casarios em diferentes regiões de Portugal<sup>38</sup>. A maioria das construções no meio rural era de piso e divisão únicos (unicelular – com uma ou nenhuma janela), correspondendo à tipologia mais elementar<sup>39</sup>. A casa unicelular seria também comum nos aglomerados urbanos (CONDE; VIEIRA, 2005). Das moradias registradas por Duarte, apenas as pertencentes à fidalguia verdadeiramente se destacavam, na figura de uma construção cada vez mais marcante na área rural, a casa-torre (mas que também pode ser identificada no meio urbano).

Como marca distintiva as **casas-torre** eram construídas com materiais mais sólidos do que o comum dos edifícios rurais, isto é, pedra aparelhada, e encimadas por um

---

<sup>37</sup> Conforme Anexo 05.

<sup>38</sup> Na comunicação do texto “Livro das Fortalezas de Duarte de Armas: Fonte Imagética para estudo da fronteira luso-castelhana (1509)”, dia 26/09/12, no “Simpósio Internacional: Imagem Cultura Visual e História da Arte (25 a 27/09 de 2012), após apresentar as panorâmicas de Duarte de Armas e fazer referência ao seu empenho em reproduzir e detalhar a paisagem “ao natural” fui questionado por um dos participantes do simpósio (um arquiteto), se essa preocupação detalhista aplicava-se somente às fortificações, pois os aglomerados de casas pareciam demasiadamente homogeneizados, como se o artista tivesse criado um padrão, um modelo de representação, simplesmente para demonstrar que aquele espaço estava ocupado por casas, mas sem ter intenção de diferenciá-las, maximizando assim seu tempo de trabalho. A princípio essa observação pareceu-me válida e até mesmo óbvia, mas a pesquisa constatou informação diferente. De acordo com nossa compreensão, Duarte registrou o que viu, casas com um padrão uniforme, moradias de uma ou duas águas, quadrangulares, de ambiente único (ou bicelulares), com pouquíssimas fenestraçãoes e sem chaminés. Uma observação detalhada no *Livro...*, leva a perceber as diferenças sutis e as tipologias.

<sup>39</sup> Conforme Anexo 06.

terraço rodeado de ameias. Nos andares superiores das casas alteadas abria-se sempre uma janela que podia ser enriquecida com assentos de pedra, a formarem, eles próprios, parte integrante das paredes. **Para lá deste edifício residencial, nenhum outro se distinguia dos seus congêneres pertencentes ao comum das famílias camponesas** (COSTA, A. 2011, p. 43, grifos nossos).

Além das funções habitacionais, a casa rural ou urbana tinha que cumprir diversas funções econômicas, relacionadas com a produção agrícola, pecuária, artesanal e/ou comercial. Na casa unicelular, o espaço único abrigava as pessoas e seus bens (ferramentas, produtos da terra e até mesmo a estabulação do gado), sendo o lugar das relações familiares, repouso noturno e de atividades como a confecção de alimentos, o trabalho do linho e da lã. Espaço único, de todos e de tudo, familiar e multifuncional (FERREIRA, 2000/2001).

Uma segunda tipologia, também muito simples, manifestava-se, sobretudo nas aldeias, pela dilatação horizontal do tipo anterior (unicelular), sendo definida como “casa térrea bicelular”<sup>40</sup>; no entanto, existiam casos em que ocorriam soluções mais elaboradas, vislumbrando-se moradias pluricelulares, mais comuns nas vilas rurais, onde o espaço era mais amplo. Em meios urbanos, pode-se identificar que ocorreu um processo verticalizante das casas, buscando alargar sua área útil. O espaço urbano estava limitado pelo perímetro das muralhas, impossibilitando, na maioria das vezes, uma expansão horizontal das construções. As casas de dois pisos, ou casas sobradadas, quase sempre registradas com a presença de uma ou duas chaminés, pertencentes às famílias abastadas, também foram largamente desenhadas nas panorâmicas de Duarte de Armas, podendo ser identificadas em Castelo Rodrigo, Almeida, Freixo de Espada a Cinta, Mogadouro, Miranda do Douro, Bragança, Vimoso, Vinhais, Monforte do Rio Livre, Chaves e Montalegre (cidades da região norte de Portugal). Existiam ainda as “casas de dois sobrados” (térreo, mais dois andares), muito raras, as quais Duarte registrou duas na panorâmica de Mogadouro e cinco no debuxo de Freixo-de-Espada-a-Cinta, todas junto à Igreja Matriz (extramuros)<sup>41</sup>; tipologia também foi identificada em Bragança

Conhecem-se os comprimentos e as larguras, expressos em varas craveiras (1,10m) das casas a partir de Oliveira Marques (1968). A medida da altura das moradias estava em torno de duas varas craveiras (2,20m). As tipologias simples apresentavam dimensões pequenas, oscilando quase sempre entre as 5 e 8 varas de longo, para 4 a 5 varas, de largo. As

<sup>40</sup> Aparecendo na documentação pelos pares: casal/celeiro, casal/cozinha ou cozinha/celeiro.

<sup>41</sup> Conforme Anexo 07.



áreas das casas oscilavam entre os 10m<sup>2</sup> e os 55m<sup>2</sup>, destacando-se as casas que continham entre 21 e 33m<sup>2</sup>. Essas residências poderiam atingir os 58m<sup>2</sup>, agregando construções utilitárias em seu pátio<sup>42</sup>.

As construções de piso único, ou *casas* terreiras, eram esmagadoramente dominantes em vilas, aldeias e casais, sendo as únicas em muitos povoados. As panorâmicas de Duarte de Armas constataam a quase exclusividade dessas casas em aglomerados de feição rústica. O material construtivo era o mesmo por toda parte: a madeira era onipresente e as paredes de cantaria<sup>43</sup> eram encontradas apenas na habitação senhorial.

Segundo Adelaide Pereira Costa (2011, p. 75), “[...] os textos não corroboram a noção de uma civilização da pedra, apontando antes para arquiteturas integradoras: as casas que nos mostram tinham paredes de pedra e barro, eram madeiradas e telhadas ou colmadas”. A pedra seca ou insossa<sup>44</sup> (principalmente granito e xisto), também era utilizada nas construções das moradias. O adobe (tijolo de barro cru) era utilizado tanto nas paredes externas, como nas divisórias internas, para as quais também se utilizavam paredes de taipa (terra compactada) e o tabique de madeira (grade de madeira preenchida por argamassa, taipa ou barro cru).

Os materiais, a pedra, o barro, a madeira e o colmo – eram extraídos do meio local e na construção, quer da casa comum, quer das estruturas adjetiva, desenvolviam-se formas ajustadas ao meio – volumetrias sóbrias e horizontalizantes – e uma vincada homocromia, das paredes à cobertura. No plano morfológico, vislumbra-se uma forte regularidade, baseada na preferência por tipologias elementares. Faziam-se as casas à medida dos homens, do gado que se criava, dos cultivos que se experimentavam: quase sempre, pequenas, “terreiras” e pouco rasgadas, pois havia que atender aos rigores do clima, ao custo de reduzida ventilação e iluminação, ou de alguma promiscuidade com os gados (CONDE; VIEIRA, 2005, p. 117).

As fenestraçãoes seriam pouco comuns; em muitas casas limitavam-se apenas à porta de entrada. A escassez e a reduzida dimensão das aberturas deveriam garantir um ambiente menos frio no inverno e mais fresco no verão, mas, em contrapartida, implicava um ambiente de ventilação reduzida e com iluminação deficiente.

Às necessidades básicas de habitação, guarda de apeiros agrícolas, armazenagem de bens produzidos e abrigo de animais bastava a unidade arquitetônica mínima, a casa térrea pequena, à qual por vezes se acoplava um ou outro anexo. Sem

<sup>42</sup> Essa tipologia de casa conhecida como *curtis* “[...] com pátio interno, fechado por construções anexas, como pombal, estábulo, adega [...]” (COSTA, A. 2011, p. 59).

<sup>43</sup> Pedras cuidadosamente desbastadas e talhadas para constituir formas geométricas, normalmente paralelepípedos, unidas por rejunte (argamassa), utilizadas em construções sólidas e resistentes.

<sup>44</sup> Pedras que não são talhadas, apenas toscamente desbastadas, justapostas sem qualquer rejunte, onde as pedras menores são usadas pra preencher o espaço entre as maiores, de uma forma a gerar uma estrutura rígida.

compartimentação interior, ou com uma divisória precaríssima separando a cozinha de uma pequena alcova, tinha habitualmente uma única abertura, a porta, não havendo janelas, nem chaminé (CONDE; VIEIRA, 2005, p. 80).

Elemento central de uma moradia, o fogo, constantemente acesso, representava o núcleo de organização espacial na residência unicelular. A chaminé, inovação gótica que, nos finais da Idade Média, multiplicava-se em construções prestigiadas, dificilmente era encontrada nas habitações comuns do campo, cujo fogo normalmente estava colocado em linha com a porta de entrada, muitas vezes única abertura existente. O escoamento dos fumos era realizado pelos vãos das paredes e, eventualmente, por algum buraco no teto<sup>45</sup>. Duarte registrou com grande profusão a presença de chaminés em edifícios de prestígio (“sobradados”), representando pontualmente a presença de chaminés em casas comuns urbanas, onde esse conforto tornava-se mais fácil de ser encontrado.

A casa elementar urbana tinha como principal diferença em relação a sua matriz rural, a relação com a rua, constituída pelo alinhamento, frente a frente, das casas (caixas paralelepípedicas), criando um verso e um reverso. O primeiro representado pela fachada (interface com a rua), com atribuição pública, e o segundo configurando as traseiras da residência, articulado com o espaço privado, interior, o quintal, espaço rural, de criação e plantio, em pleno contexto urbano. No ambiente urbano também se pode observar a substituição das coberturas vegetais por telhas, tendo em vista a prevenção de incêndios.

A organização espacial da casa térrea bicelular não era muito distinta da unicelular. Nesse caso, a casa – também denominada, nos registros da época, como casa dianteira ou cozinha – era acompanhada por outra divisão, denominada celeiro, excepcionalmente denominada câmara. Essa compartimentação correspondia a uma tênue divisão funcional, pois tanto a cozinha como o celeiro eram locais para dormir, independentemente da função primária que competia a cada uma das divisões. A especialização funcional acentuava-se na casa sobradada<sup>46</sup>, mesmo na bicelular, pois as funções económicas tendiam a concentrar-se no piso térreo e o recolhimento noturno no sobrado. Chaminés, balcões, latrinas, o ladrilhamento

---

<sup>45</sup> Por intermédio dos desenhos de Duarte de Armas, podem se identificar casas telhadas, colmadas e palhaças. A telha era o material de preferência em Bragança e nas vilas de Almeida, Castelo Rodrigo, Freixo de Espada a Cinta, Mogadouro, Miranda e Chaves. O colmo (teto feito de bambu) prevalece em Piconha e Portelo. Soluções mistas de colmo e telha em Vimoso, Vinhais e Montalegre. O teto de cortiça e colmo em Penas Róias e Outeiro. As figurações atestam o predomínio das coberturas de duas águas. Vislumbram-se também telhados de uma e de quatro águas. Percebe-se uma utilização generalizada de casas e cabanas palhaças, principalmente no meio rural, devido à facilidade de obtenção do material de construção.

<sup>46</sup> Conforme Anexo 08.

do chão, o maior número de fenestrações nos pisos superiores e as janelas de assento, correspondiam a uma melhoria nos padrões de conforto em uma residência (CONDE, 2000/2001).

Os desenhos de Duarte também trazem informações sobre os espaços contíguos às casas, nos quais se encontram quintais, utilizados para o plantio de legumes e árvores frutíferas (vinhas, oliveiras e castanheiros). Tanto no meio urbano como no universo rural esses terreiros eram apreciados, pois permitiam encontrar junto à casa hortaliças frescas, ervas, frutos ou mesmo uma sombra aprazível. A horta, mesmo que pequena, aparece de forma recorrente nas representações do escudeiro real, localizadas, em geral, nas traseiras do lote de terra. Tamanha era a importância desse plantio para as famílias que muitos desses espaços eram protegidos por muros de pedra, cercas de madeira e entrelaçados vegetais (OLIVEIRA; GALHANO; PEREIRA, 1994), os quais o trabalho de Duarte de Armas figurou repetidas vezes<sup>47</sup>.

O códice destaca-se como fonte para o estudo da paisagem *rayana*, do início do século XVI. Duarte não apenas reproduziu as fortalezas, mas também seu entorno, possibilitando informações sobre a utilização de rios para pesca e comércio. Nota-se a importância desse trabalho uma vez que os rios desenhados no século XVI (como exemplo temos o Guadiana) sofreram modificações no “contorno” dos leitos, devido ao assoreamento de suas margens. A grande maioria dos portos reproduzidos há muito deixou de existir. Os trechos de rios, onde nas gravuras do tratado aparecem embarcações, com as velas estufadas pelo vento, atualmente não servem para a navegação. Especial atenção deve ser dada ao registro de um estaleiro, em pleno funcionamento, na cidade de Caminha<sup>48</sup> (fl.115), onde se identificam os detalhes de uma embarcação em construção, que, com frequência, serve para exemplificar estudos em história da engenharia naval (AMATO, 2006).

Alfredo Pimenta define a obra de Duarte de Armas da seguinte maneira:

Rico de informações arquitetônicas, topográficas, etnográficas, históricas e linguísticas, obra de arte pictural e obra de ciência positiva, o Livro das Fortalezas é um mundo que ainda não foi devidamente explorado... Com muita ou pouca perspectiva, com erros grandes ou sem eles, não se pode contestar a beleza dos seus desenhos, o realismo e a minuciosidade que caracterizam o “*processus*” artístico de Duarte de Armas e que colocam a sua obra entre as grandes manifestações artísticas portuguesas daquela época (PIMENTA, 1944, p. 08).

---

<sup>47</sup> Conforme Anexo 09.

<sup>48</sup> Conforme Anexo 11.

A contribuição de Duarte para o estudo da paisagem quinhentista também está em suas anotações (parte escrita do tratado), situadas junto aos desenhos. Daveau (2000), em seu artigo sobre a rede hidrográfica portuguesa da segunda metade do século XVI, apresenta uma passagem muito elucidativa quanto às fontes e cursos de águas presentes no *Livro das fortalezas*:

Durante o verão de 1509, Duarte de Armas, encarregado de <<pintar>> as fortalezas raianas, foi de Montalegre até Portelo (Sendim) por um bom caminho de <<uma légua boa>>, tendo atravessado um rio provido de pontes (Cávado). Daí, foi ter a fortaleza de Piconha, perto de Rendim, por um muito mau caminho de 2 léguas, tendo atravessado algumas ribeiras pequenas. Para atingir Castro Laboreiro teve, a seguir, que franquear <<5 léguas de serras e muitas ribeiras, entre as quais a maior há nome Lima>>; o que mostra que atravessou em linha directa as terras galegas, facto confirmado pela não descrição do castelo de Lindoso. De Castro Loboreiro desceu a Melgaço, por um caminho de <<2 léguas mui fragosas, todo de serras, ribeiras nem uma>>. A sucinta que deixou de seu itinerário é de grande interesse; ainda que muito simples, indica sistematicamente a distância em léguas, a qualidade dos caminhos e os rios atravessados, providos ou não de pontes (DAVEAU, 2000, p. 12).

O álbum apresenta grande importância para o conhecimento da organização espacial urbana dos princípios dos quinhentos em Portugal. Tais registros indicam que muitas vezes há que se procurar uma topografia desaparecida a partir de uma documentação normalmente escassa, em muitos casos sem continuidade cronológica e raramente adequada ao esclarecimento da paisagem urbana. A maioria dos documentos disponíveis foi elaborada por razões jurídico-administrativas e, por isso, privilegiam assuntos como a fixação de quantitativos fiscais ou o esclarecimento de questões de propriedade. “Através deles, só muito lateralmente, se pode depreender o traçado das artérias de um núcleo urbano, o contorno da muralha ou a exata morfologia de uma construção” (ANDRADE, 2003, p. 43). O códice manuelino faculta, assim, um retrato pormenorizado de como seria outrora a paisagem urbana e rural da fronteira terrestre portuguesa nos princípios dos quinhentos. O viajante da Casa Real esforçava-se por oferecer o melhor enquadramento possível aos seus desenhos, aproveitando para isso os caminhos de aproximação ou de saída dos aglomerados que visitava.

O minucioso trabalho de investigação de Manuel da Silva Castelo-Branco (1994) conduz a acreditar na idoneidade do escudeiro do Venturoso como excelente *tracista* e observador. Armando Cortesão (1935) não teve dúvidas em integrar Armas no grupo dos cartógrafos portugueses da primeira metade do século XVI. Duarte demonstra uma disciplina em reproduzir as fortificações e as paisagens, registrando montes, serras, escarpas, arvoredos,

campos de cultura, pontes, caminhos, azenhas. Acusa-se a mão de alguém com treino para a cartografia, mas sobressai-se, ao mesmo tempo, uma grande maestria no tratamento das formas edificadas.

Em seu “relatório imagético”, Duarte detalhou a situação de conservação e funcionalidade em que as fortalezas encontravam-se. A partir de suas plantas baixas podem-se obter informações valiosas sobre a constituição interna das fortificações, assim como o número exato de torres, as proporções do pátio interno, a distância entre a primeira e segunda linha de muralhas, a localização das torres, os acessos (entradas), capelas, cisternas, escadarias, estábulos, espessura aproximada das paredes, separação dos diferentes ambientes e seus possíveis espaços. Segundo Cid (2001), a inspeção nas defesas do reino de Portugal, a partir de desenhos e medições, seguia o sistema de unidades da vara (v) de 1,10m e meia-vara (+) de 0,55m e o palmo (p) de 0,22m. Na imagem da cidade de Olivença, visão Norte (fl.23)<sup>49</sup>, Duarte representou-se tirando a medida da altura da principal torre do castelo. Como desejando comprovar a exatidão de seus registros, desenhou a si próprio, segurando uma corda, com um peso na ponta, que descia desde o teto da torre até o chão.

Na visão sudoeste de Sintra<sup>50</sup> (fl.118), ao fundo, Armas desenhou o antigo e abandonado Castelo dos Mouros, cujo “pano de muralha” e torres “serpenteiam” acompanhando os declives e aclives dos morros onde estão instalados, bem como o Convento de Nossa Senhora da Penha. Outro exemplo interessante da minúcia com que os desenhos eram feitos, aparece no momento do “artista” registrar a perspectiva sul do Castelo de Alcoutim, onde acabou captando também, a aproximadamente 2 km de distância, sobre o topo de um monte vizinho, um antigo e arruinado castelo muçulmano, atualmente chamado Castelo Velho de Alcoutim. Esse desenho é o mais antigo registro existente da estrutura muçulmana, construída, possivelmente, no século IX e definitivamente abandonada no século XI, vindo a ser quase completamente soterrado com o passar tempo (CATARINO, 2002).

Referências sobre o funcionamento do comércio também podem ser alcançadas a partir da análise dos desenhos do Escudeiro da Casa Real. No vale do rio Minho, o problema da navegabilidade atraiu a atenção do *debuxador*. A parte vestibular do rio aparece franqueada por grandes naus e caravelas: uma das naus se afasta em direção ao oceano, enquanto outra nau e duas caravelas ficam ancoradas na foz, perto de Caminha (fl.116), e a

---

<sup>49</sup> Conforme Anexo 12.

<sup>50</sup> Conforme Anexo 13.

terceira nau, ao pé do castelo de Vila Nova de Cerveira (fl.113). Mais a montante<sup>51</sup>, em Valença do Minho (fl.111)<sup>52</sup>, estão ancoradas no rio duas grandes naus, com três mastros e castelos à popa e à proa, e, também, duas pequenas caravelas, com dois mastros e duas velas triangulares. Uma das naus vai içando as velas, preparando-se para descer em direção ao mar. Mais a montante, em Monção (fl.108), o *debuxador* representou apenas uma pequena barca no rio, como permite apreciar o barqueiro nela instalado, com uma só. Demonstrou assim que a passagem da carga da navegação marítima fazia-se em Valença, a jusante<sup>53</sup>, e que as mercadorias passavam em Monção, levadas por animais de carga, dirigidos por almocreves (DAVEAU, 2003).

Entretanto, faz-se importante destacar que não são apenas informações técnicas e metódicas que constituem esse tratado. Em alguns debuxos, Duarte registrou a si (sobre uma mula) e seu criado (a pé)<sup>54</sup>, passando diante das fortificações, atravessando as vilas, ou caminhando pelas estradas próximas as cidades<sup>55</sup>. Pode-se considerar como uma inovação dessa obra os diferentes momentos representados por seu autor, apresentando sua chegada à vila, sua passagem em frente a ela e sua saída<sup>56</sup>. Nesse momento, torna-se interessante fazer referência ao tema pictórico definido por Arnold Hauser (2003) como “paisagem rolante”, típico do gótico tardio, que retratava repetidamente “o andarilho, o viajante, o peregrino, o vagamundo” (HAUSER, 2003, p. 268), criando uma ilusão de viagem, jornada e movimento, levando o observador a participar do deslocamento<sup>57</sup>.

Quanto ao vestuário dos viajantes<sup>58</sup>, registrados nos desenhos, observa-se que o cavaleiro usava calças justas (muito utilizadas ao longo de toda a Idade Média); gibão de

---

<sup>51</sup> Em direção à foz do rio, direção contrária a vazante. Costuma-se dizer “subindo o rio”.

<sup>52</sup> Conforme Anexo 14.

<sup>53</sup> Vazante, em direção à saída para o mar.

<sup>54</sup> Conforme Irias Gonçalves, “[...] todos os investigadores têm visto nesta segunda figura, alguém que acompanhava Duarte de Armas para o servir. Com efeito, a forma como ambos foram representados, mostra dois homens de condições social e econômica bastante diferentes, facto documentado, por um lado, pela diversidade de modos de locomoção, por outra, pelas diferenças de trajar” (2005/2006, p. 71).

<sup>55</sup> No início do século XVI “[...] era então muito vulgar o artista identificar-se no próprio trabalho através de marcas, siglas, etc”. (CASTELO BRANCO, 1997, p. 17).

<sup>56</sup> Os desenhos em que os dois personagens (Duarte e seu criado?) foram representados, encontram-se nas fl.23v Olivença; 24v Elvas; 19v Ouguela; 34v Assumar; 41 Alpalhão; 47v Nisa; 61 Monsanto (representados em dois lugares diferentes, chegando à cidade e, após, dela se distanciando – passando uma noção de deslocamento e de tempo); 64v Sabugal; 68v Castelo Mendo; 72v Almeida; 75-75v Castelo Rodrigo (aparecem nas duas vistas); 76v Freixo-de-Espada-a-Cinta; 78v Mogadouro; 90 Bragança; 96v (aparecem nas duas vistas) Montalegre; 104v Megaço e 114 Caminha. Em um total de 17 panorâmicas.

<sup>57</sup> Conforme Anexo 17.

<sup>58</sup> Conforme Anexo 16.

manga ligeiramente bufante até o cotovelo e justa no antebraço e tabardo<sup>59</sup> amplo, solto (próprio para cavalgar), com capuz e pequeno decote redondo. Calçava botas de montar<sup>60</sup>, porém não se identifica a presença de esporas. Na cabeça, usava um toucado enrolado em forma de turbante. Duarte viajava sobre um cavalo bem arreado<sup>61</sup>, com sela de justa<sup>62</sup>, sobre xairel<sup>63</sup> apertado com uma silha, completavam estribos largos e pendentes<sup>64</sup> (PRIEGUE, 1993; MARQUES, 1997).

O “criado” (homem que viajava a pé) também vestia calças justas, sobrepostas por um saio<sup>65</sup>, aberto na frente na parte de baixo e com uma costura (ajustável) na parte de trás. Até a cintura, a vestimenta apresenta-se justa, caindo a partir daí, em amplas pregas, até ao joelho. A parte de cima do saio era fechada a frente por botões<sup>66</sup>, que subiam até o pescoço, local com uma pequena gola redonda. As mangas vinham folgadas do ombro ao cotovelo, ajustando-se do antebraço até ao pulso. Para proteção da cabeça, utilizava um gorro ou capelo; em seus pés trazia (ao que dá entender serem) “sapatos” (OLIVEIRA, 1992; PELARDA, 1997). Essas minúcias sobre o vestuário dos dois viajantes permitem ratificar a riqueza de detalhes desses registros imagéticos.

Nenhum dos viajantes representados usava barba, mas utilizam cabelos longos (pelos ombros). Ambos estavam armados de lança e espada. Acredita-se que, para um percurso tão longo (900 km), em estradas e caminhos, muitas vezes pouco povoados, o perigo de salteadores não era incomum<sup>67</sup>. As lanças, nos registros de Duarte, sempre aparecem sendo transportadas em posição horizontal e, quando os viajantes estão parados, são representadas apoiadas no chão, em posição vertical. Iria Gonçalves (2005/2006) apresenta a interessante informação de que D. João I, após a guerra com Castela, buscando pacificar o reino, baixou leis de restrição para utilização de armas, ainda baseado nas Ordenações Alfonsinas (livro I,

<sup>59</sup> Conforme A. H. de Oliveira Marques (1964, p.46) refere-se a um casaco/abrigo aberto dos lados e fechado atrás e na frente, com um buraco para passar a cabeça, contendo, na maioria das vezes um capuz, útil para proteção contra o sol, o frio e o vento.

<sup>60</sup> Conforme Elisa Priegue (1993, p.55), essas botas eram finas, justas na perna e eram calçadas sobre outros sapatos, utilizadas especialmente para cavalgar e proteger o cavaleiro do pó do caminho e do roçar da pele do animal.

<sup>61</sup> Identificam-se freios, rédeas, cabeça e peitoral.

<sup>62</sup> Larga, com proteção anterior e posterior, dando segurança, estabilidade e conforto ao ginete.

<sup>63</sup> Cobertura de tecido ou couro, que se põe sobre o dorso da cavalgadura, protegendo-a do atrito da sela.

<sup>64</sup> Conforme detalhe da panorâmica de Melgaço (fl. 105), visão Leste. Anexo 15.

<sup>65</sup> Conforme Fernando Oliveira (1991), em sua obra sobre a moda da população portuguesa nos séculos XV e XVI, o saio era uma das peças de roupa mais comuns entre os homens daquela época.

<sup>66</sup> Que começam a ser utilizados na primeira metade do século XIV, em Portugal, conforme Cristina Pelarda (1997).

<sup>67</sup> Para mais informações sobre os perigos enfrentados pelos viajantes nos percursos medievais da Península Ibérica, conferir a obra de Guzmán, A., *Los peligros del camino de Santiago* (1992) e Cortázar, J., *Viajeros, peregrinos, mercaderes en la Europa medieval* (1992); *El Hombre Medieval como Homo Viator* (1993).

título XXXI, § 13 – *Das Armas como se ham de filhar*); entretanto, manteve de fora dessa proibição os viajantes, tendo em vista a necessidade de autodefesa em seu deslocamento, provando os perigos que as estradas ofereciam no final do período medieval em Portugal.

E depois desto hordenou ElRey Dom Joham Meu Avoo de Gloriosa Memoria ácerca da tomada das das armas, que nom seja nenhuu taõ ousado de qualquer estado, e condiçom que seja, que traga arma alguã grande, ou pequena, salvo se forem Cavalleiros, e Cidadãos honrados da cidade de Lisboa; e o que contrario fezer, perca as armas, que trouver, e sejam para o Alquaide da cidade, ou Villa, onde esto acontecer, ou seus homees, que lhas coutarem, ou os Nossos Meirinhos, ou das Correições, por que aquellas, armas que cada huu deles coutar, ou tomar, serom suas; **pero esto se nom entenda em aquelles, que andarem caminho, quando per eles forem, nem aquelles que forem ver suas lavras, e herdades, porque taees, como estes, as poderão levar, e trazer livremente, em quanto pera ellas forem, e dellas viere** (ORDENAÇÕES ALFONSINAS,1446, grifo nosso).

O *Livro das fortalezas* é mais do que um tratado das fortificações portuguesas fronteiriças, é um detalhado “registro etnográfico”, realizado por um viajante atento e “faminto” por informações, que possibilita valiosos dados sobre o viver no início do século XVI. Uma viagem singular, capaz de gerar uma obra de grande força evocativa. Entende-se que tais registros apresentam-se como auxilio precioso para quem, por qualquer motivo, necessita investigar a história dos povoados e do território fronteiriço, incluídos nas páginas do tratado. Um interessante diário de viagem, em que as letras, palavras, frases, textos, foram substituídos por elaboradas composições iconográficas<sup>68</sup>. Esse singular conjunto de imagens dá a entender o que esse viajante pôde vivenciar ao longo de seu périplo de 900 km em, aproximadamente, um ano de caminhada.

O principal objeto desta investigação está centrado no estudo das representações da arquitetura militar de transição na fronteira luso-castelhana, contidas nos registros de Duarte de Armas; porém, os esforços de reflexão, análise e interpretação desdobram-se para além da tangibilidade da fronteira fortificada. Para tanto, acredita-se indispensável uma reflexão teórica embasada nos conceitos de imagem, representação, transição, paisagem e fronteira. Dessa forma, após a caracterização e contextualização do *Livro das fortalezas*, dá-se continuidade com a apresentação e debate dos preceitos teóricos-conceituais que orientaram esta pesquisa.

---

<sup>68</sup> Deixa-se claro que com esse posicionamento não se quer menosprezar ou diminuir a importância da riqueza de informações escritas apresentadas no final da obra de Duarte, *Tavoadas das fortalezas do estremo de Purtugall e Castella de Armas* (Fls.134, 135 e 136).



## 2 DAS REPRESENTAÇÕES, DA PAISAGEM E DA FRONTEIRA

A presente seção objetiva constituir uma reflexão acerca de conceitos que se acreditam ser fundamentais para o apropriado desenvolvimento e compreensão desta pesquisa. Propõe-se pensar a representação imagética de uma paisagem fronteiriça fortificada, tendo como referência o *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas. Trata-se de questões relacionadas à transição entre *desenho* (desígnio) e *debuxo*; a construção da fronteira luso-castelhana, ambígua e complexa, entre os séculos XV e XVI e a função de demarcação, povoação e organização territorial que as fortificações ocuparam na fronteira.

### 2.1 As imagens e as representações

[...] e Duarte de Armas partiu para os “extremos”, na sua incumbência de os trazer, em imagens, ao monarca (GONÇALVES, 2005/2006, p. 70).

A pesquisadora Iria Gonçalves (2005/2006) define, de forma pertinente, a tarefa de Duarte de Armas. Uma vez que o monarca não poderia percorrer toda a fronteira e verificar cada uma de suas fortalezas, coube ao seu escudeiro “trazer os extremos em imagens”, para que D. Manuel pudesse visualizá-los. O tracista da corte, com sua pena, tinta e folhas de papel de linho constituiu representações, não apenas das fortificações raianas, mas das paisagens onde estavam inseridas. Neste momento, torna-se pertinente realizar uma aproximação do contexto da arte na Europa no período em que o *Livro...* foi produzido. Para tanto, busca-se definir a lógica que se impõe nas produções imagéticas visuais; a importância que o *traçado* ocupa como fonte “transparente” e ilusionista para apresentação/representações de informações e sua relação com o “efeito de real”.

As imagens que constituem o *Livro das fortalezas*, objeto de investigação desta pesquisa, são apreendidas como um conjunto de representações. A apropriação sobre esse conceito dá-se a partir da produção de Chartier (2011; 2002), mais especificamente sobre os seus estudos relacionados às concepções desenvolvidas por Louis Marin. Filósofo, historiador e crítico de arte, Marin (1931-1992) teve como base das suas análises a Gramática e Lógica de Port-Royal (monastério em Paris, onde intelectuais religiosos, críticos do funcionamento da Igreja Católica desenvolviam pesquisas sobre filosofia da linguagem). De acordo com Chartier (2011; 2002), Marin desenvolve suas reflexões e considerações acerca do conceito de

representação, a partir de definições antigas, oriundas do *Dictionnaire de Furetière*, edição de 1727. Essa referência propõe dois grupos de sentido à palavra *representação*. No primeiro, a representação assume o papel de presentificação do ausente, “[...] substituindo-o por uma “imagem” capaz de representá-lo adequadamente” (CHARTIER, 2002, p. 165, grifo do autor). A segunda significação está relacionada à demonstração de uma presença, a apresentação pública. “Na modalidade particular, codificada, de sua exibição, é a coisa ou a pessoa mesma que constitui sua própria representação” (CHARTIER, 2002, p. 166). Dessa forma, o autor destaca que Marin compreende, em seus estudos, “[...] que toda a representação se apresenta como representando alguma coisa” (p. 168).

Dessa forma, a representação pode ser definida como uma imagem que remete à ideia e à memória de coisas, conceitos ou pessoas ausentes. A representação permite ver o objeto ausente, substituindo-o por uma imagem que o representa de forma adequada, mas sempre relida e recriada pelo autor, segundo valores e modelos de compreensão do mundo, subsumidos pela coletividade e grupos sociais nos quais o sujeito está inserido. É sob essa perspectiva que se apreende os *debuxos* de Duarte de Armas, como a presentificação das fortalezas da arquitetura militar na Península Ibérica no princípio do século XVI.

Segundo Chartier (2011; 2002), o trabalho de Marin, sobre o conceito de *representação*, teve grande importância quando da compreensão sobre as diferentes relações que os indivíduos e/ou os grupos desenvolvem e sustentam com o mundo social. Nesse sentido, o autor indica que essa articulação dá-se a partir de três formas, “[...] de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade”. Pertinente a essa primeira forma de relação com o mundo social, Pesavento (2003, p. 40) considera que as representações envolvem processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. Dando continuidade, Chartier destaca que, em um segundo momento, são constituídas “[...] práticas que visam exibir uma maneira própria de ser no mundo, que significam, simbolicamente, um estatuto e uma posição” (2011, p. 21). Nesse processo, um grupo, valendo-se da seleção e da classificação simbólica, organiza e dá sentido ao espaço social em que vive, representando hierarquias, estatutos e posições. Por último, constituem-se “[...] formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais ‘representantes’ marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe” (CHARTIER, 2011, p.183, grifo do autor). Segundo Pesavento (2003), as representações, portadoras do simbólico, carregariam sentidos

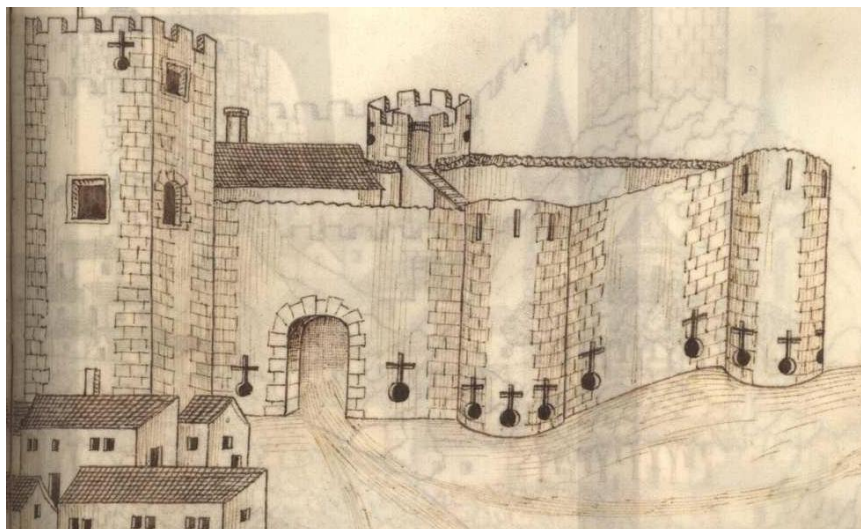
ocultos que, construídos social e historicamente, internalizam-se no inconsciente coletivo e apresentam-se como naturais.

A aproximação realizada em torno da apresentação de Chartier (2011; 2002) com o pensamento de Pesavento (2003) sobre o conceito de *representação*, faz-se pertinente, neste momento, à elucidação sobre o papel do indivíduo/“representante” (Duarte de Armas) quando da produção/apresentação/representação das fortificações. Essa reflexão conceitual, também, corrobora o processo de construção das representações desenvolvidas, nesta pesquisa, sobre o *Livro das fortalezas*.

Dessa forma, apresenta-se a ocorrência de dois processos de representação, em temporalidades diferentes. O primeiro, realizado por Duarte de Armas, no momento em que percorreu a fronteira luso-castelhana e produziu sua obra imagética, registrando panorâmicas, alçados de fortificações e plantas baixas. Esses registros foram fruto de um olhar seletivo, que identifica, hierarquiza e compreende de determinada forma as paisagens e fortificações, para transformá-las em *debuxos*. O segundo, quando o autor desta investigação, valendo-se das representações de Duarte de Armas, produz suas próprias representações sobre as fortificações e a fronteira luso-castelhana quinhentista. Da mesma forma, o olhar, direcionado ao *Livro das fortalezas*, não é neutro. Realizam-se identificações, seleções, classificações, valorizam-se determinados aspectos enquanto outros são excluídos, em um processo (re)interpretativo e de (re)construção das representações do escudeiro.

Para Schmitt (2007, p. 26), alguns historiadores ainda utilizam as imagens com o intuito de estabelecer uma correspondência “mais ou menos confiável”, com a realidade; entretanto, o autor considera limitadora essa abordagem às fontes imagéticas, pois “[...] nada nos diz das próprias imagens, nem da sua razão de ser e nem da natureza, diferentemente complexa, do processo de representação”. A utilização das imagens apenas como uma reprodução fidedigna da realidade, de um momento ou sociedade, exclui a complexidade da construção de representações acerca da imagem, sua produção, seus autores e sua recepção em diferentes períodos. O autor acredita que apenas nomear o que as imagens representam não constitui sua representação, pois a função das imagens não é “representar a realidade exterior”, mas sim “construir o real de um modo que lhe é próprio” (2007, p. 27). A questão posta aos historiadores seria de compreender a imagem em sua totalidade, sua forma, funcionamento e funções.

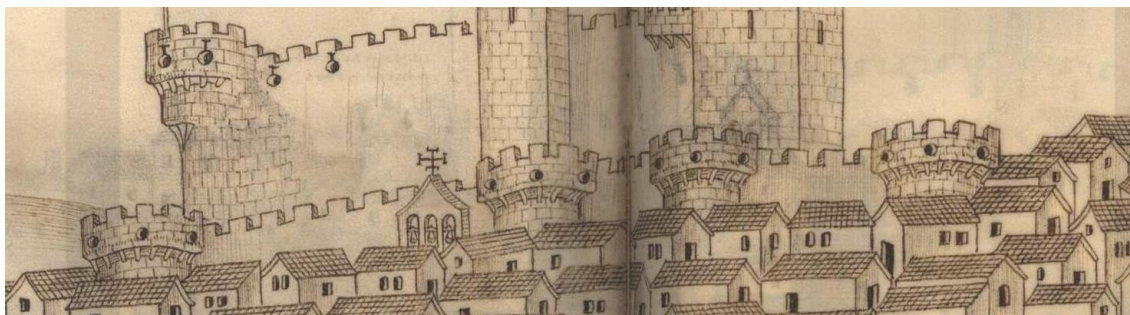
Figura 1: *Debuxo* do alçado da fortificação de Alpalhão<sup>69</sup> (fl.42/NE).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Embora Duarte de Armas indique a vista nordeste para o *debuxo* do alçado de Alpalhão, apenas a vista noroeste permitiria a percepção dos três cubelos e da torre de menagem ao mesmo tempo. Considerando-se a vista noroeste, deve-se admitir certa “distorção” ou adaptação da representação do alçado de Alpalhão, na qual o tracista (propositalmente?) buscou demonstrar o máximo possível do conjunto fortificado, com suas soluções artilheiras.

Figura 2: Detalhe do alçado do *debuxo* da fortificação de Almeida<sup>70</sup> (fl. 74/NE).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Em Almeida (fl.74/NE), Duarte de Armas registrou quatro cubelos artilheiros, todos com três troneiras de orbe, em cota superior. Essa visualização só é possível a partir de uma distorção da representação da estrutura. O ponto de vista (NE) possibilitaria observar, no

<sup>69</sup> Complexo artilheiro de transição, com três cubelos artilheiros semicirculares, com troneiras cruzetadas em cota baixa e torre de menagem com secção quadrada.

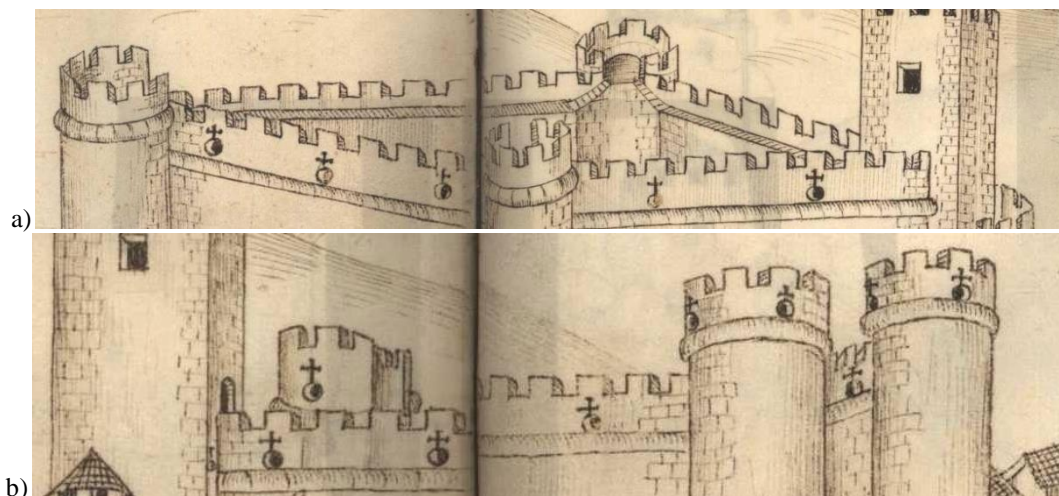
<sup>70</sup> São registrados quatro cubelos artilheiros semicirculares, com troneiras redondas em cota alta.

máximo, três cubelos, pois o *debuxado* mais à direita, deveria estar oculto atrás da torre de menagem. A disposição em linha, que permite observação simultânea, dos quatro cubelos e trechos de barreira que “se fizeram novos” (fl.73/S), infere, possivelmente, a importância dessas estruturas aos olhos do *debuxador*. “O olhar institui o próprio objeto” (MENESES, 1996, p. 154). As representações de Duarte de Armas não devem ser tomadas como o “real”, mas como construções discursivas sobre o real.

Pode-se postular que, ao observar os fólios do *Livro...*, realiza-se um exercício de identificação, reconhecimento e classificação de informações. Dessa forma, são selecionadas e legitimadas algumas e excluídas outras, partindo do princípio de que essas imagens não são a “realidade”, mas uma forma de captá-las e representá-las em um momento específico, a partir de um olhar direcionado. A perspectiva específica eleita por Duarte está, possivelmente, condicionada à sociedade na qual o *debuxador* estava inserido, fazendo com que seus *debuxos* representem diferentes “hierarquias de importância” em relação à paisagem e à “realidade” observadas e registradas. Esse posicionamento permite entender e romper com o ponto de vista de que o álbum quincentista é produto de uma visão natural, “real”, inocente, quase inconsciente, percepção que, erroneamente, dispensaria a necessidade de reflexão sobre a obra.

Como exemplo, ter-se-ia a ideia de que o valor da imagem estaria no seu caráter probatório, ou seja, tanto mais “histórica” seria uma imagem quanto mais se pudesse comprovar correspondências de informações por ela apresentada com o real externo, que lhe serviu de modelo. Essa visão, redutora, baseada em uma perspectiva de “infidelidade histórica”, desconsidera que o valor documental de fontes imagéticas não está na confirmação/negação de traços empíricos do observado, mas sim na problematização de representações sociais, no inferir e questionar sobre o imaginário que as motivações que as produziram (MENESES, 1996).

Figura 3: a) Detalhe do *debuxo* do alçado da fortificação de Vimoso (Fl.85/SE)  
 b) Detalhe do *debuxo* do alçado da fortificação de Vimoso (Fl.86/NO)



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

A comparação entre os dois alçados apresenta falta de correspondência entre o que foi observado nas diferentes vistas do *debuxador*. Enquanto no alçado (a), não há a presença de troneiras em cota alta nos cubelos, no alçado (b) todos os cubelos são representados com troneiras em cota alta.

Duarte de Armas registra as mesmas estruturas com características distintas, em vistas diferentes. Nos detalhes acima se identificam os mesmos elementos (troneiras) selecionados e utilizados de forma diferentes, para construção de duas representações sobre a fortificação de Vimoso. A problematização da obra está em considerá-la constituída por muitas representações, evitando realizar uma busca de qual das imagens (com ou sem troneiras) corresponde a uma verdade ou realidade. A falta de correspondência pode dar a entender pouca sistematização, no momento de produzir as vistas da mesma fortificação; entretanto, na perspectiva desta investigação, isso não caracteriza o *Livro...* como pouco “confiável”, enquanto fonte de pesquisa. As possíveis discrepâncias, faltas de correspondências entre alçados e as plantas baixas, ou mesmo, entre os alçados da mesma fortificação, constituem-se como relevantes pontos de interesse para compreender o processo de construções de representações do observado por parte do escudeiro.

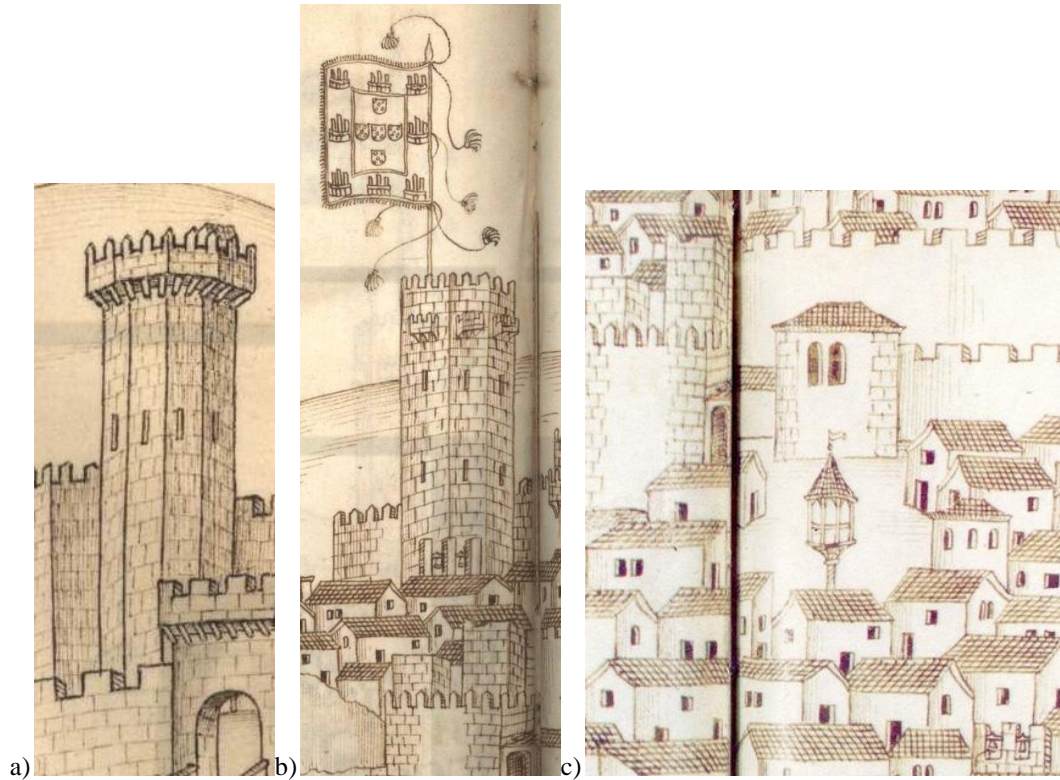
A necessária dimensão factual/empírica presente nas imagens, tais como a reprodução de características da paisagem, arquitetura, decorações, vestuários e objetos, não esgota o complexo universo das representações sociais, contidas nas fontes imagéticas. “O olhar, portanto, institui seu próprio objeto” (MENESES, 1996, p. 154). É o olhar do viajante, do

*debuxador*, do burocrata, do escudeiro (seja ele quem for) que registra, em seus traços, uma cidade, uma paisagem, uma arquitetura ou uma população, que é seu objeto de interesse.

Roque (1997, p.34), pensando a produção, e não a reprodução, do espaço em obras imagéticas, identifica o prejuízo da “teoria de la mimesis”, que impede ver que há outro espaço atrás do representado. Deixar de pensar o espaço representado como uma simples imitação exata da realidade permite concebê-lo como um conjunto de signos, com sentidos e intenções próprias. O espaço, sendo uma produção humana, não pode ser percebido como neutro. Da mesma forma, sua representação trata-se de uma construção simbólica, bem mais do que uma cópia fidedigna.

Duarte de Armas, em seus registros, adotou o recurso de privilegiar, claramente, a verticalidade dos elementos edificados de função militar, principalmente a torre de menagem. Foi essa “regra”, estipulada por Duarte, ou pelo menos por ele empregada repetidas vezes, que lhe serviu como um recurso para conjugar dados de ordem estética com outros mais pragmáticos, de conteúdo político. Pode-se inferir dos seus empenhos que o objetivo seria exaltar a autoridade régia e, para tanto, nada como atribuir a maior altura possível às fortificações e torres portuguesas *debuxadas*. Um “artista” da época com recursos técnicos perceberia a necessidade de “distorcer” e “arranjar” as suas imagens para torná-las mais compreensíveis para terceiros, principalmente para D. Manuel. Outra distorção, que ocorre com certa frequência, está nos pelourinhos (símbolo de poder régio na vila ou cidade). Quando ficavam ocultos pelo casario, o “artista” elevava-os (sobredimensionava-os) fazendo aparecerem sobre as edificações.

Figura 4: (a) Detalhe do *debuxo* do alçado da fortificação de Freixo-de-Espada-a-Cinta (fl.77/S).  
 (b) Detalhe do *debuxo* do alçado da fortificação de Sabugal. Torre de menagem (fl.66/E).  
 (c) Detalhe da paisagem de Sabugal. Entre os telhados das casas surge um superdimensionado pelourinho (fl.66/N) .



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

O *debuxador* da casa real trata os códigos de representação como recursos flexíveis, que lhe permitem alcançar seus objetivos. No que concerne às plantas baixas das fortificações, ocorre a sobreposição de diferentes níveis em um mesmo plano, situação que aparece como regra (e que dificulta a compreensão da estrutura). Em contrapartida, é possível perceber que sua grande preocupação está em registrar elementos da arquitetura militar, dimensionando e localizando panos de muralha, torres, menagens, cisternas, portões e aberturas de troneiras. Fortificações demasiadamente danificadas não receberam planta baixa: Assumar (fls.35 e 36), Montalvão (fls.50 e 51), Valença do Minho (fls.111 e 112) e Vila Nova de Cerveira (fls.113 e 114).

Nas questões sobrepostas, identifica-se a ação seletiva do *debuxador* em relação aos seus registros. Assumar, de fato, aparece bastante ruída em seu alçado, mas as outras três fortificações não parecem estar tão danificadas. O estado de conservação das fortalezas influenciava quando da produção das plantas baixas, pois impossibilitava o tracista de percorrer seu interior e tirar as respectivas medidas em segurança. Há ocasiões (como é o caso



de Juromenha, fl. 123v), em anotações, nas plantas baixas, que Duarte justifica a falta de medidas de algumas estruturas, devido à insegurança que ofereciam .

Figura 5: Detalhe da planta baixa da fortificação de Juromenha, com anotação do *debuxador* (fl.123v).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

O *debuxador* justifica a falta de medições da grossura e altura da muralha de Juromenha. Na anotação, lê-se “os muros na torres desta vila não se medirão por estarem muy danificados não se poderam andar”. Uma vez que não foi possível percorrer, por cima, as torres e muralhas, devido à degradação, o *debuxador* não pôde completar seus registros.

Essa preocupação, acredita-se, denota a importância dada pelo *debuxador* ao registro das medições, definindo proporções, ao ponto de “desculpar-se”, por suas ausências. Identifica-se, nesse caso, um processo seletivo em que determinadas informações são privilegiadas em relação aos objetivos para construção de uma representação.

Para Aumont (2011), o espectador (re)constrói a imagem e a imagem (re)constrói o espectador. Nessa abordagem, o espectador é percebido como parceiro ativo da imagem, constituindo a sua visão a partir de aspectos emocionais e cognitivos. O olhar não é neutro, essa não é uma relação fortuita. Para Gombrich (2007), a percepção é um processo experimental, baseada em um sistema de expectativas, que geram hipóteses, que podem ser confirmadas ou refutadas. O olhar das pessoas é influenciado por um conhecimento prévio do mundo que as cerca e uma enciclopédia de imagens que carregam em sua memória. Dessa forma, ver seria o mesmo que estabelecer uma associação/relação entre o que os olhos captam com suas apreensões passadas e expectativas presentes. Ratificando esse posicionamento, Gombrich (2007) postula que o cérebro humano funciona a partir de complementos, uma vez

que uma imagem jamais pode representar tudo, transmitindo uma informação completa de seu significado. Nesse processo, o saber prévio preenche as lacunas, gerando novos significados e representações.

As construções das representações de Duarte de Armas, possivelmente, tenham sido influenciadas por sua experiência pretérita como *debuxador* de algumas estruturas fortificadas portuguesas no Marrocos, momento em que também registrou cursos de rios. As fortificações que estavam sendo construídas ou reformadas nos territórios ultramarinos seguiam a mesma lógica, construtiva/defensiva, das que estavam sendo melhoradas e erigidas no continente (TEIXEIRA, 2008). Sua relação com a Corte, sua formação como fidalgo, seu posto de Escrivão da Livraria Régia e Torre do Tombo, provavelmente, tenham entrado como fatores que lhe auxiliaram a proceder às seleções, hierarquizações e interpretações sobre o que estava sendo registrado.

Documento produzido há cerca de quinhentos anos, o *Livro das fortalezas* atravessou séculos sendo objeto de novas representações. Essa consideração pode ser identificada nas obras de Brás Pereira de Miranda (1642), D. Francisco de São Luís (1839), Manuel González Simancas (1910/11), Teixeira Carvalho (1922), General João de Almeida (1943), Alfredo Pimenta (1944) e Armando Cortesão, Avelino Teixeira (1960), dentre outros.

Acredita-se que, em diferentes períodos, as interpretações e representações construídas a partir do códice manuelino tenham sido distintas, atendendo intenções específicas. A obra imagética de Duarte de Armas apresenta-se como duradoura no tempo e espaço, “sobrevivendo” a diversas gerações de investigadores e artistas que a ela recorreram, por diferentes motivos. Em 2008, o *Livro...* ganhou uma nova versão, virtual, sendo disponibilizada na internet pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, para consulta em todo mundo.

As fortificações, representadas no *Livro das fortalezas*, também atravessaram séculos, passando por diversos processos construtivos, contendo em si diferentes temporalidades. Sobre as características de existências sobrepostas, duradouras e policrônicas das imagens, nas quais os *debuxos* do escudeiro podem ser classificados, serão tratadas a seguir.

## 2.2 Policronismo nas imagens e na arquitetura militar.

Um enxame de efêmeras se chocou voando contra uma fortaleza, depois pousou nos bastiões, tomou de assalto a torre mor, invadiu o caminho de ronda e os torreões. As nervuras das asas transparentes mantinham-se suspensas entre as muralhas de pedra. “– É inútil tentarem equilibrar-se em suas membranas filiforme”, disse a fortaleza. “– Só quem foi feito para durar pode aspirar a ser. Eu duro, logo existo; vocês não”. “– Nós habitamos o espaço do ar, escandíamos o tempo com o bater das asas. O que mais quer dizer: ser”, responderam as frágeis criaturas. “– Já você é somente uma forma posta aí, para assinalar os limites do espaço e do tempo em que existimos”. “– O tempo escorre sobre mim: eu permaneço”, insistia a fortaleza (CALVINO, 2010, p. 87, grifos do autor).

O conto de Calvino (2010) aproxima-se da lógica postulada por Didi-Huberman, na relação entre os seres humanos (observadores) e as imagens (observadas): “[...] sempre, diante da imagem, estamos diante do tempo” (DIDI-HUBERMAN, 2008, p.31). Conforme esse autor, as imagens permanecem e deve-se reconhecer que elas sobrevivem às pessoas. Nessa relação, os observadores ocupam o papel de elemento frágil e passageiro, enquanto as imagens ocupam o papel de elemento futuro, de duração. Partindo desse preceito, Didi-Huberman afirma que as imagens, devido ao seu tempo de permanência, têm mais memória e mais porvir que os indivíduos que as olham.

A característica de existência sobreposta, de perspectiva prolongada/duradoura, transformaria as imagens em objetos heterocrônicos/policrônicos. As pinturas, gravuras e desenhos conteriam em si a influência, a existência de diversos períodos e estilos, o que definiria o estudo da arte como algo anacrônico, por definição. “A história das imagens é uma história dos objetos temporalmente impuros, complexos, sobredeterminados” (DIDI-HUBERMAN, 2008, p. 46). Para o autor, o anacronismo atravessaria todas as contemporaneidades, constituindo-se em um elemento extremamente rico a ser considerado. A coexistência de tempos diversos estaria no interior das imagens, expressando toda a exuberância e complexidade dos recursos imagéticos.

O anacronismo também estaria presente na origem, no momento da constituição das imagens. Didi-Huberman, em sua obra *Ante el Tiempo – Historia del arte y anacronismo de las imágenes*, apresenta como exemplo dessa condição as esculturas de Donatello, artista que era capaz de reunir em uma mesma obra referências heterogêneas da Antiguidade, do período medievo e da Idade Moderna. Nessa perspectiva, o destaque é dado ao afresco da Santa Conversação, produzido pelo Beato Angélico, na década de 40 do século XV, no convento de San Marco, em Florença. Nela, o artista tinha a sua disposição uma biblioteca que reunia

séculos de conhecimento (“de Platão a Santo Agostinho”), que poderiam ter influenciado diretamente a forma de “montagens de tempos” existente em sua obra.

Huberman leva sua reflexão ainda mais adiante, no momento em que concebe a possibilidade de “reencontro de temporalidades contraditórias e descontínuas na arte”, apresentando a “borda” constituída por salpicos coloridos de gotas de tintas, que “emolduram” a Santa Conversação, do Beato Angélico. Para o autor, por um instante, essa parte da obra não lhe fez recordar ou estabelecer comparações com outros pintores italianos do século XV, mas com o expressionismo abstrato de Jackson Pollock, pintor norte-americano, do século XX.

De tal forma, constitui-se um paradoxo. Fazer história não pode ser fazer anacronismos, porque “remontar-se” ao passado só é possível a partir de conhecimentos que estão no presente. Como evitar o anacronismo? Se cada época fabrica mentalmente seu universo, como o historiador poderá sair completamente de seu próprio “universo mental”, para pensar somente a partir da “ferramenta mental” de épocas passadas?

O equipamento cultural ou cognitivo, não é uma ferramenta pronta e imutável através do tempo, ao contrário essas ferramentas estão elas mesmas em formação, ou seja, aparecem como formas plásticas em perpétua transformação, tomando, em cada mão e contra cada material a ser trabalhado, uma forma, uma significação e um valor de uso diferentes (DIDI-HUBERMAN, 2008, p. 40).

A eucrônia, ou seja, a tentativa de compreender o passado a partir de categorias do passado, alcançando e compreendendo a “ferramenta mental” técnica, estética, social e religiosa, que fez possível determinada eleição pictórica, seria uma idealização impossível. Conforme esse pensamento, as imagens seriam uma montagem de diferenças, de memórias inconscientes, que abririam um leque do tempo em grande escala. Um dos principais conceitos criados e trabalhados por Aby Warburg é justamente o de *sobrevivência*, que busca fazer jus à complexa temporalidade das imagens, que se configuram na larga duração e encontram-se nas “fissuras do tempo” (BURUCÚA, 2002).

Warburg desenvolve o conceito de *pathosformal*, por intermédio do qual busca identificar nas imagens a presença de distintos sentidos, temporalidades e memórias, caracterizando a arte como híbrida. Essa noção, trabalhada a partir da comparação entre obras de diferentes períodos históricos, assinala *sintomas* (memórias inconscientes que perpassam temporalidades) que permitem perceber sobrevivências. Partindo do conceito de que o

passado não é uma realidade fechada, mas que emerge constantemente no presente, o método de comparação, utilizado por Warburg, para identificar permanências, considera as imagens como “[...] verdadeiras mediadoras culturais, vivas, dinâmicas e que contribuem para dar forma, sentido e existência ao mundo” (KERN, 2010, p. 16). Autores como Hegel, Alois Riegl e Erwin Panofsky trabalham respectivamente com os conceitos de “espírito do tempo”, “querer artístico” e “cosmovisão de mundo”, que refletem uma base/fonte de pensamento homogênea e sincrônica para produção artística durante um determinado período. Dessa forma, não consideram que “o tempo da arte é um tempo próprio, que na realidade é plural e heterogêneo” (KERN, 2010, p.15).

Reforçando esse posicionamento, para Schmitt (2007), o tempo histórico deve ser pensado como um sistema de temporalidades múltiplas e contraditórias. O autor chama a atenção para os problemas que podem ser gerados na tentativa dos historiadores sempre buscarem coincidir a cronologia do “estilo” com a da sociedade, desconsiderando as múltiplas temporalidades. De forma a elucidar essa questão, Schmitt apresenta o exemplo do afresco do Triunfo da Morte (aprox.1336/40 d.C.), de Buffalmacco, no Campo Santo de Pisa, pintado em um período anterior ao surto de Peste Negra. Para tanto, não sendo o impacto dessa epidemia a causa direta de, na arte, ter se desenvolvido o tema da fragilidade da existência humana.

A lógica heterocrônica e da longa duração, empregada em relação às imagens, também pode ser aplicada para as construções da arquitetura militar portuguesa; entretanto, antes de realizar essa reflexão, faz-se necessária uma observação. Entre a imagem e as fortificações pode-se identificar uma mudança de perspectiva. Nas imagens, há diferentes tipos de temporalidades que, de uma forma ou de outra, estão embutidas no olhar de quem vê. Os olhos de quem vê estão direcionados por uma série de condicionantes, sobrepostos, que constituem possíveis representações e relações sobre o que é visto. As imagens atravessam os séculos, na maioria das vezes, sem grandes alterações<sup>71</sup>, sendo interpretadas e reinterpretadas por pessoas que, distanciadas diacronicamente, (re)constroem diferentes representações. Outra situação é encontrada nos castelos, que estão em permanente alteração de sua estrutura, com a substituição do que se danifica ou colapsa, deixando registros de sua deterioração. O esforço

---

<sup>71</sup> Com isso, não se ignora que as imagens também sofrem a ação do tempo, tendo sua materialidade afetada e alterada. Imagens também podem passar por reformas e modificações. Pretende-se, entretanto, expor que a policronia das imagens, além de sua longa durabilidade, constitui-se mais em suas diferentes interpretações através do tempo, do que a alteração física propriamente dita, tal como ocorre com a sobreposição de estruturas, de diferentes temporalidades, nas fortificações.

de conservar a obra no tempo, partindo do olhar de cada época, refaz e recompõe (fisicamente) a construção.

Essa lógica heterocrônica e de longa duração empregada em relação às imagens pode ser aplicada para as construções da arquitetura militar medieval e transição portuguesa. Conforme Nunes (1988, p. 74) “[...] o castelo em Portugal não pode ser visto como uma entidade única, confinada a um instante único, mas antes uma imagem com várias identidades, uma sobreposição de fortalezas”. Em um mesmo castelo, tem-se a coexistência de diferentes partes de diversas construções, onde a ruína pode coexistir perfeitamente com a obra nova. Essa característica da presença de estruturas colapsadas com as novas construções é perceptível em vários registros de Duarte de Armas<sup>72</sup>. As fortificações são construções caras, trabalhosas e demoradas, que implicam na coexistência, na mesma estrutura, de partes de diferentes períodos de edificações. Em muitos casos, os castelos apresentam aspecto inacabado ou mesmo parcialmente arruinado (GOMES, 1996). Dessa forma, Correia (2011) apresenta a dificuldade de afirmar a existência de um *castelo-modelo* ou um *castelo-puro*. Por sua existência, que se pode definir de longa duração, as fortificações configuram-se híbridas temporal e estruturalmente. Desta forma, “[...] **não há castelos puros** [...] num castelo que tem características predominantes que o permitam integrar num determinado período, podem persistir elementos mais antigos ou terem-lhe acrescentado outros, muito mais modernos” (CORREIA, 2011, p. 83, grifo nosso).

Nessa perspectiva, as fortificações medievais e de transição também podem ser consideradas como construções “impuras”, policrônicas ou anacrônicas. O perfil arquitetônico dessas construções dá testemunho de séculos de adaptação às várias ações sobre elas empreendidas. As fortificações medievais portuguesas, ainda hoje existentes, em sua grande maioria tombadas como monumentos nacionais, têm suas origens no século X, como é o caso do Castelo de Guimarães (SIPA)<sup>73</sup> e tantas outras no século XI, como o Castelo de Penela (DIAS; ARNAUT, 1983). Ao longo de sua longa duração, passaram por transformações estruturais, funcionais e simbólicas, devido às alterações políticas (aumento ou diminuição de importância estratégica), novidades tecnológicas (introdução da pirobalística ou novas

---

<sup>72</sup> Como exemplo, pode-se citar: Alcoutim (N), Monsaraz (NO), Terena (NE), Arronches (O), Nisa (N), Penamacor (N), Sabugal (O), Penas Róias (S), Monforte do Rio Livre (S), Miranda do Douro (E) e especial atenção para Castelo Mendo (E), Bragança (E) e Vinhais (SE). Em todas essas, saltam aos olhos a simultaneidade de ruínas, com construções em perfeito estado e fundações para novas edificações.

<sup>73</sup> Castelo de Guimarães (Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico de Portugal - SIPA). Disponível em: <[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1060](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1060)>. Acesso em: 12 out. 2014.

soluções arquitetônicas) e, já no período contemporâneo, as Campanhas de Restauração do patrimônio edificado, levadas a cabo durante o governo salazarista (FONTES, 2002; SANTOS, 2011). Pode-se apontar, como uma prova consistente da característica policrônica e impura das fortificações portuguesas, a própria arquitetura de transição registrada por Duarte de Armas, e que conjuga em si, tanto características do período medieval, como inovações dos princípios do século XVI.

As representações de Duarte de Armas apresentam erros de escala, distorções das estruturas registradas e pontos de fuga não unificados. A solução desses “problemas” só seria possível com a imposição de uma lógica geométrica, que não é utilizada pelo tracista; porém, o *debuxador* busca reproduzir as características geográficas de cada região da fronteira; demonstra noções de longe e perto; esforça-se para diferenciar proporções; indica diferença entre os materiais construtivos de casas e fortificações; além de apresentar empenho em definir alturas e espessuras de estruturas, por intermédio de suas anotações detalhadas, aproximando-o do que se pode considerar como técnicas “modernas” de representação.

Além de apresentar uma característica de transição (policrônica), a obra de Duarte de Armas pode ser definida como descritiva. Em seu trabalho, existe um jogo de escalas entre a constituição de uma ampla paisagem, abrangendo a panorâmica de uma região, sem descurar dos incontáveis detalhes que dela fazem parte. Além de seu principal objetivo que eram as fortificações, o escudeiro buscou desenhar o mundo ao seu redor.

Ao analisar as imagens existentes no *Livro...*, pode-se conceber que Duarte realiza um estudo de observação, para produção de um documento que tem a função de “testemunhar”, ao que tudo indica, sem grandes intenções de dramatização<sup>74</sup>. Essa reflexão tem por base a obra de Svetlana Alpers, *A arte de descrever* (1999), onde a arte descritiva, desenvolvida pelos pintores holandeses do século XVII, é caracterizada por uma forte inclusão de paisagens, natureza, vida e cotidiano. Para tanto, a “imagem mostrada na superfície pictórica parece ser um fragmento ilimitado de um mundo que continua para além da tela” (ALPERS, 1999, p.85).

---

<sup>74</sup> Essa “dramatização”, de certa forma, pode, sim, ser identificada na distorção do tamanho das torres de menagem (verticalização); no tamanho desproporcional das bandeiras que identificam as fortalezas como portuguesas; na presença de estandartes – igualmente desproporcionais – com a representação da Esfera Armilar, símbolo do reinado e poder de D. Manuel, indicando que essas fortificações foram construídas pela Coroa. Outro exemplo seria o dos pelourinhos – símbolo da autoridade do monarca nesse Concelho – tantas vezes deslocados e verticalizados para que possam ser vistos entre as casas das vilas e cidades, ou seja, embora possa ser identificada certa “dramatização”, esta não era a principal proposta de Duarte de Armas.

Alpers (1999) escreve pensando nos pintores do Norte da Europa, em um recorte temporal um século adiante da produção do *Livro das fortalezas*. Por mais estranha, deslocada e anacrônica que possa parecer a tentativa de uma aproximação entre as propostas e as técnicas utilizadas pela Holanda renascentista e as representações de Duarte de Armas, é exatamente essa arte descritiva que o escudeiro tenta produzir. A palavra a ser considerada aqui é “anacronismo”, não como algo pejorativo, mas como um conceito que foge a um pensamento linear, sequencial, de substituição do menos pelo mais aprimorado.

Embora a proposta de produção de paisagens dos pintores holandeses viesse a se apresentar apenas um século mais tarde, nada impede que Duarte, empenhado em sua missão de descrição do observado *ao naturall*, embora com técnica diferente, buscasse alcançar, por intermédio de seus *debuxos*, o mesmo objetivo. De fato, não é difícil, ao analisar os fólhos do *Livro...*, o olhar ser conduzido para além das panorâmicas representadas, perdendo-se na “descrição” detalhada das estruturas, aldeias e paisagens, que oferecem possibilidades ilimitadas de observações.

Para Alpers (1999), os setentrionais diferenciam-se da arte narrativa e dramática italiana, que toma por referência textos clássicos latinos e gregos e se baseia na racionalização do espaço e geometria das composições. Os holandeses reivindicam a natureza, mais do que a arte, como fonte de sua realização artística, preocupando-se em representar de forma exata o quanto existe no mundo, ao ponto do termo “descritivo” ser considerado como uma forma de definir muitos dos trabalhos que normalmente são qualificados como “realistas<sup>75</sup>”.

Entretanto, não se espera do *debuxador*, por mais descritivo e detalhista que sejam seus registros, que eles reproduzam “de forma exata o que existe no mundo”. Ao tratar-se de representações, o “real” torna-se um processo construtivo, pelo qual, seguramente, os pintores setentrionais também passavam. Espera-se a (re)construção de uma representação, do quanto o tracista selecionou registrar com seu olhar intencional.

---

<sup>75</sup> Conforme Aumont (2011, p. 106, grifo nosso): “É pois fundamental não confundir, mesmo que sejam conexas, as noções de ilusão, de representação e de realismo. A representação é o fenômeno mais geral, o que permite ao espectador ver “por delegação” uma realidade ausente que lhe é oferecida sob a forma de um substituto. A ilusão é um fenômeno perceptivo e psicológico, o qual, às vezes, em determinadas condições psicológicas e culturais bem definidas, é provocado pela representação. O **realismo**, enfim, é um conjunto de regras sociais, com vista a gerir a relação entre a representação e o real de modo satisfatório para a sociedade que formula essas regras. Mais que tudo, é fundamental lembrar-se de que realismo e ilusão não podem ser implicados mutuamente de maneira automática”.



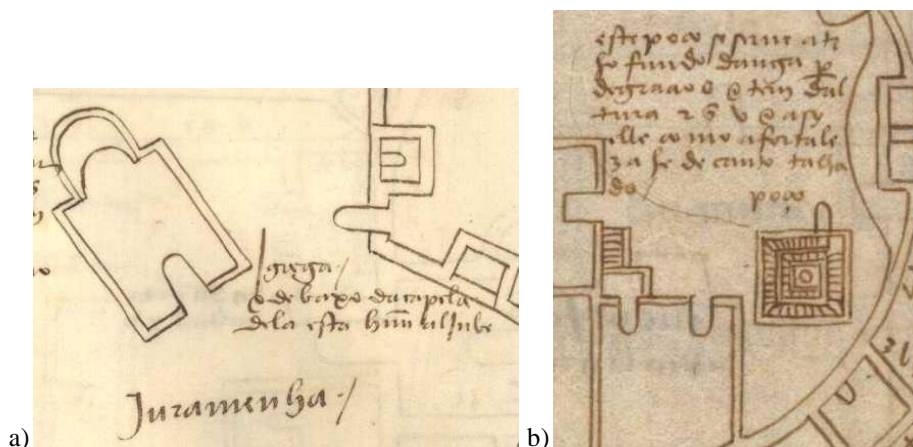
### 2.3 A transição na forma de representar: *debuxo*, desenho e perspectiva

A aproximação entre o caráter descritivo dos setentrionais e a obra de Duarte de Armas não pode ser considerada no que concerne à característica da plena racionalização do espaço e geometria nas composições das paisagens. O pensamento profundamente matematizado, que proporciona a constituição de perspectiva não se encontra nos debuxos do escudeiro. Ao analisar os registros imagéticos de Duarte de Armas, é possível perceber seu empenho constante em pensar racionalmente o espaço, em criar as noções de longe e perto, de demonstrar proporções, de gerar o conceito de profundidade, mas de forma pouco sistematizada. Embora racionalizado, falta a imposição do pensamento matematizado e geometrizado em seus *debuxos*, o que permitiria que se transformassem em *desegnos*. Identifica-se um prenúncio da perspectiva ainda de modo intuitivo sem se valer da geometria.

Ao se observar as plantas baixas, presentes no *Livro das fortalezas*, pode-se ter uma ideia da percepção de espacialidade de Duarte de Armas. Compreende-se que o *debuxador* não apresenta seu registro em planos diferentes, “resumindo-os” a uma superfície. Em um primeiro momento, acredita-se que o empenho em diferenciar os espaços, que compõem o interior das estruturas fortificadas, ocorre apenas sob a ótica horizontal; no entanto, identifica-se que o tracista utiliza recursos para apresentar o registro da verticalidade em sua obra.

Pode-se observar isso nas anotações que indicam para as torres quantos *vãaos* (andares) elas contêm; as diferentes alturas das muralhas, barreiras, cubelos e menagens, que possibilitam uma noção, bastante clara, de qual estrutura sobrepõe-se, ou é sobreposta pelas outras. A informação de que “este aposentamento é sobradado” (Alpalhão, fl. 125), ou simplesmente “sobradado” (Almeida, fl. 128v), indica que a construção tem dois pisos. Mesmo construções que estão abaixo da cota zero (subsolo) não são esquecidas pelo *debuxador*, que anotou “debaixo da capela dela esta um aljube” (Juromenha, fl.123v) ou “no fundo desta torre tem uma cisterna” (Bragança, fl. 130v). Outro recurso para demonstrar a verticalidade nas plantas baixas está no registro de escadas (alto/baixo, subir/descer), *debuxadas* anexas aos panos das muralhas (dando acesso aos caminhos de ronda) e as torres (dando acesso a porta de entrada, que geralmente ficava no segundo andar). As escadas também são representadas para o acesso aos poços, como pode ser identificadas em Sabugal (fl. 127v), Vinhais (fl. 131), Bragança (fl. 130v) e, principalmente, Montalegre (fl.131v). Para esse último, Duarte de Armas *debuxou* um espiral quadrado, dando a impressão de vários lances de escada, que conduziam a quase 29m de profundidade, onde se encontrava o poço.

Figura 6: a) Juromenha: Detalhe da planta baixa da fortificação de Juromenha, com anotação do debuxador (fl.123v).  
 b) Montalegre : Detalhe da planta baixa de Montalegre, com anotação do debuxador (fl.131v).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

A perspectiva, surgida nas décadas 20/30 do século XV, define-se como uma percepção psicofisiológica do espaço físico, um método de construção geométrico de um espaço pictórico unitário e em três dimensões. Trata-se de uma operação que prenuncia e engendra a ciência moderna, fundada na matematização universal dos fenômenos (MARQUES, 2007).

A fusão entre natureza e paisagem, e a própria noção e instalação do conceito de paisagem e todo seu poder de representação, está diretamente relacionada com a constituição da aparelhagem simbólica ocidental, que se dá por meio da elaboração das leis da perspectiva. A perspectiva organizou de forma simbólica o aparelho perceptivo do homem desde o século XV, porque com ela o artista conseguiu fazer crer que o olhar mergulha no espaço e que o plano se une ao infinito, gerando um efeito de realidade (REY, 2010).

A perspectiva combina “[...] um máximo de artificialismo e convencionalidade, com fins orientados por um máximo de naturalismos. Nada é mais artificial e ilusionista que a redução do visível a uma intersecção de superfícies” (MARQUES, 2007, p.80). Por mais artificial que seja a construção do espaço em perspectiva, seu objetivo é imitar, ao máximo, o espaço tal como ele é percebido pelo aparelho psicofisiológico. O efeito de realidade produzido por esse método é muito eficiente.

Leon Battista Alberti (1404-1472) foi o primeiro a expressar que a Matemática é a base comum da arte e das ciências, uma vez que a teoria das proporções e a perspectiva são concebidas e explicadas matematicamente. A partir do século XV, o racionalismo

desenvolveu-se na vida intelectual e material; em contrapartida, o incalculável, irracional e o incontrolável geram desagrado e aversão. A busca por racionalização está presente na economia, nos métodos de administração pública, na diplomacia e na guerra. O belo passa a ser definido como “a conformidade lógica das partes individuais de um todo [...] a harmonia aritmeticamente definível [...] a exclusão de discordâncias na relação das figuras com o espaço que ocupam [...]” (HAUSER, 2003, p. 284). Para Alberti, a pintura não é apenas imitação da natureza, mas o controle de suas formas a partir de sua redução à geometria plana, à superfície.

Segundo Marques (2007), nos séculos anteriores ao advento da perspectiva, as proporções entre os elementos dispostos no espaço pictórico não eram regidas por relações escalares, no âmbito de um espaço geométrico, mas por relações semânticas de cunho simbólico. As paisagens, representadas em pinturas, eram mais “econômicas” em seus elementos descritivos, que não eram tomados por seu valor intrínseco, mas como sugestões de composição do ambiente; entretanto, nas cidades italianas, desde os séculos XIII e XIV, os artistas buscavam executar a proposta da perspectiva e paisagem, como é possível perceber na obra de Ambrogio Lorenzetti, na *Alegoria do bom governo* (1337-1340).

Conforme Umberto Eco (2010), o homem medieval vivia em um mundo povoado de significados, referências e manifestações de Deus. A linguagem heráldica manifestava-se continuamente na natureza, onde um leão não era só um leão e criaturas fantásticas eram tão reais como um leão. Todos, leões, grifos e frutos eram apenas signos de uma verdade superior. Qualquer coisa seria absurda se seu significado se limitasse a sua função e forma imediatas; o universo era percebido por uma visão simbólico-alegórica. “Na época em que a natureza é uma grande representação alegórica do sobrenatural, a arte também é vista como tal” (ECO, 2010, p.141). O *Livro das fortalezas* encontra-se na transição entre a imposição de uma arte dominada pela geometria e pela racionalização extrema das formas e o apelo simbólico, sem rigor na sistematização das proporções, profundidade e hierarquia de sintaxe dos planos que compõem a obra, embora os *debuxos* “apontem” para todos esses elementos.

Acredita-se que o apelo simbólico na obra de Duarte de Armas encontre-se bastante reduzido, em relação a sua intenção funcional e descritiva; entretanto, percebe-se que as fortificações por ele *debuxadas* constituem-se, mais do que apenas estruturas arquitetônicas militares, também, em representações de um domínio de fronteira e símbolo de demarcação

de um território. O registro das fortificações denota a existência de um poder, de uma autoridade que impõe e vigia limites.

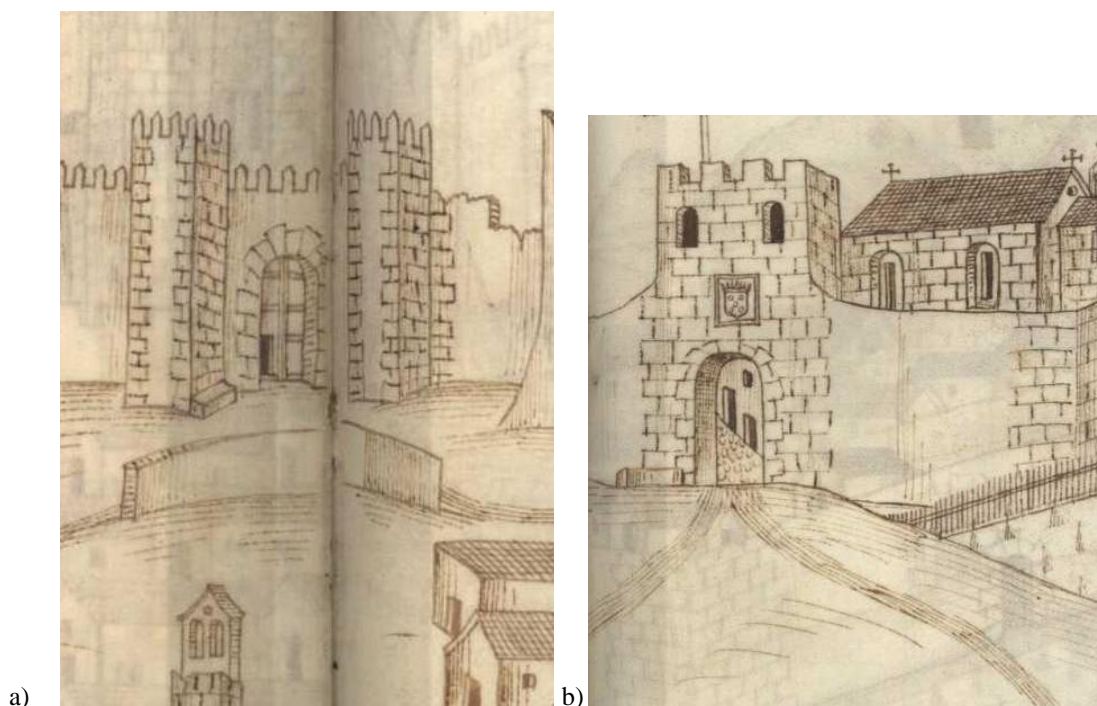
Alberti, em seu tratado *Da pintura* (1435-1436), procurou construir uma teoria da arte humanista, sobre a qual pensou as noções de imitação e de representação do espaço em perspectiva. Em sua definição, a pintura estava atrelada ao desenho, que teria a função de estruturar a imagem, dando a noção de espaço tridimensional, a cor serviria de revestimento. A visão espacial em três dimensões, dada pela perspectiva, desenvolvida pela geometria, possibilitava representar o mundo “tal como se vê”. Nos séculos XVI e XVII, o desenho ganhou primazia entre os artistas (em detrimento da cor) e passou a ser concebido como o melhor meio de evidenciar uma ideia (AUMONT, 2011). A ilusão da perspectiva permitia uma percepção objetiva e identificação de equivalências com a realidade. O desenho, melhor do que a pintura, prestava-se ao convencimento do espectador sobre a veracidade do representado, devido à “[...] transparência de seu signo pictural, enquanto a cor marcava a opacidade do signo e despertava certa desconfiança” (KERN, 2006, p. 22).

Os desenhos, no século XVI e XVII, adquiriram destaque devido à sua “transparência” e potencial informativo, que fortaleciam sua “capacidade de convencimento”, efeito/ideia de realidade. Conforme Aumont (2011), as imagens têm o potencial de gerar efeitos de realidade, nos quais “[...] o espectador acredita, não que o que vê é o real propriamente, mas, o que o eu vê existiu, ou pode existir, no real” (AUMONT, 2011, p. 113). Esse trabalho, de reconhecimento da “realidade” dá-se quando muitas características visuais do mundo “real” encontram-se nas imagens, um processo de (re)conhecer que se apoia na memória de formas, objetos e espaços preservada pelas pessoas. A comparação incessante entre o que se vê e o que já foi visto é definida por Aumont como constância perceptiva.

Compreende-se que o trabalho de Duarte de Armas não pode ser considerado como desenho, arte desenvolvida e prestigiada no século XVI, reconhecida entre os artistas por seu potencial de clareza e informação, mas sim como *traça/traçado* ou *debuxo*; entretanto, acredita-se que o escudeiro produz suas representações imagéticas do observado com a mesma intenção de demonstração de sensação de “realidade”. O detalhismo das panorâmicas, a inserção do cotidiano e o empenho em demonstrar noções de proporções e profundidade auxiliam o *debuxador* a traçar paisagens complexas. Representações que, intencionalmente, buscam criar efeitos de realidade que aumentem o potencial de convencimento de sua obra para, de fato, “trazer os extremos” até seu rei.

No que tange ao detalhismo, pode-se chamar a atenção a representação da fortificação de Juromenha (fl.21/N). No registro de Duarte de Armas, pode-se identificar um portão de folha dupla que está fechado, bem como uma porta menor, que está aberta, na folha esquerda, pequena o suficiente para uma pessoa passar. Outra observação interessante, que auxilia a compreender a noção de profundidade e “efeito de realidade”, utilizada pelo *debuxador*, encontra-se no pormenor da fortaleza de Assumar (fl.35/SE), na qual registrou uma visão que conduz o olhar através da porta da muralha, onde, ao fundo, se avista, o chão de uma “rua”, portas de casas e uma janela.

Figura 7: (a) Detalhe do *debuxo* do alçado da fortificação de Juromenha (fl.21/N). (b) Detalhe do *debuxo* do alçado da fortificação de Assumar (fl.35/SE).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Destaca-se ainda, no detalhe de Vilar Maior (fl.67/S), o detalhismo da representação dos parâmetros (pedras talhadas) que formam o arco da porta, bem como o sombreado na parte interior da abertura, dando noção de volume e ângulo de visão. Destaca-se a preocupação em representar ao fundo, através da porta, a base da torre de menagem, permitindo uma noção de profundidade.

Destacam-se algumas questões para apresentar a conduta regrada (mas não matematizada) de Duarte quando da realização de seu trabalho. A distorção da verticalidade das torres (para valorizar o poder régio); a captura de dois pontos de vista (N/S ou L/O) nos

registros das cidades fortificadas; a ostentação dos gigantescos estandartes das Coroas Ibéricas, desenhados sobre as construções (delimitando “perfeitamente” a fronteira) e o empenho exaustivo de reproduzir uma paisagem detalhada demonstram que Duarte “regulamentou seu olhar” sobre o que deveria ser registrado. As medições (em vara e meia-vara, tanto dos alçados como das plantas baixas) e as descrições das condições de estradas, cercas vilãs, fontes de água e a identificação por legendas (igreja, menagem, *villa*, *cubello*, caçador, embarcações – nau, caravela e barca), indicam um “ver regrado”, com método, que buscava ser “objetivo” quando da produção de um documento que faria parte da grande campanha de reestruturação do reino, iniciada por D. Manuel I.

[...] o desenho serve em sumo grau para a guerra para desenhar a situação dos lugares distantes, a configuração das montanhas e dos portos, dos montes e dos golfos; para registrar a figura das cidades e fortalezas altas e baixas, muralhas e portas e o lugar que ocupam; para mostrar os caminhos e os rios, as praias, os lagos, as lagunas que devem ser evitadas ou que podem ser cruzadas; a direção e a extensão dos desertos de areia; os maus caminhos, selvas e matorrais; tudo isso mal poderia compreender-se de outro modo, enquanto que com o desenho faz-se fácil e claro de entender, sendo todas estas coisas importantes na empresa da guerra, os desenhos do pintor servem de grande ajuda para os propósitos e projectos do capitão (HOLANDA, 1985, p. 26).

Na segunda metade do século XVI, encontram-se as primeiras referências de utilização das técnicas de desenho, empregadas como instrumentos a serviço da arte da guerra. Francisco de Holanda, em seus *Diálogos*, comenta de forma clara a grande importância que o recurso imagético ocupava em termos estratégicos, para conhecimento do território; um registro visível, por intermédio do qual podem ser localizadas montanhas, estradas, lagos, cursos de rios, fortificações, postos de observação e características topográficas de uma região, serviria como valioso diferencial no momento de um conflito. “Fazendo fácil e claro de entender”... “o desenho do pintor” (Duarte) “servia de grande ajuda aos projetos e propósitos” (defesa da fronteira portuguesa) “do capitão” (D. Manuel). Embora a expressão *desenho* não seja a mais apropriada, mas sim *debuxo*, pois possuem lógicas diferentes, a proposta e/ou a intenção é a mesma. Representar, por meio de produções imagéticas, paisagens e estruturas, que servissem de recurso estratégico, para a defesa do Estado.

Segundo Francisco de Holanda, a *Scienza do Desegno* não se tratava de qualquer exercício intelectual, na medida em que pressupunha o domínio da Aritmética e da Geometria, *desegno* era também o exercício mental que precedia a viabilização de qualquer projeto, “[...]”

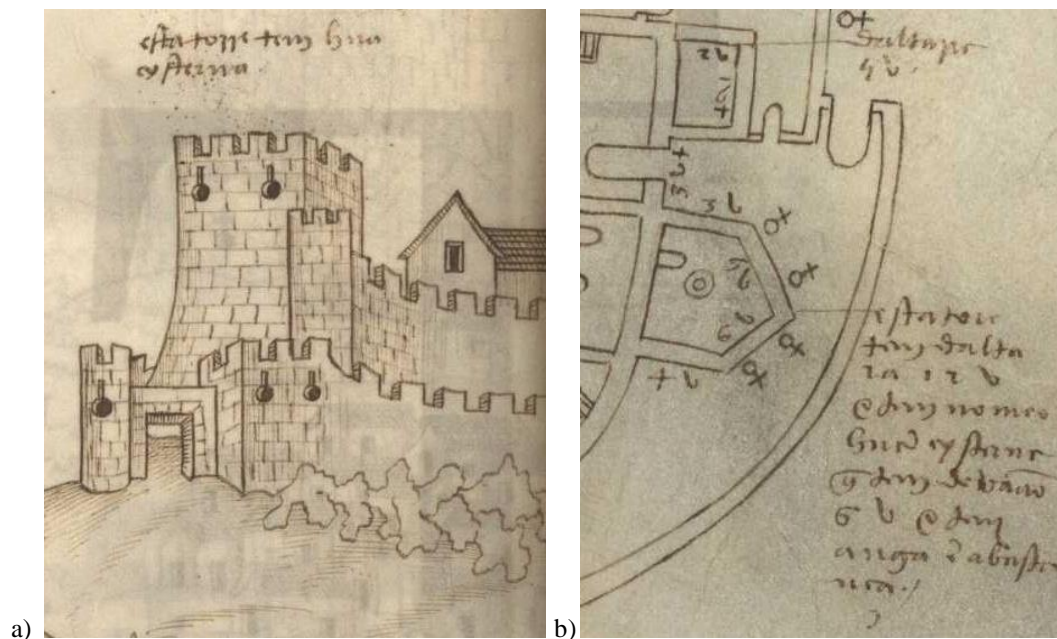
elo mediador entre o conhecimento da realidade e a ação sobre ela e, como tal, sinônimo de desígnio” (BUENO, 2003, p.14). O *desegno* moderno (intento, propósito ou empresa), profundamente matematizado, diferenciava-se de todo do *debuxo*, que se baseava na posse de uma técnica precária e sem intenção de projeto enquanto exercício intelectual. Entre os séculos XV e XVI, em Portugal, os vocábulos *debuxo*, *pintura*, *risco* e *traça* eram empregados para designar o que hoje se entende por representação gráfica. Ainda em 1570, no Dicionário do Pe. Jeronimo Cardoso, *Dictionarium Latino Lusitanicum & vice versa Lusitanico latinu...*, não há qualquer referência ao vocábulo *desenho* (do italiano *disegno*). Possivelmente, esse neologismo estaria em voga apenas no universo dos profissionais que, direta ou indiretamente, estavam estabelecendo contato com os artistas italianos, como é o caso de Francisco de Holanda, que realizou uma viagem de estudos à Itália, sob patrocínio régio, entre 1538-1540 (BUENO, 2003).

Bueno (2003) define o desenho como intenção de projeto enquanto exercício intelectual. Duarte de Armas não projeta, não realiza o traçado de estruturas que devem ser construídas, com seus componentes arquitetônicos e proporções. Seu trabalho está composto pelo registro de fortificações existentes *tiradas ao naturall*, ou seja, em observação direta (pelo menos assim o *debuxador* indica em seus fólhos); porém, percebe-se o exercício intelectual, a colaboração entre técnica e habilidade, que seleciona categorias para composição de uma panorâmica complexa, um contexto no qual as fortificações estão inseridas. Da mesma forma, as plantas baixas demonstram-se como um olhar focado em elucidar as estruturas isoladas do contexto. Esse “jogo” complementar (alçado e plano/contexto e foco) indica, acredita-se, um exercício intelectual por parte do *debuxador*.

A partir dessa perspectiva, os *debuxos* de Duarte de Armas não se tratam do tipo de representação e, principalmente, de precisão defendida por Alberti. Segundo Rafael Moreira (2000), o contexto do princípio do século XVI está marcado por uma metodologia de trabalho que separa o processo intelectual da ação construtiva e que ainda não dispõe de uma técnica suficientemente convincente de representação gráfica. Enquanto registro, mesmo em questões arquitetônicas e construtivas, a palavra escrita continua ocupando uma grande importância, mantendo forte relação com os *debuxos*. O aperfeiçoamento técnico nas representações imagéticas, dentro de uma perspectiva geométrica, buscando cada vez maior exatidão, implica uma mudança de mentalidade.

O grande projeto existente na obra de Duarte de Armas não se encontra em seus *debuxos*, em seus traços, embora sirvam de base para os *desígnios* da Coroa portuguesa em constituir e manter uma fronteira fortificada. Os *debuxos* do escudeiro servem, como mais um instrumento, para traçar os contornos da *raya* luso-castelhana, projeto do reinado de D. Manuel.

Figura 8: a) Idanha-a-Nova: Detalhe do *debuxo* do alçado da fortificação de Idanha-a-Nova (fl.54/N).  
b) Idanha-a-Nova: Detalhe da planta baixa da fortificação de Idanha-a-Nova (fl.126), correspondente ao detalhe do alçado (a)



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

A torre *debuxada* como quadrada no alçado (a) é registrada como pentagonal na planta baixa (b). Percebe-se, no traço de Duarte de Armas, a intenção (mal lograda) de representar o ângulo agudo que se forma com o encontro das duas faces. Ao observar o alçado dessa torre artilheira, pode-se inferir que falta, ao tracista, um domínio técnico adequado, que lhe permitisse demonstrar, de forma precisa, a configuração da estrutura registrada.

Na planta baixa de Idanha-a-Nova (b), Duarte de Armas facultou uma anotação relativa à torre pentagonal: “esta torre tem daltura 12v [aprox.13m20cm] e tem no meo **hua cystema** e tem de v̄ao 6v [aprox. 6m60cm] e tem auga em abastança”. Este *v̄ao* de seis varas, indicado por Duarte, faz referência à profundidade da cisterna. No alçado da torre (a), também consta uma anotação: “esta torre **tem hua cystema**”. O debuxador tomou como “regra” registrar as fontes de água existentes no interior e exterior das fortificações. Em muitas ocasiões, comentou a quantidade de água que poços e cisternas continham, bem como



sua qualidade e, em alguns casos, as condições das estruturas de armazenamento de água. Em caso de cerco prolongado, o abastecimento de água poderia fazer a diferença entre a resistência e a entrega do ponto fortificado. O símbolo adotado, por Duarte de Armas, para indicar fontes e poços está composto por dois círculos concêntricos, que podem ser percebidos no centro da torre pentagonal (b).

A obra de Duarte de Armas (alçados e plantas baixas) está repleta de anotações que indicam alturas, larguras, distâncias, definem o nome das construções (torre, atalaia, porta da traição, moinho, ponte...) e orientam o quão novas (“esta bareyra e cubelos se fizeram novos” – Almeida; fl. 73/S – alçado) ou antigas (“esta fortaleza he toda derybada – Castelo Mendo; fl. 128 – planta baixa.), embora demonstre tudo isso imagetivamente. O desenho moderno, o desígnio, com proporções exatas, passaria cada vez mais a responsabilidade da demonstração para o traço, para a representação gráfica, suprimindo quase por completo a necessidade de textos explicativos, tal como era necessário no *debuxo*.

Na obra de Duarte de Armas não se identifica a noção de escalas, ou seja, a transferência proporcional das medidas de um objeto observado para uma representação imagética, tomadas a partir de uma unidade (um centímetro para um metro). Da mesma forma, não se percebe a utilização de legendas, que seria outra possibilidade de sistematização e racionalização das representações (tanto nos alçados como nas plantas baixas). As legendas caracterizam-se pela padronização de símbolos que, relacionados a uma lista ou tabela, apresentam seus significados. Na obra do *debuxador*, suas anotações ocupam essa função. A primeira vista “simplista” e com traçado “grosseiro”, a composição da obra de Duarte de Armas (paisagens, alçados, plantas baixas e anotações) apresenta um conjunto de códigos “sofisticados” que, manipulados pelo *debuxador*, permitem a apreensão da estrutura da fortificação, seu estado de conservação e o ambiente onde está inserida.

Figura 9: Detalhe da panorâmica de Bragança (fl. 90/E). Proporções.



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Representação de Duarte de Armas, a cavalo, e seu “criado”, a pé, deixando a cidade de Bragança, indo em direção a Vinhais (próxima fortificação). Nesse detalhe, o debuxador e seu acompanhante aparecem desproporcionalmente grandes em relação à Igreja de São João, que vão deixando para trás.

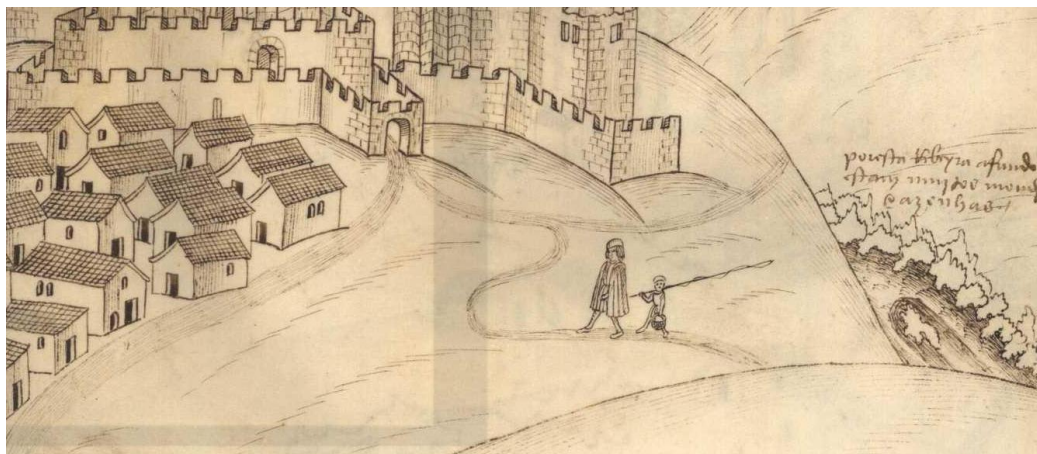
Figura 10: Detalhe da panorâmica de Castelo Rodrigo (fl. 76/E). Proporções.



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Duarte de Armas e seu cavalo aparecem agigantados em relação à entrada de uma barreira em ruínas, que se encontra mais ao fundo no detalhe. Pode-se perceber o esforço do *debuxador* em garantir, ao observador de suas panorâmicas, a noção de longe e perto, embora não haja um domínio adequado da técnica para a representação de proporções em relação às distâncias.

Figura 11: Detalhe da panorâmica de Bragança (fl. 89/O). Proporções.



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Um homem, de capa e capelo, e um menino, com vara de pescar e cesta, vêm da ribeira e dirigem-se à entrada da cidade, seguindo uma das trilhas marcadas no chão. Ao fundo, à direita, lê-se a anotação de Duarte de Armas: “por esta ribeyra ao fundo estam muitos moinhos e azenhas”. Identifica-se um traço de humanização das paisagens, de representação do cotidiano, empregado pelo *debuxador*, em algumas de suas “*tomadas ao natural*”. Embora o detalhismo, prevalece a falta de um domínio da técnica da perspectiva. O tracista apoia-se em um jogo de proporções que permite inferir a noção de longe e perto e, em contrapartida, não consegue evitar falhas de “escala” entre os elementos que constituem a paisagem.

As primeiras décadas do século XVI, em Portugal, apresentam-se como de transição entre os *debuxos* invadidos pela escrita, que solicitam a leitura tanto quanto o olhar dos registros imagéticos; e os desenhos, que privilegiam a visibilidade gráfica. Esse processo não se faz de uma hora para outra, pois, embora as percepções, enquanto o registro do espaço, estejam mudando, as técnicas, os instrumentos e os métodos de trabalho para medições também se encontram em transição (bússola, cordéis encerados, linhas com prumos<sup>76</sup>, lanças, passos... muitas vezes imprecisos e de valores diferentes). De qualquer forma, essas técnicas apontam para o “futuro” (uma maior precisão e sistematização) e não para o passado

<sup>76</sup> A lança, unidade de medida, correspondia à vara (utilizada nas medições de Duarte de Armas). Conforme Moreira (2000), esse era um típico instrumento medieval de medição. Chama-se a atenção para que em todas as representações em que Duarte de Armas e seu (suposto) “criado” aparecem, carregando lanças, que possivelmente, não fossem utilizadas como armas para defesa, mas sim como instrumentos de medida.

(simbolismo nas representações e ausência de sistematização no sistema de medidas) (MOREIRA, 2000).

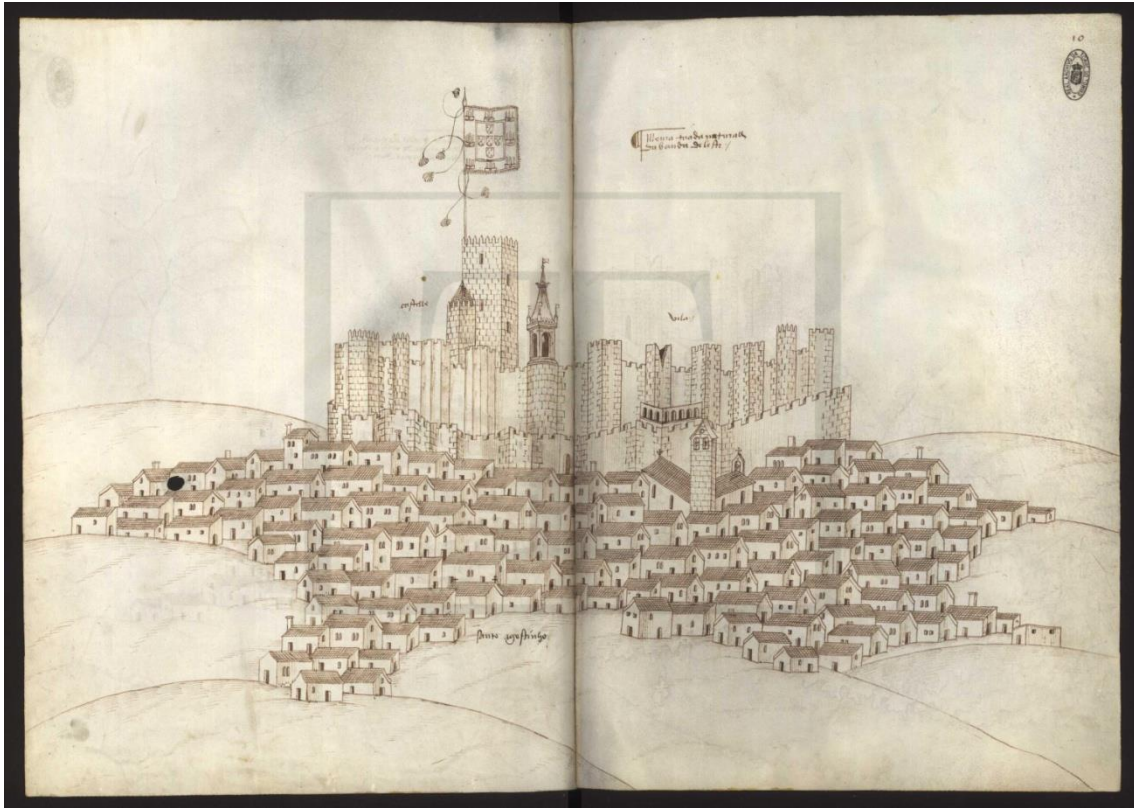
Enquanto se modificam as formas de representação do observado e as técnicas de medições, alteram-se também as noções de fronteira e de como esse limite deve ser registrado pela Coroa. Entre finais do século XV e inícios do XVI, iniciou-se um processo que buscou sistematizar a demarcação dos *termos* do reino. Produziram-se, anualmente, livros com localização dos malhões (marcos fronteiriços), constituiu-se um corpo burocrático encarregado da tarefa de percorrer a *raya* e, principalmente, as formas como a fronteira foram “medidas” e registradas; iniciou-se, portanto, um processo de uniformização. Sobre a constituição de uma paisagem fronteira fortificada, progressivamente organizada, delimitada e ocupada pelo poder monárquico português, que passamos a tratar a seguir.

#### **2.4 A representação de uma paisagem fortificada: fronteira luso-castelhana tardomedieval (séc. XV e XVI).**

Para qualquer forasteiro a muralha e as torres que, em maior ou menor número, nela se incorporavam, constituíam o primeiro e mais claro sinal da presença de um núcleo urbano, pois raros eram os que não usufruíam da tranquilidade dessas grossas paredes. [...] acima da linha de fortificações apenas se vislumbrava uma ou outra torre de igreja ou, se a cidade ou vila se implantava em sítio acidentado, algum casario disperso por colinas que um castelo ou outra construção assinalável rematava (ANDRADE, 2003, p. 45).

Para os viajantes que deveriam encontrar seu destino em um espaço sem placas indicativas de trajeto, as cidades e as fortificações eram utilizadas como especiais referentes de orientação. Era produzida então uma imagem mental, por intermédio qual, durante o medievo, o urbano constitui uma representação interiorizada de diferença e oposição com o rural, mas, ao mesmo tempo, de relação íntima com a paisagem. Esse contraste paisagístico da muralha e de suas torres, enquadradas pela homogeneidade da aglomeração das construções comuns/populares, constituía-se uma manifestação visível e imediata das características diferenciadas dos espaços urbanos fortificados.

Figura 12: As fortificações de Moura enquadrada pela aglomeração de casas que se diferenciam e se relacionam com a paisagem rural (fl. 10/E).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

A necessidade de se afirmar, perante outras unidades políticas peninsulares, levou a realeza portuguesa a utilizar estratégias para estabelecer e consolidar parâmetros de exercício de soberania sobre seus territórios e, principalmente, fronteiras. No que concerne à fronteira Leste-Oeste, com outros reinos cristãos, essa preocupação pôde ser melhor identificada a partir do reinado de D. Dinis (1279-1325). Essas tentativas de controle não ocorreram apenas quando da implantação de estruturas administrativas centralizadoras e da remodelação da justiça, impondo complexas relações de poder entre o centro e a periferia. Muitas iniciativas da soberania da Coroa portuguesa tenderam a se materializar no espaço, marcando visivelmente e definitivamente o território. Castelos, cidades, vilas, igrejas, capelas, vias de comunicação, etc., buscaram consolidar a presença do poder régio na fronteira enquadrando e hierarquizando os espaços e as pessoas que nele habitavam, criando uma grande diversidade de paisagens<sup>77</sup> (ANDRADE, 2003).

<sup>77</sup> Na Europa Setentrional, devido a questões político-religiosas, no século XVI, houve um aumento pelo interesse da pintura de paisagens. Com a Reforma Protestante e a proibição das imagens de santos, passagens bíblicas e pinturas sacras, bem como cenas mitológicas, os artistas holandeses e flamencos, desenvolveram uma arte descritiva e carente de dramatização. O foco dos artistas direcionou-se para retratos de burgueses, cenas da

Criado Boado (1999) define *paisagem* como o estudo das relações entre a ocupação humana no espaço e suas modificações através do tempo. A paisagem pode ser vista como uma construção humana, por intermédio da qual se cruzam questões do ambiente natural e social. A partir dos vestígios deixados pelas intervenções humanas e de suas relações com os aspectos naturais do lugar, pode-se inferir a maneira como os grupos que intervíram na paisagem lidavam com o meio.

Um tipo específico do produto humano (a paisagem), que usa uma dada realidade (o espaço físico) para criar uma nova realidade (o espaço social: humanizado, econômico, agrário, habitacional, político, territorial, etc.), por meio de uma aplicação de uma ordenação imaginada (espaço simbólico: no qual é sentido, percebido, pensado, etc.). Esta concepção supõe que a dimensão simbólica forma uma parte essencial da paisagem social e que, portanto, é um entendimento integral que deve ser levado em conta (CRIADO BOADO, 1999, p. 37).

Percebem-se as fortificações como instrumentos de organização, construção e transformação da paisagem fronteira luso-castelhana quinhentista. A instauração dessas estruturas auxiliou a interação de populações com a natureza, em uma região politicamente instável. A constituição de uma paisagem fronteira fortificada possibilitou, em grande parte, a formação e permanência de vilas e cidades, que, com seus habitantes, passaram a usufruir dos recursos naturais, ergueram moradias, abriram estradas, estabeleceram comércio, navegaram e fizeram seu cotidiano; construindo e integrando as paisagens registradas por Duarte de Armas, em seu *Livro das fortalezas*.

Bertrand (1972, p. 01) considera que a paisagem não é apenas natural, mas total, com todas as implicações da participação humana. Dependendo do interesse, formação e objetivos do observador, a análise da paisagem poderá enfatizar a vegetação, clima, relevo, produção econômica, arquitetura, história ou fauna. Essas diferentes categorias podem ser selecionadas e privilegiadas para interpretação individual ou relacional e a definição da escala de observação permitirá a identificação de detalhes ou a expansão de limites.

Mantendo-se a noção de um processo que comporta uma dupla representação, ao se analisar as representações de paisagens, de Duarte de Armas, privilegiam-se, principalmente, as estruturas fortificadas (em alçado e planta baixa), e a ocupação do território fronteiro por meio de povoações e cultivo. A escala de observação dos fólhos pode variar da tentativa de

---

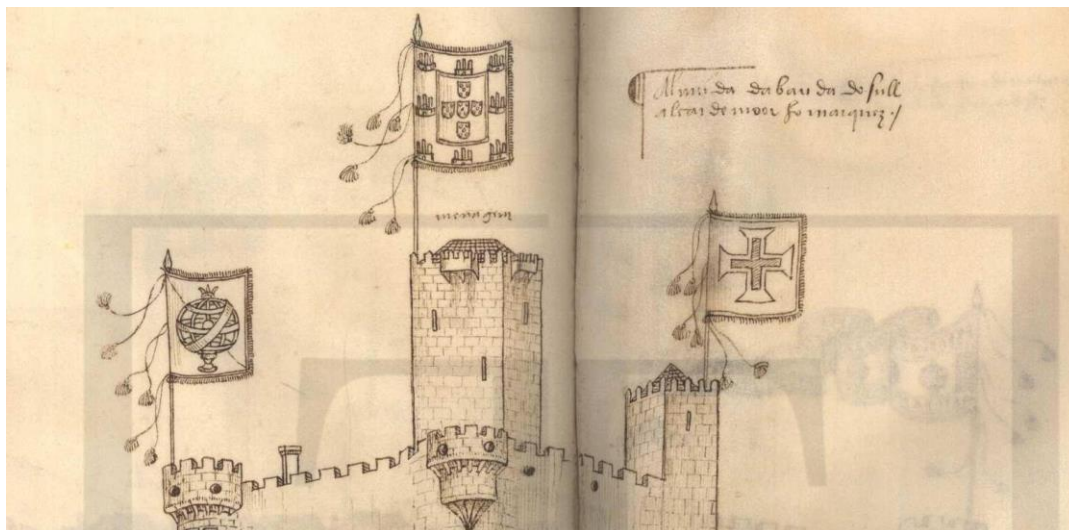
vida cotidiana e vistas de países, ou seja, paisagens. A ampliação do território em direção ao mar também estimulou a prática das paisagens. No século XVII, esse gênero já havia cobrado independência, principalmente nos Países Baixos. Necessitando-se de uma palavra para nomear esta nova e florescente atividade, foi criado o termo holandês *landtschap*, do qual deriva *landscape* (MADERUELO, 2010, p.22).

compreensão da inserção da fortaleza em uma panorâmica complexa, até a identificação pontual de pessoas fora das muralhas: voltando de uma pesca, buscando água, conduzindo animais de carga [...], em seu cotidiano.

O conjunto de representações de paisagens do *debuxador* constitui-se em um universo imagético, no qual é fácil perder-se na tentativa de identificar diversas categorias de análise. Ao permanecer na ideia de escalas, optou-se por compreender os registros do *debuxador*, em diferentes recortes. Primeiro, a panorâmica, com todos os detalhes e complexidade que comporta; segundo, a inserção da fortaleza nessa panorâmica; terceiro, a estrutura fortificada no geral, com seus componentes defensivos; quarto, os recortes específicos dessa estrutura, tais como as troneiras, os merlões, os taludes, portas, janelas [...] e suas relações entre si; quinto, as plantas baixas (sempre observadas e pensadas em relação aos alçados das respectivas fortificações). Com isso, não se compreende um esforço de fragmentação da obra de Duarte de Armas, que conduziria a uma falta de entendimento do conjunto, mas um recurso de (re)organização e (re)construção de representações que conduzem, acredita-se, a uma percepção, ao mesmo tempo, detalhista e geral dos *debuxos*.

Para Burke (2004), a paisagem física pode ser considerada como uma imagem a ser interpretada; logo, uma paisagem reproduzida em uma pintura nada mais é do que a imagem de uma imagem. As representações de paisagens, as leituras que delas são feitas quando registradas não são neutras, podem evocar associações políticas, ou até mesmo expressar ideologias. Postula-se que o olhar de Duarte de Armas, em parte, estava conduzido pelas necessidades da “encomenda” da Coroa portuguesa. As representações de suas paisagens denotam forte presença política de um poder instituído. Os pendões superdimensionados (Quinas – reino, Armilar – império e Cruz da Ordem de Cristo – mestrado), sempre sobre as torres de menagem (símbolo de poder por excelência na arquitetura militar); os pelouros com grande verticalização, que se sobressaem por entre os telhados das casas e a insistência em registrar as forcas, algumas ainda com corpos pendurados (indicação de lei e justiça que se fazia sentir), podem auxiliar a perceber o quanto o olhar do *debuxador* estava imbuído da constatação da existência de um poder demarcador da fronteira.

Figura 13: Detalhe da fortificação de Almeida. Pendões da presentificação de um poder (fl. 73/S).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

A vista panorâmica, devido a sua amplitude, permite ver o todo, sem favorecer um detalhe em particular. Nesse sentido, pode induzir a pensar em uma visão “desinteressada” ou neutra, mas trata-se de uma expressão de representação apropriada à dominação do espaço. Esse dispositivo visual, que gera a ilusão de distanciamento e objetividade do tema representado, pode ser mais bem compreendido quando se identifica a importância da produção de vistas panorâmicas na ideologia nacionalista. São, portanto, registros imagéticos, que se prestavam à ideia de constituição de uma nação, um povo, com seu território e paisagens características, atendendo uma proposta profundamente política e indenitária, que nada tem de neutra (ROQUE, 1997).

Alain Roger (2007) apresenta o país como a origem da paisagem (grau zero da paisagem). Dessa forma, o país nada mais é do que uma paisagem<sup>78</sup>. Diferentes tempos e tratamentos dados à paisagem, por pintores e escritores, auxiliaram no desenvolvimento de novas representações sobre as características de um país.

Identifica-se, no *Livro das fortalezas*, a relação existente entre paisagem, “país” e fronteira. O *debuxador*, ao registrar as fortificações da *raya*, em aproximadamente 900 km de périplo, na divisa entre Portugal e Castela, representou uma paisagem de fronteira que

<sup>78</sup> “O país é, em certo modo, o grau zero da paisagem, que precede sua *artrealización*, tanto se esta é direta (*in situ*) ou indireta (*in visu*)” (ROGER, 2007, p. 23).



demarcou o território do reino. Em seus fólhos, Duarte de Armas não registrou apenas as paisagens raianas portuguesas, mas também o território além da fronteira, o *termo* entre as duas Coroas, constituindo o que poderia ser considerado como uma paisagem de transição entre Castela e Portugal. De forma recorrente, o tracista anotou a distinção entre os territórios nas panorâmicas (*castella, da banda de castella*).

Em algumas situações, por não existir na paisagem curso de rio, cadeias de montanhas ou presença de fortificação castelhana, apresentou anotações mais extensas que se encarregaram da distinção: “por entre estas casas sam de Purtugall e este monte destas tres casinhas sam da banda de castella e core huã ribeyra q se chama alger” (Segura, fl.56/N Bis). Em seus registros, Duarte representou uma paisagem de cultivo, de urbanização e de ocupação efetiva da fronteira, garantindo e legitimando sua posse.

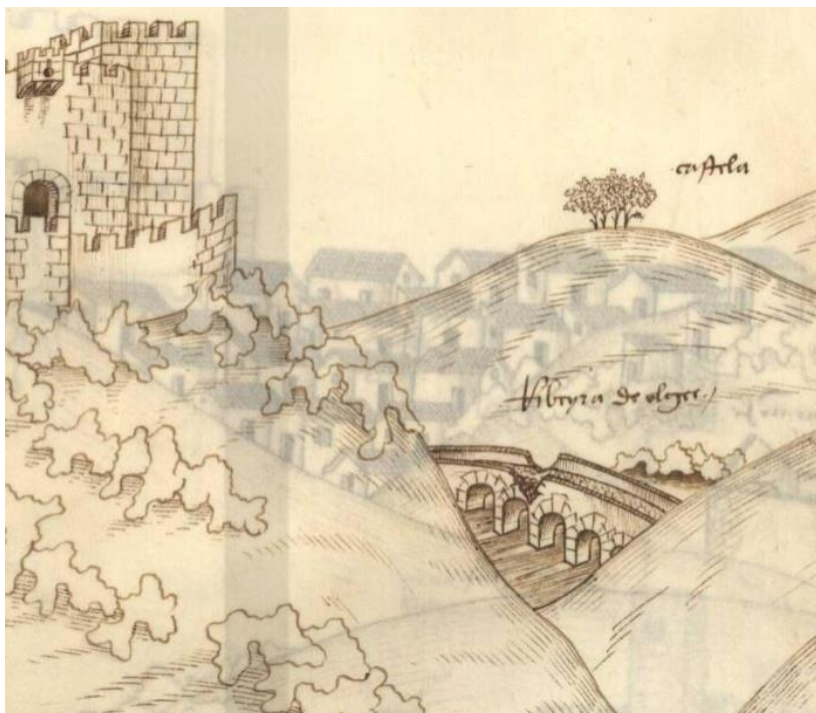
Figura 14: Detalhe da panorâmica de Segura<sup>79</sup> (fl.56/N; Bis).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

<sup>79</sup> Com anotação do *debuxador* indicando a existência da fronteira a partir do monte, conforme citação acima.

Figura 15: Vista e indicação da fronteira na panorâmica de Segura (fl. 56/N).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Ao fundo, sobre o monte, junto às árvores, a anotação: *castela*, indicando que, na margem leste iniciava-se a fronteira. A fronteira só é visível por meio do processo de indicação de distinção entre territórios. Indivíduos que não dominam as indicações, que permitem a distinção, não são capazes de observar a existência de fronteiras “[...] o marcar de uma fronteira, onde o olhar funciona como barreira entre dois lados” (VICENTE, 2012, p. 27).

Dando continuidade ao texto, passa-se a tratar das questões referentes à constituição da fronteira e demarcação do território da Coroa portuguesa.

## 2.5 A construção de uma fronteira fortificada entre Portugal e Castela

### 2.5.1 A palavra *fronteira*

Segundo Rita Costa Gomes (1991), as primeiras e raras ocorrências da palavra *fronteira*, na documentação régia portuguesa, datam da última década do século XIII, sendo mais comum encontrar a expressão *frontaria*. O verbo *frontar*, com significado de litígio jurídico e desafio ao combate, fez as palavras *frontaria* e *fronteira* designassem frentes de constante luta contra os mouros, um espaço de litígio por terras. Ainda no século XIII, essas

duas palavras serviram de base para pensar uma noção de limites dos reinos ibéricos; mas, até o século XVI, o termo *fronteira* era pouco utilizado, dando-se preferência para *termo*, *raia* e *estremo*. Os dois primeiros estão relacionados à ideia de delimitação espacial (algo que está circunscrito) e o terceiro é referente a uma oposição entre o “corpo” do reino e suas zonas periféricas.

O processo de “**encerramento do espaço português**” (ROSSA; CONCEIÇÃO; TRINDADE, 2008, p. 09, grifo nosso) ganhou seu primeiro impulso na época do reinado de D. Dinis (1279-1325), que nomeou o bispo de Lamego e o alcaide da Guarda para confirmarem de onde partiam os *termos* dos reinos de Portugal e Leão, desde o rio Tejo até onde o rio Côa deságua no Douro (desde Vila Velha de Ródão – sul – até Vila Nova de Foz Côa – norte). Na *Carta de protestaço feita pelo bispo de Lamego e outros a quem el-rei dera poder para marcarem as fronteiras de Portugal com Leão*, de 14 de janeiro de 1296, consta uma das mais antigas ocorrências da utilização da palavra *fronteira* na documentação régia portuguesa. Com esse ato, constitui-se e, principalmente, reconheceu-se uma linha (*raia*) contínua, sul-norte, que estabeleceu a divisão dos domínios entre Portugal e Leão.

[...] Lop' Afonso alcaide da Guarda [...] senhor Don Octavio pela graça de Deus bispo de Lamego [...] come por sy que come eles com ese d'avan dito bispo fossem dados e nomeados da parte do muy noble senhor Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve por enqueredores departidores e **demarcadores** en todos os logares das **fronteyras** per hu partem ou devem a partir os termhoos dos reynos de Portugal e de Leon de la agoa do Tejo ate en o logar hu entra Coa em Doyro (As Gavetas da Torre do Tombo, Vol. III, Gaveta XIV, 03-21, p. 604, grifos nossos).

No mesmo documento, identifica-se que, de forma paralela, Castela também nomeou seus *enqueredores* (Fernão Perez de Salamanca e Mateus Benavente), chancelando a justa divisão entre os territórios. No trecho reproduzido a seguir, chamam atenção duas informações. A primeira, que os *demarcadores* portugueses estavam autorizados pelo rei a procederem à delimitação da fronteira com a colocação de marcos. A segunda, que os encarregados para essa função, por parte de Castela, não foram vistos ou não se interessaram por realizar a tarefa. Quem sabe essa ausência se explique pela falta de vontade do reino vizinho em reconhecer oficialmente a delimitação da fronteira, possibilitando a permanência da dúvida sobre a divisão dos territórios. Um ano e meio depois, em setembro de 1297, seria assinado o tratado de Alcañices, que fixaria a divisão fronteira entre Portugal e Castela e Leão.

E outrosy sobr'esto fosen nomeados Fernam Perez de Salamanca e Mateus Benavente da parte del rey de Castela por enqueredores departidores e demarcadores nos dictos logares com eses d'avan ditos bispo Rodrig' Afonso e Lop' Afonso que eles eram prestes e aparelhados por ese rey de Portugal a enquerer departir e **apoer marcos per aqueles logares per hu achasem en verdade que deviam a seer e per hu devem a seer de dereyto as divisoens e os departamentos antre os reynos de Portugal e de Leom** en todos os logares que dizia a carta del rey de Castela. A qual dizia Lop' Afonso que tiia [el] rey de Portugal maes **nom achavam nem viiam nem sabiam parte nem recado dese Fernam Perez nem dese Mateus Benavente nem doutro homem que estas cousas quisese comprir** nem fazer com eles por el rey de Castela (As Gavetas da Torre do Tombo, Vol. III, Gaveta XIV, 03-21, p. 604, grifo nosso).

Conforme explicado anteriormente, a palavra *raya*, em espanhol, tem o significado de um risco ou linha. Na documentação régia dos séculos XIII a XVI, esse termo evocou tanto um traçado marcado, intencionalmente, pelo homem sobre o território e que, muitas vezes, não obedeceu a critérios impostos pela natureza; como uma “[...] linha imaginária, uma abstracção, uma convenção” (ROSSA; CONCEIÇÃO; TRINDADE, 2008, p. 06). A fronteira, como resultado de relações de poder, tanto existiu de forma tangível, visível e concreta, marcada por rios, montanhas, campos, florestas, muros, cercas, postos de vigilância, guardas, fortificações; quanto em pensamento político<sup>80</sup>, como um símbolo, um conceito, estando carregada de ambigüidades.

La **ambigüedad es consustancial con las fronteras**. El mismo término frontera designa realidades muy diferentes y contrapuestas; haciendo referencia en unos casos a **barrera o linea divisoria** entre dos espacios diferenciados y en otros a **puerta de entrada y de contacto** con el otro lado. En la Raya, junto a la frontera política y conflictiva de las reyertas o contiendas se desarrolló una frontera osmótica, permeable, llena de encuentros y de oportunidades. Esta es la frontera del **comercio** y del **contrabando** tradicional, de los cotos mixtos<sup>81</sup> y los povos promicuos; es la frontera mágica y festiva, del **entendimiento** y de las alianzas tácitas, la frontera de la vida cotidiana. Los numerosos **enfrentamientos bélicos** que jalonan la historia de esta frontera no han impedido que se construyera un espacio de encuentro, de entendimiento recíproco, animado quizás por la mordiente necesidad del día a día, pero también por la curiosidad y la atracción que ejerce lo extraño, por la seducción de lo próximo desconocido (GARCÍA, 2006, p.719-720, grifos nossos).

<sup>80</sup> “A montanha ou os rios impõem os seus limites e caminhos, uma zona climática dita suas regras. Por outro lado, ocorre também que **a Política** — aqui referida à vasta complexidade de estruturas de poder que **estabelecem limites e centros de organização** que terminam por **reordenar o espaço e a materialidade de múltiplas maneiras** — também **produz a suaprópria espacialidade**. Na superfície do globo terrestre, formam-se nações, e dentro delas estados, províncias, unidades administrativas, comarcas, cidades” (BARROS, 2006, p. 465, grifos nossos).

<sup>81</sup> “Condomínios, espacios interfronterizos que suelen admitir aprovechamientos compartidos por los naturales de uno y otro país. Estos lugares fronterizos estaban de alguna manera regulados por la costumbre; y generalmente constituían espacios de encuentro y de aprovechamientos compartidos, que reflejaban y simbolizaban la otra manera fundamental de ser y de vivir en la frontera” (CORDERO TORRES, 1960, p. 297).

Conforme Juan Luis Conchiña (2005), as fronteiras dos reinos ibéricos no final da Idade Média, podem ser percebidas como espaços complexos, que vão muito além da simples tensão e oposição causadas pelo encontro de territórios pertencentes a monarcas diferentes. Essas fronteiras, ao mesmo tempo em que separavam realidades políticas, constituindo ambientes de confrontação e fricção, também funcionavam como locais de intercâmbio dinâmico e permeável, por onde fluíam pessoas, mercadorias e ideias. Embora não se possam descartar as ocasiões de violência e de dificuldades, nos momentos em que os reinos entravam em litígio, normalmente se desenvolvia um cotidiano de interação entre as famílias de ambos os lados da fronteira, que, muitas vezes, era capaz de sobrepor as instabilidades das relações políticas. “La frontera se manifesta como aquella condición psicológica y, por tanto, como aquel espacio mental y físico, tan predispuestos por la naturaleza a la **ósmosis**, al **contagio** y a la **fecundación**” (MONTALVO, 1998, p. 386, grifo nossos).

#### 2.5.2 A ambiguidade e complexidade da fronteira luso-castelhana quinhentista

Martins (2008, p. 33, grifo nosso) percebe a complexidade da fronteira luso-castelhana como articuladora de heterogeneidades de experiências e trajetórias, o que tornava seu funcionamento imprevisível. A natureza da *raya* seria de “modalidades de relacionamento **plurais e incoerentes**, mesmo **sobrepostas**”, cujos habitantes relacionavam-se com ela de diversas formas, criando “processos de negociação” conforme o exigido pela realidade vivenciada (violência, compadrio, integração, resistência, indiferença, taxações, contrabando, comércio, disputa de influência entre bispados, comemoração conjunta de festejos religiosos, amálgamas de idiomas, cavalgadas para roubo de gado, povoações mistas, convivência pacífica, militarização...). Diferentes modalidades de realidades que embora, muitas vezes, contraditórias não se anulavam, mas coexistiam e se sobrepunham nesse espaço, constituindo a própria fronteira enquanto um espaço de transição.

Variada e sobreposta, assim se apresenta a materialidade sobre a qual se movimenta o homem em sociedade. No cotidiano, os limites utilizados para diferenciar espaços e encerrá-los em recortes administrativos, políticos, geográficos, culturais e religiosos, terminam por confluir gerando “espacialidades sobrepostas”. A realidade é necessariamente mais complexa do que a ordem e estabilidade demonstrada na delimitação traçada pelos mapas (BARROS, 2006). A inter-relação e sobreposição de espaços – de diferentes significados e funções – permitem pensar na existência de “conjuntos espaciais”, socialmente construídos, onde a

contradição da fronteira – espaço de interação/separação – apresenta-se como exemplo pertinente.

A fronteira luso-castelhana, em finais do século XV e princípios do XVI, era frágil, sendo necessário para sua manutenção que tudo se mantivesse, na medida do possível, operacional. Uma fronteira passível das mais diversas formas de interação, “[...] legais e ilegais [...] tanto de solidariedade como de conflito e violência. A fronteira podia ser imprevisível” (GONÇALVES, 2005/2006, p.70). Em uma altura em que “[...] governar é dispor de conhecimento do espaço e dos que o ocupam” (MAGALHÃES, 1998, p. 14), D. Manuel enviou seu escudeiro/*debuxador* para realizar detalhado registro das *gentes*, espaços, caminhos, recursos e defesas dos extremos do reino.

O *Livro de demarcações dentre estes Regnos e os de Castela*<sup>82</sup>, coligido e autenticado pelo cronista e guarda-mor da torre do tombo, Fernão de Pina, apresenta que no Tratado de Paz, entre D. Afonso V, D. João II e os Reis Católicos, confirmado em Toledo, em 06 de março de 1488, fora estipulado que as duas partes fizessem: “[...] derribar todas as fortalezas que novamente tinham sido feitas em os ditos seus reinos, na *raia*, depois que o rei de Portugal entrara em Castela [...]” (PINA, F., 15??, liv.61, fl.35); entretanto, destruir certas fortificações (que não são identificadas no Tratado), não poderia significar deixar o reino sem defesas na fronteira. Rui de Pina, em sua *Crónica de D. João II* (1497?), no capítulo XXX, *Reparo nas fortalezas dos extremos*, relata que em 1488, durante a paz com Castela, mesmo

em pacífica paz, amizade com Castella, e sem alguma causa, nem sospeçam de rompimento; porem como **Rey bõo, e muy prudente** que nos tempos da paz ama as cousas da guerra, nos da guerra procura sempre os meos da paz, **mandou proveer, afortalezar e reparar todas as Cidades, Villas e Castellos dos extremos de seus Regnos**, assy no reparo e defessam dos muros e torres, como em munições, e bastecimentos d’artelharias, pólvora, salitre, armas, almazeens, pera o que mandou fazer em todas as fortalezas novos aposentamentos e casas deputadas pera isso (PINA, R. 1977, p. 945, grifos nossos).

No fólio 21/N, onde está representada a povoação extramuros de Juromenha, no canto inferior direito do detalhe observa-se uma igreja em ruína, com a anotação “esta igreja se derybou no tempo da guera”. O *debuxador* pode estar fazendo referência à Guerra de Sucessão de Castela, ocorrida entre 1475-79, na qual Portugal se envolveu, tendo seu território fronteiriço invadido diversas vezes pelos castelhanos.

---

<sup>82</sup> Comumente identificado como *Livro das Pazes*.

Figura 16: Detalhe da panorâmica de Juromenha (fl.21/N).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Ao mesmo tempo em que prevalecessem a paz e a estabilidade na fronteira luso-castelhana, era premente a preocupação que ela estivesse constantemente protegida com fortificações, em boas condições de manutenção e devidamente equipadas. Neste ponto, chama-se a atenção para a prudência de D. João II, que ordenava tarefas antes de haver necessidade delas<sup>83</sup>. A partir da *Crônica de D. João II*, de Rui de Pina, sabe-se que o não cumprimento do acordo, pelos portugueses, gerou protesto pela parte castelhana; mas os rogos dos reis católicos para impedir o aparelhamento defensivo da fronteira portuguesa não foram ouvidos. Na passagem a seguir, Pina faz referência à construção de uma *taracena* em Pinhel, que no período tem significado não apenas de arsenal (armazém de armas), mas de local de fabricação de armas de fogo<sup>84</sup>. O fortalecimento da cidade fronteiriça de Olivença, com novo fosso (cava) e torres, também estão registrados.

[...] mandou novamente fazer a **taracena** da Villa de Pinhel, em que as dictas cousas estavam em deposito, e abastança e assy neste anno [1448] mandou começar a Cava, e Torres d’Olivença, a que **os Reys de Castella quizeram por rogos impedir** dizendo, que **em tanto certidam, e segurança de paz, como entre elles todos avia, nom era necessário d’hua parte, nem da outra**, se fazerem cousas de que se seguissem sospeitas, nem alvoroços de guerra. Mas pera ElRey nom foy isto causa

<sup>83</sup> Garcia de Resende, em obra posterior, *Vida e Feytos D’el-Rey D. João Segundo*, apresenta para a mesma data, 1488, informações muito semelhantes às que constam nos escritos de Rui de Pina: [...] estando el-rey [D. João II] em muita paz e amizade com hos reis de Castella como muito prudente principe **fazia sempre e ordenava suas cousas antes d’aver necessidade dellas**. E no começo do **ãno de mil e quatrocentos e oitenta e oito**, com muyto cuidado e deligencia mandou prover, fortalecer, e reparar totalas cidades, vilas e castelos dos estremos de seus reinos assi no repario e defensam dos baluartes, cavas, muros e torres como em artelharias, polvora, salitre, armas, almazees e todallas outras cousas necessárias... do que os Reys de Castela pesou, e com muytos rogos lhe mandaram dizer e pedir que em tempo de tanta paz, tanta amizade como antre elles avia, nam se deviam de hua parte nem da outra fazer cousas de que se pudesse presumir nem sospeitar que antre elles podesse aver desconcerto nem guerra, e el-Rey lhe respondeo com palavras de muyta amizade e grande segurança e porem não deyxou de fazer tudo assi e na maneira que o tinha mandado começar (RESENDE, 1545, cap. LXX, p. 102-103, grifos nossos).

<sup>84</sup> “[...] a palavra *taracenas* deve ser inequivocamente entendida como depósito e local de fabrico de armas de guerra” (DUARTE, 2003, p. 634).

legítima pera a obra se leixar de proseguir, e fazer como fez (PINA, R. 1977, p. 946, grifos nossos).

Figura 17: Detalhe do *debuxo* do alçado da fortificação de Olivença<sup>85</sup> (fl. 23/N).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

José Javier de Castro Fernández (2001), consultando a correspondência entre as duas coroas, identifica que, em 1494, os soberanos de Castela questionavam D. João II “[...] porque manda hacer una fortaleza en su reino en el lugar de Bemioso [Vimoso] que es en la frontera de Alcañices entre Miranda y Braganza y es dos léguas de la raya de Castilla” (BNM, Manuscritos, nº 2420, fol. 198v apud FERNÁNDEZ, J., 2001, p. 929). Sem definir nomes, o documento indica ainda outras duas construções defensivas fronteiriças portuguesas que, no momento, estavam em processo de construção ou reforma<sup>86</sup>. A insatisfação dos Reis Católicos ficou evidente, pois, embora os reinos vivessem um período pacífico [...] asi mesmo otra dos fortalezas se labran por su mandado [D. João II, de Portugal] *mas abaxo de Miranda a la Raya de Castilla*” (BNM, Manuscritos, nº 2420, fol. 199v apud FERNÁNDEZ, J., 2001, p. 929).

<sup>85</sup> Barreira e fosso amuralhado, com cubelo artilheiro, da fortificação de Olivença, com anotação do debuxador: “esta cava he muyto booa e forte e tem presa auga”. Duarte registra que a cava/fosso de Olivença era forte e estava cheia de água.

<sup>86</sup> Uma das fortificações, sem nome, referenciadas no documento utilizado por Fernández (2001), poderia ser Mogadouro. A partir dos dados fornecidos pelo Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico de Portugal (SIPA) e pela Direção Geral do Patrimônio Cultural de Portugal (DGPC), essa estrutura sofreu melhorias durante o reinado de D. João II. Conforme a crônica de Rui de Pina, o rei teria visitado a vila durante um périplo realizado em outono de 1483, com objetivo de verificar as condições das fortificações na região Norte do reino, para ordenar reformas. Muito próximo, ao Norte de Mogadouro, encontra-se o castelo de Penas Roias, para o qual não consta documentação que ateste sua reforma no tempo de D. João II. As duas fortificações encontram-se junto à fronteira com Castela, ao Sul e a curta distância de Mirando do Douro. As três foram registradas na obra de Duarte de Armas. Informações adicionais podem ser encontradas em: SIPA: <[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1075](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1075)> e DGPC: <<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70650/>>. Acesso em: 05 fev. 2015.



A resposta de Castela não tardou. Em 1501, a cidade fronteiriça castelhana de Ciudad Rodrigo iniciou importantes obras de refortificação, com o melhor que a tecnologia construtiva militar poderia oferecer<sup>87</sup> (FERNÁNDEZ, J., 2001). *Ciudad Rodrigo*, a 25km da *raya*, estava estrategicamente localizada para “monitorar” a concentração de fortificações portuguesas existentes na Comarca das Beiras. Essas estruturas, nomeadamente, Vila Maior, Sabugal, Castelo Mendo, Castelo Bom, Almeida e Castelo Rodrigo haviam passado por intervenções e adaptações de melhorias ao confronto pirobalístico.

O vale do rio Douro, muito escarpado, constituía uma fronteira efectiva, capaz de se opor a qualquer tentativa de invasão, permitindo alguma “economia” de meios nessas fortificações. Mas o mesmo já não acontece com as zonas de “raia seca”, quer a Noroeste de Miranda, quer a Sul do Douro. Por isso, **a maior parte das reformas surgem concentradas em torno da “Porta das Beiras”**, nos castelos mais raianos (**Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Sabugal**, Sortelha e Alfaiates) (BARROCA, 2008/2009, p. 242, grifos nossos).

A renovada fortificação castelhana de *Ciudad Rodrigo* estava localizada a poucos quilómetros a sudoeste de Pinhel, vila escolhida pelos reis portugueses para construção de suas novas *taracenas* (local de armazenamento e principalmente produção de armas). Encontrava-se posicionada na entrada da chamada Porta das Beiras, tradicional ponto de passagem de tropas castelhanas invasoras do território português. Feitas as pazes, firmados acordos, as espadas continuavam desembainhadas.

## 2.6 As fortificações e o território fronteiriço: demarcar, vigiar e dissuadir.

Durante o reinado de D. Manuel I, a paz velada era mantida com Castela e cautela era o principal recurso da Coroa portuguesa. Para tanto, nas Cortes de Lisboa, em 1502, D. Manuel solicitava e obtinha dos povos contribuição destinada ao “[...] *fazimento* de muros, torres e barreiras em Mourão, Arronches, Assumar, Marvão, Segura, Sabugal, Alfaiates, Chaves, Melgaço, Mértola, Monsanto, Bragança e Sintra” (CASTELO BRANCO, 1997, p. 05, grifo do autor). Dessas localidades, apenas Sintra não se encontra na fronteira. Ao casar,

---

<sup>87</sup> “Esto provocará que Antonio del Águila, que había sucedido en 1489 a su padre en la alcaidía de Ciudad Rodrigo, inicie en 1501 importantes obras en el castillo [de Ciudad Rodrigo], ya que la antigua barrera era “*de tapias viejas*” y estaba “*caída e aportillada*”, construyendo “*toda la barrera por parte de la dicha ciudad de la dicha fortaleza de silleria e argamasa con sus almenas e cubos e troneras e ansi mismo la cava toda alrededor de la dicha barrera, la cual esta muy honda hasta la peña viva de todas partes e muy ancha*”. La barrera artillera disponía em sus “*tres lienzos de diez e nueve troneras*” y en los dos cubos “*diez e seis troneras altas e bajas*”. La cava tenía de “*ancho por lo bajo doce pies, tiene de ancho por lo alto veinte pies e tiene de fondo otros veinte pies*”. (Archivo General de Simancas – AGS – Contaduría del Sueldo, 2º série Tenencia de Fortalezas, leg 372. Ciudad Rodrigo apud FERNÁNDEZ, 2001, p.929). Nesse trecho, pode ser identificada a construção de cubos artilheiros, barbacãs/barreiras artilheiras, fossos e a disposição de muitas troneiras em diferentes níveis, para receber armas de fogo.

em 1496, com Isabel de Aragão, princesa das Astúrias, filha dos Reis Católicos, D. Manuel I foi jurado, por seus sogros, como *Príncipe Herdeiro de Castela, Aragão, Granada e Sicília*, aventando o sonho da unificação ibero-mediterrânica sobre a égide da coroa portuguesa<sup>88</sup>. Embora, justamente por essa união, os reinos desfrutassem de uma sólida e harmoniosa coexistência, não cessaram os projetos, construções e reformas de fortificações por toda a fronteira luso-castelhana, ordenados pelo monarca português<sup>89</sup> (COSTA, J. 2011). O capítulo LXXXV, *Das Egreias, Mosteiros, Hospitaes, castellos, fortalezas, & outras obras que elRei d. Emanuel fez de novo, & mandou reparar...*, na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião Goes, identifica-se o empenho do Venturoso na atividade reformadora/construtora das defesas fronteiriças e de outras estruturas militares.

Reparou ho castello **Dalmeida**, &ho vez quase de nouo. Fez ha fortaleza de **Castelbom**, & ha reparou de muros, & cauas, fez ho castello **Dalfajates**, & mandou cercar há villa. Fez de nouo ha Torre, & fortaleza de sam Vigenteda par do mosteiro de Betheloom toda de pedra canto, em que mandou poer muita artelharia, & gente de guarnição cõ que se ho porto vegia, & guarda. Mandou fazer ha **cerca noua Doliuença**, mandou de nouo cerquar ha villa de **Campo Major** (GOES, 1567, vol. IV, fol. 109).

Das fortificações citadas pelo cronista, apenas Alfaiates, embora também se encontre junto à fronteira, não consta no *Livro das fortalezas*. Possivelmente, devido à precariedade de suas estruturas na época, de características plenamente medievais, que ainda remontavam ao período de D. Dinis (finais do século XIII). Em contrapartida, D. Manuel, em 1510, ordenou uma campanha de grande proporção na vila, mandando edificar de raiz, uma fortificação que não reutilizou as construções do antigo reduto amuralhado. O Venturoso optou por construir

---

<sup>88</sup> [...] os Reis [Fernando de Aragão e Isabel de Castela] assi terem regado a todos, temendo que podesse sobrisso socçeder algum desconcerto que estoruasse este negocio, que elles desejauam muito ver acabado. Depois de todos assentados mandou elRei dom Fernando ahos officiaes que se fizesse silencio, & logo hum Doutor se aleuantou em pé, & fez hua oraçam declarando nella hos bes, & proueitos que se seguiam do casameeto del rei dõ Emanuel co há raInha dõna Isabe, & **que përa mór cõfrimaçã & remate das alianças dambollos Regnos eram ali juntos, përa hos jurarem por Príncipes herdeiros dos Regnos de Castella, & Leã**, encomendando tambem el rei dõ Emanuel, & à Rainha sua molher ho bem, & prol dos mesmos Regnos, quando Deos houuesse por bem succederem nelles (GOES, 1556, vol. I, fol. 24, grifo nosso).

<sup>89</sup> D. Isabel de Aragão morreu em 1498, ao dar a luz a D. Miguel da Paz, herdeiro legítimo das coroas de Portugal, Castela, Aragão, Granada e Sicília. Seu nome era um sinal de esperança de unidade dos povos peninsulares, sob uma mesma coroa. Com o nascimento de seu primogênito e a morte de sua esposa, D. Manuel I ficava imediatamente afastado da herança dos Reis Católicos, passando essa dignidade ao seu filho. A esperança da união ibérica durou pouco, o príncipe faleceu em 1500, com apenas dois anos de idade, rompendo os laços de linhagens entre Portugal e Castela-Aragão (COSTA, J. 2011).

um novo castelo dentro dos preceitos modernos da arquitetura militar, totalmente adaptado à guerra de artilharia à explosão (DGPC)<sup>90</sup>.

Gomes (1996) chama especial atenção ao fato de que, durante o reinado de D. João II, os cargos de Grão Mestre da Ordem de Cristo (a partir 1484) e de Fronteiro ao Sul do Tejo, eram ocupados por D. Manuel. Nessas funções, a partir de 1490, o futuro rei procedeu a vários reparos e reconstruções nos castelos da Beira Baixa, na sua maioria pertencentes à ordem militar que liderava (tais como Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Segura e Salvaterra). A atitude de manutenção das defesas da fronteira foi acentuada no momento em que D. Manuel assumiu a coroa portuguesa, pois, segundo a autora, o *Livro das fortalezas* teria como função não apenas julgar a necessidade de obras na totalidade dos castelos raianos, mas também “[...] se destinaria seguramente para avaliar o andamento de muitos trabalhos já encetados, que o monarca seguia de perto” (GOMES, 1996, p. 70).

Dessa forma, a obra de Duarte de Armas serve de ponto de partida e de chegada ao mesmo tempo. Assim como suas imagens serviam para demonstrar quais estruturas fortificadas necessitavam de reparos e modernizações, também apresentavam ao monarca o andamento, ou a conclusão, de obras ordenadas anteriormente. João Paulo Costa (2011, p. 197, grifo nosso) define que durante a regência de D. Manuel I e sua política centralizadora, o monarca procurou que sua administração dispusesse de “[...] uma **imagem** tão real quanto possível do reino”. Efetivamente, o trabalho de Duarte de Armas prestava-se para fornecer a burocracia central, uma **imagem** vivaz da fronteira com Castela, apresentando a conclusão, andamento e necessidade de projetos futuros da arquitetura militar existente na região.

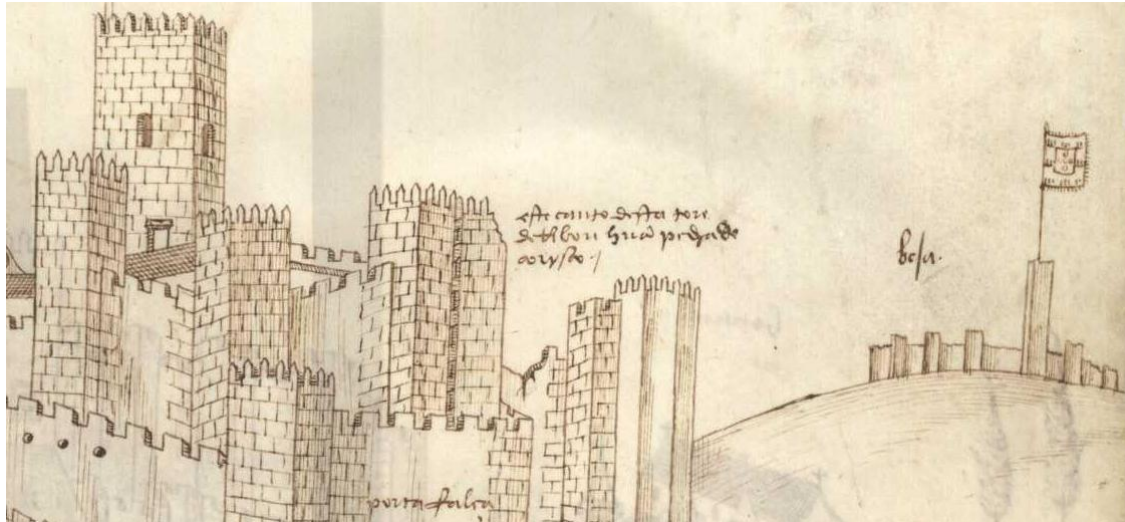
Algumas reproduções de Duarte de Armas apresentavam, em segundo plano, outros castelos portugueses, demonstrando a possibilidade de contato visual entre as fortalezas, facilitando a manutenção de um sistema defensivo de fronteira. O escudeiro real sempre guardou a preocupação de demonstrar a noção de distância (longe/perto) entre as localidades portuguesas. Como exemplo, podem ser identificadas a cidade de Beja, na vista Leste de Serpa (fl.8); Monsaraz ao *debuxar* Mourão (fl.13); Veiros e Estremoz, na vista Leste de Monforte (fl. 32v); Idanha-a-Nova e Idanha-a-Velha, nas vistas Norte e Leste de Monsanto (fl.61v-62v); Guarda, na visão Norte de Vilar Maior (fl. 68); Castelo Rodrigo e Almeida, no alçado do Castelo Bom (fl. 71); Outeiro, Algozo e Penas Róias, na Visão Oeste de Mogadouro

---

<sup>90</sup> Direção Geral do Patrimônio Cultural de Portugal (DGPC): Castelo de Alfaiates. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-emvias-de-classificacao/geral/view/71168/>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

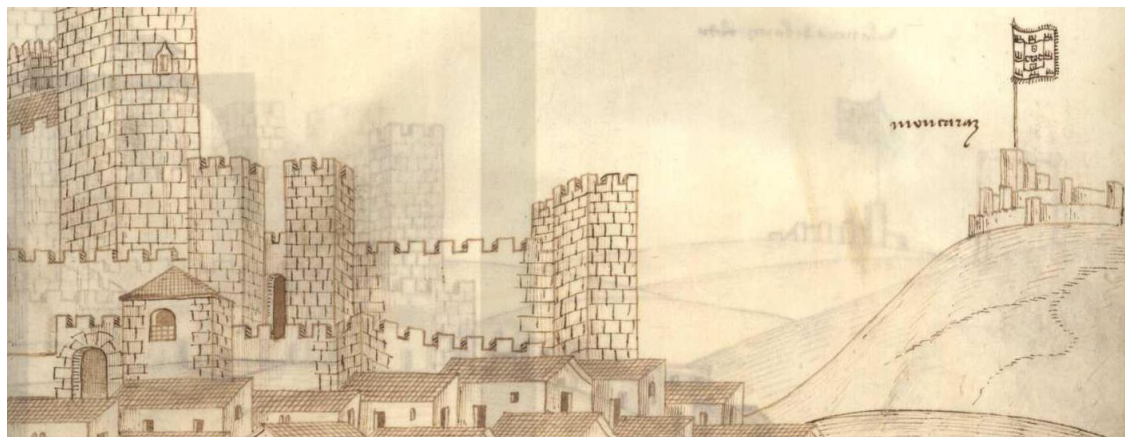
(fl. 78v e 80); Alegrete na visão Oeste de Monforte; o castelo de Campo Maior (fl.28), onde ao fundo, na visão Norte foi registrada a fortificação de Elvas.

Figura 18: Detalhe da panorâmica de Serpa<sup>91</sup> (fl. 8/E).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Figura 19: Detalhe da panorâmica de Mourão<sup>92</sup> (fl. 13/E).

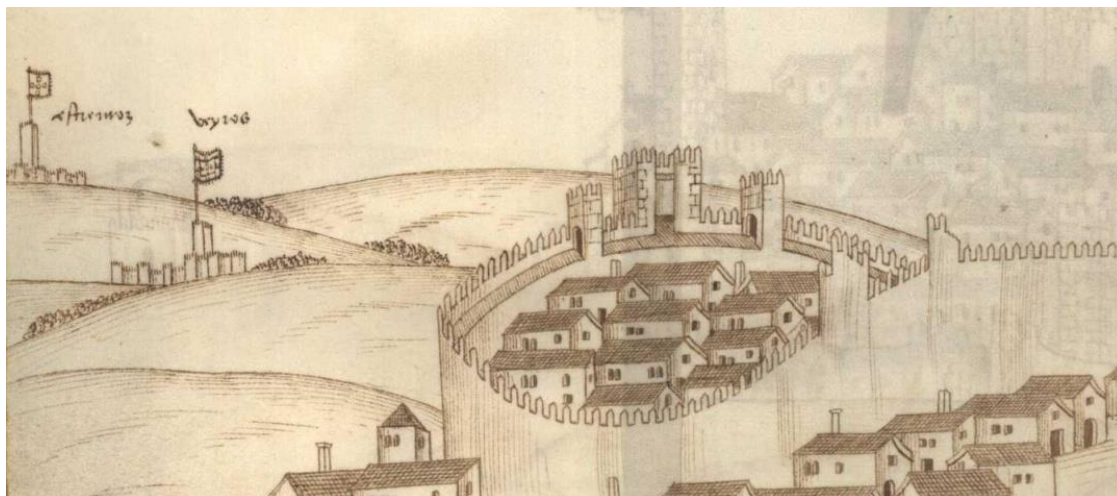


Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

<sup>91</sup> Ao fundo observa-se a fortificação portuguesa de Beja.

<sup>92</sup> Ao fundo a fortificação portuguesa de Monsaraz.

Figura 20: Detalhe da panorâmica de Monforte<sup>93</sup> (fl. 32/E)



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Figura 21: Detalhe da panorâmica de Vilar Maior<sup>94</sup> (fl. 68/N)

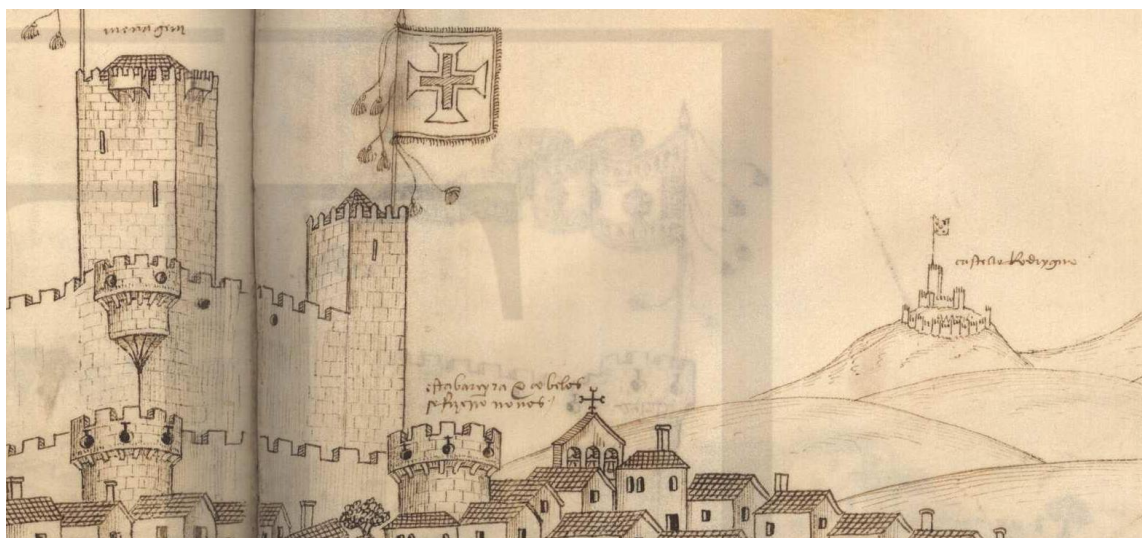


Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

<sup>93</sup> Ao fundo as fortificações de Veiros e Estremoz.

<sup>94</sup> A fundo a fortificação de Guarda.

Figura 22: Detalhe da panorâmica de Almeida<sup>95</sup> (fl. 73/S).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Da mesma forma, também foram *debuxados* diversos povoados, vilas e fortalezas castelhanas que se encontravam no outro lado da fronteira, em território fronteiriço castelhano. Registros que nada devem ter de acidentais, devido à sua função de identificação de condições estratégicas. Na visão Oeste de Mourão (fl.14), Duarte *debuxou* Villa Nueva de Fresno; na visão Sul de Olivença (fl. 24), registrou ao fundo a cidade castelhana de Badajoz; no registro da banda Norte de Campo Maior (fl.27), também captou Badajoz; na vista Sul de Alcoutim (fl.3) representou a cidade castelhana de San Lucar do Guadiana; na visão Sul de Ouguela (fl.29) registrou a cidade castelhana de Albuquerque<sup>96</sup>; na vista de Mourão (fl.13), representou Vila Nova de Barca Rota; na perspectiva Noroeste de Monforte do Rio Livre incluiu a cidade castelhana de Monterrey; nas visões Oeste e Leste de Salvaterra (fl. 57-57v) identificou Peñafiel; na visão Norte e Sul de Piconha *debuxou* o torreão galego de Randim; na visão Sul de Freixo-de Espada-a-Cinta (fl. 77) ao fundo localizou Bilibastro (ou Vilvestre?) e ao fazer o alçado Sul de Valeça do Minho (fl.112), registrou parte da cidade de Tui, na Galícia, com sua catedral fortificada. Segundo Andrade (2001), as fortificações portuguesas eram construídas justamente em frente aos castelos castelhanos, havendo a preocupação de se constituírem povoações nas proximidades, legitimando a ocupação portuguesa do espaço fronteiriço e demarcando a transição entre um território e outro. Demarcar um território é demarcar um espaço de poder.

<sup>95</sup> Ao fundo a fortificação portuguesa de Castelo Rodrigo.

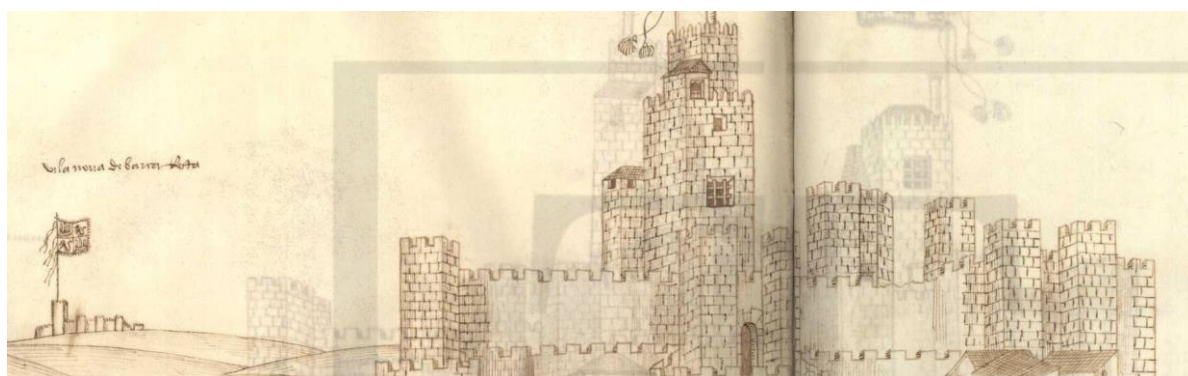
<sup>96</sup> Conforme Anexo 11– De Ouguela, Duarte teria mesmo se deslocado para as proximidades de Albuquerque, cuja legenda no desenho nos informa que o *debuxo* dessa cidade teria sido “tirado do natural”, expressão que utiliza para se referir aos castelos portugueses.

Figura 23: Detalhe da panorâmica de Freixo-de-espada-a-cinta<sup>97</sup> (fl. 77/S).



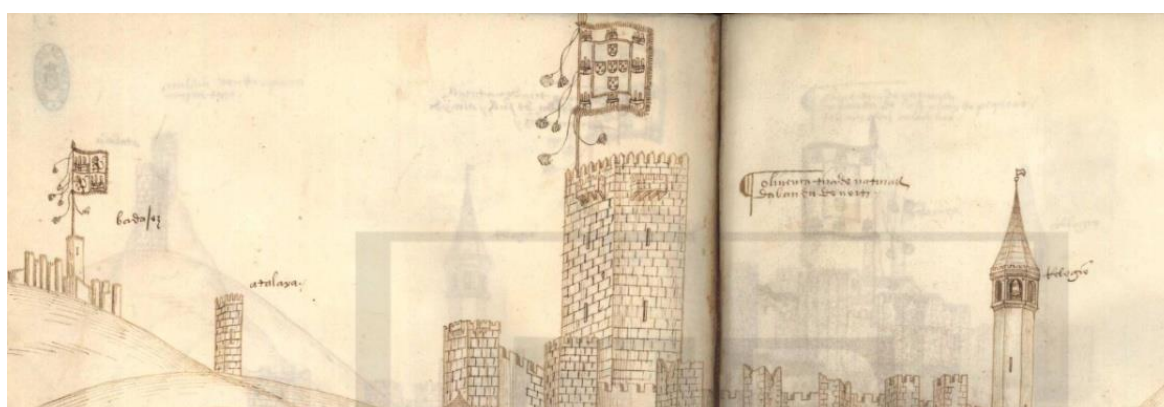
Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Figura 24: Detalhe da panorâmica de Mourão<sup>98</sup> (fl. 14/O).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Figura 25: Detalhe da panorâmica de Olivença<sup>99</sup> (fl. 24/S).



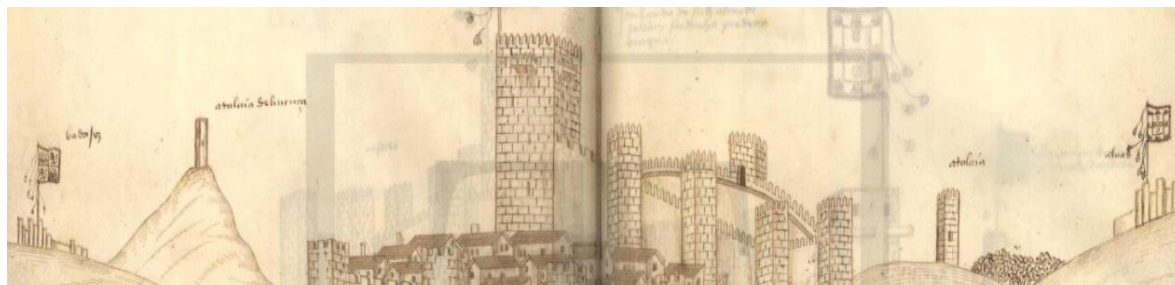
Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

<sup>97</sup> Ao fundo o registro da fortaleza castelhana de Ciudad Rodrigo.

<sup>98</sup> Ao fundo o registro da fortaleza castelhana Villa Nueva de Fresno.

<sup>99</sup> Ao fundo o registro da fortaleza castelhana de Badajoz.

Figura 26: Detalhe da panorâmica de Campo Maior<sup>100</sup> (fl. 27/N).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Figura 27: Detalhe da panorâmica de Ouguela<sup>101</sup> (fl. 29/S).



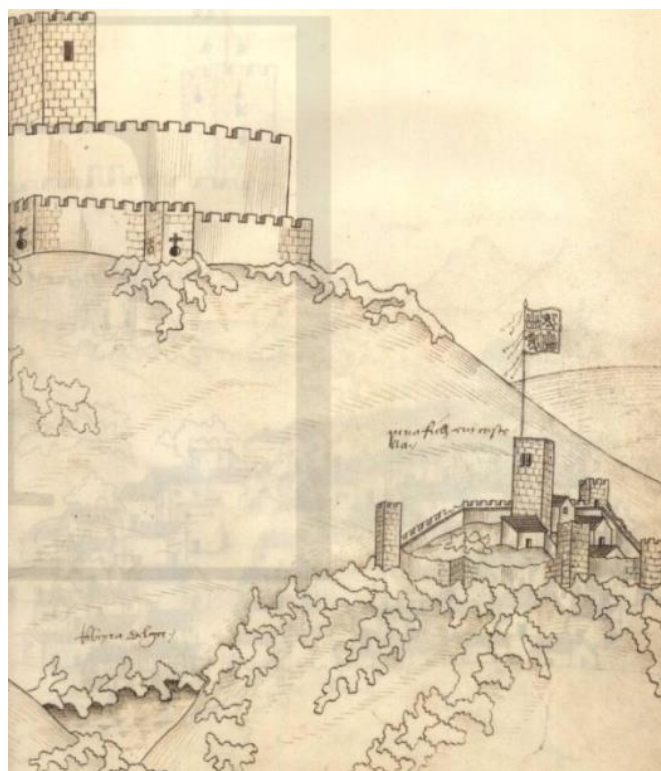
Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

<sup>100</sup> À esquerda a fortificação castelhana de Badajoz e à direita a fortificação portuguesa de Elvas. A fortificação de Campo Maior está entre duas atalaias, torres de observação do território fronteiriço.

<sup>101</sup> Ao fundo, o registro da fortaleza castelhana de Albuquerque.



Figura 28: Detalhe da panorâmica de Salvaterra<sup>102</sup> (fl. 76/E).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Interpretar a distribuição dos castelos no território português pressupõe um pensamento tático e intencional, uma vez que as fortificações foram dispostas de modo a formar linhas de defesa em profundidade. As fortificações apresentavam-se de oeste a leste, “descendo” cada vez mais ao sul, em direção ao Algarve, durante o processo de “Reconquista” frente aos muçulmanos e, posteriormente, junto à fronteira com Castela, em um sentido norte-sul.

Dos 173 castelos, contidos na *Carta dos Castelos Portugueses – 1350 a 1450*, de Baquero Moreno (1984, p. 114), a distribuição entre as onze províncias portuguesas configura-se da seguinte forma: Alto Alentejo, 36 fort. – 20,8% do total; Trás-os-Montes e Alto Douro: 27 fort. – 15,6%; Beira Alta: 22 fort. – 12,7%; Minho: 18 fort. – 10,4%; Estremadura: 16 fort. – 9,2%; Algarve: 13 fort. – 7,5%; Beira Baixa e Baixo Alentejo: 11 fort. – 6,4%; Beira Litoral: 10 fort. – 5,8%; Ribatejo: 7 fort. – 4%; Douro Litoral: 2 fort. – 1,2%. Por meio da *Carta...*, pode-se constatar que todas as fortalezas assinaladas para o Algarve encontram-se junto à fronteira Oeste (Castela) e Sul (Marrocos), e que a grande maioria dos castelos alentejanos concentra-se junto e nas proximidades da fronteira castelhana.

<sup>102</sup> No canto inferior direito, o registro da fortificação castelhana de Peñafiel.

A distribuição das fortificações desenhadas por Duarte de Armas, nas atuais regiões portuguesas, corresponde a 21 no Alto Alentejo; 14 no Trás-os-Montes e Alto Douro; 08 na Beira Baixa; 07 na Beira Alta; 07 no Minho; 05 no Baixo Alentejo; 02 no Algarve; 01 Estremadura e nenhuma na Beira Litoral, Douro Litoral e Ribatejo. O Alentejo foi utilizado por Castela como rota de invasão do reino de Portugal, devido à facilidade proporcionada pela condição geográfica, ou mesmo pela extensão da fronteira. A maior concentração de fortalezas alentejanas encontra-se no Alto Alentejo, justamente onde o rio Guadiana já não está presente, perdendo-se a fronteira natural, facilitando uma possível invasão.

Conforme Monteiro (2001b), no final da Idade Média, a Coroa portuguesa tentou controlar, nos mais diversos níveis, a organização militar do reino. Esse esforço foi iniciado por D. Dinis (1279-1325), ou mesmo por D. Afonso III (1248-1279) e prosseguido por monarcas tão tardios quanto D. Fernando (1367-1383), D. João I (1385-1433) ou mesmo D. João II (1481-1495) e D. Manuel I (1495-1522). Tal controle dava-se por meio do domínio sobre a construção, reparo e modernização das fortalezas do reino e das respectivas cercas<sup>103</sup> urbanas, em particular das localizadas nas fronteiras ou em pontos de acesso às principais cidades do reino. Prova disso é a *Ius Crenelandi*<sup>104</sup>, que definia o monopólio régio de construir obras fortificadas.

É com D. Dinis que triunfa, em Portugal, de uma forma clara e decisiva, o *Ius Crenelandi*, ou seja, o princípio jurídico que proclama o monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares. Os primeiros sintomas deste conceito jurídico podem já ser detectados com D. Sancho I quando este monarca manda destruir uma série de torres senhoriais fortificadas [...] Somente com D. Dinis surgem as primeiras cartas régias autorizando construção de *casas fortes* em Portugal, a mais evidente demonstração do *Ius Crenelandi* [...] num Diploma de 1322, D. Dinis justifica que o nobre Mem Rodrigues de Vasconcelos *...nom podia fazer essa casa forte sem meu outorgamento porque eu ei deffeso que nem huom homem nom possa fazer casa forte em meu senhoryo sem meu mandado...*” (BARROCA, 1998b, p.807, grifo nosso).

A consolidação da ocupação do território português, tanto no período da Reconquista, quanto nas disputas contra Castela, deu-se por intermésio da implantação de uma malha

<sup>103</sup>“Muralha que cerca uma povoação fechando-se sobre si mesma. Em geral, a cerca da via partia do castelo, abraçava a povoação e ligava-se, de novo, ao castelo” (NUNES, 2005, p.85).

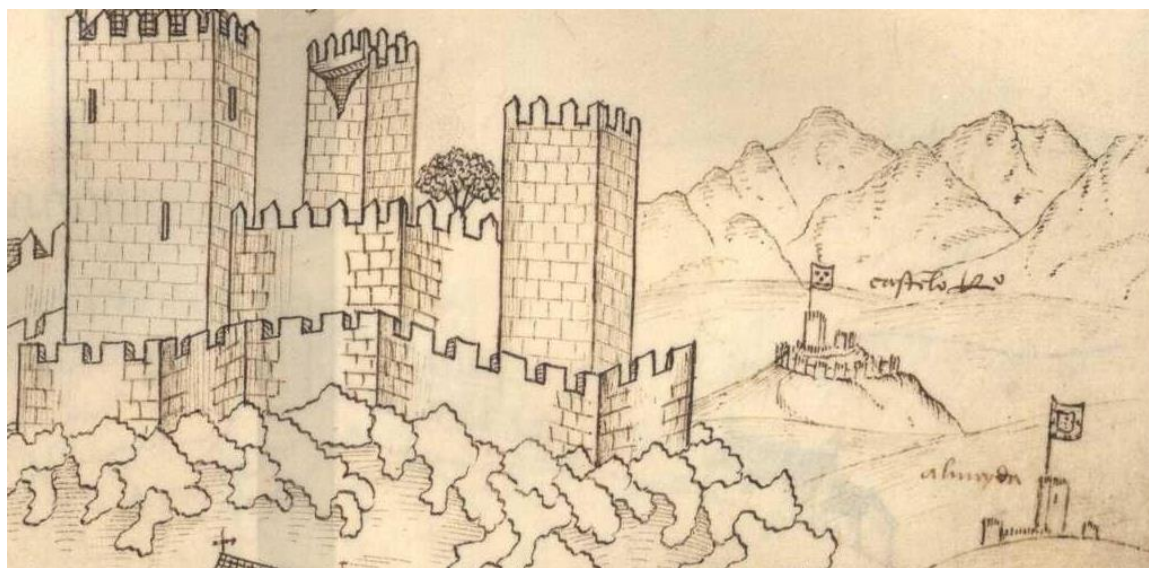
<sup>104</sup>“Sobre as estruturas militares, no tempo de D. Dinis, esta política de centralização refletiu-se diretamente na substituição dos *tenentes* por *alcaides*, na troca dos domínios da fronteira (nas mãos de particulares) por outros bem afastados dela e na afirmação do *Ius Creneland* (princípio jurídico que proclama o monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares). Em 1287, D. Dinis abole o cargo de *tenente* substituindo-o pelo de *alcaide*, funcionário de nomeação régia, e institui ainda a figura do *Corregedor de Comarca*, ao qual incumbia a tarefa de visitar os castelos para verificação do seu estado de conservação e inspeção dos respectivos arsenais” (CORREIA, 2011, p.56-57, grifos nossos).

defensiva no território. Dessa forma, vantagens extras apresentavam-se no sentido de organizar as populações no espaço, aumentar a produção e melhorar a arrecadação fiscal. Com muita frequência, as fortificações são vistas como um elemento isolado, entretanto ressalta-se sua íntima conexão com suas povoações, com as necessidades táticas da política vigente e com as necessidades econômicas de proteção do espaço campesino e comercial (ANDRADE, 2001).

As fortalezas sempre foram utilizadas como marcas para “construção” de um território, por sua monumentalidade arquitetônica e sua grande expressividade retórica (um discurso de dissuasão e domínio). A arquitetura militar destinava-se a prevalecer na paisagem como polo de regramento da ocupação populacional, desempenhando papel defensivo e organizacional da exploração dos territórios nos quais estavam inseridos (MONTEIRO, 2002).

Rasgavam-se múltiplos caminhos vicinais nascidos de serventias diárias que, ligando-se às estradas principais, encaminhavam o olhar do viajante para uma monumental construção de pedra que, cada passo andado, se afirmava como protagonista do seu horizonte visual (ANDRADE, 2003, p. 45).

Figura 29: Detalhe da panorâmica de Castelo Bom<sup>105</sup> (fl. 71/S).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Ao Norte de Castelo Bom, Duarte de Armas registrou outras duas fortificações portuguesas. No canto inferior esquerdo, aparece a menagem e o cimo das torres de Almeida. Mais ao longe, pouco mais acima, surgem as muralhas e menagem de Castelo Rodrigo. Em

<sup>105</sup> Paisagem fronteiriça fortificada. Os castelos como demarcadores visuais da fronteira luso-castelhana.

linha reta, entre Castelo Bom e Almeida há, aproximadamente, 11km e, entre Castelo Bom e Castelo Rodrigo, aproximadamente, 15km. Nesse caso, a fronteira com Castela pode ser identificada por meio de demarcadores visuais, que são os castelos, que atuam como instrumentos de vigilância e dissuasão, frente ao território além *raya*. “O encerramento do espaço português” era garantido por ações políticas, administrativas e demarcatórias visuais, das quais os castelos também ocupam seu papel (ROSSA; CONCEIÇÃO; TRINDADE, 2008, p.09).

Por sua destacada referencialidade na paisagem, os marcos fronteiriços e, principalmente, os castelos acompanharam e auxiliaram no surgimento da palavra e da noção de fronteira, ao longo do período medieval; todavia, a utilização sistemática dessas referências, como se fossem instrumentos de uma metodologia de delimitação do espaço, não ocorreu até o século XV. A concepção de “linha fronteira” construída de forma clara e, pretensamente, rígida foi antecedida pela inserção no território de “[...] uma sucessão de pontos ou marcas espaciais” (GOMES, 1991, p.371) que balizavam percursos<sup>106</sup> e indicavam contornos aproximados. Os registros e manutenções dessas marcas espaciais eram feitos “[...] em instancias diferentes [sem periodicidade], de modos diversos [sem padronização], por diferentes agentes [sem competências adequadas]” (GOMES, 1991, p.371), o que denota a falta de uma concepção objetiva na construção da fronteira. Estacas, marcos e malhões, identificados com o Brasão das Quinas de Portugal, eram colocados um ao lado do outro estabelecendo uma sequência de pontos, “[...] cuja distância se media por cordas, tiros de besta, passadas de cavalo ou de homem” (ROSSA; CONCEIÇÃO; TRINDADE, 2008, p.09).

A partir do século XV, com D. Afonso V, é encontrada uma situação diferente, iniciando a constituição dessa “linha fronteira”. Durante o reinado de D. Manuel, foram ordenadas visitas periódicas aos marcos e malhões, para registro de seus estados de conservação e notificação de qualquer possível alteração sofrida. Essas visitas originaram uma documentação denominada “autos das malhoieiras ou visitas dos malhões” (GOMES, 1991, p.372), que ocorriam anualmente. Na Chancelaria Régia manuelina, foram preparadas as primeiras cópias e averiguações, de forma sistemática, da documentação produzida por reis anteriores (principalmente D. Dinis) sobre a *raia* luso-castelhana. Esses levantamentos geraram o que pode ser considerada “uma memória dos limites do reino” (GOMES, 1991,

---

<sup>106</sup> Os marcos e malhões não eram utilizados apenas nas fronteiras entre as coroas, mas também eram usados internamente para indicar a divisão dos territórios administrativos (comarcas, regiões, posses pertencentes a vilas e cidades...), sendo muito úteis como ponto de referência nos deslocamentos de larga distância.

p.373), com suas transformações, recuos e expansões em diferentes regiões, períodos e situações.

A importância dada aos marcos, durante a regência de D. Manuel, está registrada nas Ordenações Manuelinas (*Dos que arrancaram marcos sem auctoridade de Justiça, ou consentimento das partes* – citação a seguir); nas quais estão especificadas as penas e os castigos para quem removesse, colocasse ou roubasse marcos para o uso das pedras. Está claro que o manejo dos marcos só poderia ser feito com autorização da Coroa, das autoridades locais (Vila, Cidade...) ou dos donos das propriedades. As punições não demonstram brandeza, envolvendo açoites públicos, degradação para o Norte da África e multas que podiam chegar ao valor da propriedade afetada.

Qualquer pessoa, que sem auctoridade de Justiça, ou consentimento das partes a que pertencer, arrancar alguu marco que for posto em algua herança por demarcação, se for homem de pequena condiçam seja açoutado pubricamente por essa Villa, ou Lugar onde esto acontecer, e degradado dous annos pera Cepta; e se for Vassallo, ou di pera cima, seja degradado dous annos pera a dita Cidade sem outro açoutes. E metendo marco nouamente sem auctoridade de Justiça, ou das partes a que tocar, auerá as mesmas penas, e mais paguará a valia da propriedade que assim quis emalhear com o meter do dito marco, ametade pera a parte, e a outra metade pera Nossa Camara. E arrancando alguu o dito marco nom sabendo que era marco, mas foamente com tençam de furtar a pedra, ou outra qualquer cousa, que hi fosse posta por demarcação, em tal caso Mandamos que aja pena de furto, segundo a valia de cousa furtada, pois que ouue tençam de furtar, e furtou cousa alhea (Livro IV, Título XCV, p.293-294).

Na paisagem, os marcos ou mahões constituíam-se em pontos, os quais, unidos, definiam uma linha – uma *raya* – concebida pelos representantes do poder, conhecida – e “respeitada” – pelas populações da região e que cumpria a função prática de demarcar o território. Vale ressaltar que, para além da demarcação, deveriam ser levadas em consideração, as tentativas de desrespeitar os limites negociados. De tal forma, a posse efetiva do território, com sua integridade e estabilidade, só era garantida por seu povoamento (ROSSA; CONCEIÇÃO; TRINDADE, 2008).

## **2.7 Fortificar, povoar e organizar**

Conforme Rui Cunha Martins (2000b), a construção do território raiano entre Portugal e Castela obedeceu ao princípio do *uti possidetis*, que postulava ações concretas na ocupação de terras, criando direitos sobre elas. De acordo com Martins, a “fronteira é um espaço em incorporação ao espaço global que é o espaço urbanizado, e sua incorporação se efetua através

do núcleo urbano, condição chave da ordenação do espaço territorial e social” (p. 141-142). Desde o período medieval, na Península Ibérica, a legitimidade da ocupação e posse de um território fronteiriço estava diretamente relacionada ao cultivo da terra e à criação de povoados, devidamente estruturados. A grande maioria desses assentamentos fronteiriços tinha por base a construção de uma fortificação ou de uma povoação amuralhada. A partir deste “ponto de proteção” e vigilância passavam a se constituir alguns dos futuros centros urbanos, com função de organizar a exploração dos recursos naturais da região, voltados, principalmente, para o plantio e criação<sup>107</sup>.

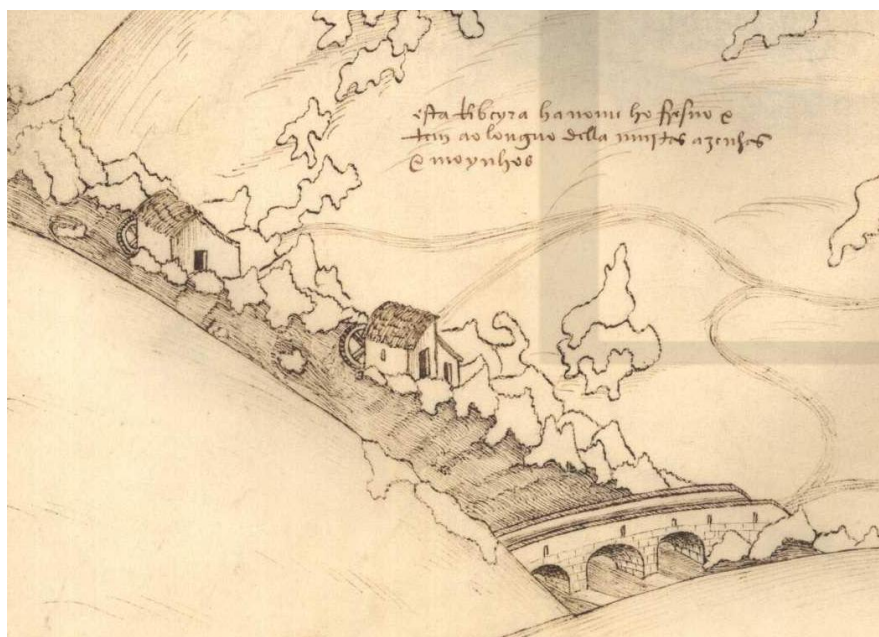
Ao se apropriar de determinado espaço e transformá-lo em sua propriedade [...] um sujeito humano define ou redefine um território. Ao se estabelecer um determinado sistema de plantio sobre uma superfície natural, ocorre aí uma nova territorialização do espaço, claramente caracterizada por uma nova “paisagem” produzida culturalmente e por **uma produção que implicará em controle e conferirá poder [...] o ato de produzir é igualmente o ato de produzir territórios. Cultivar a terra é dominar a terra, é impor-lhe novos sentidos, é apartá-la do espaço indeterminado inclusive frente a outros homens, é exercer um poder e obrigar-se a um controle** (BARROS, 2006, p.474-475, grifos nossos).

Barros (2006), ao se apropriar de preceitos da Geografia e História, para definir e refletir sobre os conceitos de espaço, território e territorialização, consegue explicitar (embora essa não seja a intenção em seu texto) a noção, a lógica da *uti possidetis* na Península Ibérica Medieval. A ponderação, presente na citação, elucida a relação intrínseca entre a apropriação do espaço (por direito, por aquisição, por força) e a delimitação/criação de um território que, ao mesmo tempo em que confere poder, exige o cultivo da terra para assegurar a legitimidade da posse. Partindo dessa proposta, a ocupação é indissociável da produção, que impõe novos sentidos ao espaço, (re)territorializando-o, demarcando-o frente aos olhos de outros homens.

---

<sup>107</sup> Conforme Anexo 18. Na página a seguir, apresentam-se exemplos do urbanismo fronteiriço fortificado, representado por Duarte de Armas: Monforte (fl.33/E); Castelo Branco (fl.53/SE) e Castelo Rodrigo (fl.75/S). As panorâmicas também se tornam interessantes para visualizar a complexidade e detalhismo das paisagens representadas por Duarte de Armas.

Figura 30: Detalhe da panorâmica de Miranda do Douro<sup>108</sup> (fl. 83/NO).

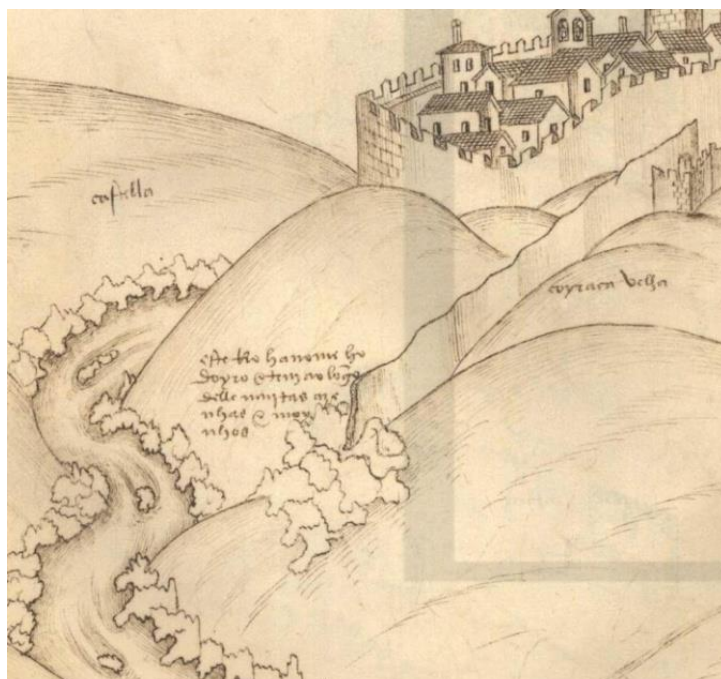


Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Ao registrar a panorâmica de Miranda do Douro, Duarte de Armas registrou anotou: “esta ribeyra ha nome ho fresno e tem ao longo della muytas azenhas e moynhos”. Identifica-se, portanto, o empenho do debuxador em registrar, não apenas em imagens, mas também por escrito, os recursos e configurações da paisagem fronteiriça, onde as fortificações estavam inseridas. No detalhe acima, duas azenhas (moinhos cuja mó é movida a água) junto à ribeira de Fresno e uma ponte de pedra (Ponte de Canos), em ótimas condições, que permitia cruzar o leito de água em segurança. Com essas representações, Duarte também registrava informações sobre a produção e recursos econômicos da região.

<sup>108</sup> Detalhe da panorâmica de Miranda do Douro. Produção.

Figura 31: Detalhe da panorâmica de Miranda do Douro<sup>109</sup> (fl. 84/E).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

No detalhe, identifica-se uma antiga couraça (*coyraça velha*), estrutura que fazia a ligação entre o rio e a fortificação, possibilitando que os moradores do recinto amuralhado usufruíssem, em segurança, de um dos principais recursos da região, o rio Douro. Ao fundo, do outro lado do rio, a indicação do território de *castella*.

Figura 32: Detalhe da panorâmica de Bragança. Cultivo (fl. 90/E).

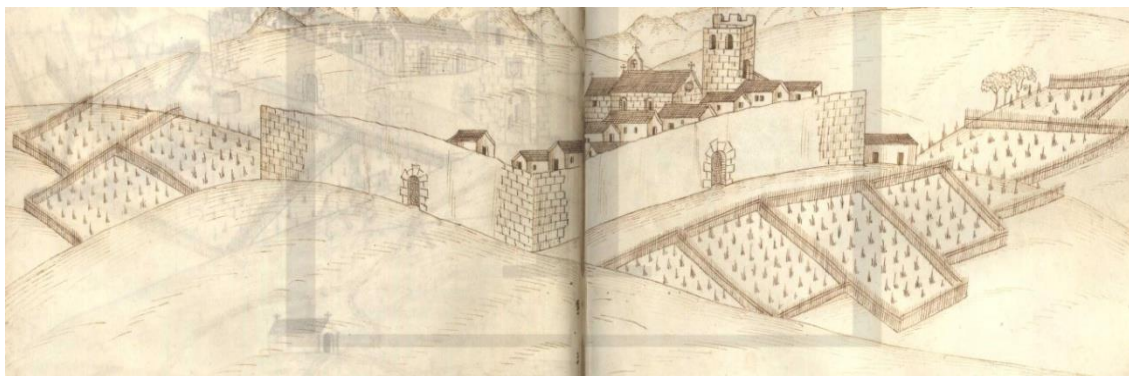


Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

<sup>109</sup> Utilização de recursos do ambiente.



Figura 33: Detalhe da panorâmica de Assumar. Cultivo (fl. 36/NO).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Compondo as paisagens, Duarte de Armas registrou vinte e uma localidades fronteiriças, cercadas por seus cultivos de hortas e pomares. Na fronteira luso-castelhana do século XVI, instalar povoações cujos moradores cultivassem a terra, usufruíssem de seus recursos naturais e produzissem, por intermédio de seus moinhos e azenhas, atendia a necessidade de ocupação e interação com o espaço, para territorializá-lo. A legitimação da posse da terra provinha de seu uso efetivo. Tratando-se de um espaço de fronteira, os *debuxos* do escudeiro representam, de forma recorrente, áreas de plantio e concentrações de casas, dentro das cercas das vilas, ou nos arrabaldes das fortificações.

Martins (2008) identifica a tensão como algo constitutivo da fronteira, embora ela esteja visivelmente delimitada e oficialmente reconhecida pelos “vizinhos”. A *referência* (demarcação e reconhecimento) está sempre em tensão com a *contingência* (imprevisibilidade e instabilidade), o que “impõe a **tarefa continuada da respectiva elucidação**” (MARTINS, 2008, p. 23, grifos nossos) da existência de uma fronteira e de um centro organizador. Essa tentativa de demarcação “**nunca totalmente conseguida**” (MARTINS, 2008, p. 23, grifos nossos) gerou a necessidade da existência de tratados oficiais; marcos divisórios; fortificações (mesmo em tempos de plena paz); constituição de cidades (urbanismo); inserção de moradores em locais ermos (constituição de pequenos povoados); produção efetiva nas terras fronteiriças; além de outros instrumentos elucidativos que reforçaram constantemente a legitimidade da posse de um território demarcado, por um poder/autoridade.

A primeira expansão urbanística portuguesa floresceu na *raia*, evidenciando que fronteira e cidade são realidades indissociáveis. Desde o período de D. Dinis, a constituição da rede urbana fronteiriça confundiu-se com a articulação de uma rede militar. As vilas e cidades amuralhadas uniam pontos fortificados que serviam de local de confluência para

reunião de novas populações. O funcionamento e a relação entre as concentrações urbanas colocavam em prática a formação de redes econômicas, sociais, culturais e políticas. Na fronteira, “[...] a entidade urbana representa também o reino, seja aqui percebido como nação ou estado, mas principalmente como território delimitado e soberano” (ROSSA; CONCEIÇÃO; TRINDADE, 2008, p. 08).

Durante os séculos XIII e XIV, percebe-se, junto à fronteira luso-castelhana Ibérica, uma verdadeira “explosão” urbana. A construção, reocupação ou reformada de fortificações nesses espaços limítrofes atraíam novos povoadores e a segurança possibilitava o aumento demográfico. Desde o final do século XIII, desenvolveu-se um “jogo”, como em um tabuleiro de xadrez, tanto do lado português como no castelhano<sup>110</sup>, na busca por lugares estratégicos para construção de fortalezas, visando à futura constituição de centros urbanos, que viriam a legitimar a posse do território. Iniciar um povoado de um lado da fronteira tinha como reflexo, tão rápido quanto fosse possível, a constituição de um novo povoado também do outro lado (ANDRADE, 2001).

Kagan (1981), analisando a diversidade de funções do registro de paisagens urbanas, no tempo de Felipe II de Espanha (1556-1598), comenta que a quantidade e a variedade das vistas imagéticas urbanas multiplicaram-se rapidamente durante a primeira metade do século XVI. Em muitos casos, a produção dessas imagens era utilizada como demonstração de suserania, com forte apelo político. Conforme esse autor, a identificação do uso político dessas imagens auxilia a compreender a importância, fundamental, que as cidades ocupavam na representação do poder monárquico. As encomendas régias de paisagens urbanas propiciavam “visualizações do reino”, pretendendo controle territorial e prestígio de autoridade.

Mais do que fortificar, o ato de povoar, trazer gentes que permanecessem e fizessem sua vida em localidades fronteiriças, apresentava uma função legal, jurídica de grande importância para legitimação da fronteira. O Direito estava encarregado de identificar elementos comprobatórios da construção e existência de uma “paisagem política”. As

---

<sup>110</sup> “A “frontaria” no seu conjunto é ainda concebida, em larga medida, como uma sucessão de castelos. Que D. Dinis [1279-1325] fará, cuidadosamente, reparar ou construir atendendo à posição relativa dessas fortificações face às da <<frontaria>> de Castela” (GOMES, R., 1991, p.370). D. Dinis foi o grande responsável pela campanha de construção, reforma e “modernização” das fortificações fronteiriças portuguesas, nos finais do século XIII. Com a intervenção de D. Dinis, fez-se a transição da arquitetura militar românica para a gótica (MONTEIRO, 1999). Os castelos mais afetados e mesmo construídos de raiz, seriam os “fronteiros”, que auxiliaram como referências da delimitação do território português frente à Castela.

modalidades de prova, que tornavam a legitimidade de uma fronteira plausível, fundamentavam-se no (re)conhecimento de limites antigos (definidos por tratados anteriores); nos símbolos taxonômicos de separação (marcos, postes, marrões, marras, torres de vigia...); nos documentos escritos (que constituíam as memórias da fronteira); no tradicional exercício de jurisdição sobre um território e nas **provas de viva voz** (testemunho). Juridicamente, o testemunho da tradição local, apresentada de viva voz pelos moradores (*homens bons*), ocupava grande importância, pois ratificava o estabelecimento, utilização, permanência, demarcação e manutenção do território fronteiriço, muitas vezes comprovando ou refutando outras modalidades de provas. Para que esse tipo de prova, tão relevante, pudesse ser gerada, eram necessárias populações fixadas de forma permanente (MARTINS, 2008).

O poder central português moderno utilizava as populações e suas recordações para lhe dar legitimidade, é isto que acontece no final do século XV, no reinado de D. João II. A questão da demarcação dos limites do reino é uma imposição do poder central, que recorre às populações para legitimar o domínio desta zona raiana. (CALADO, 2007, p. 04)

As memórias dos integrantes do espaço apresentavam um papel importante à constituição, desenvolvimento e consolidação de uma consciência de diferenciação fronteiriça. Os enviados do poder central utilizavam a oralidade da memória popular para, segundo seus propósitos, “construírem” uma memória oficial do domínio sobre a fronteira, através do instrumento disponibilizado pelo Estado, o suporte escrito (CALADO, 2007).

No *Livro das pazes*, de Fernão de Pina, pode-se identificar uma das recorrentes menções à importância ocupada pela memória dos moradores mais antigos, como testemunho da época de colocação e localização dos marcos e malhões fronteiriços. O fólho XIV, tratando da organização para a delimitação do território entre os concelhos de Olivença/Portugal e Alconchel/Castela, apresenta que os “[...] juízes e officiaaes e parte dos **homens boons** com os **mais antigos que hyouver** que mais hajam **razom de saber os termos per onde partem**” (PINA, F. 15--., Livro das Pazes, fl. XIV – grifos nossos). Os juízes e oficiais, representantes do poder central, encarregados de verificarem e certificarem a preservação das demarcações, aliavam-se aos homens mais antigos das regiões. Os anciãos detinham a “razão” de onde se encontravam os “*termos*” do reino.

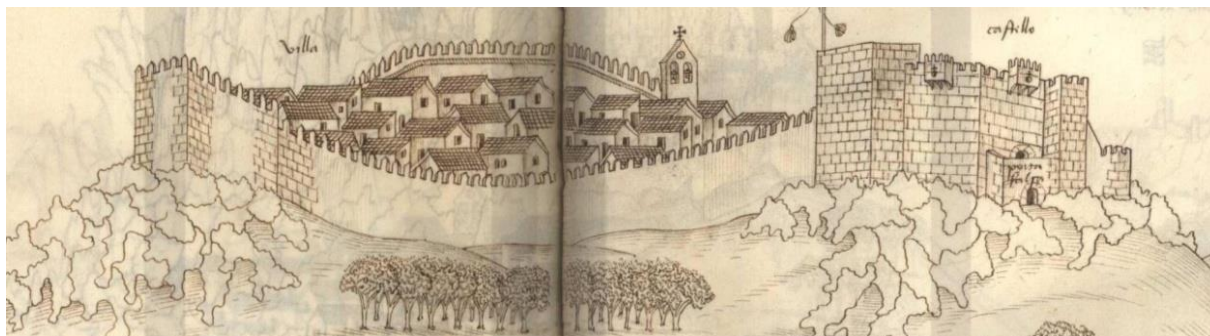
Interessante é perceber que as muralhas das fortificações ou cidades ocupavam semelhante função e significado de demarcação de territórios, buscando definir a separação

entre interior e exterior, bem como as relações entre eles. A partir do texto de Jacques Le Goff (1991), *Construcción y Destrucción de la Ciudad Amurallada* pode-se estabelecer, de forma lúcida, a semelhança (guardadas as proporções) entre a construção de uma muralha e a delimitação de uma fronteira. Em ambas as situações, nota-se a intenção de diferenciação entre “dentro” e “fora”, bem como a circunscrição de um determinado espaço, que é símbolo de poder e autonomia. Outro fator comparativo, pertinente, refere-se ao fato de que as muralhas, assim como as fronteiras, são fenômenos complexos, que atendem a uma sobreposição, uma concomitância de necessidades e significados de relações entre si. Segundo o autor,

Las murallas son, efectivamente, um fenómeno **técnico, militar, econômico, social, político, jurídico, simbólico e ideológico**. Definen lo de fuera y lo de dentro y las relaciones dialécticas entre la ciudad y los alrededores: la periferia, los aldeanos, lejanías unidas por caminos y por la imaginación (LE GOFF, 1991, p. 11, grifo nosso).

Na dialética entre interior e exterior, imposta pelas muralhas, as portas assumiram uma importância especial ao possibilitarem a ligação entre essas duas instâncias. Pontos de passagem, de troca, mas também de fragilidade, exigiam maior atenção em sua vigilância. Por meio desses privilegiados locais de contato com o exterior, pôde ser exercida a atividade econômica e permitida a entrada de influências sociais/culturais que se desenvolviam além-muralhas. A permeabilidade e o fluxo, identificáveis nas fronteiras configuraram-se nos panos das muralhas através de suas portas. Outra analogia possível seria a das regiões fronteiriças que, por não conterem obstáculos naturais (como rios, cadeia de montanhas, pântanos, despenhadeiros...), possibilitavam fácil acesso ao interior do território (“Porta das Beiras”). Justamente nesses locais, a atenção se fazia redobrada, exigindo, no caso das fronteiras, a construção de fortificações e atalhias de observação e no caso das portas, a construção de torres que a vigiem dia e noite.

Figura 34: Detalhe da panorâmica de Penamacor com suas fortificações (vila e castelo) (fl. 63/S) .



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

As muralhas, percebidas como delimitadoras de território, tinham função semelhante à que as fortificações desempenharam na demarcação da fronteira. Definiram a separação entre interior e exterior e circunscreviam um determinado espaço, símbolo de poder. Apenas através de suas portas era possível fazer a transição entre dois espaços por ela separados.

Para Le Goff (1991, p.17), o “desenho” das muralhas, tanto o avistado em uma paisagem, quanto o observado em um registro imagético, presta-se para gerar um “imaginário do urbano”. As muralhas teriam a capacidade de se transformarem em uma equivalência direta, um “logo das cidades”. Elas não se limitariam a ser apenas grandes paredes, com função de linhas divisórias, mas atuariam como interfaces de integração (através de suas portas) com o exterior, porque, ao observá-las destacar-se-ia e reforçar-se-ia seu caráter simbólico. Da mesma forma, as torres teriam o papel de acentuar a verticalidade dos muros, permitindo uma visão que se perdia na distância, em direção ao exterior, impondo uma dominação do espaço mediante o olhar.

As torres, com seu “impulso hacia el cielo” (LE GOFF, 1991, p.17), representariam o imaginário do orgulho, vigilância e domínio da cidade sobre as áreas circundantes. A muralha, com suas torres, ao mesmo tempo em que encerrava, que circunscrevia um perímetro, servia como meio privilegiado de contato e interação com o exterior, possibilitando alcançar uma visão panorâmica, devido à sua verticalidade. Tão importante quanto ver ao longe é ser visto ao longe, impondo sua carga simbólica à maior distância possível.

Vicente (2012), conjecturando sobre o fenômeno da vigilância na fronteira medieval portuguesa, define como paradoxal a situação onde o observador que, desde uma torre, analisa seu objeto (território), também se expõe à situação de objeto observável (presença de controle). “No caso das torres a vigilância inerente a este objecto é enaltecida pelo facto de serem observadas e ao mesmo tempo deixarem-se observar” (VICENTE, 2012, p.29).

Ver (vigiar) e ser visto (dissuadir): as fortificações na fronteira luso-castelhana seguiam essa lógica, ao ocuparem os pontos mais elevados do terreno. A organização da distribuição dessas estruturas no território permitia, muitas vezes, que houvesse contato visual entre elas. “Desde muito cedo no século XII, os castelos portugueses foram dispostos criteriosamente, como peças de um xadrez montado para garantir a integridade de territórios a muito custo recuperados” (MONTEIRO, 1999, p.22). Em Portugal, um pensamento estratégico intencional regia a disposição das construções castelares, de modo a formar linhas de defesa. Para o melhor funcionamento dessas linhas, as fortificações deveriam articular-se em diferentes níveis de abrangência no território, em redes locais, regionais e “nacionais”. A expressão inicial da instalação estratégica de castelos no território português deu-se com D. Dinis (1279-1325), monarca que buscou fortificar toda a fronteira Oeste contra Castela.

Trezentos anos depois, no século XVI, a atenção com a conservação da rede de fortalezas e proteção das fronteiras mantinha-se atual. Nas Ordenações Manuelinas (*De como os Castelos ham de seer repairados* – citação a seguir), pode-se identificar, claramente, a preocupação com a manutenção das fortificações do reino, fazendo saber quais obrigações, por lei, seus responsáveis deveriam cumprir, provendo sempre a possibilidade de defesa do território.

Os Alcaides Moores dos Castelos, que os teuerem de juro, e assi as Ordens que Castelos teuerem, seram obrigados a fazer, e assi repairar nos ditos Castelos as cousas seguintes, .s. todo aposentamento necessario para a viuenda do Alcaide Moor, e assi estrebarias , atafonas, fornos, casa d’almazem, e de mantimentos, telhados de torres, **portas de fortalezas**, e assi **barreiras**, e **baluartes**, trancas, ferrolhos , e fechaduras, reparo de **cisternas** e **poços**, e quaesquer danificamentos de **muros**, e **barras**, e **torres**, e assi de **d’ameias**, e **peitoris**. E caindo torre, ou lanço de muralha, baluarte, ou barreira o pouco lhe dará seruentia. E o mais fara o Alcaide Moor a sua custa. E os Alcaides Moores, que nom teuerem os ditos Castelos de juro, seram obrigados a repairar todas as cousas sobreditas, e de as entregar no estado em que lhe forem entregues, tirando muros, barreiras, e baluartes, e torres. E quando assi repairarem as sobreditas cousas, que sam obrigados repairar, o pouco lhe dará a seruentia (Livro II, Título 44, p. 227-228, grifos nossos).

A contar apenas entre os reinados de D. Dinis e D. Manuel I, tem-se, aproximadamente, trezentos anos de vigilância na fronteira entre Portugal e Castela, onde as fortificações desempenharam papel fundamental. As estruturas castelares, sob controle senhorial ou monárquico, necessitavam estar constantemente prontas, ou pelo menos aparentarem estar. A arquitetura militar impôs-se por suas características agressivas e suas dimensões (altura e volumetria), por sua materialidade, da qual emanava poder e vigilância, dominando o território. Da mesma forma, fortificações arruinadas, com panos de muralhas

rachados ou colapsados, aparentando abandono, não conseguiam ter o mesmo impacto de autoridade e dissuasão a serem visualizadas. O investimento monárquico nas fortificações fronteiriças seguia duas lógicas: a manutenção para possibilitar resistência em caso de confrontos e, principalmente, assim se acredita, a manutenção das estruturas para evitar confrontos.

Ainda que a maioria dos castelos existentes em Portugal nos finais da Idade Média não tivesse sido envolvida em confrontos diretos ou de significativa expressão (contabilizam-se mais de três quartos dos castelos que não foram palco das peripécias das guerras), observa-se que a sua disposição no espaço territorial permitia, mesmo nalguns casos em que a operacionalidade não era a adequada, constituir em conjunto homogêneo de dissuasão, que se articulava no terreno e defendia os pontos mais importantes do reino (CORREIA, 2011, p. 88).

A dimensão simbólica das fortificações ocupou uma relevância proporcional à material. Muralhas, torres e fossos são apenas uma parte da construção castelar. Tomar conhecimento sobre o intangível das estruturas defensivas possibilita compreender que a defesa e manutenção da fronteira luso-castelhana não se fez apenas com pedras talhadas e assentadas umas sobre as outras. A próxima seção tem início com o desenvolvimento de uma reflexão sobre arquitetura e poder e de que forma essa relação apresenta-se nas fortificações e suas representações. Em continuidade, serão exploradas diferentes perspectivas sobre a transição da arquitetura militar, pois se compreende que, a partir dela, podem-se construir representações sobre outras formas de transições nos e a partir dos *debuxos* do *Livro...*

### 3 DE FOGO, DE HOMENS E DE PEDRA

Inicia-se esta seção com ponderações acerca da dimensão intangível, simbólica, das estruturas defensivas. A seguir, realiza-se uma delimitação do conceito de transição e sua pertinência para compreensão da arquitetura militar de transição em Portugal. A presente seção objetiva, entretanto, principalmente, constituir reflexões que estabeleçam relações entre a introdução das primeiras armas pirolísticas na Península Ibérica; seu impacto na forma dos homens pensarem e fazerem a guerra e a adaptação e reconfiguração da arquitetura castelar portuguesa, entre os séculos XV e XVI.

#### 3.1. A arquitetura militar e poder

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra. – Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan. – A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco, – mas pela curva do arco que essas formam. Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta: – Por que falar das pedras? Só o arco me interessa. Polo responde: – Sem pedras o arco não existe (CALVINO, 2009, p. 79).

Em analogia ao conto de Ítalo Calvino, no presente texto, as pedras da ponte corresponderiam à parte física das fortificações com suas muralhas, torres, portas, fossos, escadas, ameias e tantos outros elementos arquitetônicos que constituem a materialidade dos castelos. O ângulo do arco, que sustenta a ponte, mas que não existe sem as pedras, corresponderia à imaterialidade, ao simbolismo de ordem, justiça, autoridade, proteção, poder, coerção e “sagrado”, que podem ser percebidos e interpretados nas estruturas fortificadas. Esta seção tem por objetivo demonstrar que a arquitetura militar não é constituída apenas por sua parte material. O descrever e o quantificar suas pedras e como elas se encaixam, a definição de suas soluções defensivas, sua volumetria e planimetria não atingem sua carga de significados, intangíveis, que, em parte, dá razão à sua existência e potencial de domínio. A imagem do castelo e o imaginário de poder a ele atribuído legitimam seu controle, sua dissuasão e segurança territorial, tanto quanto a eficácia prática de seus recursos defensivos.

Quando se fala de imagens, deve-se considerar que funcionam como símbolos<sup>111</sup>, repletos de significados, que, embora não pertençam a uma linguagem propriamente

---

<sup>111</sup> “[...] o símbolo, em sua essência e quase em sua etimologia (Sinnbild, em alemão), é unificador de pares opostos, [...] ele seria a faculdade de manter unido o sentido (Sinn = sentido) consciente que capta e recorta precisamente os objetos e a matéria prima (Bild = a imagem) que emana do fundo do inconsciente” (DURAND,



discursiva, expressam ou geram conceitos. Para Renato de Fusco (1970), a arquitetura deve ser ponderada como um todo orgânico que, com seus símbolos institucionalizados, pode ser identificada, ao menos parcialmente, com as demais estruturas linguísticas. Dessa forma, as construções possuem uma dimensão semântica<sup>112</sup>, permitindo à arquitetura uma forma de comunicação e transmissão de informações. Na presente seção, o castelo deve ser percebido como um enunciado lógico, conceitualmente estruturado, transmitindo determinadas informações para um grupo semanticamente capaz de decodificá-las e compreendê-las.

O contexto político, social, cultural ou econômico, condiciona as características da obra arquitetônica, bem como as funções que deve desempenhar e a mensagem que deve transmitir. A arquitetura parte das premissas da sociedade onde se desenvolve, sendo, em grande parte, o resultado da expressão dos desejos dos promotores e suas circunstâncias (FUSCO, 1970).

A arquitetura é uma das mais evidentes formas de organização espacial numa paisagem, constituindo-se, portanto, no mais claro meio de observar as formas através das quais os homens realizam a transformação do caos da natureza na ordem da cultura. As estruturas arquitetônicas apresentam-se como elementos preciosos para observar os modos através dos quais uma sociedade categorizou o seu meio e como representou essas categorias (THIESEN, 1999, p. 84).

A arquitetura possui a peculiaridade de ser um signo<sup>113</sup> icônico, tridimensional e habitável. A forma, além de suporte de uma função, contém uma imagem visual que possui um valor semântico preciso, denota um significado e indica um possível comportamento (PIGNATARI, 1983). Forma, função e mensagem são valores inseparáveis que devem ser considerados no momento de julgar uma construção.

O castelo tem [...] o papel de um signo: ele deve materializar, tornar sensíveis o lugar e a categoria ocupados por quem o habita e do qual é senhor. Este papel é materializado por suas dimensões, mas também por sua situação geralmente elevada, dominante, e pela demonstração de poder contida nas fortificações, torres, portas e ameias (PESEZ, 2006, p. 153).

---

1988, p. 61). O símbolo é uma mediação entre a realidade concreta e uma abstração, um conceito, implicando uma função de comunicação. O símbolo é sempre algo que representa alguma coisa para alguém.

<sup>112</sup> Como símbolo, universalmente aceito, constituindo um código normalizado, intencionalizado, a informação semântica está associada a um processo de comunicação, fator relacional entre uma fonte geradora e um canal de transferência, tendo em vista um destinatário apto semanticamente a recebê-la. Dessa forma, a informação semântica é conceitual, pois são os conceitos que compõem o significado e generalizam as características dos objetos e dos fenômenos (MIKHAILOV, 1980, p. 77-79).

<sup>113</sup> Compreendido como a combinação entre um conceito (significado) e uma imagem, nesse caso, visual (significante). “O signo é um veículo que comunica à mente algo do exterior. Aquilo em cujo lugar o signo está é denominado objeto; aquilo que o signo transmite seu significado e a ideia que ele provoca, seu interpretante” (SANTAELLA, 2004, p. 28).

A linguagem não verbal<sup>114</sup> permite que fortalezas ou cidades fortificadas possam ser interpretadas como signos de poder<sup>115</sup>, controle, proteção, produção e comércio. A leitura vai semiotizá-los, transformando-os em signos, conforme o desejo e as possibilidades do sujeito-leitor, em sua inserção cultural (NOVA; PINTO, 2009). As linguagens, verbais ou não-verbais só são possíveis porque existem códigos, que relacionam determinadas expressões com conteúdos específicos, aceitos convencionalmente por um grupo ou sociedade. Se não houvesse esses códigos, não seria possível qualquer comunicação (SANTAELLA, 1983). A linguagem não-verbal, propulsora de discursos e narrativas representativas de uma sociedade, classe ou período de tempo, encontra na arquitetura um exemplo bastante apropriado.

Arquitetura é linguagem e em toda linguagem há uma arquitetura, no sentido de criação e de significação. Os significados que são dados aos objetos são propostos através de nossas experiências com o mundo exterior. Esse mundo exterior é fruto do trabalho do arquiteto, numa prática criadora. A realidade moldada pela práxis criadora arquitetônica, mediada pelo signo, toma significado tantos quantos grupos sociais o observe (MONTEIRO, M., 2006, p. 2004).

Paul Ricoeur (1998), em seu trabalho *Arquitetura e narrativa*, aproxima a relação entre as construções arquitetônicas e os discursos ou narrativas que nelas podem ser percebidos. Segundo o autor, o desejo de habitar pré-existe a construção, que é condicionada pela necessidade do habitar. O desejo e a necessidade de habitar terminam por gerar narrativas sobre a construção, conjugando não apenas as características específicas de sua estrutura, mas também o local no qual é erigida. Para Ricoeur, tanto a obra arquitetônica como a narrativa são consideradas polifônicas, oferecidas a uma leitura ao mesmo tempo englobadora e analítica, ocorrendo uma apropriação de sentidos, uma abordagem subjetiva dessas “obras”, que tanto representam um grupo, como estão expostas a uma análise aberta. Narração e arquitetura interagem com o meio, gerando e recebendo sentido. A perspectiva que baliza este trabalho é de que as construções alteram a configuração da paisagem, relacionando-se com o entorno, não apenas em termos físicos, mas também simbólicos, gerando novas representações sobre o espaço habitado.

---

<sup>114</sup> “Utilizam signos visuais ou concretos que não podem ser tão arbitrários ou se basear em sistemas rígidos e fixos de significação, como as linguagens verbais. Isso porque a matéria-prima de que são feitas as suas unidades significantes não possui uma função exclusivamente linguística, como é o caso dos fonemas da língua verbal” (HORTA, 1992, p. 20).

<sup>115</sup> O conceito de *poder simbólico* denota que os símbolos são produzidos para servir às classes dominantes como uma forma de controle sobre a sociedade. Nessa perspectiva, as relações de comunicação são relações de poder, os “sistemas simbólicos” atuam como instrumentos de comunicação e assegurariam a dominação de uma “classe” sobre outra a partir de instrumentos de imposição e legitimação (BOURDIEU, 2002).

Assim como as representações, a arquitetura também tem função de organizar, dar sentido ao espaço no qual o “homem” habita. O fato da arquitetura interagir, gerando e recebendo sentidos do meio onde está inserida, remete a representações sobre as significações e construções do espaço. A sociedade é a responsável direta pelos significados que impõe a arquitetura, bem como da concepção das informações que dela recebe.

Em geral, a arquitetura é caracterizada por um dualismo: cumpre funções e expressa valores. A arquitetura castelar é definida em função de uma necessidade específica – uma exigência prática imediata (e de longo prazo) de defesa e domínio territorial; logo, a mensagem simbólica da fortificação nasce de uma realidade que opera principalmente no nível funcional. Mircea Eliade (1999) postula que traduzir as imagens em termos concretos é uma operação carente de sentido já que a realidade que essas imagens tentam significar não se esgota em referências ao concreto e sua tradução implica um processo de mutilação. Apesar do risco advertido pelo autor, objetiva-se, a partir da análise de características arquitetônicas, realizar uma aproximação com a dimensão simbólica das fortificações, desvelando um pouco mais a compreensão sobre essas estruturas.

As estruturas fortificadas expressam, como um todo, o modelo da sociedade medieval, fortemente hierarquizado e militarizado. A arquitetura castral serve como instrumento para reforçar a figura de poder e controle da nobreza, que buscava transmitir uma imagem durável de *auctoritas*. Nesse caso, o que seria mais durável do que uma consistente e volumosa arquitetura em pedra? Que símbolo de autoridade pode ser mais efetivo do que altas e imponentes torres e muralhas?

Dentro do que pode ser chamado de uma “semiótica do poder”<sup>116</sup>, expressa-se visualmente a existência de hierarquias, tendo como base dois ícones: altura e tamanho. As fortificações respondem amplamente a essa linguagem simbólica, pois uma de suas características principais, além da volumosa edificação, é estarem situadas, com grande frequência, em localizações elevadas no terreno (representado de forma recorrente nas panorâmicas de Duarte de Armas). Faz-se importante ressaltar, também, que, entre os séculos XII e XIV, as fortalezas passaram por um processo de grande verticalização de suas muralhas e torres, aumentando sua volumetria e planimetria (BARROCA, 1990/91).

---

<sup>116</sup> Símbolos que comunicam uma preponderância, um domínio. “Se puede trazar una “línea de poder” en un gráfico arquitectónico que, viniendo de la mítica torre de Babel, pasa, sucesivamente, por las pirámides egipcias, los zigurat caldeos, las pirámides mayas e incas, las acrópolis griega, las torres de las Iglesias cristianas, las chimeneas de la Primera Revolución industrial, los rascas cielos y las torres de captación y emisión de señales radiotelegráficas” (PIGNATARI, 1983, p. 130).

[...] protegida detrás de las murallas [...] la ciudad también tiende al cielo por la verticalidade de las torres de las Iglesias, los monumentos comunales y los palácios [...] Se eleva hacia Dios con ese movimiento que obedece a la orientación preferida del espacio en la Edad Media de abajo arriba (LE GOFF, 1991, p. 39).

As estruturas fortificadas assumiram funções de organização militar, social, econômica, política e administrativa, mas sempre apareceram como principal residência das autoridades. Essas construções podem ser percebidas como um símbolo exotérico, aberto, destinado à recepção e à interpretação da sociedade como fonte de legitimação e sustentação de uma hierarquia. Em outras palavras, essas estruturas correspondiam às expectativas de controle dos grupos que as construíam e habitavam seus interiores.

Figura 35: Detalhe da paisagem de Castelo de Vide. Paisagem hierarquizada (fl.44/SE).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

A torre de menagem era a residência do alcaide e, em sua ausência, a lembrança constante, a materialização de sua autoridade, impondo, do ponto de vista arquitetônico, uma hierarquização da paisagem. Separada e destacada do resto das estruturas defensivas, em um nível mais elevado do terreno, a edificação da torre de menagem representa a última pedra da

pirâmide social. Imagem máxima de poder e controle, a menagem converte sua representação simbólica em uma mensagem de onipresença evidente para a coletividade submetida à autoridade de um poder senhorial. A torre de menagem alça-se por cima e por trás das muralhas, que, por sua vez, aparecem em um nível superior ao da vila ou cidade. As panorâmicas registradas por Duarte de Armas representam uma organização espacial cujas casas das vilas, mais baixas que as muralhas e barreiras, circundam as fortificações em busca de segurança. A ocupação de terrenos elevados por estruturas castelares, por motivos estratégicos-defensivos, é um fator facilmente percebido nos debuxos do escudeiro, que produz a representação de uma hierarquização da paisagem fronteiriça fortificada.

Figura 36: *Debuxo* do alçado da fortificação de Salvaterra<sup>117</sup> (fl.57/O).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Segundo Bourdieu (2002), o feito de governar vem unido ao feito de convencer, persuadir, da conveniência da existência do poder que governa<sup>118</sup>. Por sua vez, Nieto Soria (1992) postula que existe uma forma de retórica não escrita que, por essa característica, é frequentemente, dramática, teatralizada, o que favorece uma percepção imediata e generalizada por parte de um amplo público. A comunicação que provém da arquitetura

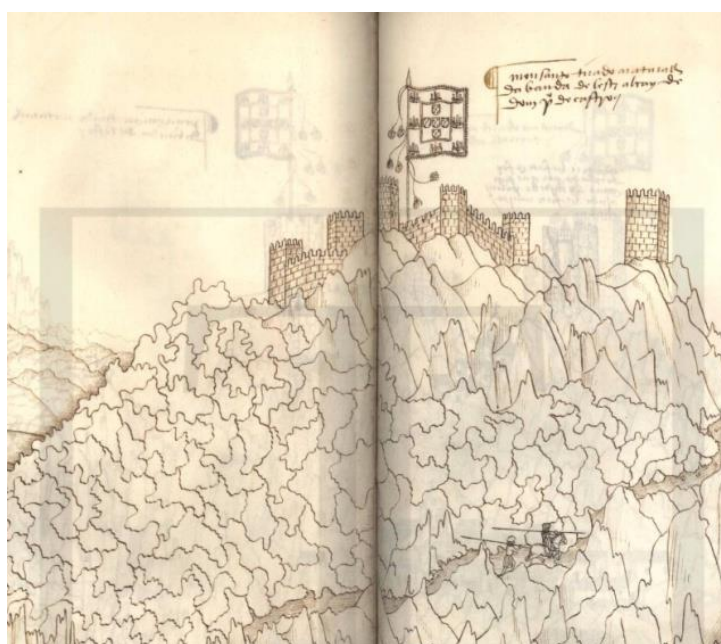
<sup>117</sup> Salvaterra apresenta uma típica barreira de transição. Muro mais baixo e reforçado a frente da muralha do castelo, com fenestração para instalar armas de fogo. Nesta vista, identificam-se quatro troneiras cruzetadas (*cruz y orbe*). Ao fundo e ao centro, a torre de menagem.

<sup>118</sup> “[...] o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, poder quase mágico que permite o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”. (BOURDIEU, 2002. p. 14). Esse poder invisível só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que lhe estão sujeitos. A crença na legitimidade do poder é o que o mantém.

militar segue esse padrão visual, direto, perceptível desde muito longe. As fortificações são ícones tridimensionais – práticos e simbólicos – cujas mensagens se dirigem ao exterior, para receptores que, embora não dominem as técnicas de construção da arquitetura militar, podem receber essas informações e compreendê-las, segundo um código ideológico-cultural. Na imagem global da fortificação podem ser encontrados elementos de uma linguagem simbólica, que mediante a percepção visual, expressa conceitos e se comunica com um imaginário coletivo.

Essa representação de poder, que se apresenta nas fortificações, está composta por “[...] signos da força ou, antes, sinais e indícios que só precisam ser vistos, constatados, mostrados, e depois contados e relatados para que se acredite nessa força” (CHARTIER, 2011, p. 20-21). O exercício da dominação e imposição de poder está respaldado na ostentação das formas simbólicas, na representação desse poder, que são dadas a ver e a crer inclusive na ausência de poder, graças aos signos que indicam sua autoridade. Essa força aparece pela multiplicação dos dispositivos (retratos, medalhas, louvores, relatos, fortificações, palácios etc.) que representam a potência da autoridade e que devem suscitar, sem necessidade de violência física, a submissão (CHARTIER, 2011). Conforme adverte Georges Ballandier (1982, p. 07), “[...] o poder só se realiza e se conserva pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos”; simplesmente pela força, sua existência seria sempre ameaçada.

Figura 37: Detalhe da panorâmica de Montalvão. Ocupação dos pontos elevados do terreno<sup>119</sup> (fl.50/S).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

<sup>119</sup> Hierarquização da paisagem.

Figura 38: Detalhe da panorâmica de Penha Garcia<sup>120</sup> (fl.60/S).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

O *incastellamento*<sup>121</sup>, a ocupação por fortalezas, dos pontos mais altos na topografia da Europa Ocidental, fenômeno registrado no medievo, desde o século IX, serve para corroborar essa linguagem de poder, caracterizada pela hierarquização da ocupação do espaço. Esse procedimento, além de responder às necessidades estratégicas, de vigilância e defesa, responde também a pautas ideológicas. Desde um patamar mais elevado no terreno e de cima das torres ou muralhas, o domínio visual do território poderia chegar a muitos quilômetros. A mesma sensação deveria ser sentida por quem estivesse fora da fortificação, podendo avistá-la desde uma grande distância (VILLENA, 1992). Para a arquitetura militar ibérica, principalmente a situada na fronteira, elevação e poder transformar-se-iam em sinônimos (AGÜI, 1998). Esse fenômeno ajudaria quando da formação de uma imagem mental do castro como núcleo de referência territorial, elemento fundamental de domínio da paisagem,

<sup>120</sup> Detalhe da panorâmica de Penha Garcia. Ocupação dos pontos elevados do terreno. Hierarquização da paisagem.

<sup>121</sup> Termo cunhado pelo historiador francês Pierre Toubert (1973), para o estudo dos séculos X a XII, na Lazio, Itália. Esse conceito define a ação de fortificar uma região com a construção de castelos. Conforme o autor, o *incastellamento*, por intermédio da criação de vilas dentro de recintos amuralhados, serviria para ocupar novos espaços, concentrando populações antes dispersas, legitimar a ocupação e organizar a produção e exploração (TOUBERT, 1990).

articulador do território e protetor da população situada em seu interior ou arredores. Principalmente nas regiões de fronteira, os recintos fortificados foram o elemento dominante na paisagem, com sua imagem arquitetônica associada à habitação, núcleo gerador de povoamento, fornecedor de segurança entre tantos outros significados. Dessa forma, a fortaleza apresentou-se como uma mensagem indubitavelmente tranquilizadora para a população estabelecida em suas imediações e, ao mesmo tempo, uma imagem persuasiva para todo o perigo que pudesse vir do exterior.

A presença da arquitetura militar sempre esteve ligada a um grupo minoritário, mas dominante no seio da sociedade; é a expressão plástica, de um poder de caráter privilegiado, hierárquico, portanto, exercendo, na percepção da coletividade, uma imagem simbólica ameaçadora, coercitiva, seja do poder senhorial seja do régio. Apenas descrever e quantificar as pedras de uma fortificação e como elas se encaixam, sua volumetria e planimetria, não atingem sua carga simbólica, intangível, que, em parte, dá razão à sua existência e potencial de domínio. A imagem do castelo e o imaginário de poder a ele atribuído legitimam seu controle, tanto quanto a eficácia prática de seus recursos defensivos. Os usos e os significados arquiteturais, normalmente, estão profundamente relacionados. Os castelos como edifícios polifuncionais destinavam-se à ocupação e à defesa do território; organização política, social e econômica; meio de atração de novos povoadores; difusores da presença de uma autoridade; hierarquização da paisagem; legitimação de domínio e intimidação.

As imagens de defesa e de poder das estruturas fortificadas permaneceram inalteradas durante séculos, mantendo sua carga simbólica de vigilância e domínio. A sua constituição material e configuração física transformaram-se, significativamente, desde o século IX, com o início do processo de *incastellamento*, até o período que é objeto desta pesquisa, princípios do século XVI. A “linha” de fronteira portuguesa era constituída por fortificações que, ao longo do tempo, sofreram reformas e aperfeiçoamentos em suas estruturas defensivas. Alterações arquitetônicas que, em grande parte, foram definidas por questões políticas (expansão das fronteiras), mudanças nos locais de construção (de terrenos íngremes para planos), influências arquitetônicas externas (provinda do Oriente Próximo) e, por fim, novidades de caráter tecnológico (utilização das armas de fogo).

A lógica da guerra, que passa a ser influenciada, cada vez mais, pela introdução da propulsão de projéteis pela combustão da pólvora, a partir do século XIV, é compreendida como responsável direta pela reconfiguração das estruturas castelares portuguesas. O período



de acondicionamento das construções medievais à nova tecnologia de artilharia define-se como *transição*, mais especificamente, *arquitetura militar de transição*, principal objeto de estudo da presente investigação. Em Portugal, entre finais do século XV e inícios do XVI, essa não é a única transição que está ocorrendo. A seguir, realiza-se uma reflexão sobre o conceito de transição, e como ela foi compreendida neste trabalho. Dando continuidade ao texto, desenvolve-se a apresentação do histórico e caracterização física desse tipo de estrutura defensiva.

### 3.2 Arquitetura militar de transição em Portugal: séculos XV e XVI.

Objetiva-se, nesta subseção, apresentar o entendimento deste trabalho sobre o conceito de transição. Prestar esse esclarecimento auxilia a compreensão das estruturas defensivas construídas ou reformadas em Portugal, no período entre os séculos XV e XVI, que estão representadas no *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas. Esse conceito presta-se para pensar as transformações por que Portugal passou durante o reinado de D. Manuel I, com transições na política, fronteiras, arquitetura, forma de fazer a guerra, cultura, etc. Dá-se continuidade ao texto com a uma primeira caracterização das estruturas da *arquitetura militar de transição*.

#### 3.2.1 Transição enquanto conceito

Rui Cunha Martins (2012, p. 43) define que normalmente se percebe um período de transição como um momento entre paradigmas, dessa forma, “empurrando para o futuro o momento da consumação daquilo que é suposto chegar”. Parte-se do princípio de que se está vivenciando apenas o desenvolver de um processo que tem um fim ou meta projetados. A transição comporta uma combinação tensa entre resistência e confluência, entre permanência/conservação e inovação/modificação. Um “[...] acoplamento tendencial entre **fenômenos e inspirações compreensivas de raiz e direção diversa**” (MARTINS, 2012, p. 43, grifo nosso). A transição, embora comporte a tensão da permanência e a influência da alteração, por si só, é **o novo**, é a transformação, um período com suas características, de lógica e duração próprias, configurando-se bem mais do que um simples entre momentos, desprovido de relevância ou especificidades.

O período definido pelos historiadores como Idade Média serviu, durante séculos, como exemplo dessa delimitação de tempo cuja principal característica é servir de ponte para algo melhor, para algo definitivamente concluído. A terminologia inventada por Petrarca e os

humanistas italianos do século XIV – *medium tempus* ou *media tempora* – constituiu-se como conceito desvalorizante. *Medium* literalmente como “tempo intermediário”, que ocupa um espaço entre “[...] dois cumes da civilização – a Antiguidade Clássica e o Renascimento – um período de **transição medieval**” (AMALVI, 2006, p. 538, grifo nosso).

No século XVI, foi elaborado o conceito de Idade Média, ou melhor, o preconceito sobre um tempo impuro e contaminado, que não passava de um hiato, um intervalo, que seria varrido pelo Renascimento (FRANCO JR., 2006). No século XVII, Christoph Cellarius (Keller) publicou uma história do *mediumaevum*, não utilizando a expressão *medium tempus*, como de hábito. No caso, *aeuum*, “a época”, substituía *tempus* “o tempo”. A noção de período, ou seja, espaço de tempo circunscrito possibilitou a perspectiva de uma história periodizante, que se organiza em rupturas. Com o historiador da arte e civilização, Jakob Burckhardt, no século XIX, estabeleceu-se a teoria da ruptura, que, jogando com a antítese, opõe definitivamente o Renascimento (Moderno) ao Medieval. De acordo com essa proposta, os períodos estão separados e sucedem-se em uma lógica de progresso, com um sentido sempre apontando para o melhor (LE GOFF, 2008).

Ao contrapor esse pensamento, Le Goff (2008), em sua obra *Uma longa Idade Média*, apresenta que as rupturas são raras e opta pelo conceito de permanências, de continuidades, de transições contínuas. Configurando um período medieval dinâmico, com diversas reformas e renascimentos, com processos socioculturais diferentes em regiões distintas, mas, principalmente, com uma lógica e funcionamento próprios, negando a visão da Idade Média como uma antessala da Modernidade, ou porta dos fundos da Antiguidade. O autor identifica a influência da Antiguidade até o final do Medievo (ou, o que pode ser considerado como esse final, dentro de diferentes cronologias propostas pela historiografia), bem como a influência do Medievo ao longo de todo período da, assim definida, Modernidade.

A transição não pode ser compreendida, por exemplo, como um período existente entre o Medieval e o Moderno. A condição transicional não está entre paradigmas, mas se define pela simultaneidade de paradigmas (MARTINS, 2012) como a arquitetura, arte, política, cultura (dentre tantas outras) que apresentam concomitantemente características medievais e modernas. Da mesma forma, a transição, enquanto novidade, não está relacionada à sucessividade, que utiliza o conceito de superação, no qual o novo suplanta e toma o lugar do antigo. O novo da transição é perfeitamente compatível com a “[...] concomitância, que trabalha com o conceito de *contiguidade* [...] a partir da coexistência de tempos diversos e

matricialmente dissonantes num mesmo momento” (MARTINS, 2012, p. 45). Não se trata apenas de acumular, somar ou sobrepor, mas ligar, relacionar e conectar, o que permite observar a transição a partir de uma perspectiva *complexa*, pois não se trata de uma linearidade, na qual o que prevalece é a substituição; mas a simultaneidade, em que ocorre a concomitância e/ou a relação entre paradigmas de diferentes temporalidades. “O que haveria de complexo na mera substituição de uma coisa por outra?” (MARTINS, 2012, p. 46).

Compreende-se complexidade, nesse momento, a partir do pensamento de Edgar Morin (2008), a quem os princípios de redução e separabilidade, que isolam, individualizam e simplificam, são substituídos pela indissociabilidade, que propõe uma via de aproximação, diálogo e relação. Da mesma forma, o Princípio Dialógico, de Morin (2008), permite elucidar a lógica da transição. Segundo o autor, o pensamento dialógico é composto por lógicas distintas, que associam termos complementários e antagônicos, permitindo a manutenção da “dualidade no seio da unidade” (MORIN, 2008, p. 107). Esse princípio possibilita a percepção da presença de questões, aparentemente contraditórias como complementares. As lógicas dos castelos medievais e das fortalezas modernas; do debuxo e do desenho; da *raya* e da fronteira; as lógicas da pirobalística e da neurobalística; do encerramento do reino e da expansão ultramarina; dos senhorios e do Estado... lógicas opostas, contraditórias, integradas e complementares, coabitam na complexa transição da primeira década do século XVI português.

José D’Assunção Barros (2009, p. 568), define o período de transição como “[...] uma espécie de granulação, onde é difícil dizer onde termina um mundo e se inicia o outro”. As desconstruções e as reconstruções de antigos elementos, concomitantemente as construções e o estabelecimento de novos, geram uma realidade plena de ambiguidades, mas que se ajustam e relacionam-se em uma coerência própria; logo, desagregação e reconstituição simultânea de noções que geram o novo.

### 3.2.2 A caracterização das estruturas da arquitetura militar de transição

A reflexão sobre o conceito de transição presta-se para o estudo da arquitetura militar de transição em Portugal. Dentro dos estudos de castelologia portuguesa, em linhas gerais, existem alguns estilos construtivos, que podem ser situados cronologicamente: Castelos Roqueiros (séc. IX – X), Condais (séc. X – XI), Românicos (XI – XIII), Góticos (XIII – XV)

e Transição (XV – XVI, nesse caso – castelo/fortaleza)<sup>122</sup>. A análise estrutural dessas construções militares possibilita identificar uma grande sobreposição e permanência de características de estilos, ao longo dos séculos (SANTOS, 2012).

A muralha externa, quadrada ou retangular, que cerca um recinto fortificado principal, surgida nos castelos Condais, manteve-se como edificação fundamental no Românico. A inovação da torre de menagem, surgida no Românico constituiu-se como a solução arquitetônica mais valorizada no Gótico. No final da primeira década do século XVI, as fortificações portuguesas encontravam-se impregnadas do estilo das fortificações góticas medievais. Dessa forma, pode-se considerar que o estilo de transição, que perdurou da segunda metade do século XV até a segunda metade do século XVI, possibilitou a persistência, a “sobrevivência”, da raiz da arquitetura militar medieval em pleno período, dito, “moderno”. Somente com a imposição definitiva da fortaleza abaluartada (também chamada de Vauban ou estrelada), no século XVII, o estilo de transição foi completamente superado e o castelo gótico finalmente deixou de influenciar a arquitetura militar portuguesa (SANTOS, 2012).

A fortaleza (não mais o castelo) atendia a lógica e a proposta radicalmente diferentes das que foram produzidas durante séculos na arquitetura militar medieval. O principal fator dessa profunda transformação foi o aperfeiçoamento, cada vez maior, das armas de fogo, que ao longo de um período de, aproximadamente, cento e cinquenta anos, modificou por completo a forma de pensar e de fazer a guerra (CRUXEN, 2009; 2012).

Levando-se em consideração o acima exposto, a linearidade e a simples substituição por superação não demonstra ser plausível para pensar a arquitetura militar de transição. A concomitância e a permanência de estilos que interagem e, dessa forma, reconstruem suas características, demonstra ser o formato mais adequado. O estilo de fortificar da transição, embora se encontre em um processo de (re)combinação de paradigmas de diferentes épocas, expressando a tensão entre a permanência e a inovação, não deve ser compreendido, nessa perspectiva, somente como um “estar entre”. A condição de transitoriedade, mesmo apontando para a identificação da sobreposição e da relação entre características de diferentes períodos, deve ser percebida como um recorte próprio, com sua lógica, especificidades e duração.

---

<sup>122</sup> A nomenclatura correta para as construções da arquitetura militar do século XVII passa a ser fortaleza, e não mais castelo, por diferir completamente em termos estruturais e funcionais.

A transição na arquitetura militar não se apresentou da mesma forma em toda Europa e nos territórios ultramarinos, dominados pelos reinos ibéricos. Caracterizou-se por um processo diversificado, com variantes próprias, sobre o qual cada região teve “[...] uma história diferente para contar e uma cronologia específica” (DUARTE, 2003, p. 361) embora se possam identificar “tendências”, as quais não tiveram difusão e uniformidade simultânea no continente europeu (MORA-FIGUEROA, 1996). Necessidades, situações político-econômicas e teatros de guerra diferentes geraram formas e etapas distintas de transição. O acesso às novas tecnologias e aos conhecimentos sobre arte e arquitetura, que circulavam entre os séculos XV e XVI, e, principalmente, como essas inovações foram recebidas, interpretadas e reprocessadas, gerou um quadro variado em relação à passagem do castelo medieval à fortaleza moderna (CAPMANY, 2004).

Rafael Moreira (1989, p.91) define “estilo de transição” como o longo período experimental de quase um século, desde as primeiras soluções pontuais de improviso<sup>123</sup>, até ao estabelecimento de um novo tipo de fortificação. O sistema abaluartado, baseado no estudo sistemático de construções em ângulos agudos e com a maximização da capacidade de produzir fogo cruzado (fogo flanqueante), substituiu, em definitivo, os castelos medievais e as fortificações de transição.

A introdução de uma nova tecnologia de artilharia, no teatro de guerra ibérico, em finais do século XIV, constituiu o fator decisivo para a lenta transformação das estruturas castelares góticas. Trata-se da utilização da força da expansão dos gases da pólvora em combustão para arremesso de projéteis – a pirobalística. A relação dialética que se estabeleceu entre as antigas estruturas defensivas medievais e a nova *tormentaria* pirobalística permite compreender melhor as características arquitetônicas das fortificações representadas no *Livro das fortalezas*.

A partir desse momento, passa-se a uma contextualização e trajetória da introdução das armas de fogo na Península Ibérica; sua utilização em Portugal (nos séculos XV a XVI) e a importância definitiva que desempenharam na constituição da arquitetura militar de transição.

---

<sup>123</sup> Entenda-se: abaixamento das torres, reforço das bases das muralhas, acréscimo de obras externas para suporte de artilharia pesada.

### 3.3 De fogo

#### 3.3.1 A transição para a pirobalística

Carreras (2005), em seu estudo etimológico sobre a palavra *artilharia*, apresenta que, na Península Ibérica, desde o século XIII, denominavam-se artilheiros os ferreiros e os carpinteiros construtores de engenhos e carruagens de guerra. Na mesma época, *artelleril* ou *artelleria* seria chamada a arte de construção e de utilização de mecanismos bélicos. O autor supõe que a palavra provém de *artellarius*, derivada de *artellus* e, por sua vez, de *arte*, do termo latino *ars*, *artis* – arte, ciência, ofício. Dessa forma, artilheiros eram todos que manejavam e fabricavam as máquinas de guerra. O conceito de *artifex*, no medievo, poderia ser definido da seguinte forma:

[...] *ars* é um conceito muito vasto, que se estende também àquilo que chamaríamos artesanato ou técnica, e a teoria da arte é, antes de mais nada uma teoria da profissão. O *artifex* produz algo que serve para corrigir, integrar ou prolongar a natureza. O homem faz arte por indigência, nascido sem pelos, sem presas, sem garras, incapaz de correr velozmente ou esconder-se em uma armadura natural, observando as obras da natureza, as imita (ECO, 2010, p. 203).

A artilharia pirobalística pode ser definida pela utilização da força de gases, produzidos pela combustão da pólvora para efetuar o lançamento de projéteis. A composição da pólvora primitiva, utilizada ao longo do século XIV, seria de 50% salitre, 25% enxofre e 25% carvão, com as funções de o salitre aumentar a potência e retardar a combustão, o enxofre incrementar a inflamabilidade e o carvão acelerar a combustão. Essa composição resultava em um produto inflamável, de combustão acelerada e com a produção de muita fumaça e fogos (FRANCISCO, 2006).

As primeiras armas de campo a utilizarem a composição primitiva da pólvora foram as bombardas. Essas peças, feitas de ferro forjado, típicas do século XIV, eram constituídas por duas partes separadas: o cano, ou canhão, ou câmara (parte anterior), onde se colocava o projétil e a recâmara ou servidor (parte posterior), que recebia a carga de pólvora. Ambas tinham em seu exterior várias argolas, pelas quais passavam cordas, que eram amarradas sobre um pesado anteparo de madeira (berço), necessário para dar estabilidade ao disparo. Construídas por ferreiros, de forma muito similar à fabricação de tonéis, estavam constituídas por uma série de barras de ferro, achatadas e alongadas (aduelas) que, dispostas ao redor de um poste (constituindo um cano), eram fixadas, fortemente, uma às outras, ainda em brasa, por aros (argolas) exteriores. Cada bombardinha tinha duas ou três recâmaras, que permitiam

efetuar, aproximadamente (dependendo do tamanho da peça), oito disparos por dia, no máximo, pois as operações de carregamento, pontaria e disparo eram lentas e desgastantes para a arma e para os artilheiros (FRANCISCO, 2006).

As bombardas disparavam projéteis em pedra (de preferência granito) com cerca de 3kg, com uma carga de pólvora negra, em pó, de cerca de 1kg. O seu alcance era aproximadamente de 110m com a peça em posição praticamente horizontal, a um metro do solo e cerca de 1100m com um ângulo de tiro de 14°. Era adequada, sobretudo, às operações de sítio (ataque e defesa de praças fortes) e teve sua maior utilização entre fins do século XIV até a segunda metade do XV (RUBIM, 2000).

A pirobalística, com fins bélicos, era conhecida na Europa Ocidental desde a metade do século XIV; no entanto, somente no final da primeira metade do século XV, pode-se dizer que ocorreu a consolidação dessa tecnologia no teatro de guerra. Deve-se ter claro que, em princípio, essas armas disparavam “[...] devagar, torto e para perto, quando não explodiam na cara dos artilheiros” (DUARTE, 2003, p. 349). Fernando Guerra e José Fernández fortalecem essa imagem das primeiras bombardas como armas perigosas e traiçoeiras, para quem as utilizava, definindo que “[...] **si habia suerte** y no reventaban, el invento disparaba hacia delante” (GUERRA; FERNÁNDEZ, 1998, p. 212, grifo nosso).

As primeiras armas de fogo, além de caras, não tinham tanto poder de impacto quanto as “novas tecnologias” da neurobalística (arremesso de projéteis por tensão e contrapeso), com maior poder destrutivo e capacidade de produção em grande escala. Ainda no século XIV, as fortalezas passaram a sofrer uma primeira fase de transformação, tendo como principal motivo o aperfeiçoamento das antigas armas neurobalísticas, e não o surgimento da pirobalística. Durante quase um século, o poder de impacto das armas de fogo mostrou-se de contundência limitada. Rita Gomes (1996) faz saber que, ainda na época de D. João I (1385-1433), durante o movimento geral de amuralhamento das localidades mais importantes de Portugal, embora já se fizesse amplo uso de armas de fogo (os primeiros *troos* ou *truenos*<sup>124</sup>) por parte dos atacantes

[...] também se aperfeiçoaram, de um modo geral, os engenhos mecânicos, cujos princípios na maioria dos casos remontam à Antiguidade, e que os séculos finais da Idade Média transformaram em temíveis meios de destruição de muros e portas,

---

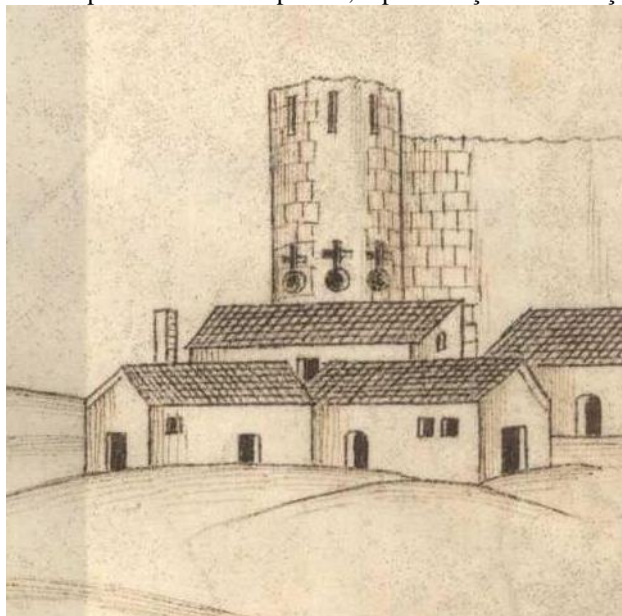
<sup>124</sup>Também conhecidos como *trons*, *troms* e *truenos* (trovões, em espanhol). “Las primeras bocas de fuego conocidas, recibieron el nombre de truenos, nombre sin duda debido al ruido tan parecido al de este fenómeno atmosférico que hacia al disparar” (TRAVECEDO; LOPEZ-CUERVO, 1996, p. 137).

aumentando a dimensão e peso dos projeteis e elementos de arremesso” (GOMES, 1996, p. 63).

Apenas no final do século XV, a nova artilharia, baseada na pólvora, passou a triunfar sobre as velhas fortificações medievais. Essa inferioridade forçou os defensores dos recintos muralhados a buscarem soluções rápidas, mesmo improvisadas, para restituir o equilíbrio quando do conflito entre sitiantes e sitiados. As estruturas fortificadas iniciaram sua lenta resposta à inovação das armas de fogo no final do século XV, modificando sua morfologia e introduzindo “bocas de fogo” no parapeito de suas muralhas e torres. O baluarte, ou *trace italienne*, solução da arquitetura militar moderna, pensada de raiz para o confronto pirobalístico, impôs-se, apenas, por volta da década de trinta do século XVI, restaurando a supremacia das fortificações nos confrontos (DUARTE, 2003). Para tanto, apesar da utilização da pirobalística ser conhecida na Península Ibérica, desde o século XIV, essa inovação teve reflexo sobre as fortificações portuguesas, de forma significativa, a partir da segunda metade do século XV. Quanto às adaptações estruturais forçadas dos primeiros tempos,

[...] os defensores dos castelos ou das cidades amuralhadas não ficaram à espera do baluarte italiano. Quando começaram a ver as muralhas altas e expostas a abrir brechas sob o impacto dos pelouros das bombardas, procuraram responder de imediato. Não tinham tempo, nem dinheiro (nem planos) para construir tudo de novo; procuraram fazer adaptações à era da artilharia (DUARTE, 2003, p. 349).

Figura 39: Detalhe da panorâmica de Alpalhão, representação da transição na artilharia.



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509 (fl.41/SO).



O detalhe da panorâmica de Alpalhão representa mais do que simplesmente a adaptação da estrutura arquitetônica a uma nova tecnologia de combate, perceptível, principalmente, a partir da presença das troneiras cruzetadas. As troneiras representam uma transição que não é possível perceber diretamente nos debuxos de Duarte de Armas, mas que está ocorrendo com a introdução da pirobalística. A arquitetura militar de transição só é possível de ser pensada em relação dialética com a introdução e a consolidação da nova artilharia. As troneiras presentificam bocas de fogo (*trons* e bombardas) que não podem ser identificadas diretamente nos alçados e plantas baixas do escudeiro. Chama-se a atenção para outra característica da transição, a mesma estrutura (cubelo) contém troneiras em cota baixa e seteiras em cota alta. O representativo da arquitetura militar medieval gótica divide espaço com o representativo da “moderna” tecnologia de tiro.

A princípio ineficazes, os projéteis pirobalísticos tornaram-se cada vez mais destrutivos, forçando uma reação da defesa das estruturas fortificadas. As adaptações estruturais iniciais, geralmente, limitavam-se à instalação das bocas de fogo sobre as muralhas e torres (para fustigar os sitiados) e à busca de soluções para minorar o impacto dos projéteis inimigos.

A partir do século XIV, ocorreu um processo de transição na tecnologia de guerra, o qual é possível acompanhar pela utilização de armas neuro e pirobalísticas, concomitantemente, no teatro de guerra europeu, durante aproximadamente um século. As primeiras “bocas de fogo” geraram espanto e seu impacto demonstrou ser mais psicológico do que material. Os primeiros registros de utilização da pirobalística na Península Ibérica, a que se tem acesso, podem ser identificados nas crônicas reais. A primeira corresponde ao cerco castelhano a Algeciras, entre 1342-1344, quando ficou registrado o espanto dos cristãos ao serem atacados por *troos* manejados pelos defensores muçulmanos da cidade. Esse episódio está registrado na *Crónica de Don Alfonso El Onceno*, capítulo CCLXXIII – *De como este muy noble Rey Don Alfonso ordenó los reales, quando fue cercar la villa de Algeciras*, organização de Cerda y Rico (1787).

Et los moros de la ciubdat lanzaban muchos truenos contra la hueste, em que lanzaban pellas de fierro muy grandes; et lanzabanlas tan lexos de la cibdat, que pasaban allende la hueste algunas dellas: et otrosí lanzaban com los truenos saetas

muy grandes et muy gruesas; así que hubo saeta tan grande que um ome había mucho que facer en la alzar de tierra<sup>125</sup> (CERDA Y RICO, 1787, p. 496).

Em relação ao trecho supracitado, ressalta-se não apenas a descrição do “poder” dessas novas armas, mas o fato do cronista ter registrado a utilização de um artefato pirobalístico (*troos*) que arremessava grandes setas. Uma representação de arma semelhante pode ser encontrada no manuscrito *Nobilitatibus Sapientii Et Prudentiis Regum*, de Walter Milemet (1326)<sup>126</sup>. Esse primitivo “canhão” seria a própria imagem da introdução de novos instrumentos bélicos na artilharia, marcando um momento de transição a partir do uso de um projétil da neurobalística e a propulsão da pirobalística.

Para Edgar Cooper (2001), em meados do século XIV, as técnicas que habilitaram o uso da pólvora ainda tinham pouca penetração na Península Ibérica. Para o autor, nesse período, o “trabuco” (potente arma neurobalística, semelhante a uma catapulta, que funcionava com um sistema de contra peso) continuava sendo a arma decisiva quando dos assédios e assim se manteria em grande parte do século XV, dividindo espaço com os *troos*, bombardas e suas posteriores derivações.

Mora-Figueroa (2001) fortalece essa perspectiva expressando que a precocidade pirobalística sempre foi uma particularidade dos sultanatos de ambas as margens do Estreito; em contrapartida, a espantosa novidade armamentista, que irrompeu nos teatros de operação, em nada modificou os resultados táticos. A novidade somente viria a modificar substancialmente a arte da guerra, em todos os seus aspectos, em médio e longo prazo. Essas mudanças, em princípio, seriam lentas, vindo aparecer efetivamente, nos reinos peninsulares, um século e meio após sua primeira aparição, em meados do século XIV.

Nas “listas” de equipamentos guardados no Armazém Real de Lisboa (Carta de Quitação de 1455) está registrada a constante presença de arcos e a impressionante quantidade de bestas e virotões<sup>127</sup>, em uma época tão tardia quanto os meados do século XV. Em toda a

<sup>125</sup> “E os mouros da cidade lançavam muitos “truenos” contra a hoste, contra a qual lançavam “bolas” de ferro muito grandes, e lançavam tão longe da cidade, que algumas delas passavam ao largo das hostes: e também lançavam com os “truenos” setas muito grandes e muito grossas, assim que houve setas tão grandes que um homem tinha muito que fazer para levantá-la da terra” (transcrição nossa).

<sup>126</sup> Atualmente preservado no *Musee de l'Armee*, Paris/França. Disponível em: <<https://www.pinterest.com/valkine/medieval-gunpowder/>> Acesso em: 20 abr. 2015.

<sup>127</sup> Dardos utilizados como projéteis nas bestas (ou balista). “[...] recebeu 190.532 hastes de virotões, tendo gasto 243.818 peças; recebeu 112.090 ferros de virotões e despendeu 105.297; recebeu 683 caixas para virotões e gastou 601 peças [...]” Informações contidas na *Carta de Quitação a Gonçalo Afonso, almoxarife do Armazém da cidade de Lisboa, do que recebeu e despendeu entre 1 de janeiro de 1438 e 1 de janeiro de 1448*. Documento

“listagem”, não há nenhuma outra peça de armamento tão bem representada quanto a besta e seus respectivos projéteis. Entre os anos de 1438 a 1448, foram milhares as peças das bestas e centenas de milhares os virotões, registrados e dados a conhecer pelo almoxarife, Gonçalo Afonso. Com isso, percebe-se que as novas armas de fogo estavam muito longe de substituir, ou tornar obsoleto, o ainda eficaz armamento neurobalístico, que, durante séculos, tinha servido, tanto em combates a campo aberto, como quando do assédio a fortificações (MONTEIRO, 2001a).

A Carta de Quitação de 1455 salienta a presença de pólvora e de armas de fogo. Conforme registro do secretário de D. João II, para a preparação da campanha de Toro (1475/76), decidiu-se providenciar a compra, para os castelos do reino, de 100 bombardas (mandados vir de Flandres), 60 quintais de pólvora e 300 virotões. Durante os séculos XIV e XV, chegariam da Alemanha e, sobretudo, da Boémia muitas armas de fogo a Portugal. A Carta de Quitação faz referência a um número razoável de armas de fogo, bem como seus componentes e acessórios. As bombardas, *trons* e colobretas<sup>128</sup>, assim como os pelouros<sup>129</sup> de pedra e de chumbo, achavam-se muito bem representados no Armazém Real de Lisboa, na época do almoxarife Gonçalo Afonso (1438 – 1448). Encontra-se, também, referência aos vários ingredientes para o fabrico da pólvora (carvão, salitre e enxofre), que era armazenada em uma *logea escura*.

Durante a regência de D. Pedro (1438-1448) e o reinado de D. João I (1481-1495), a produção da pólvora no reino de Portugal foi incentivada, além das importações constantes de seus componentes provindos do norte da Europa. Na década de 1440, intensificaram-se as compras de armas de fogo originárias de Flandres e Bohêmia e, pela mesma época, era possível encontrar no território mestres de fazer salitre e pólvora. Devido à expansão e à complexificação do segmento, por volta de meados do século XV, foi criado o cargo de *vedor-mor* da artilharia<sup>130</sup>.

---

de 21 de Julho de 1455, pertencente a Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, fólhos 26 a 29, depositada na Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Lisboa. Este documento foi publicado na íntegra por João Gouveira Monteiro (2001a), em sua obra “Armeiros e Armazéns no Final da Idade Média”.

<sup>128</sup> “Pequenas peças portáteis e de uso individual, verdadeiras antepassadas das espingardas, utilizadas pelos portugueses do quatrocentos, eram compostas pelo cano (tubo metálico) e o cabo (feito de madeira)” (BARROCA, 2000, p. 106).

<sup>129</sup> “Bala esférica de pedra ou metal, que se empregava em algumas peças da primitiva artilharia” (MONTEIRO, 2001a, p. 84).

<sup>130</sup> “Competia-lhe identificar peças de artilharia pertencentes à Coroa (“que tiverem nossos synaaes”) e que andassem extraviadas, fazendo-as recolher aos armazéns régios, requisitar aos juizes locais “bestas e boys e carros”, bem como barcas, para o transporte das peças, pagando o que fosse apropriado; requisitar localmente os “oficiaaes” necessários para o serviço da artilharia; controlar a entrega de peças, nos armazéns, para serviço de

A expansão e o aperfeiçoamento da utilização da pólvora como arma de guerra, ao longo do século XV, conduziram, lentamente, ao abandono das antigas armas neurobalísticas. Portugal, por necessidades estratégicas, passou a investir no municionamento de suas principais cidades, produção de bocas de fogo no próprio território e aumento da capacidade de armazenamento de pólvora. O desenvolver desse potencial e a adaptação ao confronto pirobalístico ficou registrado nas crônicas régias portuguesas dos séculos XV e XVI.

### 3.4 De homens

#### 3.4.1 O registro das “bocas de fogo” pelos cronistas do século XVI

Na obra *Vida e feitos do Rei Dom João II*, de Garcia Rezende, 1545 (capítulo LXII, *Da polvora que el-rey mandou ao cerco de Malega*), é possível identificar a capacidade das reservas de pólvora de Portugal, no final do século XV. Na citação a seguir está identificada a prontidão com que D. João II ofereceu *hũa grande soma de polvora e salitre* para manter o esforço de guerra dos Reis Católicos, durante o prolongado cerco de Malaga, na campanha para conquista do Reino de Granada.

Neste anno de mill e quatrocentos e oitenta e seis estando el-rey Dom Fernando e a raynha Dona Isabel de Castella em cerco sobre a cidade de Malega do reyno de Granada, que muy apressadamente e com muyta força **combatiam com armas e tiros de fogo**, estando jaa hos mour os em muyta estreyteza e necessidade, e nam podendo jaa sofrer hos continos e rijos combates, **faleceo o arrayal a polvora** de que el-rey e a raynha ficaram muyto tristes, porque tendo a cidade jaa quasi tomada seria necessario levantarem o arrayal poys sem artelharia se nam podia tomar. Pollo qual hos reys com palavras de muyto amor e confiança, **e com muyta necessidade mandaram pedir a el-rey ajuda e socorro de polvora ou salitre emprestada**. O qual recado chegou a el-rey estando em Santarem e tanto que **lho deram, com muita pressa e deligencia e verdadeira vontade mandou logo armar hũa a grande caravela, na qual lhe mandou por Estevam Vaaz hũa grande soma de polvora e salitre tudo de graça**, com grandes oferecimentos de sua pessoa e seus reinos e cousas delles pera tudo ho que comprisse pera hũa tam sancta empresa. Com o qual recado e socorro el-rey e a raynha e todo ho arrayal receberam muyto grande prazer e contentamento, e o estimaram tanto como se tomaram a mesma cidade, que dahi a poucos dias por caso do dito socorro logo tomaram. E assi o mandaram dizer a el-rey polo mesmo (REZENDE, 1545, cap. LXII, p. 95-96, grifos nossos).

Com o passar do tempo, e com o aperfeiçoamento da tecnologia pirobalística, as armas neurobalísticas foram sendo (lentamente) substituídas, devido a sua dificuldade em montar e

---

hoste; garantir o pagamento a bombardeiros, carpinteiros, pedreiros e ferreiros destacados para o serviço da artilharia; garantir que os castelos e respectivos armazéns estivessem devidamente providos de artilharia, e que esta fosse cuidada e bem usada” (DUARTE, 2003, p. 355).

manejar, por sua potência depender da força de torção, pela trajetória dos projéteis ser pouco determinada e pelos meios para se fazer pontaria serem imperfeitos. Mesmo assim, seu poder destrutivo e sua importância quando em um cerco, mantiveram-se decisivos durante muito tempo depois de começarem a serem utilizados os *trons*, como, por exemplo, uma catapulta com um braço de 03 metros de comprimento que podia lançar projéteis entre 18 e 27kg a uma distância entre 365 e 411 metros. Um trabuco (o mais potente engenho medieval de arremesso), equipado com um braço de 15m de comprimento e um contrapeso de cerca de 10 toneladas, podia lançar pesos de até 140kg a 320m de distância (BAËNA, 2001).

Segundo Fernão Lopes, em sua *Crónica de D. Fernando*, as primeiras “bocas de fogo” foram introduzidas em Portugal no reinado de D. Fernando, datando a primeira referência escrita sobre o seu emprego de 1381, no cerco a Lisboa, durante a terceira guerra fernandina. Os lisboetas teriam recebido a disparos de *troos* e virotões o infante D. João de Castro e seus acompanhantes, que vinham negociar a entrega da cidade: “[...] como os da cidade reconheceram que eram de Castela, começaram de lhes atirar aos trons e virotões” (LOPES, 1440/50, CRÓNICA DE D. FERNANDO, cap. CXXVII. p. 38).

No ano seguinte (1382), algumas dessas peças foram fabricadas em Évora “[...] e foram-se caminho d’Evora [...] e ali mandou fazer engenhos e carros e **bombardas** e outros apercebimentos de guerra” (LOPES, 1440/50, CRÓNICA DE D. FERNANDO, cap. CXXXIV. *Como el-Rey e os ingleses partiram de Lisboa e chegaram a cidade de Évora*, p. 60, grifo nosso). Os *trons*, peças menores que as bombardas, também eram utilizados embarcados. Essa informação também é fornecida pela crônica de D. Fernando, quando o autor menciona a esquadra inglesa, que estava fundeada no rio Tejo, dando apoio ao rei português. Os navios

[...] estavam deante todos, com as alcaçovas contra o mar, aramados e empavezados, **apercebidos de trões** e outros artifícios, para se defender e mais haviam duas grossas cadeias, que estavam deante, tendidas d’uma parte à outra, que lhes não podessem fazer nojo quaesquer navios que contrários fossem. Em terra, havia trons e engenhos, para ajuda de sua defensão, com gentes assas se lhe tal cousa viesse (LOPES, 1440/50, Crónica de D.Fernando, Cap. CXXXIII. p. 38, grifo nosso).

A *crônica do rei D. João I*, escrita por Fernão Lopes, também apresenta passagens que registram o uso das primeiras armas de fogo e sua eficácia em abater combatentes, durante o cerco a Lisboa, em 1384. Na tentativa de tomar uma torre, os sitiados castelhanos foram surpreendidos pela reação portuguesa “[...] sendo já alguns d’elles feridos e mortos... **os mais**

**d’elles de troos** que lançavam de uma torre” (cap. CXIV, 1897 p. 123, vol. I, grifo nosso). Interessante é perceber nessa crônica que, já nos finais do século XIV, as estruturas fortificadas começavam a receber “bocas de fogo” para sua defesa. Justamente nesse século, a tecnologia pirobalística havia surgido como arma de assédio, como recurso para expugnação de recintos amuralhados. Lentamente, os sitiados passaram a adaptar suas fortificações às novidades bélicas tecnológicas. Os primeiros *troos* utilizados em fortificações, de que se tem notícia, estavam localizados sobre as torres (pontos altos e abertos) e carregados com pelouros, ou seja, projéteis esféricos feitos em pedra.

Havia mais nestas torres muitas lanças d’armas, e bacinetes, e d’outras armaduras, que reluziam tanto, que bem mostrava cada uma torre por si que abastaria para se defender. **Em muitas d’elas estavam troos** acompanhados de pedras, e bandeiras de São Jorge [...] (Cap. CXVI, p. 129. v. I, grifo nosso).

A introdução de uma nova tecnologia de combate, baseada na pólvora, iria transformar por completo, em longo prazo, a forma de pensar e de fazer a guerra. Seria a principal responsável pela alteração das características estruturais das fortificações e geraria um forte impacto psicológico na sociedade quatrocentista. A pirobalística, sobre a qual pouco se sabia, gerava espanto, terror e desprezo.

#### 3.4.2 Los omes habian muy gran espanto

Um dos primeiros registros disponíveis sobre a utilização de armas de fogo em combate pode ser encontrado nos relatos do cronista florentino Giovanni Villani, a propósito da artilharia inglesa na batalha de Crécy, em 1346. “[...] as bombardas faziam tão grande tumulto e rumor que parecia que **Deus trovejava com grande morticínio de gente** e derrubada de cavalos” (FRUGONI, 2007, p. 125, grifo nosso). Formava-se um imaginário da morte ligada ao estrondoso trovejar, com fumaça e fogos da nova arma. A arte deu um testemunho disso quando, em 1485, Giacomo Borlone pintou o afresco *Triunfo da morte*, no *Oratorio dei Disciplini*, em Clusone, Itália. Em um detalhe da obra podem ser observados dois esqueletos que ladeiam a figura da própria morte, ornada com manto real e coroa. Um esqueleto está armado com arco, ferindo seus alvos com flechas; o outro tem em mãos, e apoiado sobre o ombro, uma inovação tecnológica, uma espingarda de pavio, com a qual faz pontaria para abater indiscriminadamente reis, nobres e clérigos.

O espanto frente à utilização das primeiras “bocas de fogo”, na Península Ibérica, está registrado na crônica de Dom Afonso XI, capítulo CCXCII<sup>131</sup>, que narra o cerco à cidade muçulmana de Algeciras (1342-44). A capacidade destrutiva dos *troos* é descrita com grandes detalhes, valorizando seu poder de morticínio. Conforme o cronista, as *pellas de fierro* [projéteis esféricos] cortavam membros como se fossem cutelos, queimavam e envenenavam os atingidos, não existiam armaduras que pudessem proteger os combatentes, nem qualquer tratamento eficaz para os ferimentos.

De las pellas de fierro lanzadas con truenos, **los omes habian muy gran espanto**, ca en cualquier miembro del ome que diese levabalo cercén, como si se lo cortasen con cochiello: et quando quiera poço que ome fuese ferido della, luego era muerto, et non avia cerugía ninguna que Le podiese aprovechar: lo uno porque venia ardiendo como fuego, et lo outro porque los polvos com que la lanzaban eran de tal natura, que cualquier llaga que ficiessen, luego era el ome muerto, et venia tan recia que pasaba um ome com todas sus armas (CERDA Y RICO, 1787, p.536-537, grifo nosso).

Guido De Cauliaco (1298-1368) foi um dos primeiros autores a fazer anotações sobre o tratamento de lesões com armas de fogo. Em 1363, escreveu sua grande obra, *Chirurgia Magna*, na qual entendia que os projéteis disparados causavam três efeitos distintos no corpo do ferido: provocavam uma ferida contusa; o efeito da explosão provocava queimadura; os gases produzidos pela pólvora provocavam envenenamento (DOMINGUES; PINA, 2012).

Nuno Varela Rubim (1994) aponta imprecisões e lacunas de informações, nas fontes primárias escritas, como uma das grandes dificuldades que envolvem a pesquisa sobre as primeiras armas de fogo na Península Ibérica. Cronistas que realizaram registros de combates no século XV, como Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara ou Rui de Pina, não distinguem os vários tipos de bocas-de-fogo, todas eram *trons* ou bombardas. Em seus registros, não há subsídios que expliquem como tais armas surgiram, funcionavam ou eram fabricadas. Rubim admite que essas falhas podem ser entendidas, pois cronistas e historiadores do período não eram especialistas em armamentos, principalmente em artilharia, que, com certeza seria novidade para a grande maioria. Luís Miguel Duarte (2003) acredita que a falta de registros sobre a ação das armas de fogo deve-se ao olhar cronístico, dos séculos XIV e XV, estar voltado para a atuação de reis e de príncipes no campo de batalha, “gente cortesã e mui limpa” (DUARTE, 2003, p. 323). Quando muito, os cronistas sentir-se-iam obrigados a tomar nota do incômodo estrondo de espingardas, *troos* e bombardas.

---

<sup>131</sup> “De como los Moros de Algecira venieran contra los que facian las bastidas: et de lo que y ficeron”.

[...] aqueles homens olhavam para a artilharia como uma arma então moderna, manuseada por uns misteriosos iniciados, os “Bombardeiros”, que não eram considerados como militares, mas antes como artífices (mesteirais) e para o vulgo, muitas vezes, como serventes de forças ocultas e diabólicas, do que resultou os seus segredos serem, por muito tempo, ciosamente guardados (RUBIM, 1994, p. 19).

Como os *troos* e bombardas eram feitos a partir de ferro forjado, seus calibres eram todos diferentes, não existindo uma padronização quando da produção dos armamentos, por isso cada peça tinha uma característica própria. Para tanto, as munições – bolanhos – eram lavradas em pedra, de acordo com a medida de cada “boca de fogo”. A adoção de munições plenamente estandardizadas, uma medida tão simples em relação à tecnologia militar, só foi tomada no século XVIII. Até o final do século XV, as fontes disponíveis sobre relatos militares poucos indícios fornecem acerca das características e do uso da artilharia. Apenas em princípios do século XVI, em documentos da Coroa, começaram a aparecer registros de compra ou fabricação de armamentos. No mesmo período, relações de equipamentos guardados em arsenais passaram a apresentar nomenclaturas diferenciadas para as bocas de fogo e especificações para as munições (GUERRA, 2001; FERNÁNDEZ, J. 2001; DUARTE, 2003).

Baseado em um pensamento cavaleiresco medieval de fazer a guerra, “até muito tarde reinará um grande desprezo pela artilharia [...] Para um comandante militar fidalgo, o recurso a tal arma era como que desonroso” (DUARTE, 2003, p. 351). Os primeiros artilheiros e espingardeiros, possivelmente, sentiram na pele a “indignidade” de seus atos. Tal desaprovação aparece na obra de Fernando Oliveira (2008), *A arte da guerra no mar* (1555), escrita em um período em que as armas de fogo, há muito, já haviam se consolidado embora o imaginário cavaleiresco de honra, bravura e código de conduta do guerreiro, ainda perdurasse. Para o autor, o “tiro de fogo” seria uma invenção mais infernal do que humana, repleta de crueldade e de ódio, que servia para destruir e impor ambições e não para fazer a justiça. Perdoa-se aqui a abordagem poética e romantizada que o tratadista fazia sobre a forma antiga de fazer a guerra, como se não fosse cruel e injusta.

As armas pirobalísticas tiveram um grande impacto na nobreza. As bombardas podiam derrubar as muralhas de seus castelos e as espingardas podiam atravessar suas armaduras. Com o passar do tempo, as bocas de fogo tornaram-se tão caras que somente os cofres do Estado tinham recursos para fabricá-las e mantê-las (GUERRA; FERNÁNDEZ, 1998). Segundo Ladero Quesada (1994), a partir do momento em que o número de peças de artilharia



multiplicou-se, as armas tornaram-se mais complexas e cada vez mais necessárias no campo de batalha. A nova arma foi “[...] quase monopolizada por poderes com um nível de rendimentos muito elevado – a monarquia – capaz de contratar fundidores de peças e artilheiros” (QUESADA, 1994, p. 268). A Coroa era a única com recursos suficientes para manter e renovar os cada vez mais dispendiosos parques de artilharia. Os gastos com a manutenção e com a expansão de uma nova arma eram percebidos como um investimento político/militar, contra uma nobreza que, não poucas vezes, insurgia-se a favor de interesses próprios (QUESADA, 1994).

La concentración del poder en manos de los monarcas renacentistas facilitó el progreso del armamento y de la fortificación, a pesar de los elevados gastos que suponían. Estos costos hubieran sido difíciles de asumir por los señores feudales. Por otra parte, artillería y fortificación se convirtieron en valiosos instrumentos para garantizar el nuevo modelo de estado que aparecía en el umbral de la Edad Moderna (CAPMANY, 2004, p. 104).

No século XV, as armas portáteis, de recarregamento demorado e sem precisão, embora pouco eficazes, apareciam cada vez em maior número nos exércitos que percorriam a Europa. O guerreiro tradicional, com armadura completa, estava prestes a se tornar obsoleto. A fidalguia oferecia resistência e via com maus olhos essa novidade, que dava primazia à arma de fogo empunhada pela peonagem (COSTA, J. 2011).

[...] peça [arma de fogo] altamente mortífera, era tida por vil pela nobreza que continuava a combater de espada em punho, muitas vezes montantes de duas mãos que faziam verdadeiras ceifas entre os inimigos, mas que não punham os seus utilizadores a coberto de um tiro fortuito (COSTA, J. 2011, p. 301).

A obra ficcional *El ingenioso hidalgo Don Quixote de la Mancha*, com sua primeira edição em 1605, apresenta uma paródia aos romances de cavalaria<sup>132</sup>. Quixote, representante da fidalguia espanhola, em seus devaneios de cavaleiro errante (fora de época), evoca e exalta os antigos códigos medievais de honra e bravura nos campos de batalha, condenando a diabólica invenção, que colocava por terra a hierarquia no combate.

Bien haya aquellos benditos siglos que carecieron de la espantable fúria de aquestos **endemoniados instrumentos de la artillería**, a cuyo inventor tengo para mí que en el infierno se le está dando el premio de su **diabólica invención**, con la cual dio causa que un infame y cobarde brazo quite la vida a un valeroso caballero, y que, sin saber cómo o por donde, en la mitad del coraje y brío que enciende y anima a los

<sup>132</sup> Gênero literário que ao longo do século XVI havia desfrutado de grande popularidade e que, em princípios do século XVII, encontrava-se em declínio.

valientes pechos, llega una desmandada bala, disparada de quien quizá huyó y se espanto del **resplandor que hizo el fuego al disparar de la maldita máquina** [...] (CERVANTES, 2010, p.257, grifos nossos)

Quase um século antes da publicação da obra de Miguel de Cervantes, o cronista Garcia Resende (1516), em seu Cancioneiro geral, expôs com veemência o pensamento saudosista (e poético), em relação aos tempos em que nos combates pessoas feriam-se sem armas de fogo. É interessante perceber o quanto o autor identifica na pirobalística uma ameaça à cavalaria, principal força militar até o momento, representada pela fidalguia. Na passagem abaixo, Resende expressa que nunca antes a artilharia havia se desenvolvido com tanta força em Portugal e o quanto a inovação faria que os feitos dos homens em combate fossem esquecidos. Os artilheiros encarregar-se-iam de abater os valorosos, antes de ficarem “afamados”.

Por inveja, por cobiça/ de reinar, senhorear/ vimos ordenar Suíça/ artes de guerra inventar,/ que cada vez mais se atia:/ tantos modos d’artilheiros,/ de minas fazer outeiros,/ invenções d’artilharia,/ forma mais em nossos dias/ que em todos tempos primeiros// Não deixa de haver agora/ tais homens com’os passados;/ mas se são avantajados,/são mortos em uma hora/ antes de serem afamados:/ **que a muita artilharia/ destrói a cavalaria,/ e depois que se usou,/ nos homens se não falou, como dantes se fazia.** (RESENDE, 1991, p. 355, grifo nosso).

André Teixeira (2008, p. 09), em sua obra *Fortalezas Estado Português da Índia*, comenta que durante o processo de expansão ultramarina, no período de D. Manuel I (1495-1521), “[...] apesar da crescente importância dos novos modelos de organização militar, da generalização das armas de fogo e mesmo dos novos tipos de arquitetura militar” os portugueses mantinham as características de guerra tardo-medieval (ou pré-moderna). Os guerreiros lusitanos haviam imposto sua presença no Índico, por intermédio de um novo conceito de guerra naval, baseada na grande mobilidade de seus navios e, principalmente, no fogo de artilharia embarcada<sup>133</sup>. Essa inovação bélica, que favorecia os portugueses, manteve-

<sup>133</sup> Garcia Resende, na Crónica de D. João II e Miscelânea, registra como se ordenou o embarque de bocas de fogo em caravelas, a técnica de tiro (rasante, ricocheteando sobre o mar, para atingir o casco inimigo logo acima do nível da água) e as vantagens das embarcações portarem artilharia: “[...] cuydando muyto nisto [D. João II], por melhor guardar sua costa commais seguridade e menos despesas, aquy em Setuuel, com muytos esprimentos que fez, achou e **ordenou em pequenas carauellas andarem muyto grandes bombardas, e tirarem tam rasterias que hiam tocando na agoa**, e elle foy o primeiro que isto inuentou. E poucas carauellas destes grandes rios fazem amainar muytas naos grossas, porque **ate entam não andauam no mar tiros grossos**. E ellas, com elles, e por serem muyto ligeiras, e pequenas, que as naos grossas lhe não podiam fazer nojo com seus tiros, **foram tam temidas no mar as carauellas de Portugal muyto tempo**, que nenhuns nauios por grande que fossem as ousaram esperar [...]” (RESENDE, 1973, Cap. CLXXXI, p.255-256 – grifos nossos).

se acompanhada de uma “obrigação” de combate corpo a corpo<sup>134</sup>, tal como as gerações anteriores haviam feito; no entanto, nessa ocasião, estavam protegidos na fortaleza de seus navios<sup>135</sup> e com poder de fogo superior, podendo atingir seus adversários sem serem atingidos

[...] os homens de armas que estavam a bordo dos navios vencedores, preferiam a abordagem ou o desembarque; e nessas ocasiões, protegidos por armaduras completas desembainhavam espadas ou montantes de duas mãos e avançavam contra os inimigos tal qual haviam feito seus pais, avós e demais antepassados noutras refregas. Os principais faziam-se acompanhar por pajens e escravos de peleja que lhes forneciam bebida e mantimentos quando necessitavam, ou lhes davam outras armas se a situação os pedisse, ao mesmo tempo que defendiam a sua própria vida. O imaginário de cavalaria perdurou nos campos de batalha da Europa e dos impérios ultramarinos durante o século XVI [...] (TEIXEIRA, 2008, p. 09, grifos nosso).

Com a utilização das primeiras armas pirobalísticas, iniciou-se um processo de transformação na arte de fazer a guerra e um período de transição nas técnicas construtivas militares – no qual o castelo senhorial seria substituído pela fortaleza da coroa. As armas de fogo teriam um impacto direto sobre o psicológico dos guerreiros dos séculos XIV e XV; serviriam como um recurso para centralização do poder militar nas mãos da monarquia; aumentariam, em muito, a relevância e a eficácia da infantaria, composta por plebeus e colocaria em risco a importância da cavalaria fidalga. Criar-se-iam novos ofícios ligados à produção de pólvora e de armas, bem como novos cargos administrativos (vedor mor da artilharia de guerra) e novos regimentos (dos artilheiros e espingardeiros). As armas de fogo, embarcadas, estiveram diretamente relacionadas ao poder de expansão ultramarina portuguesa nos séculos XV e XVI. A pirobalística, aliada às novas técnicas construtivas das fortificações (de transição), possibilitou às coroas peninsulares realizarem a ocupação e a manutenção de territórios na África e Ásia (DORE, 2008).

---

<sup>134</sup> Dore (2008, p.97 – grifo nosso), reforça a idéia de que quando os portugueses chegam à Índia, suas fortificações ainda são muito semelhantes aos castelos medievais, o que condizia com “[...] **a tradição da fidalguia portuguesa, mais interessada na luta à espada, por ser essa considerada digna e nobre, do que na guerra com base na artilharia**”.

<sup>135</sup> Nunes (1988) e Moreira (1994), em seus respectivos trabalhos, desenvolvem uma reflexão comparativa funcional entre fortificações e embarcações no período da expansão ultramarina portuguesa. Os autores apontam as inovações técnicas referentes a tecnologia naval e a arquitetura militar como as principais responsáveis pelo sucesso português no domínio das rotas marítimas e manutenção de territórios conquistados em regiões isoladas. Nunes (1988, p. 72 – grifos nosso), compara os navios do século XV, devido sua funcionalidade e estrutura com “[...] **castelos navais móveis**, em especial com as naus em que as peças eram dispostas ou por cima da amurada ou em janelas redondas ou quadradas, rasgadas no corpo do navio, tal como nas fortalezas em terra, e apresentavam à popa e à proa **dois alterosos castelos** com sucessivos níveis de canhoas”. Moreira (1994, p.85 – grifo nosso), apresenta que se o “tiro rasante à flor da água em ricochete experimentado por D. João II **transformou as caravelas e naus em fortalezas flutuantes**, o cruzar de fogos que fazia manter a distância os exércitos de potências hostis tornou **os primeiros entrepostos fortificados em autênticas navas ancoradas em pedra**”.

O Marqués de Santillana, em 1436, em um de seus versos, comenta que em seus disparos “las gruesas bombardas de nieblas fumosas el aire enllenaban”. Certamente, quando a névoa da fumaça das pesadas bombardas dissipou-se, foi possível perceber que o mundo estava mudando.

### **3.5 De pedra**

Acredita-se que seja bastante trabalhoso buscar compreender a arquitetura militar de transição, sem antes conhecer as características do estilo construtivo que a precedeu: o castelo medieval gótico. Foram os castelos góticos, desenvolvidos entre os séculos XIII e XIV, durante o reinado de D. Dinis, que receberam, a partir da primeira metade do século XV, as adaptações ao confronto pirobástico. Nesse sentido, passa-se, a seguir, a definir, sucintamente, as características desse estilo castelar e quais estruturas legou à transição.

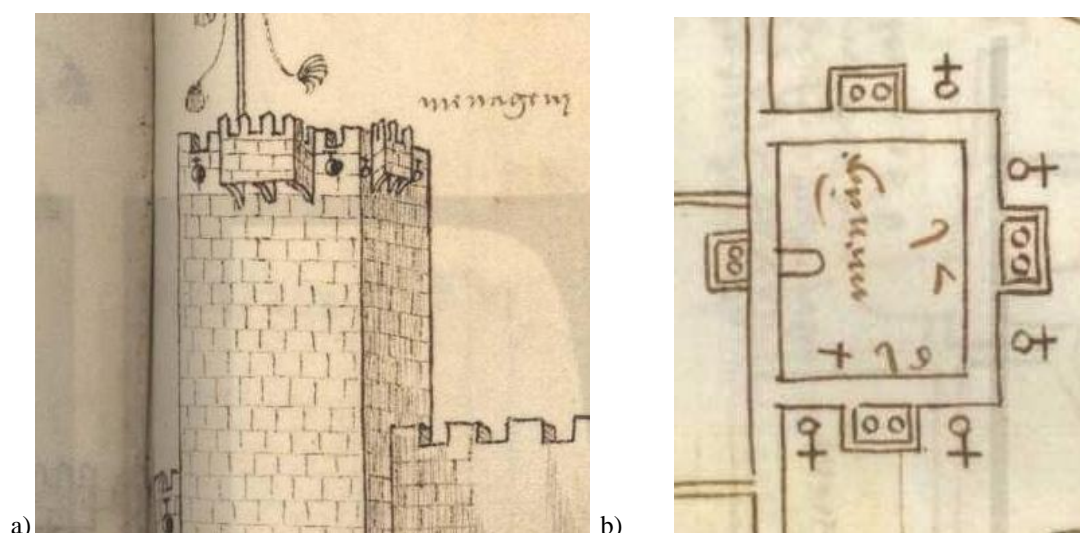
### **3.6 A arquitetura militar medieval gótica**

Com a assinatura do Tratado de Alcacines, por D. Dinis e D. Fernando IV, de Castela, em 1297, definiu-se a linha de fronteira entre Portugal e Castela. Com a tentativa de manutenção desses limites, por parte de Portugal, as primeiras fortalezas a receberem as reformas góticas foram os castelos raianos, que constituíam, desde 1297, a primeira linha de defesa do reino. No interior, somente os castelos mais importantes, mais estratégicos e junto a grandes concentrações urbanas conseguiram manter-se. Todos os outros castelos românicos existentes no interior de Portugal degradaram-se. Ao longo do reinado de D. Dinis, a reforma gótica da arquitectura militar portuguesa afirmou-se e alcançou verdadeira consistência; essas alterações faziam parte do seu programa de governo. A política de D. Dinis, referente aos castelos, estava diretamente relacionada com sua determinação em construir um governo baseado em um modelo ordenador, acentuadamente centrado na autoridade régia, abrangendo todo o território da Coroa (ANDRADE, 2001).

Como características arquitetônicas marcantes das estruturas do castelo gótico de defesa ativa, dos inícios do século XIV, pode-se apontar, primeiramente, o surgimento dos balcões com matacões, que possibilitaram o tiro vertical e a maior proteção das bases das estruturas. Essa inovação foi introduzida por D. Afonso III, sendo uma evolução natural do dispositivo dos hurdícios, introduzidos no século XII, na arquitetura militar portuguesa, pelos templários. Com o tempo, esse dispositivo assumiu a configuração de um “balcão corrido” em toda a volta da torre, conhecido por *machicoulis*. O balcão de matacões, construído em pedra,

firmou-se e ganhou grande divulgação, no período do rei D. Dinis, tornando-se o símbolo máximo da defesa ativa, vindo a ser conhecido como “balcão dionisino”, verdadeiro *ex libris* do castelo gótico português (MONTEIRO, 2001b).

Figura 40: a) Detalhe do *debuxo* do alçado da fortificação de Castelo Rodrigo. Balcão dionisino (fl.75/S).  
b) Detalhe da planta baixa da fortificação de Castelo Rodrigo (fl. 128v), correspondente ao detalhe do *debuxo* (a). Balcão dionisino.



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

No *debuxo* (a) identificam-se, na parte superior da torre de menagem, dois balcões dionisinos. Essas estruturas continham aberturas em seus pisos que possibilitavam tiros (arco e besta) e arremessos (pedras) na vertical. A principal função era proteger portas e as fundações de torres e muralhas. Os balcões foram utilizados até a segunda metade do século XVI. Na planta baixa (b), Duarte de Armas registrou os quatro balcões com suas respectivas aberturas no piso, denominadas *boedeiras* ou *matacões*, a partir das quais se faziam os tiros e arremessos verticais.

O torreão, adossado as muralhas, aumentou consideravelmente seu número (possibilitando a defesa direta dos alicerces dos muros) e a distância entre eles passou a variar entre 08 e 12 metros. Em construções de maior envergadura, tal como cercas de cidades, o espaçamento passou a ser calculado em função do alcance do tiro, de arco e, sobretudo, de besta, de forma que de um torreão fosse possível atingir a base do outro. Em um segundo momento, surgiram torreões ladeando e protegendo a entrada principal, constituindo-se, assim, uma entrada fortificada. Com o tempo, os torreões tiveram a tendência para ganhar um formato mais circular, aumentando sua resistência aos projéteis, vindo a dar origens aos cubelos da fase de transição. Outra característica dos torreões góticos é sua saliência em

relação ao pano da muralha, possibilitando flanquear e cercar os atacantes (MONTEIRO, 1999).

As muralhas tornaram-se mais altas e espessas, adquirindo uma maior resistência contra as poderosas armas neurobalísticas, tornando, portanto, mais difícil as escaladas ou o ataque direto aos adarves. Com o aumento da espessura das muralhas, os caminhos de ronda tornaram-se mais largos, facilitando a movimentação das guarnições e possibilitando a instalação de armas neurobalísticas para contra-ataque. Essas são as mesmas muralhas largas que possibilitaram a instalação das primeiras bocas de fogo em seus adarves (BARROCA, 1990/91).

As torres de menagem alargaram-se e deixaram de estar isoladas no meio do pátio interno, passando a estar articuladas com os vários outros sistemas defensivos do castelo. Muitas vezes, encontravam-se adossadas as muralhas, protegendo os locais mais frágeis da fortificação, dando mais espaço às áreas residenciais. O modelo de torre quase hegemônico é a de planta quadrangular, mas existem algumas com plantas poligonais. Nos finais do século XV, coroando as torres de menagem, surgiram pequenos balcões de ângulo, com sistema de tiro vertical. Por meio do estudo das plantas desenhadas por Duarte de Armas, pode-se observar que a maioria das torres de menagem dos castelos tardomedievais está adossada à muralha e encontra-se em posição de canto. Nas respectivas plantas, percebe-se que a grande maioria delas é ainda quadrangular ou retangular (MONTEIRO, 1999).

Surgiram as primeiras defesas externas, tal como as primeiras barbacãs, as quais podem ser definidas, em termos gerais, como um muro mais baixo do que a muralha, construído a frente dessa, a uns poucos metros de distância, visando oferecer uma primeira barreira. Esse muro podia limitar-se a cobrir a porta (uma barbacã de porta ou barbacã parcial), mas podia, também, rodear toda a fortificação, constituindo uma autêntica segunda cintura de muralha (uma barbacã completa) (GIL, J., 1996).

Mesmo que na fase de construção dos castelos góticos se reconhecesse os inconvenientes da adoção das plantas quadrangulares para a construção das torres, raros foram os casos em Portugal em que se escolheu outro tipo de planta. A preferência, em uma fase mais tardia, eram as torres poligonais (ainda no reinado de D. Dinis), mais difíceis de serem destruídas, mas, mesmo assim, com ângulos retos, sendo, por isso, menos seguras que as torres circulares. A tendência à permanência das torres quadrangulares ou retangulares, tanto nas menagens adossadas às muralhas, é bastante visível na grande maioria das representações

realizadas por Duarte de Armas. Apenas para citar alguns: Mértola, Moura, Noudar, Mourão, Alandroal, Juromenha, Olivença, Campo Maior, Ouglela, entre outros. Da mesma forma, encontram-se torres e menagens poligonais, tais como: Serpa, Monsaraz, Olivença, Castelo de Vilde, Penha Garcia, Sabugal e Freixo de Espada a Cinta. As alterações nas torres, a que se assistiu ao longo do século XIV, procuraram dar resposta à evolução da neurobalística, refletindo os progressos que vinham ocorrendo no domínio do armamento há algumas décadas (BARROCA, 1998a).

Essas estruturas continuaram se transformando e se adaptando frente à utilização do armamento pirobalístico. As fortificações góticas da fronteira luso-castelhana seriam privilegiadas nesse processo de adaptação estrutural, a partir da introdução das armas de fogo, devido à sua importância estratégica. Dessa forma, tornaram-se exemplos interessantes de estudo da constituição do estilo de transição. Encerrada essa sucinta apresentação das principais características da fortificação medieval gótica, passa-se para a constituição do estilo de transição: seus componentes arquitetônicos, as permanências do gótico, suas inovações e suas fases.

### 3.7 A arquitetura militar portuguesa de transição

Pedro Dias (1988) e Mora-Figueroa (1996) situam Portugal, na primeira década do século XVI, em uma fase definida como de *acondicionamiento pirobalístico*. Segundo os autores, esse período pode ser caracterizado pela continuidade de uma forte influência dos castelos medievais góticos, que ainda estavam se adaptando à artilharia de explosão. Essa etapa inicial não contou com transformações profundas nas estruturas, sendo feitas apenas adequações em seus muros e torres, devido ao crescente uso de bocas de fogo. A grande inovação, que chama a atenção na nova configuração das fortificações, ficou por conta da abertura de troneiras (vãos pirobalísticos). No início da segunda metade do século XV, os castelos portugueses começaram a exibir os **primeiros sinais objetivos** de adaptação às novas armas de fogo.

Na época manuelina, sobretudo nos últimos anos do séc. XV e nos primeiros do XVI, dado que ainda não haviam sido introduzidos os princípios da fortificação à italiana, manifestou-se **uma certa continuidade**. Apesar dos muitos documentos que se conhecem, acerca do trabalho de mestres, alguns de nomeada, em localidades das fronteiras e do centro de Portugal, dificilmente se detectam as benfeitorias que aí introduziram. Na maior parte dos casos, apenas reergueram muros derrubados, melhoraram torres ou **abriram troneiras**. **A forma insistente como Duarte de Armas as anota, parece fazer crer que essa era uma das importantes novidades do tempo** (DIAS, 1988, p. 233, grifos nossos).

No começo da segunda metade do século XVI, generalizaram-se os tipos de troneiras simples (ou de *palo y orbe*; com o orifício circular rasgado por uma fenda vertical) ou cruzetadas (ou de *cruz y orbe*; onde a fenda vertical é cruzada por uma ou por duas fendas horizontais). Os *vaños* pirobalísticos não eram fáceis de serem abertos nas muralhas góticas, muito menos em cotas próximas à base, normalmente mais espessas, pois os riscos para a estabilidade da construção aumentavam consideravelmente. A solução preferida, devido a sua praticidade e a pouca alteração na estrutura, era o alargamento das primitivas seteiras. A questão das troneiras à cota baixa (para fogo rasante) pôde ser resolvida com a modificação ou a construção de barreiras. Esses muros externos, espessos e baixos, eram erguidos ao redor de toda a fortificação ou vila (completa), ou apenas em seus pontos mais sensíveis (geralmente portas). As bombardas e trons passaram a ser instalados nessa estrutura (DUARTE, 2003, p. 362).

Observando as 57 fortalezas do *Livro das fortalezas*<sup>136</sup>, pode-se averiguar que 39 delas (70,9%) contêm barreira e em 36 (65%) delas se encontram troneiras (que aparecem nos mais diferentes elementos arquitetônicos: barreiras, torres, menagens e muralhas). Baseando-se na obra de Duarte de Armas, no início do século XVI, pelo menos 2/3 das fortalezas da fronteira luso-castelhana apresentavam uma ou outra solução de transição. Para Guerra (2001), outra reação estrutural, que fez parte da primeira etapa da transição, foi a torre avançada<sup>137</sup> pentagonal (ou poligonal, que aumentava a resistência ao impacto dos projéteis e dava maior consistência ao pano das muralhas). Essa solução já vinha sendo testada e aprimorada com a fortificação gótica, frente ao aumento do poder das armas neurobalísticas.

No obstante, aún habra de transcurrir otro medio siglo, quizás algo más para que esa rápida difusión de la nueva pirobalística tuviera un claro reflejo en la arquitectura defensiva, en su **doble vertiente** de instalaciones específicas para su **uso desde el interior** del propugnáculo [troneiras], y de transformaciones estructurales del mismo para **mejor resistir** el castigo artillero [torreões circulares e barreiras] (MORA-FIGUEROA, 2001, p. 651, grifos nossos).

Mora-Figueroa (2001) faz referência às *bombardas grossas*, primeiras armas de fogo com potência suficiente para fazer algum dano às antigas e grossas muralhas medievais. Artefatos que, por volta da segunda metade do século XV, difundiram-se no teatro de guerra por toda Europa. A partir daquele momento, estender-se-ia um processo de mais de cinquenta

<sup>136</sup> Sem contar as barreiras de Alcoutim (fls. 03 e 04), com seus restos insignificantes e as de Ouguela (fls. 29 e 30) e Castro Marim, que são barreiras de porta (fls. 1 e 2).

<sup>137</sup> Projetada à frente, em relação ao pano da muralha.



anos, durante o qual se configurou uma **fortificação híbrida**, que adaptou sua arquitetura medievalizante<sup>138</sup> para utilizar e resistir à inovação da *tormentaria* de fogo.

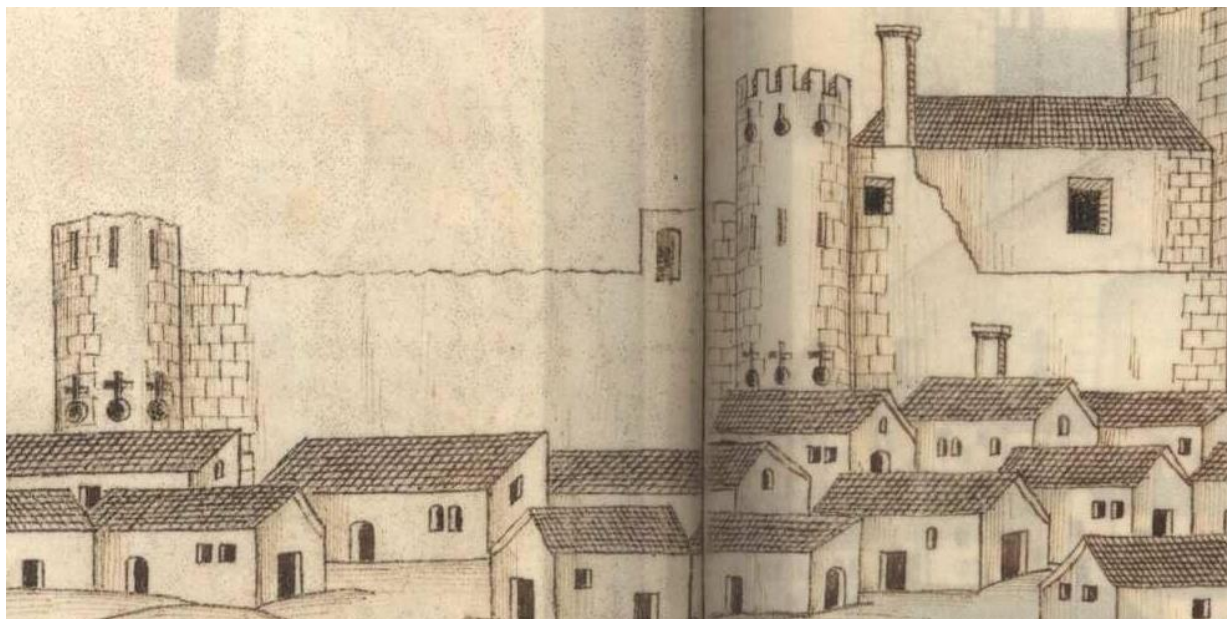
Um elemento arquitetônico da antiga tradição, presente na transição, é a menagem (símbolo do castelo medieval). Uma sobrevivência enraizada, possivelmente, em sua grande carga simbólica, entrando em aberta contradição com as novas doutrinas da arquitetura militar. As estruturas muito altas tornavam-se mais visíveis, mais frágeis e mais fáceis de serem atingidas. Com o início da transição, as fortificações iniciaram um processo de diminuição de sua verticalidade e de abandono de estruturas “isoladas”, passando por uma “compactação” de seus componentes arquitetônicos (MORA-FIGUEROA, 2001; NUNES, 2005; CORREIA, 2011).

Dentre os componentes arquitetônicos de maior difusão na fortaleza de transição, encontra-se a modificação estrutural e funcional do torreão medieval. Esse elemento perdeu seus ângulos retos (quadrangulares e poligonais), adquirindo um formato circular ou semicircular e diminuiu sua altura, passando a denominar-se cubelo. A afirmação do cubelo como indispensável estrutura defensiva ocorreu na segunda metade do século XIV, passando a ser construído com regularidade na Península Ibérica. Seu valor operacional continuou a ser reconhecido durante os séculos XV e XVI (GIL, J., 1996).

---

<sup>138</sup> Utiliza-se a expressão “medievalizante”, não com a intenção de estabelecer uma separação rígida entre o gótico e o moderno ou entre o medievo e a renascença. Essa expressão presta-se para definir posturas, comportamentos e estruturas defensivas com características pertencentes a um período anterior à definitiva imposição da pirobalística. Da mesma forma, pode ser utilizada para produção de representações imagéticas e construções de fortificações, anteriores a disseminação de uma racionalização matemática e geometrizada. A intenção não é estabelecer divisões, mas identificar permanências, continuidades, onde as novas estruturas carregam consigo características anteriormente desenvolvidas; na qual os guerreiros enfrentam antigos “valores” de combate e novas lógicas de confronto no mesmo campo de batalha.

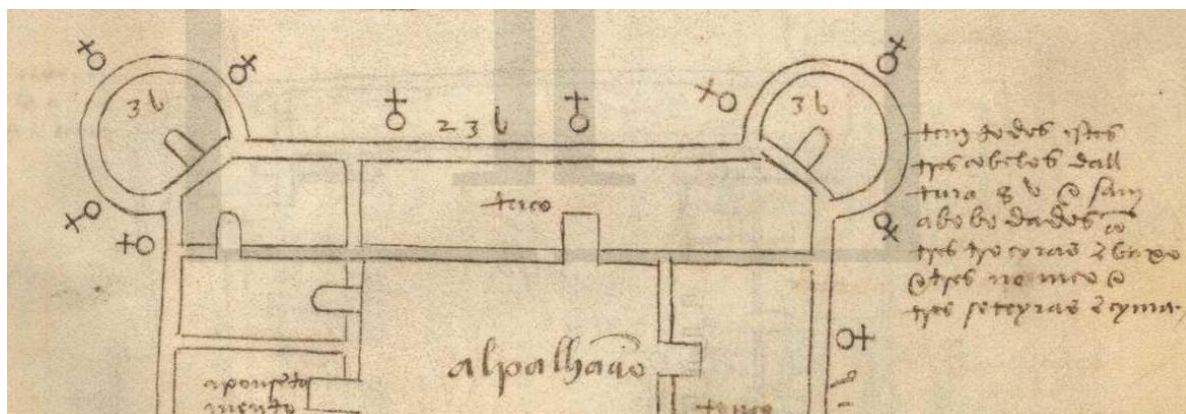
Figura 41: Detalhe do alçado da fortificação de Alpalhão. Dois cubelos artilheiros, na barreira (fl.41/SO).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Os cubelos artilheiros, ou seja, cubelos com as aberturas (troneiras) para colocação de bocas de fogo, são o *ex libris* da arquitetura militar de transição. Em Alpalhão, com a representação de um potente cubelo com dois níveis de tiro, tem-se um claro modelo da transição. Ao que tudo indica, Duarte de Armas “jogou” com a altura das troneiras, para poder representá-las. Nesse caso específico, seria de esperar que, estando em cota baixa, elas ficassem escondidas atrás das casas da vila de Alpalhão. Esse recurso não foi sistematizado pelo *debuxador*, há casos em que, nos alçados, as troneiras, em cota baixa, por estarem “escondidas” atrás de outras construções, só podem ser identificadas com a observação da planta baixa. Da mesma forma, não se pode inferir acertadamente que Duarte de Armas tenha reproduzido com exatidão as troneiras avistadas. Se o *debuxador* registra em seus alçados diferentes padrões de troneiras (cruzetadas, simples e circulares), em contrapartida, percebe-se que, em alguns casos, as mesmas troneiras são registradas com padrões diferentes quando o *debuxador* troca de vistas (*banda*).

Figura 42: Detalhe da planta baixa da fortificação de Alpalhão, com anotação do debuxador (fl.25).



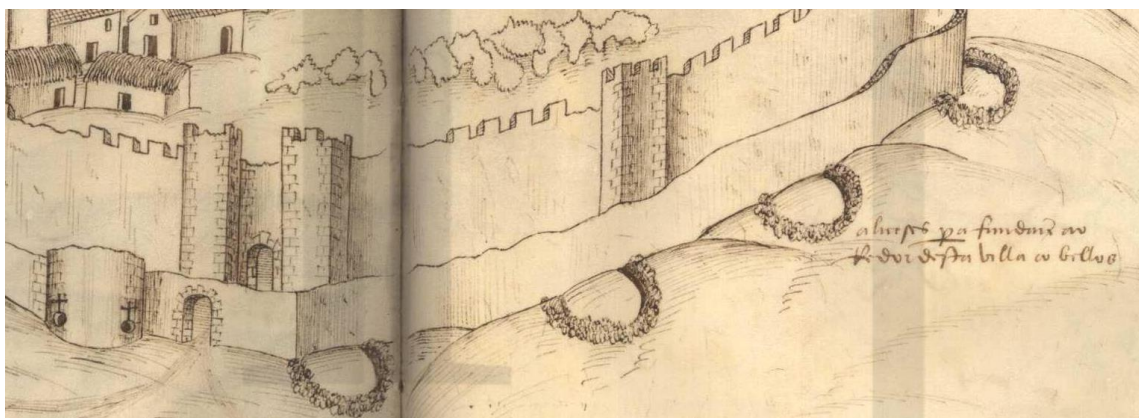
Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

O complexo defensivo de Alpalhão estava composto por três cubelos artilheiros semicirculares e uma torre (de menagem) de secção quadrada. Embora a observação do alçado do fl. 41/SO possa indicar que um dos cubelos supere os outros em altura, a anotação de Duarte de Armas, junto ao cubelo esquerdo, contradiz o observado. Lê-se: “tem todos estes tres cobelos dalltura 8v [aprox. 8m80cm] e sam abobadados e tres troeyras em baixo duas no muro e tres seteyras em cyma”. A falta de correspondência entre elementos arquitetônicos apresentados na planta baixa e alçado de Alpalhão corrobora para a identificação da transição no processo de construção de diferentes representações sobre o mesmo objeto observado.

Rita Costa Gomes (1996), comentando a transformação dos castelos da região portuguesa da Beira, afirma que a baixa estatura dos cubelos, pouca coisa maior que as muralhas, explica-se, principalmente, pela tendência das estruturas diminuírem de tamanho, tornando-as mais compactas, para fazer frente ao aumento do poder das armas de fogo. De forma geral, pode-se dizer, que os cubelos artilheiros foram os precursores dos baluartes, que iriam se impor na arquitetura militar cerca de um século depois.

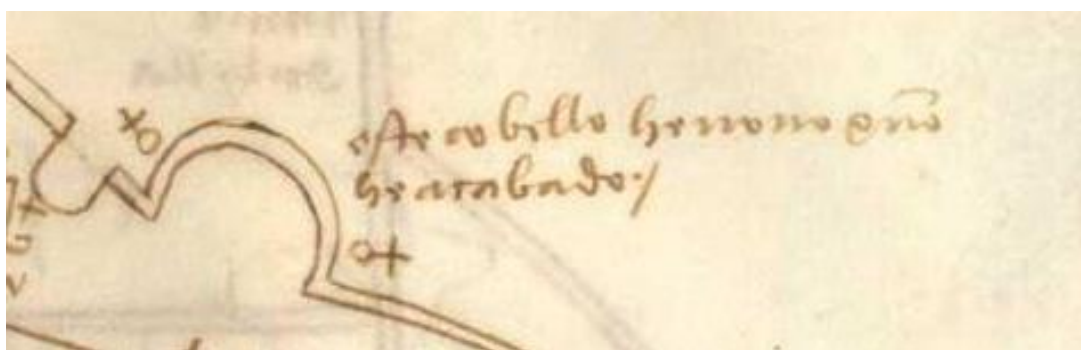
No *Livro das fortalezas*, existem dois casos interessantes para o estudo dessas estruturas: o primeiro referente à fortificação de Almeida (fl.73/S) e o segundo na representação do castelo de Vinhais (fl.92/SE), onde se identifica a forma de vários alicerces, que receberam a construção de cubelos. A obra de Duarte de Armas demonstra que esses componentes defensivos não apenas estavam em funcionamento nos princípios do século XVI, mas, principalmente, que novos estavam sendo construídos para adaptar e aperfeiçoar as fortificações.

Figura 43: Detalhe da panorâmica de Vinhaes, em construção (fl.92/SE).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Figura 44: Detalhe da planta baixa da fortificação de Vinhaes, em construção (fl.131).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Duarte de Armas registrou a abertura das fundações para a construção de quatro novos cubelos, provavelmente, com a mesma característica do cubelo artilheiro, que se encontra “pronto” e que faz a segurança da entrada da vila (fl.92/SE). Quando da visita do *debuxador*, Vinhais encontrava-se em processo de adaptação ao confronto baseado na pirobalística. Na anotação do alçado lê-se: “alicerces para fundarem ao redor desta villa cubelos”. Quanto ao cubelo artilheiro, que aparenta pronto no alçado, na planta baixa, (fl.131) Duarte anotou: “este cubello he novo e nõ he acabado”, registrando que ainda estava em construção.

Figura 45: Detalhe da panorâmica de Almeida. Construção nova (fl.73/S).

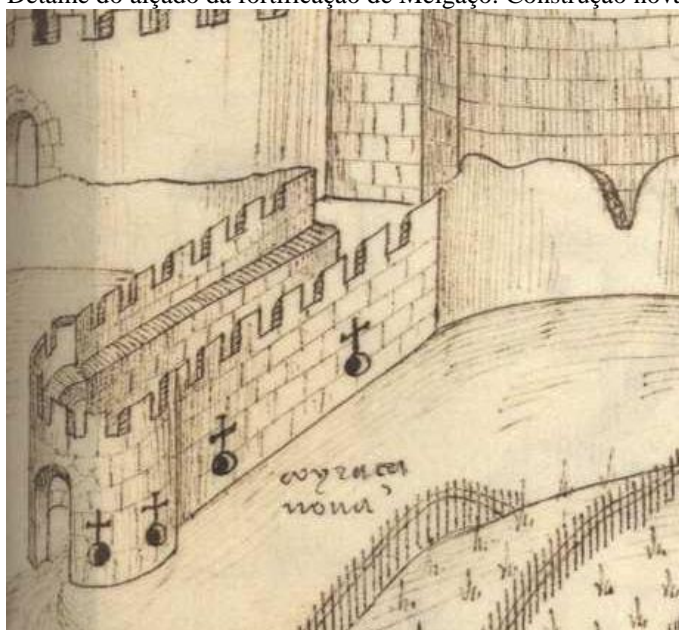


Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

No detalhe da fortificação de Almeida, sobre o cubelo artilheiro, Duarte anotou: “*esta bareyra e cubelos se fizeram novos*”. A observação da planta baixa desta fortaleza (fl.128v), permite identificar que a barreira nova, continua, em toda sua extensão, aberturas para bocas de fogo. Duarte de Armas demonstra atenção em registrar e indicar, em anotações, os componentes arquitetônicos que estão em reforma, construção ou que há pouco foram concluídos.

Uma estrutura medieval, presente na fortaleza de transição portuguesa e que demonstra ser bastante interessante, devido a sua característica de ser um prolongamento da fortificação no terreno, como um “braço”, é a couraça. Conforme a definição de Mora-Figueroa (1996, p. 85), a couraça era “[...] uma muralha que, partindo do recinto fortificado, permite o acesso protegido a um ponto não muito distante normalmente para procurar aguada, apresentando um adarve de duplo parapeito”. No *Livro das fortalezas*, é possível observar a presença de uma couraça em Miranda do Douro (fl.84/E), as ruínas de uma antiga estrutura que se aproximava do rio Douro. Outra couraça pode ser identificada no registro da cidade de Melgaço (fl.105/S), em perfeitas condições, funcionava como solução defensiva do recinto muralhado.

Figura 46: Detalhe do alçado da fortificação de Melgaço. Construção nova (fl.105/E).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

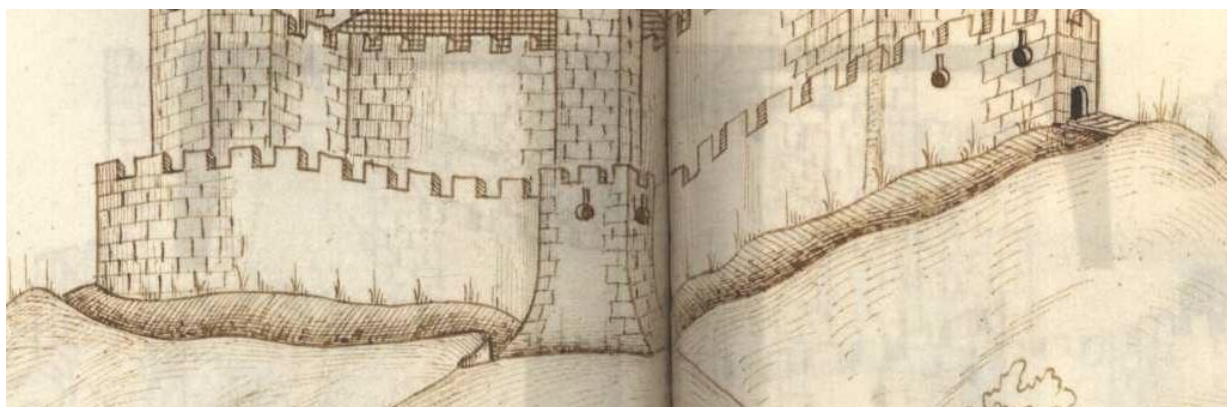
A estrutura, definida na anotação de Duarte de Armas como “*coyraça nova*”, parte de uma barreira antiga e arruinada, que circunda toda a cidade. A couraça é arrematada por um cubelo artilheiro com porta. A couraça, está presente na arquitetura militar ibérica, desde o século XIV, mas foi uma solução fortificada predominantemente em praças detidas pelos portugueses, nos séculos XV e XVI, no norte da África. Para tanto, ela possibilitava o contacto direto e protegido da fortaleza com o mar, por onde as guarnições, constantemente atacadas, poderiam salvar-se em caso de tomada da fortaleza. Estrutura originariamente anterior à chegada da pirobalística no teatro de guerra, também passou por adaptações adequando-se às necessidades dos confrontos com pólvora. A nova couraça de Melgaço apresenta-se acondicionada como elemento de defesa e ataque pirobalístico.

As muralhas mais largas e com caminho de ronda mais espaçoso, típicas do castelo gótico, seriam perfeitas para receberem e alojarem as primeiras armas de fogo, os primeiros *troos* e bombardas. O aumento da espessura não foi a única alteração nas muralhas, outra modificação interessante é a que diz respeito à mudança nos ângulos da base dos muros, tornados mais agudos para facilitar o ressalto dos projéteis inimigos. Essa variação no ângulo das muralhas está associada ao uso de escarpas<sup>139</sup> acentuadas que podiam prolongar-se através dos próprios fossos. Em alguns casos, o declive ou escarpa poderia alcançar 2/3 da altura total

<sup>139</sup> Também conhecidas como Almabor ou Talude. “Um talude exterior na zona baixa das muralhas e torres, destinado a reforçá-las, a manter à distância as máquinas de assalto e para reduzir ângulos mortos. Esta técnica de espessamento da base dos muros, em forma de rampa, veio do Próximo Oriente e foi introduzida em Portugal pelos Templários, na segunda metade do século XII” (MONTEIRO, 2002, p. 28).

da fortaleza. Essa característica já estava presente nos finais do século XV e encontrava-se com facilidade nas fortalezas de início do século XVI (MORA-FIGUEROA, 1996, p. 400). No *Livro das fortalezas* podem ser indicadas as representações de, pelo menos, três fortificações com talude: Idanha-a-Nova (fls.54/N e 55/S), Segura (fls.56/S e 56 Bis/N) e Freixo-de-Espada-a-Cinta (fls.77/S e 78/N).

Figura 47: Detalhe do *debuxo* do alçado da fortificação de Segura<sup>140</sup> (fl.56/S).

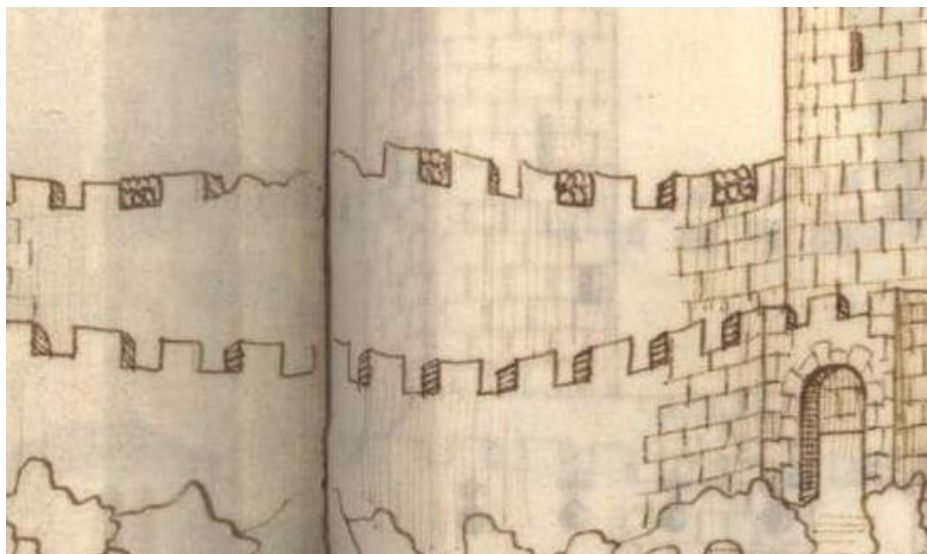


Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

O alargamento e o fortalecimento das ameias é uma característica das fortalezas de transição, dando origem aos merlões. Essa adaptação foi necessária uma vez que o impacto das armas de fogo fazia essas estruturas estourarem em muitos fragmentos, soltando metralhas. Um dos casos mais antigos da transformação das ameias medievais ocorreu em 1385, na cidade de Loulé. A Vereação do Conselho decidiu dar encargo ao cavaleiro Vasco Lourenço para que mandasse, com urgência, tapar as ameias “[...] entre três uma, ou uma entre outra”, demonstrando a necessidade de fortificar a estrutura, tapando as abertas e constituindo merlões largos e resistentes (MONTEIRO, 1999, p.78). Da mesma forma, no *debuxo* do castelo de Vilar Maior (fl.67/S), Duarte de Armas representou o espaço de quatro abertas, obstruídas por pedras, como se houvesse a intenção de preparar um alargamento das ameias góticas existentes, para adaptá-las às novas necessidades das armas de fogo.

<sup>140</sup> Nota-se que a base do cubelo artilheiro de secção quadrada (no centro do detalhe), parte de dentro do fosso, estando protegida de qualquer tiro rasante de bombardas.

Figura 48: Detalhe do *debuxo* do alçado da fortificação de Vilar Maior. Em reforma (fl.67/S).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Na muralha do castelo, pode-se observar a obstrução (pedras?) de quatro espaços das ameias, seguindo um padrão de obstruir uma e deixar outra livre. Essa ação, possivelmente, tem como objetivo fortalecer o ameado de origem medieval, transformando-o em merlões, mais largos e resistentes, próprios para defesa da fortificação frente a um combate pirobalístico.

A primeira descrição da construção de uma *barbacã* (antemuro construído para proteger a base da muralha) em Portugal está na *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, vol. V, cap. CXVI, *Por que guisa estava a cidade corregida para se defender quando el rei de Castela pôs cerco sobre ela*, construída durante o cerco de Lisboa pelos castelhanos, na crise de 1383-1385: “Não leixaram os da cidade, por serem assim cercados, de **fazerem a barbacam derredor do muro da parte do arraial, da porta de Santa Gatharina, até à torre d’Alvaro Paes**, que seria dois tiros de besta” (LOPES, 1897, grifo nosso).

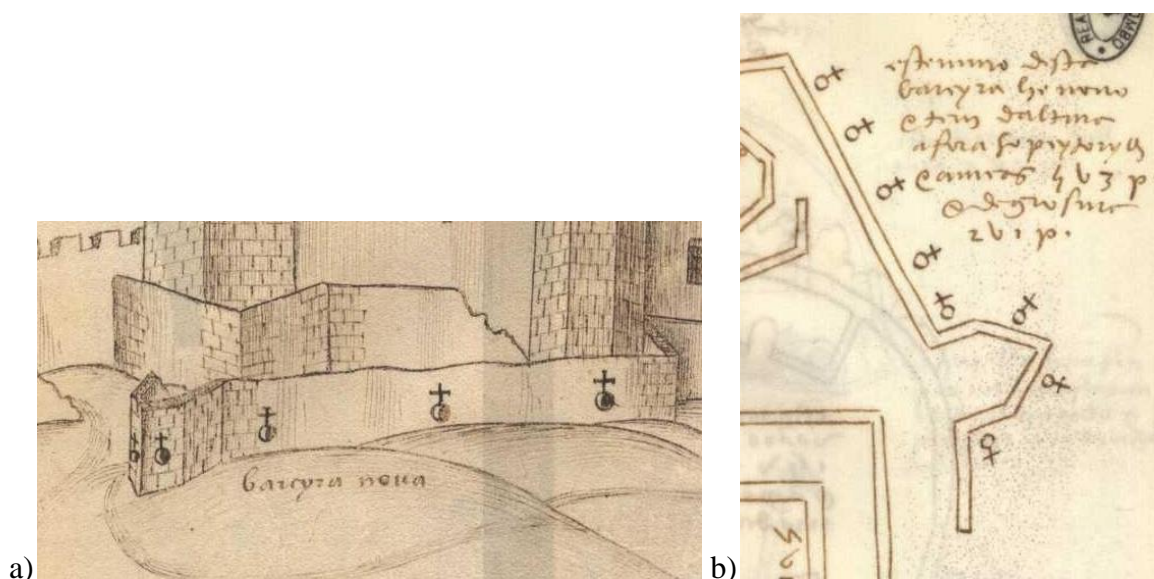
Segundo Capmany (2004), a partir de meados do século XV, essa estrutura passou a receber o nome de “barreira”, alojando em seu interior peças de artilharia que batiam com fogo toda a área a frente da fortificação, sendo protegidas por fossos. A observação das representações de Duarte de Armas permite identificar os mais diferentes tipos de barreiras, em mais de dois terços dos *debuxos*. Nos inícios dos quinhentos, a barreira era um elemento quase indispensável na configuração das fortalezas portuguesas, porque esse componente arquitetônico permitia uma defesa eficiente contra o fogo rasante, que destruía a base das muralhas e servia como base de tiro, recebendo peças de artilharia, tendo, simultaneamente,



função agressiva e defensiva. A barreira é outro exemplo de permanência e adaptação de estrutura medieval, que constitui a arquitetura militar de transição.

Figura 49: a) Miranda do Douro (Fl.83/NO): Detalhe do alçado do *debuxo* da fortificação de Miranda do Douro. Construção Nova.

b) Miranda do Douro (Fl.130): Detalhe da planta baixa de Miranda do Douro, correspondente ao debuxo do alçado (a).

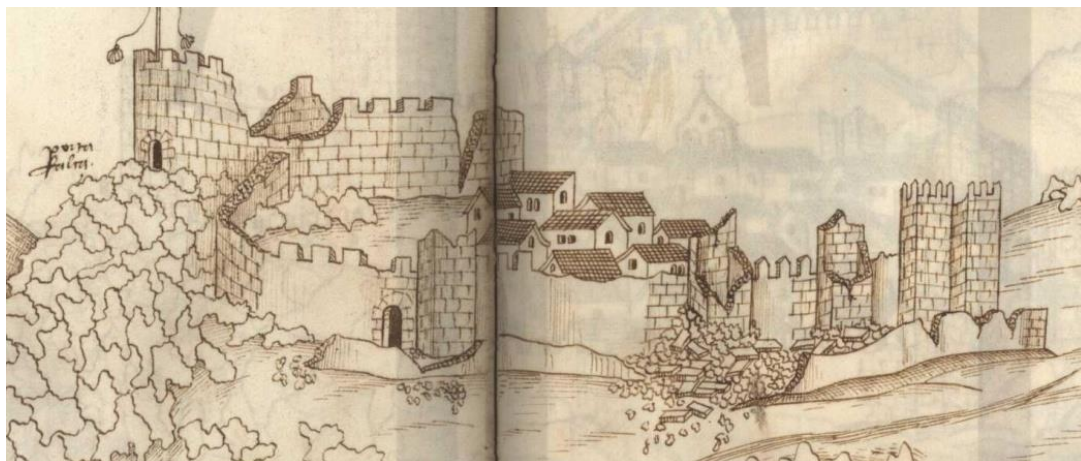


Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

O alçado (a) apresenta uma barreira para a qual consta a anotação: “bareyra nova”. Na planta baixa (b) lê-se: “este muro desta bareyra he novo e tem daltura afora o peitoral e ameias 4v 3p e grosura 2v 1p”. Essa é mais uma estrutura que o *debuxador* registrou como se fosse construída há pouco tempo, reforçando a ideia de um movimento de reforma de fortificações fronteiriças. A barreira artilheira de Miranda do Douro (com cinco troneiras cruzetadas, em cota baixa) apresenta uma característica peculiar de ter em sua extremidade uma estrutura pentagonal em proa (ou cunha), formando um ângulo agudo, com o encontro de duas de suas faces. A forma dessa construção lembra (ou aponta) para a configuração dos futuros componentes arquitetônicos, artilheiros, denominado baluartes.

Entretanto, não foram apenas estruturas novas ou em reformas registradas por Duarte de Armas. Componentes arquitetônicos ruídos ou fragilizados também foram representados e receberam anotações sobre suas condições.

Figura 50: Alçado da fortificação de Castelo Mendo. Cerca da vila e castelo ruídos (fls. 69/E).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Ainda que pese o colapso das estruturas fortificadas, dá-se a entender a continuidade da existência da vila intramuros. Duarte representou Castelo Mendo com grande parte da estrutura de suas torres, muralhas e castelo colapsadas e sem qualquer adaptação ao confronto pirobalístico.

Figura 51: Detalhe da panorâmica de Assumar. Castelo em ruínas.



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509, (fls. 35/SE).

Assumar encontrava-se em tal estado de degradação que o *debuxador* registrou suas muralhas completamente ruídas, com vegetação crescendo onde deveriam estar as ameias. A fortificação, quando da visita de Duarte de Armas, estava abandonada e sua planta baixa não foi produzida. Da mesma forma que em Castelo Mendo, a povoação, aqui extramuros, continuou existindo, embora esse não fosse o padrão das localidades fronteiriças. Chama-se atenção, também, para o registro do *debuxador* sobre o campo cultivado e protegido por cercas, demonstrando a manutenção da exploração do espaço.

Figura 52: a) Vinhais (Fl.91/NO): Detalhe do alçado do *debuxo* da fortificação de Vinhais. Deterioração. b) Vinhais (Fl.92/SE): Detalhe do alçado do *debuxo* da fortificação de Vinhais. Deterioração. c) Detalhe da planta baixa da fortificação de Vinhais (fl. 121), correspondente ao detalhe dos alçados a) e b).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Duas visões da mesma torre da muralha da vila de Vinhais, em completa ruína. Quanto a essa estrutura, na planta baixa (c), Duarte anotou: “esta torre que servia para damenagem agora he toda derribada da parte de dentro della e nõ se medio por nõ poder se ir acyma e tem de grosura do muro della 1v1p” [aprox. 1m43cm]. Neste momento, torna-se interessante fazer referência ao *debuxo* da cidade de Olivença (fl.23/N), onde Duarte registrou a si próprio, sobre a torre de menagem, tirando a medida de sua altura, com um fio e um peso em sua ponta.

Figura 53: a) Detalhe da planta baixa da fortificação de Vinhais (Fl.131), correspondente ao detalhe do alçado (b).  
 b) Detalhe do alçado do debuxo da fortificação de Vinhais (Fl.92/SE).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Em relação à má conservação das estruturas fortificadas de Vinhais, Duarte de Armas anotou, na planta baixa (a), sobre as duas torres que fazem a proteção da entrada da vila: “estas duas torres tem daltura sete varas e mea 7v+ e parecem q ñ sam bem firmes”. A partir das representações e anotações produzidas sobre Vinhais, identifica-se uma policronia que se configura na reunião de diversas temporalidades em seus elementos arquitetônicos. Um “amalgama” entre componentes antigos, fragilizados ou em ruínas, e novas construções erigidas, que inserem a fortificação na lógica do confronto pirobalístico (cubelos artilheiros, acima mencionado).

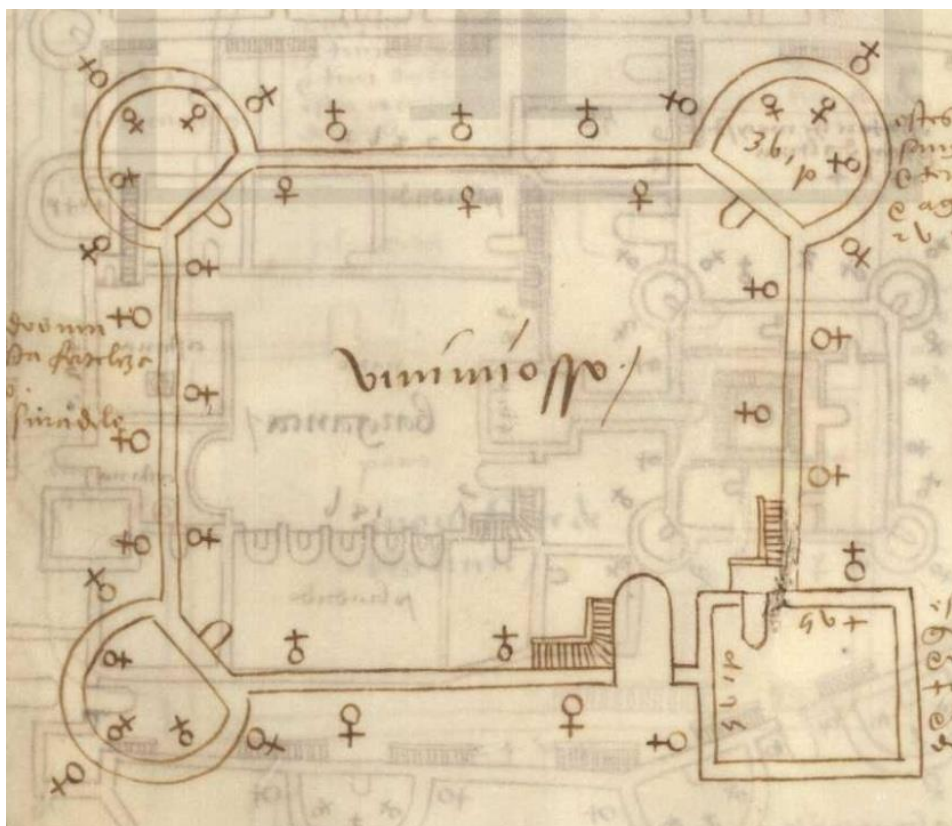
As representações acima apresentadas possibilitam fazer referência às campanhas de reforma das fortificações fronteiriças, sob o reinado de D. Manuel I. A missão de Duarte de Armas seria justamente o registro das reformas ordenadas anteriormente, concluídas ou em andamento, bem como a identificação de estruturas que necessitassem adaptações e reforços. A paisagem fronteiriça fortificada luso-castelhana foi registrada, no *Livro das fortalezas* com suas fragilidades e potencialidades. As panorâmicas e plantas baixas da obra possibilitam a representação das necessidades para a manutenção da demarcação e segurança do território da coroa portuguesa,

Com o processo de adaptação das estruturas defensivas para o confronto pirobalístico, iniciado desde o século XV, seria de esperar, quase um século depois, que todas as fortificações da fronteira luso-castelhana estivessem adequadas à lógica da arquitetura militar de transição; mas isso não ocorre. A disseminação das inovações pirobalísticas e a implantação das adaptações nas estruturas defensivas seguiram velocidades diferentes por questões

estratégicas, econômicas e geográficas (a inacessibilidade do terreno auxiliava na segurança, diminuindo a necessidade de adaptações). Fortificações como Monsanto (fls. 61/E, 62/N e 127), Mogadouro (fls.79/O, 80/E e 129v), Penas Róias (fls.81/S, 82/N e 129v), Portelo (fls.99/S,100/N e 132) Piconha (fls.101/N, 102/S e 132) e Castro Laboreiro (fls.103/N, 104/S e 132v), encontravam-se sob configurações góticas medievais, sem apresentarem adaptações à pirobalística em seus castelos ou cercas de suas vilas. Salvaterra (fls.57/O e 58/O), Nisa (fls.48/S e 49/N), Castelo Bom (fls.71/E e 72/O), Idanha-a-Nova (fls.54/N e 55/S), Monção (fls.17/E e 108/O) e Castelo Rodrigo (fls.75/S e 76/NO), são exemplos de estruturas que, embora preservem sua estrutura básica castelar dos séculos anteriores, apresentam significativa adaptação à pirobalística. Almeida (fls. 73/S e 74/NE), Sabugal (fls.65/O e 66/E), Bragança (fls.89/O e 90/E) e Vimoso (fls.85/SE e 86/NO) podem ser citados como exemplares de plena adaptação à lógica da fortificação artilheira. A transição na arquitetura militar é caracterizada pela policronia, na medida em que reúne uma heterogeneidade de elementos, representativos de períodos distintos. Dessa forma, podem-se encontrar fortificações caracterizadas pela lógica pirobalística; assim como pela arquitetura medieval gótica, mas com adaptações perceptíveis, tais como troneiras e barreiras. Agregam-se a esse universo de transição, também, estruturas plenamente góticas, remontando ao tempo das grandes reformas castelares de D. Dinis, entre os finais do século XIII e inícios do XIV. É a partir dessa concomitância de estilos construtivos, “unificando” temporalidades distintas, que se compreende a representatividade de um período de transição na arquitetura militar. Faz-se importante destacar que a policronia, nas estruturas arquitetônicas, não se apresentava tão-somente entre as diferentes fortificações do período, mas, também, se constituía sobre uma única fortificação, que unia em si, essa pluralidade “de tempos”.

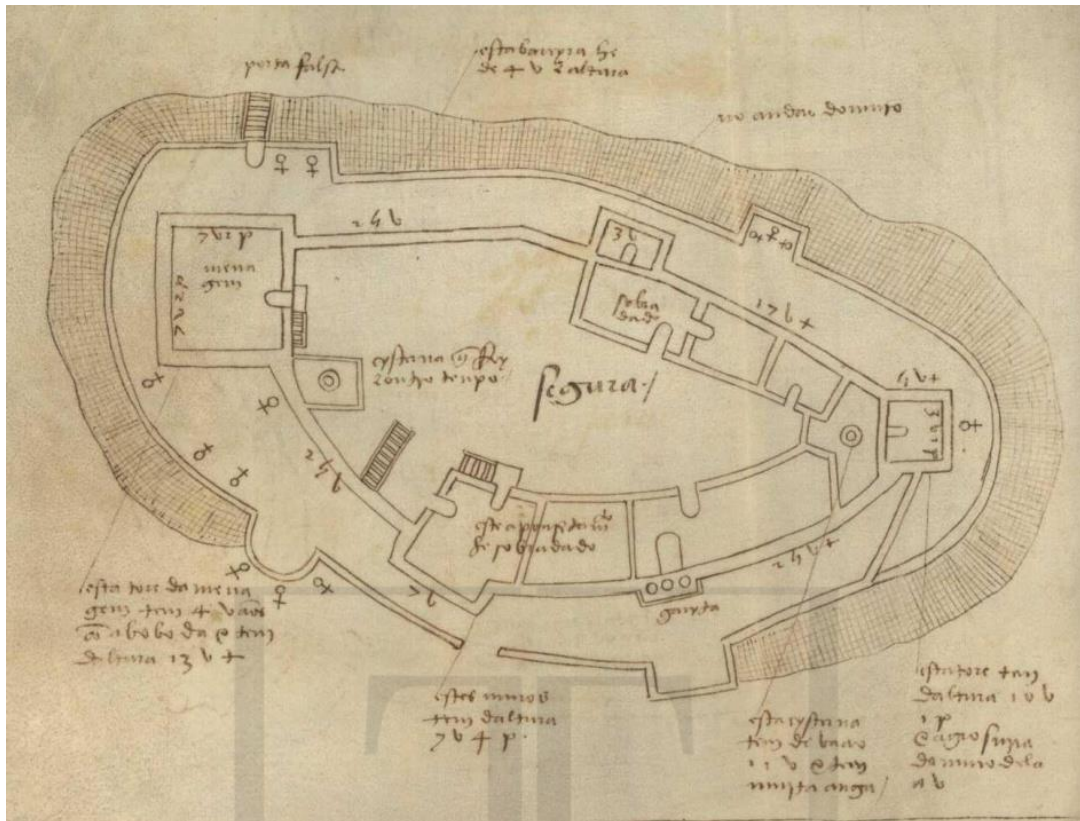
A seguir, três exemplos que, acreditam-se significativos da arquitetura militar portuguesa, na fronteira com Castela, em inícios do século XVI. As estruturas apresentam diferentes estágios de adaptação a pirobalística. Com essa demonstração, pretende-se apenas possibilitar um recurso de visualização, das representações produzidas em plano para as fortificações e de que forma Duarte de Armas registrou seus componentes arquitetônicos relacionados ao processo de adaptação ao combate baseado na artilharia à explosão.

Figura 54: Planta baixa da fortificação de Vimoso<sup>141</sup> (fl. 130).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

<sup>141</sup> Exemplo do castelo artilheiro plenamente adaptado à lógica da transição. De estrutura quadrangular, contendo três cubelos artilheiros semicirculares e uma torre de menagem quadrada, a fortificação apresenta-se completamente cercada por dois níveis de troneiras, em cota alta (símbolos de cruz e orbe dentro do traçado) e cota baixa (símbolo de cruz e orbe) fora do traçado (mas o *debuxador* não utiliza isso de forma sistematizada). Essa disposição possibilitava fogo rasante e em distância em um ângulo de 360°, além de cruzar os disparos entre as armas colocadas nas muralhas e nos cubelos, colocando em prática uma das principais noções da artilharia moderna, o fogo flanqueado.

Figura 55: Planta baixa da fortificação de Segura<sup>142</sup> (fl. 126v).

Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Figura 56: Planta baixa da fortificação de Castelo Mendo<sup>143</sup>

Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509, (fl. 128).

<sup>142</sup> Estrutura fortificada, com a maioria de suas características arquitetônicas representativas da arquitetura medieval gótica; entretanto, apresenta a introdução da lógica do confronto piobalístico, em sua barreira e na muralha de seu castelo (cubelos e troneiras).

<sup>143</sup> Nesta fortificação não se identifica nenhuma representação que indique adaptação a lógica da piobalística.

### 3.8 Fases da arquitetura militar de transição em Portugal

Baseado nas leituras realizadas das obras dos autores Rafael Moreira (1989; 1994), Nunes (1988; 2005), Doré (2010), Dias (1988), Gil, J. (1996), Duarte (2003), Monteiro (1999), Correia (2011), Barroca (2003), Teixeira (2008), Guerra (2001), dentre outros, é possível apresentar, de forma sintética, quatro fases da arquitetura militar de transição em Portugal, que contemplam desde as primeiras adaptações dos castelos góticos, até a instauração da fortificação abaluartada.

Na primeira fase, constatam-se adaptações simples, que promovem, em um primeiro momento, o fortalecimento de uma estrutura defensiva/passiva. Os primeiros ataques pirobalísticos geraram, como resposta imediata das fortificações, uma preocupação por incrementar sua defesa passiva, não oferecendo, de pronto, um eficaz contra ataque. Durante aproximadamente um século de acondicionamento pirobalístico, as fortalezas sofreram um “retrocesso” em seu conceito funcional, assumindo uma posição defensiva. As características agressivas foram retomadas após suas estruturas estarem, devidamente, municiadas e adaptadas às armas de fogo (GUERRA, 2001; CORREIA, 2011). Esse foi o período de concomitância entre as primeiras (e débeis) armas de fogo (*trons*) e as antigas (e poderosas) armas neurobalísticas (catapultas). Um recorte temporal possível seria entre as duas últimas décadas do século XIV e a primeira metade do século XV. O acondicionamento era realizado em dialética com uma artilharia com armas de ferro fundido, pólvora negra e projéteis de pedra. Desenvolveram-se os cubelos, as barreiras e as cavas, mas poucas estruturas apresentavam vãos pirobalísticos. As primeiras armas de fogo, em estruturas castelares, foram alocadas sobre as muralhas.

Na segunda fase, em finais do século XV, as fortalezas ainda apresentavam um aspecto geral dos castelos medievais, com cubelos largos e robustos, em grande parte poligonais ou semicirculares (projetados em relação ao pano da muralha); no crenelado apareceram os merlões, que tomaram o lugar das ameias. Os taludes, solução arquitetônica medieval, continuaram sendo utilizados. As troneiras, para artilharia grossa (bombardas), situavam-se em cota baixa, ao nível da base dos muros e torres, e as aberturas para as armas ligeiras foram colocadas em cota alta, ao nível do crenelado. Generalizam-se as barreiras completas e de porta, com fenestraçãoes pirobalísticas. Para essas fortificações, pode-se indicar o período das últimas décadas do século XV e as duas primeiras décadas do século XVI. Nesse período, houve a introdução do armamento em bronze, projéteis de ferro fundido e



pólvora aerada e com novas medidas de mistura, o que potencializou o poder das bocas de fogo.

Na terceira fase, deu-se a preponderância aos cubelos ultrasemicirculares (que praticamente se libertam da cortina para além de seu centro geométrico), redondos, baixos e robustos, em muralhas e barreiras (que passam a ser denominados bastiões). Naquele momento, em princípio, perduraram dois níveis de tiro (cotas alta e baixa); praticamente já não havia cubelos altos e sua configuração quadrada desapareceu quase totalmente. Os cubelos redondos aumentaram seu perímetro e generalizaram-se os reforços em suas bases (taludes). Ainda nessa fase, a artilharia começou a concentrar-se somente no nível superior, desaparecendo os dois níveis de tiro. Nas fortificações, começaram a aparecer os primeiros torreões com formas pentagonais (em proa, ou cunha, onde duas faces unem-se para formar um ângulo agudo). Iniciou-se a lógica dos primeiros baluartes (de fato), que não podiam mais ser denominados de torreões de transição ou cubelos artilheiros, pois suas estruturas foram profundamente alteradas. Esse período pode ser considerado como de imposição do “traçado italiano”<sup>144</sup>, que introduziu a lógica matematizada e geométrica na construção de fortificações, que foram erigidas de raiz, sendo pensadas para o confronto com armamento pirobalístico cada vez mais aperfeiçoado. Um recorte temporal possível estaria entre as primeiras décadas do século XVI, até os finais do mesmo século. Nessa fase ocorreu a consolidação da arquitetura militar portuguesa ultramarina (castelos artilheiros), na África e Ásia, que acompanhou as características e os preceitos da arquitetura militar de transição continental.

No *Livro das fortalezas*, nas plantas baixas de oito fortalezas, Duarte de Armas identificou “baluartes”: Juromenha, Sabugal, Vilar Maior, Almeida, Castelo Rodrigo, Outeiro de Miranda, Montalegre e dois em Monção. O interessante é perceber que a denominação “baluarte” foi registrada para estruturas completamente diferentes: trechos de barreiras, muralhas ou cubelos; semicirculares, quadrados ou poligonais. Villena (1992), Nunes (1991) e Mora-Figueroa (1996) chamam a atenção para a grande polissemia que os componentes arquitetônicos assumiam, em uma lógica construtiva pouco normatizada, em um período em que mal começavam a ser constituídos os primeiros tratados sistematizados de arquitetura militar na Itália. A ideia de Duarte de Armas registrar esses componentes artilheiros com o nome de baluarte poderia ter vindo a anunciar, ainda no início do século XVI, a relação

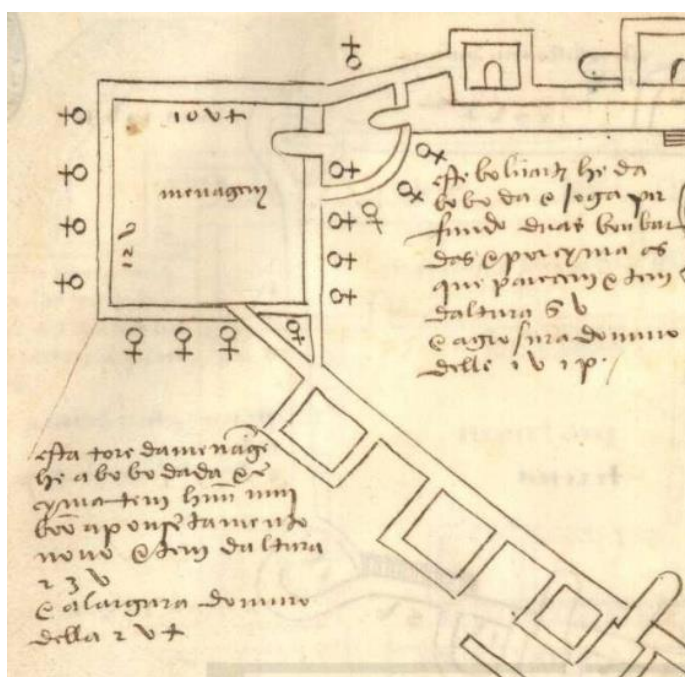
---

<sup>144</sup> Que será apresentado abaixo.

intrínseca que essa estrutura (com características específicas) desenvolveria com a artilharia, constituindo-se, por excelência, na base de tiros das futuras fortalezas modernas.

Na representação da planta baixa de Juromenha (fl. 123v), apresenta-se um desses exemplos, onde o *debuxador* registrou um “baluarte” semicircular, anexo à torre de menagem. O debuxador anotou: “este **baluarte** he abobadado e joga por fundo duas bombardas e por cyma as que aparecem e tem daltura 6v [aprox.6m60cm] e a grosura do muro dela 1v1p [aprox.1m40cm]” (grifo nosso). Em princípios do século XVI, essa nomenclatura ainda não havia adquirido o sentido específico que terá na arquitetura militar dos séculos XVII e XVIII. Ao utilizar a designação de bombardas (registro que faz apenas para Juromenha), Duarte de Armas estava referindo bocas de fogo de grande porte.

Figura 57: Detalhe da planta baixa da fortaleza de Juromenha<sup>145</sup> (fl. 123v).



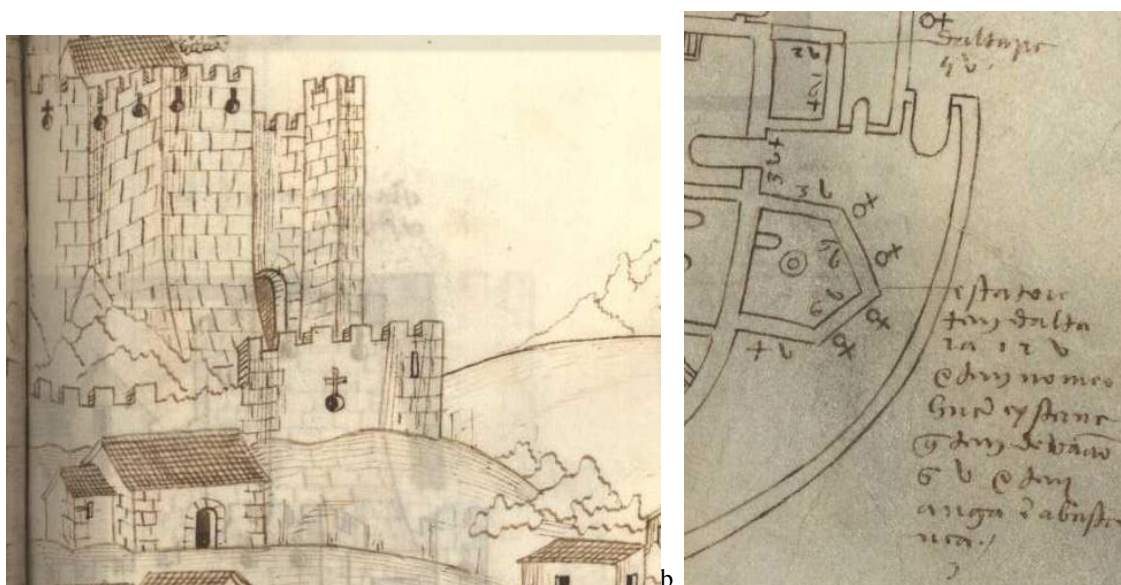
Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

Da mesma forma, na planta baixa de Idanha-a-Nova (fl. 126), Duarte identifica uma estrutura pentagonal (em proa ou cunha), com disposição de troneiras, nas faces que formam o ângulo, remetendo à configuração dos futuros baluartes. Essa característica permitia fazer disparos diagonais, possibilitando o fogo flanqueado (cruzado). A própria configuração que os futuros baluartes assumirão, em um período posterior ao das fortificações de transição, será pentagonal, com faces, formando ângulos que se projetam em direção ao terreno a ser

<sup>145</sup> A anotação que está dentro do traçado indica a existência de um “baluarte”, representado como uma estrutura semicircular com troneiras.

batido/protegido. Reforçando a ideia de falta de sistematização para denominação dos componentes arquitetônicos, justamente para essa estrutura que já faz menção à constituição de um proto-baluarte, Duarte de Armas denomina apenas como torre. Chama-se a atenção, para o detalhe que, entre as representações abaixo, da mesma torre, em alçado e planta baixa, não há correspondência em sua forma. O alçado passa a idéia da torre ser quadrada e sua planta baixa aparece pentagonal. Percebe-se aqui, uma diferença de representação do mesmo objeto e tipos de representações diferentes.

Figura 58: a) Idanha-a-Nova (Fl.54/N): Detalhe do *debuxo* do alçado da fortificação de Idanha-a-Nova.  
b) Idanha-a-Nova (Fl.126): Detalhe da planta baixa da fortificação de Idanha-a-Nova, correspondente ao detalhe do alçado (a).



Fonte: *Livro das fortalezas*, Duarte de Armas, 1509.

A utilização de uma expressão genérica para denominar componentes artilheiros pode denotar mais uma característica da transição. Novos termos começam a ser utilizados, de forma abrangente, para definir inovações que estão se estabelecendo. Ao mesmo tempo em que Duarte registra em suas plantas baixas, estruturas artilheiras pentagonais, que preanunciam a implantação do baluarte do século XVII, denominando-as simplesmente como “torre”, emprega o nome específico “baluarte” para qualquer componente que comporte bocas de fogo. Essa polissemia na forma de denominações percebe-se como outro elemento da transição na arquitetura militar.

A quarta e última fase, correspondente à segunda metade do século XVI, disseminou e impôs, por toda a Europa, a arte de fortificar “à italiana”, que preconizava a utilização de

baluartes angulosos. Esses baluartes ainda não eram os mesmos da arquitetura militar de Vauban (angular), desenvolvidos a partir do século XVII, embora compartilhassem da mesma lógica e proposta. Essa nova fortificação, diferente por completo do estilo gótico, tinha sua estrutura composta por muros baixos e muito espessos, sempre em ângulos. Dessa forma, impossibilitaria o impacto direto dos projéteis, seus merlões (grossos e largos) contendo canhoneiras (não mais troneiras), em cotas intermediárias e espaços entre os merlões para colocação de peças de artilharia, sobre os baluartes. Ficaram definitivamente ausentes os cubelos, torres, ameias, barreiras e menagem. O castelo medieval foi substituído pela fortaleza moderna.

A primeira experiência portuguesa, em direção às fortalezas abaluartadas foi a construção do Baluarte de S. Vicente “de Belém” (Torre de Belém). Seu projeto ficou ao encargo de Francisco de Arruda<sup>146</sup>, recentemente regressado do Norte da África, onde trabalhara na construção das fortalezas de Safim, Azamor e Mazagão. As obras iniciaram por volta de 1514/15 e foram concluídas em 1519. Essa fortificação foi idealizada pelo monarca anterior (D. João II), que, em torno de 1494, mandou erguer a Torre Velha de Caparica, na margem Sul do rio Tejo, com o propósito de fazer fogo cruzado com outra fortificação que deveria estar na margem Norte, mas que nunca foi edificada (BARROCA, 2003). A *Crónica de D. João II e Miscelânea*, por Garcia de Resende, registrou a ordem de D. Manuel I para construção da Torre de Belém.

E assi mandou fazer [...] outra torre e baluarte da Caparica defronte de Belem, em que estava muyta e grande artelharia, e tinha ordenado de fazer hua forte fortaleza, onde ora está **a fermosa Torre de Belém, que el Rey dom Manoel**, que santa gloria aja, **mandou fazer**, pêra que a fortaleza de hua parte, e a torre do outra, tolhessem a entrada do rio [...] (RESENDE, 1798, p. 256, grifo nosso).

A Torre de Belém representa um marco na arquitetura portuguesa de transição. Sua configuração foi baseada em uma plataforma horizontal hexagonal, cercada de aberturas para bocas de fogo (prenúncio da arquitetura militar moderna). Complementou a estrutura uma torre de secção quadrada, que manteve as características conservadoras das menagens medievais. Rafael Moreira (1981) classifica a Torre de Belém como o primeiro baluarte, no sentido moderno do termo. O autor, ainda, sugere que Francisco de Arruda foi inspirado pelas propostas de construções fortificadas de Francesco di Giorgio Martini, autor do *Trattato di*

---

<sup>146</sup> Construtor das muralhas do castelo de Moura, Mourão e Portel, em 1510; das fortalezas de Safim, Azamor e Mazagão, no Norte da África, entre 1512 e 1514. Possuía o título de “Medidor das Obras do Reino” (NUNES, 2005, p. 48).

*Architectura Civili e Militare*. Essa obra, redigida por volta de 1492, circulou por toda a Europa, com desenhos e anotações, exercendo forte influência na arquitetura da época. Nunes (2005, p. 65) define o baluarte de Belém como a última “fortaleza híbrida”, construída de raiz, no território português.

### 3.9 A inovação do traçado italiano

No final do século XV e princípios do XVI, a Itália se converteu em um campo de batalha, disputado entre as potências europeias, especialmente Espanha e França. Durante esse conflito, a arte da guerra iria se modificar substancialmente. Uma das alterações encontra-se na artilharia que Carlos VIII levou para dominar a Península Itálica. A partir da metade do século XV, os franceses haviam dado um impulso notável à pirobalística, ao adotar a bala de ferro<sup>147</sup> e os canhões de bronze, em uma só peça fundida e de carregar pela boca<sup>148</sup>. A nova técnica de produção permitia conseguir peças de menor tamanho, mais leves, montadas diretamente sobre carretas. O fato das bocas de fogo serem feitas em apenas uma peça fundida, aumentou em muito a estanqueidade<sup>149</sup> dos gases que promovem a propulsão, aumentando o poder de impacto do projétil. Esses avanços, aliados a uma melhor dosagem da pólvora, aumentaram muito a eficácia do impacto para abrir brechas nas muralhas (DUARTE, 2003; CAPMANY, 2004; AMORETTI, 1995).

As fortalezas italianas, com características majoritariamente medievais, caíram uma após a outra nas mãos de Carlos VIII; porém, seguindo a lógica dialética entre *tormentaria*<sup>150</sup> e arte de fortificar, a mesma Itália que em 1494 rendia-se, encarregou seus artistas e arquitetos de prepararem uma resposta às novas armas de fogo. Por volta de 1530, surgiu a resposta, sob a forma dos primeiros *baluartes (trace italienne)* (DUARTE, 2003; CAPMANY, 2004; AMORETTI, 1995).

---

<sup>147</sup> Anteriormente, a maioria das armas pirobalísticas utilizavam projéteis pedreiros ou roqueiros, ou seja, balas esculpidas em pedra, feitas à medida da boca de fogo que as utilizaria. O ferro correspondeu a um aumento de resistência do projétil (maior poder de impacto) e a possibilidade de produção em série a partir de formas de fundição (FRANCISCO, 2006).

<sup>148</sup> Essa característica possibilitou um aumento significativo da cadência de tiro. Anteriormente se fazia necessário remover a peça de seu anteparo de madeira (fortemente amarrado por cordas), desencaixar a câmara da recâmara, recarregar e realizar o processo inverso para produzir um novo disparo (GUERRA; FERNÁNDEZ, 1998).

<sup>149</sup> Nos *troos* e bombardas anteriores, o cano/canhão era composto por várias tiras planas de ferro forjado, unidas em brasa e reforçadas por anéis externos de metal. Também continham um compartimento traseiro removível, onde era colocada a carga de pólvora. Essas características faziam a estanqueidade, ou seja, a capacidade de obrigar os gases propagarem-se e saírem apenas pela boca da peça ser muito menor. Nas peças antigas, existia fuga de gases pelas minúsculas fissuras na estrutura da arma, bem como pelo próprio encaixe entre câmara e recâmara. Menor estanqueidade, resulta em menor pressão e menor poder de impacto (FRANCISCO, 2006).

<sup>150</sup> Expressão que define a capacidade de expugnação de pontos fortificados por meio da utilização da artilharia (MORA-FIGUEROA, 2001).

Segundo Amoretti (1995), outro fator que possibilitou o desenvolvimento da Península Itálica na arquitetura militar foi a chegada, em Roma, de engenheiros bizantinos especialistas em fortificar, como consequência da queda de Constantinopla (1453), frente à expansão turco-otomana. O império turco apresentava-se como grande potência no domínio das técnicas pirobalísticas com fins militares. Justamente contra essas armas o (moribundo) império bizantino havia lutado, resistido e sido derrotado<sup>151</sup>. No mesmo período, o redescobrimento de obras e de temas da antiguidade clássica grega e romana, criou na Itália um ambiente propício para o desenvolvimento das ciências relacionadas à engenharia militar, ocorrendo o mesmo fenômeno em outros campos do saber. Grandes artistas do Renascimento italiano, como Leonardo da Vinci (1452-1519) e Miguel Ângelo (1475-1564), dedicaram parte de sua obra a traçar esquemas de fortificações cada vez mais adaptadas ao confronto com armas de fogo.

O desenvolvimento da arte de fortificar na Península Itálica, a partir dos finais do século XV, foi tamanho, que passou a influenciar diretamente o resto da Europa, lançando os fundamentos para uma arquitetura abaluartada. Atualmente, reconhece-se a “Escola Italiana” como a “primeira escola de fortificações”. Seus “engenheiros” militares mantiveram-se como referência até o final do século XVII, quando a “Escola Francesa”, tendo como seu principal expoente Sebastian Le Prestre, o Marquês de Vauban (1633-1707), conseguiu impor uma nova lógica construtiva, tomando a frente (NUNES, 2005).

A maioria dos projetistas que desenharam fortalezas durante o século XVI era italiana; e vários desses profissionais registraram suas experiências por escrito e fizeram suas obras circularem pela Europa, com auxílio de outra invenção do século XV, a imprensa. Dessa forma, a Península Itálica passou a difundir as teorias de seus tratadistas sobre as fortificações de transição (CAPMANY, 2004). No final do século XV, Francisco di Giorgio Martini, um dos nomes mais importantes da ciência de fortificar, produziu o *Trattato di Architettura, Ingegneria e Arte Militare* (1482) e o *Trattato di Architettura Civile e Militare* (1480). Já no início do século XVI, seus manuscritos, repletos de desenhos, circulavam por toda Europa e portavam novidades na transformação da arquitetura militar (NUNES, 2005).

No século XVI, a “frente abaluartada” foi desenvolvida na esteira das manifestações do Renascimento e sua valorização pelas técnicas. Ela consistia em um conjunto de dois ou mais baluartes contíguos que permitiam tiros frontais e flanqueantes, cobrindo uma vasta área

---

<sup>151</sup> “O século XV europeu é, sem dúvida, um dos tempos em que se assiste à grande corrida ao armamento, impressionada que ficara a cristandade com o aparato da artilharia apresentada pelo Sultão Moamet II durante o cerco imposto antes da queda de Constantinopla, em 1453” (CAMPOS, 2008, p. 20).

à sua frente. Os tratadistas do final do século XVI afirmavam que uma fortaleza não se fazia ao acaso, sem medidas e proporções. As obras de fortificações passaram a ser pensadas a partir de **desenhos** calculados milimetricamente que constituem verdadeiros tratados de geometria. Foram criadas diversas tabelas que sistematizam ângulos para constituição de estilos normatizados de baluartes (DORÉ, 2010). “A partir desse momento foi possível falar em “fortaleza” e não mais em “castelo” medieval” (DORÉ, 2010, p. 74, grifos do autor). De acordo com Pereira (1994, p. 40), “[...] a fortificação abaluartada estrutura a sua defesa nesta obra pentagonal, avançada para fora do corpo da Praça, com duas faces que formam um ângulo saliente e por dois flancos que se ligam às cortinas”.

A fortaleza passou a ser tema de teorização por parte de intelectuais do Renascimento (Leon Bastista Alberti, Leonardo da Vinci, Albrecht Dürer e Miguel Ângelo), que as conceberam a partir de estudos de perspectiva e fórmulas matemáticas (PEREIRA, 1994). As fortalezas passam a ser *desígnios*, projetos, cuidadosamente idealizados, dentro de uma lógica de precisão racionalista. Terminou o tempo do *debuxo* na arquitetura militar, iniciou-se o domínio do desenho.

Diferentes formas de transição permearam as reflexões construídas ao longo de todas as análises e descrições comentadas realizadas, nesta seção e na anterior. Esse trabalho foi traçado compreendendo que seu desenvolvimento ocorreu em etapas, que se configuraram necessárias para o processo de (re)construção de representações sobre uma paisagem da fronteira luso-castelhana e suas representações, a partir do *Livro das fortalezas*. Esta seção se dedicou à transição na arquitetura militar e aos processos a ela relacionados, demarcando-a como elemento central dos *debuxos* produzidos por Duarte de Armas, a transição na arquitetura militar é aqui compreendida como elemento significativo na operação da elaboração de representações sobre possíveis transições que o olhar investigativo e problematizador, para o *Livro das fortalezas* pode suscitar.

A transição entre o material e o intangível, do poder nas fortificações. A fronteira enquanto espaço de transição entre dois territórios. A transição entre fazer a guerra a partir de perspectivas cavaleirescas medievalizantes e o avanço do espingardeiro plebeu, sob o comando do Estado. A transição entre as armas neurobalísticas, utilizadas desde a Antiguidade e a grande inovação tecnológica pirobalística, que influenciaria, fortemente, aspectos da sociedade, política e arquitetura; a transição entre o castelo, caracterizado como gótico medieval, para uma fortificação híbrida, que passaria por um longo processo de

acondicionamento, denominada arquitetura militar de transição. Um tipo de estrutura que portou a complexidade da policronia de diferentes períodos construtivos. Uma fortificação em permanente adaptação até a completa imposição da lógica pirobalística e da racionalização construtiva ditada pela exatidão da geométrica. As fortificações de transição, representadas por Duarte de Armas, não foram desenhadas, mas debuxadas. O *debuxo* está para a arquitetura militar de transição, assim como o desenho está para a arquitetura abaluartada.



## DOS ESTREMOS

O termo *estremos*, presente na documentação régia e nas crônicas portuguesas dos séculos XV e XVI, tem sentido de limite, até onde se estendem os domínios do reino; um espaço que delimita um território, dando início a outro. Com as considerações que passam a ser constituídas a seguir, pretende-se demonstrar o *estremo* alcançado por esta pesquisa, onde “termina” o território que aqui foi construído; entretanto, vale lembrar que uma fronteira sempre limita com outras/novas paisagens, sempre é possível transpor e expandir fronteiras dando continuidade ao périplo. A fronteira/*estremo*, ao mesmo tempo em que encerra, estabelece comunicação e trânsito para outros/novos territórios.

As seções anteriores foram pensadas de forma que seus conteúdos auxiliassem a constituir os fundamentos para construção de representações sobre o *Livro das fortalezas*. A primeira seção foi dedicada à contextualização do período em que a Obra foi produzida; a necessidade de sua produção; seu autor e a caracterização da fronteira fortificada luso-castelhana, representada nos fólios do *Livro...*. Na segunda seção, apresentaram-se os conceitos entendidos como fundamentais para a compreensão da forma como se percebe o processo de construção das representações, a partir do códice imagético de Duarte de Armas. Tratando-se do estudo das representações, em *debuxos*, de uma paisagem fronteiriça fortificada, realizou-se a delimitação e esclarecimento dos conceitos que fundamentam a abordagem do objeto. Na terceira seção, foi realizado um estudo da arquitetura militar portuguesa medieval e tardomedieval. Realizou-se uma reflexão sobre as relações entre o simbólico e a materialidade das fortificações. Trabalhou-se a transição no armamento (neurobalística – pirobalística), que se refletiu em uma nova forma de pensar a guerra e na modificação e transição da arquitetura militar. A análise das representações contidas no *Livro das fortalezas*, tendo por base suas relações com a fronteira, representações, paisagem e fortificações foram realizadas ao longo da segunda e da terceira seções.

O Códice B, depositado na Biblioteca Nacional de Espanha (BNE), é considerado a primeira versão, ou mesmo rascunho, do *Livro das fortalezas* (tal como foi comentado na primeira seção – *A Vida Progressiva do Livro...*). Segundo Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (1960) e Manuel Gonzalez Simancas (1910), esse, possivelmente, foi o trabalho produzido por Duarte de Armas enquanto realizava seu périplo ao longo da fronteira

luso-castelhana, registrando suas fortificações. Dessa forma, o Códice A (objeto de estudo desta pesquisa) seria produzido a partir das representações do Códice B.

O exemplar depositado na BNE contém um traço menos apurado, panorâmicas menos detalhadas, muitas anotações e as localizações de vilas, bosques e cultivos estão indicados de forma bem mais “econômica” do que no Códice A. Possivelmente, Duarte de Armas, após a conclusão do périplo, tenha procedido, com mais calma, a passagem das informações contidas no “rascunho”, para a versão definitiva, que deveria ser entregue ao rei D. Manuel. A partir dessas ponderações, considera-se que o *debuxador* necessitou realizar, primeiro um exercício de memória, para constituir as panorâmicas e os alçados “definitivos”. Segundo, um exercício de imaginação, para compor o Códice A, uma vez que muitas das imagens que estão presentes no “códice português” são apenas anotações, ou *debuxos* “apressados” e pouco detalhados no “códice espanhol”.

O *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas, foi abordado como um conjunto de representações imagéticas de uma paisagem fronteiriça fortificada (em transição), um recurso de presentificação das defesas dos extremos do reino para os olhos de D. Manuel. Com as considerações acima, percebe-se que o objeto de estudo é uma representação de uma representação. Ao ponto de vista que esta pesquisa utiliza esse fato não é demérito e, em nada, diminui a validade e importância do Códice A como objeto de estudo e reflexão. Parte-se do princípio de que todas as fontes, sejam elas quais forem, utilizadas pelos historiadores, são (re)construções. A utilidade, a validade e a abrangência dessas fontes dependerão das perguntas que se interpõem a elas e dos recortes e hierarquizações que se propõem realizar, dentre as informações que nelas se pode identificar. Duarte de Armas, ao produzir o Códice B, em seu périplo, construiu uma primeira representação do observado, criando o que se pode definir como um “novo/outro” real; voltou a construir nova representação a partir do Códice B e, neste momento, realizam-se novas construções de representações a partir do Códice A.

A relação entre a materialidade das fortificações e sua dimensão simbólica de poder (trabalhada na terceira seção) pode constituir uma forma de transição, ou seja, uma passagem das representações de poder, controle, autoridade e domínio para a materialidade do tangível. Em um processo de constituição e de manutenção de uma paisagem fronteiriça fortificada, nos princípios do século XVI, entre Portugal e Castela, as estruturas castelares ocupavam funções, não apenas como “armas de guerra”, mas também como forma de presentificar o

poder da Coroa portuguesa na *raya*, ou, em primeiro caso, a autoridade e vigilância de um nobre castelão.

Em uma perspectiva prática, funcional, as fortificações deveriam ser capazes de enfrentar tentativas de invasões e sustentar cercos. Seus muros, efetivamente, deveriam ser altos e resistentes, seus poços e cisternas deveriam estar cheios de água, as barreiras deveriam estar bem conservadas, as cavas liberadas de entulhos e, atrás das troneiras, deveriam existir bocas de fogo; entretanto, acredita-se que não apenas o material, o construtivo, compôs o poder da fortificação. A estrutura também estava imbuída de uma poder simbólico, provindo da autoridade que ela representava, tão eficaz quanto a resistência das pedras que a compunham. Duarte de Armas registrou em seus *debuxos* a linha de fortificações que compunha uma paisagem fortificada, que delimitava os territórios entre Portugal e Castela. O *debuxador*, empenhado em apresentar os componentes arquitetônicos defensivos das fortificações, representou todas com pendões que presentificavam o poder régio nas estruturas (o brasão das Quinas, a Esfera Armilar e a Cruz da Ordem de Cristo, respectivamente – reino, império e mestrado da Ordem Militar Cristo, da qual D. Manuel I era grão mestre). Acredita-se que a escolha de colocar esses pendões (superdimensionados), invariavelmente, sobre a torre de menagem, principal estrutura defensiva, construção símbolo de autoridade e administração de justiça, não foi involuntária. Duarte de Armas teve o cuidado de registrar, sobre as fortificações, quem eram seus alcaides, quais nobres estavam responsáveis por elas (reforma, manutenção, municiação e “alistamento” de homens que pudessem defendê-las).

A fortificação, principal elemento de constituição da fronteira *debuxada* pelo escudeiro, era local privilegiado de vigilância e demarcadora visual (distinção) do extremo entre os reinos. Sua função não era apenas resistir aos ataques de forças externas, mas, antes, por intermédio da representação de poder nela existente, dissuadir tentativas de invasão. As estruturas defensivas, representadas por Duarte de Armas, principalmente as torres de menagem, apresentam uma distorção em sua verticalidade, impondo o domínio da fortificação na vista das panorâmicas. A localização em pontos elevados no terreno e a altura de suas torres, muralhas e menagens, além de cumprirem funções estratégicas e práticas defensivas, faziam o papel de hierarquização do espaço. Ver ao longe era tão importante quanto ser avistado, também desde muito longe; logo, a presentificação de seu poder e autoridade fazia-se sentir enquanto fosse avistada. Em suas panorâmicas, Duarte de Armas registrou outras fortificações ao longe (no fl.64/N, o tracista anotou *monsanto ao longe*), tanto portuguesas

como castelhanas; algumas, como é o caso de Guarda e Vilar Maior (fl. 68/N), com cerca de 30km de distância entre elas.

Acredita-se que, na obra de Duarte de Armas, as panorâmicas correspondem a um contexto, no qual está demonstrado um empenho em produzir uma paisagem detalhada, composta pela topografia, tamanho e localização vilas, povoações intra e/ou extramuros, visualização entre fortificações, o outro lado da fronteira, áreas de cultivo, hidrografia [...]. Um contexto imagético complexo, no qual as fortificações foram inseridas, criando a sensação de verossimilhança para quem o visualizasse. As fortificações não foram compreendidas “soltas” em um espaço vazio, essas estruturas ganharam sentido e puderam ser devidamente entendidas quando percebidas em um contexto geográfico, político e econômico. Entende-se que essa é a função (e pode-se defini-la como intencional) das panorâmicas na obra de Duarte de Armas; contextualizar para compreender. Compreende-se a obra do escudeiro como um código estratégico-militar, no qual as condições do terreno, recursos naturais, barreiras impostas pela natureza (montanhas e rios), áreas de plantio, proximidade entre os povoados e fortalezas, condições das estradas, tornaram-se informações vitais durante a defesa de um território.

Da mesma forma, acredita-se que as plantas baixas correspondem ao recorte, à “precisão”, ao pontual no que se refere às fortificações. Deve-se levar em consideração que, tudo leva a crer, a principal intenção do trabalho do escudeiro era realizar um levantamento das condições de conservação e adaptação das fortificações portuguesas na *raya* luso-castelhana. No momento em que constituiu os planos das estruturas fortificadas, Duarte de Armas produziu um registro com foco específico sobre as fortalezas, momento em que o tracista deixou a paisagem complexa, onde a estrutura castelar era mais um elemento e centrou-se exclusivamente no complexo arquitetônico defensivo. O *debuxador* não reconhecia a noção de escalas e legendas sistematizadas, fazendo as plantas serem produzidas de forma “um tanto quanto livres”; entretanto, percebe-se um registro racionalizado, com anotações e medições das estruturas (alturas e espessuras); denominação dos diferentes componentes (muralhas, barreiras, cercas das vilas, quantidade e localização das troneiras, torres, menagens, cubelos, sobrados, poços...); robustez ou fragilidade das estruturas, se estão prontas ou em construção e por qual motivo faltavam as medições. Ainda que pese a falta de padronização, a variação de termos em relação às estruturas e a fusão de diferentes andares em um único plano, entende-se esse momento como o da “precisão” do *debuxo*, que não é a mesma precisão do desenho. Dessa forma, podem-se perceber elementos que indicam a

conjugação de técnicas distintas, reunindo elementos que denotam a transição na forma da construção imagética.

Na comparação entre alçados e plantas baixas, identificou-se e comentou-se a falta de correspondências entre elas. Com isso, não se pretendeu uma busca de comprovação de qual das representações mais corresponderia ao real. Trata-se apenas da indicação de diferentes representações (alçado e plano), do mesmo objeto observado (fortificação), que cumpriu a função específica de demonstrar de que forma se dava a construção dos registros de Duarte de Armas. Levando-se em consideração a recorrência da falta de correspondência, percebe-se que a conferência entre alçado e planta baixa não constituía uma das principais preocupações do escudeiro. Partindo dessa observação, acredita-se que Duarte de Armas executava dois processos independentes de seleção, hierarquização e compreensão das estruturas representadas, em alçado e planta baixa.

A observação do *Livro das fortalezas* pode suscitar a imagem de belicosidade constante na fronteira luso-castelhana, no tempo de D. Manuel I. Essa representação é facilmente constituída, uma vez que os fólios apresentam cinquenta e sete fortificações, que fazem a guarda dos *termos* do reino, muitas em reformas e adaptadas à pirobalística. Em princípio, entende-se que a necessidade de investimento na (re)construção de uma paisagem fronteira fortificada esteja diretamente relacionada a um período de confrontos, exigindo a atenção do Estado para garantir sua manutenção; entretanto, a *raya* luso-castelhana, do princípio do século XVI, representada nos *debuxos* de Duarte de Armas, estava em *pacífica paz e amizade com Castella* (PINA, R. 1977, p. 945). Mais uma vez, neste ponto, destaca-se a potencialidade de possibilidades de representações que o *Livro das fortalezas*, enquanto principal fonte de pesquisa, apresenta. A paisagem, traçada por Armas, constituiu-se para além de seus elementos explícitos, configurando-se na ambiguidade e complexidade da construção da fronteira.

Conforme desenvolvido na seção três, há uma relação íntima entre a transição na artilharia, caracterizada pela introdução da pirobalística no teatro de guerra, e a transição na arquitetura militar, impulsionada pela adaptação necessária às novas armas de fogo. Essas construções portam a concomitância de tradicionais soluções defensivas e inovações “modernas”. Duarte de Armas registrou em seu códice essas coexistências e contiguidades, representativas da transição. Compreende-se que a arquitetura militar é o elemento mais evidente, explícito, nas representações do *debuxador* para que se possa apreender um

processo de transição. As transformações na artilharia, conforme trabalhado, tiveram grande impacto nesse processo; entretanto, a questão que se deseja enfatizar é que tais representações evidenciam muito mais do que as alterações nas estruturas fortificadas. A visualização, a reflexão e a problematização sobre as transformações ocorridas nessas materialidades são elementos de “gatilho” para a identificação de outras transições e, portanto, de diferentes (re)construções de representações sobre os *debuxos* que ilustram a paisagem fronteiriça fortificada entre Portugal e Castela.

O desenvolvimento da pesquisa permitiu uma aproximação entre os conceitos de *fronteira e transição*, que estão presentes enquanto representações no *Livro das fortalezas*. A fronteira configura-se em um espaço de transição entre dois territórios (separa/une), bem como a transição em uma larga faixa de fronteira, na qual persistem características de diferentes temporalidades. Ambos os casos estão marcados pela complexidade e contradição de sua constituição e funcionamento. Fronteira e transição são compreendidas como “espaços” híbridos, que se constituem, a partir da síntese de elementos contraditórios, “um novo”, que não se configura como homogêneo e sincrônico, mas nem por isso é menos coerente.

A guerra não é registrada nos *debuxos* de Duarte, não é possível visualizar confrontos, nem os meios e técnicas pelos quais eles ocorriam. Essas ausências não impedem possíveis representações sobre suas formas e existências na paisagem fronteiriça fortificada luso-castelhana quinhentista. Compreende-se que os traçados das fortificações, com suas adaptações às diferentes tecnologias da artilharia, configuram-se como despertar de representações sobre a guerra. Nesse caso, a simultaneidade entre estruturas de diferentes temporalidades (menagens, seteiras, ameias / troneiras, cubelos e barreiras artilheiras) são a presentificação de uma nova forma de pensar e fazer a guerra, que conjuga características da tradicional cavalaria medieval com um novo elemento, o espingardeiro. Dessa forma, identifica-se, mais uma vez, a heterogeneidade da transição, na configuração de um novo, sustentado na policrônia.

De acordo com Didi-Huberman (2008), a policrônia apresenta-se como característica de existências sobrepostas, de perspectiva prolongada/duradoura. Propõe-se, aqui, portanto, uma aproximação conceitual, compreendendo a policrônia como elemento essencial da transição. Conforme Martins (2012), a transição está além de um “entre-lugar”, representa um novo, configurado, por excelência, pela pluralidade de temporalidades. Nesse sentido, sua

“existência”, contrariando o senso comum, pode ir muito além da perspectiva efêmera sobre a sazonalidade. Sob esse olhar, a policrônia configura-se como elemento essencial para se pensar a transição, que tem como sua base de formação a conciliação de distinções.

A partir das considerações sobre diferentes transições representadas nesta análise, ratifica-se o *Livro das fortalezas* enquanto fonte de pesquisa e de reflexão conceitual, na potencialidade de estudos dos três conceitos norteadores desta pesquisa, **Representação, Transição e Fronteira**, e suas articulações. O *debuxo*, de Duarte de Armas, é compreendido como a síntese do processo de (re)construção de **representações** que se estabelecem na **transição** da relação entre o observado e observador. O “espaço/lugar” dessa **transição** dá-se na **fronteira** entre o objeto e a sua representação.

De acordo com a Teoria Simbólica de Norbert Elias (1994), a “realidade” é o mundo em transformação já que busca não o ser, mas o sendo das coisas. Essa concepção apresenta-se na perspectiva abordada e desenvolvida ao longo desta pesquisa. Não se compreende a “realidade” sob uma perspectiva hermética, de polarização entre o real e o representado. As representações são processos de (re)construções da “realidade”, que se constituem em relações abertas, nas quais as subjetividades, em torno da cultura e simbolismos, fazem parte desse processo. Dessa forma, as reflexões e análises sobre a paisagem fronteira fortificada luso-castelhada, tal qual registradas no *Livro das fortalezas*, não objetivaram a proposição de uma verdade posta, absoluta. Ao contrário, a tese apresenta-se nas diferentes representações aqui desenvolvidas sobre essa “realidade”, que se configura sobre diferentes transições, em um constante “estar sendo”.

O constante e diversificado processo de seleção, hierarquização e interpretação acerca do mesmo observado possibilita a construção de diferentes representações, complementares e contraditórias. Com esta pesquisa, pretendeu-se dar mais um (pequeno) impulso para manter o movimento em relação às representações sobre o *Livro das fortalezas*, compreendendo a constituição de uma paisagem fortificada fronteira luso-castelhana, em transição, para além da arquitetura militar.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias

ARMAS, Duarte. **Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa de D. Manuel I.** Versão Digital disponibilizada na página do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: <<http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3909707>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CASTRO, Abade. **Noticia de alguns livros illuminados que se guardam no Arquivo Real ou Cartorio de todo o Reino dos illuminadores portuguezes até ao seculo 18 e do estabelecimento em Portugal da Torre do Tombo.** Lisboa: Tipografia G.M. Martins, 1860. Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral de Monografias – Cota B.A.D. 2323 V.

\_\_\_\_\_. **Investigação ao Castello situado na Serra de Cintra.** Lisboa: Tipografia A. J. C. da Cruz, 1843. Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral de Monografias – Cota B.A. 1001//5 P.

CERDA Y RICO, Don Francisco. **Cronica de D. Alfonso El Onceno de Este Nombre, de los Reyes que Reynaron en Castilla y en Leon.** Madrid: En la Inprenta de D. Antonio de Sancha, Parte I, Segunda Edición, 1787.

CÓDICE A. Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa: cota PT/TT/CF/159.

CÓDICE B. Livro das fortalezas [Manuscrito], de Duarte de Armas. Biblioteca Nacional da Espanha. Madrid: cota MSS/9241 Fondo Antiguo Sala Cervantes.

COUTINHO, João Ramos de Azeredo. **Inventário dos documentos da antiga Casa da Coroa.** Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota liv.299-A / Sala dos Índices do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1776.

Das Armas como se ham de filhar. In. **Ordenações Alfonsinas.** Livro I, título XXXI, Artigo 13, p. 15. Ordenações Alfonsinas On-line Fac-Símile, Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra – Portugal, 1446. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/11p205.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

De como os Castelos ham de seer repairados. In. **Ordenações Manuelinas,** Livro II, título XLIV, p. 227 e 228. Ordenações Manuelinas On-line Fac-Símile, Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra – Portugal, 1513. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/12p227.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2014.



Dos que arrancaram marcos sem auctoridade de Justiça, ou consentimento das partes. In. **Ordenações Manuelinas**, Livro IV, Título XCV, p.293-294. Ordenações Manuelinas On-line Fac-Símile, Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra – Portugal,1513. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/l2p227.htm>>. Acesso em: 10 maio 2015.

FARIA, Manuel Severim. **Noticias de Portugal Offerecidas a EIRey N.S. Dom João o IV**. Lisboa: Impressa na Officina Craesbeeckiana, 1655. Biblioteca Nacional de Portugal, Microfilme F.5751 – Sala Geral de Microfilmes.

**GAVETAS [As] da Torre do Tombo**, Vol. III, Gaveta XIV, 03-21, p. 604.

GOES, Damião. **Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel**. Dividida em Quatro Partes. Lisboa: Em Casa de Francisco Correa, Impressor do Serenissimo Cardeal Infante, 1566-1567, Vol. IV, Cap. LXXXV, Fol. 109. Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital. Cota do exemplar digitalizado: RES-22-A. Disponível em: <<http://purl.pt/14704/3/#/10>> Acesso em: 12 Jan 2014

GÓIS, Damião. **Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel**, Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio, 1566, Parte II, Cap. XXVII, p.28. Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital. Cota do exemplar digitalizado: HG-6770-a. Disponível em: <<http://purl.pt/288/1/P229.html>> Acesso em: 22 Abril 2014

**Histórico Custodial e Arquivístico do Corpo Cronológico dos Fundos da Torre do Tombo**.

Disponível em: <<http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=3767258>>. Acesso em: 17 Dez 2013.

LOPES, Fernão. **Crónica de D. Fernando**. Lisboa: Mello D’Azevedo/Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, 1896, em 3 vol., vol. III. Cap. CXXVII; CXXXIII; CXXXIV. Biblioteca Nacional de Portugal Digital. Cota do exemplar digitalizado: HG-21063-p\_3 Disponível em: <http://purl.pt/419/4/> Acesso em: 09 Mar 2013

\_\_\_\_\_. **Crónica de D. João I**, Lisboa: Mello D’Azevedo/Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, 1897, em 7 vol., Vol. V. Cap. CXIV; CXVI; Biblioteca Nacional de Portugal Digital. Cota do exemplar digitalizado: HG-17355-p\_2 Disponível em: <http://purl.pt/416> Acesso em: 10 Abril 2013

PEREIRA, Brás. **Fronteira de Portugal fortificada pellos reys deste Reyno**. Tiradas estas fortalezas no tempo del Rey Dom Manoel [ Manuscrito] / copiadas por Brás Pereira. Inventário da colecção dos manuscritos iluminados da Biblioteca Nacional. 1642. Seção de Manuscritos Reservados Microfilme cota IL. 192

PINA, Fernão. **Livro de demarcações dentre estes Regnos e os de Castela e de contractos de pazos** - coligido por Fernão de Pina, Liv. 61 da Leitura Nova, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4223253>>.

[Acesso em: 18 mar. 2015.](#)

RESENDE, Garcia de. **Vida e Feytos D'el-Rey D. João Segundo**. Lisboa, 1545. Cap. LXII, p. 95-96; Cap. LXX, p. 102-103. Corpus Eletrônico do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA), Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, 2007.

Disponível em: <http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecpc/textosempdf/01vidafeitos>

SANTILLANA, Marqués de. **Comedieta de Ponza**, LXVII, 1436, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.

Disponível em:

<http://www.lluisvives.com/servlet/SirveObras/01371185099032669650035/p0000001.htm>

Acesso em: 12 Jul 2015

### Fontes Impressas

AGÜI, Enrique Varela. La dimensión simbólica del castillo plenomedieval. In: **Actas de la XV Asamblea General de la Sociedad Española de Estudios Medievales. La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo**. Alicante: Ed. Universidad de Murcia, 1998.

ALMEIDA, João de. **Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas**. Lisboa: Império, 1943.

ALPERS, Svetlana. **A Arte de Descrever**. São Paulo, EDUSP, 1999.

AMALVI, Christian. Idade Média. In. LE GOFF, J.; SCHMITT, J. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval** – vol. II, Bauru: EDUSC, 2006, p. 537-551

AMATO, Alessia. Desenvolvimento da Construção Naval no Garb Al-Andaluz entre os séculos VIII e XIII. Estaleiros e Arsenais. In. **Jornadas do Mar 2006** – Os Oceanos: Uma Plataforma para o Desenvolvimento. Lisboa: Publicação da Escola Naval de Portugal. p.09 – 14.

AMORETTI, Guido. Los orígenes de la fortificación abaluartada italiana. In. **Vauban y sus sucesores en el Briançonnais**. París: Association Vauban, 1995, p. 49-74.

ANDRADE, Amélia Aguiar. **A Construção Medieval do Território**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

\_\_\_\_\_. **Horizontes Urbanos Medievais**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ARMAS, Duarte. **Livro das fortalezas**. Lisboa, Fac-Símile do MS 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2. ed., INAPA, 1997.

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. Campinas: Papirus, 2011.

BAËNA, M. Armamento Medieval. In: **Torre de Menagem do Castelo de Leiria**. Núcleo Museológico da Torre de Menagem. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2001.

BALLANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora UnB, 1982.

BARROCA, Mário Jorge. De Miranda do Douro ao Sabugal: Arquitectura Militar e Testemunhos Arqueológicos Medievais num Espaço de Fronteira. In: **Portugalia**, Nova Série, Vol. XXIX - XXX, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2008/2009, pp. 193-252.

\_\_\_\_\_. Tempos de Resistência e de Inovação: a arquitetura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). In: **Portugalia**, Nova Série, vol. XXIV, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2003, pp. 95-112.

\_\_\_\_\_. Arquitectura Gótica Civil. In: **História da Arte em Portugal: O Gótico**. ALMEIDA, C.F.A.; BARROCA, J. Lisboa: Editorial Presença, 2002. pp.83-133.

\_\_\_\_\_. Armamento Medieval Português: Notas Sobre a Evolução do Equipamento Militar das Forças Cristãs. In: **Pera Guerreiar: Armamento Medieval no Espaço Português**. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000. pp.37-110

\_\_\_\_\_. Castelos Medievais Portugueses Origens e Evolução (Séc. IX-XIV). In: **La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo**. Actas de la XV Asamblea General de la Sociedad Española de Estudios Medievales. Alicante: 1998a, pp.13-30.

\_\_\_\_\_. D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa. In: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/História**, nº15, v. 1, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998b. pp. 801-822.

\_\_\_\_\_. Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc.IX–XIII). In: **Portugalia**, Nova Série, XI-XII, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990/91, p.89-134.

BARROS, José D'Assunção. Passagens da Antiguidade Romana ao Ocidente Medieval: leituras historiográficas de um período limítrofe. In: **História**, 28 (1), São Paulo: 2009, pp. 547-573.

\_\_\_\_\_. História, Espaço e Tempo: Interações Necessárias. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, p. 460-476, Jul/Dez 2006.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752006000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)

Acesso em: 12/07/2012

BELLINI, Lúcia. Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI. In: **Revista Tempo**, nº7, 1997, p. 01-18.

Disponível em: <<[www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg7-7.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg7-7.pdf)>> Acesso em: 21/02/2015

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Cadernos de Ciências da Terra**, São Paulo: Instituto de Geografia da USP, n. 13, 1972.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)**. Trabalho apresentado como Tese de Doutorado a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em 2001 Sob orientação do Prof. Dr. Nestor Goulart Rens Filho. Versão Revisada, São Paulo: USP, 2003.

BURKE, Peter. **Testemunho Ocular** – História e Imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

BURUCÚA, J. E. **História, Arte, Cultura: De Aby Warburg a Carlo Ginzburg**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2002.

CALADO, Hugo Miguel Pinto. **A Raia Alentejana Medieval e os Pólos de Defesa Militar: O Castelo de Noudar e a Defesa do Património Nacional**. Mestrado em História Regional e Local. Sob orientação do Prof. Dr. Pedro Gomes Barbosa e Prof. Dr. José Varandas. Lisboa: Faculdade de Letras, Departamento de História, Universidade de Lisboa, 2007.

CALVINO, Italo. **Coleção de Areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CAPMANY, C. **La Fortificación abaluartada: Una Arquitectura Militar y Política**. Madrid: Ed. Ministerio de Defensa, 2004.

CARVALHO, Teixeira. **Collecção de memórias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

CARRERAS, Früntela Guillermo. Estudio etimológico de la palabra Artillería. In. **Memorial de Artillería**. Madrid, Ministerio de la Defensa – Centro de Publicaciones. Año 161, nº 1, Julho de 2005, p. 05-17.

CASTELO-BRANCO, Manuel da Silva. Introdução. In. **O Livro das Fortalezas**. Fac-Símile do MS 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2º Edição, Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 1997, pp. 01-20.

\_\_\_\_\_. O Livro de Duarte de Armas. In. **A Arquitetura Militar na Expansão Portuguesa**. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994, pp. 101-108.

CASTELO DE ALFAIATES. In. **Direção Geral do Patrimônio Cultural de Portugal (DGPC)**. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71168/>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

CASTELO DE GUIMARÃES. In. **Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico de Portugal (SIPA)**.

Disponível em: <[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1060](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1060)>.  
Acesso em: 12 out. 2014.

CASTELO DE MOGADOURO. In. **Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico de Portugal** (SIPA). Disponível em: <[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1075](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1075)>.  
Acesso em: 05 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. In. **Direção Geral do Patrimônio Cultural de Portugal** (DGPC). Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70650/>>.  
Acesso em: 05 fev. 2015.

CATARINO, Helena Gomes. Arqueologia Medieval: O Estado da Arte e Novas Perspectivas. In: **As Oficinas das História**. Coimbra: Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, pp. 12-36.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **O Renascimento em Portugal**. vol.1. Coimbra: Coimbra Editora, 1975.

CERVANTES, Miguel de. **El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha**. Project Gutenberg EBook, 2010.  
Disponível em: [www3.universia.com.br/conteudo/literatura/Don\\_quijote.pdf](http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/Don_quijote.pdf)  
Acesso em: 24/07/2013

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. In. **Fronteiras Revista de História**. Vol. 13, nº 24, jul./dez. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados. 2011, pp. 15-29.  
Disponível em: [www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf](http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf)  
Acesso em: 02/04/2012

\_\_\_\_\_. **A Beira da Falésia: A História entre Certezas e Inquietudes**, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CID, Pedro. Castelo de Vide e o Álbum de Duarte de Armas: Algumas Notas. In: **Caderno de Intervenções em Patrimônio**. Lisboa: IPPAR, 2001, pp. 108-119.

CONCHIÑA, Juan Luis de la Montaña. El comercio en la frontera castellano-portuguesa: el ámbito extremeño (siglos XIII-XV), In. **En La España Medieval**, nº 28, 2005, pp.81-96.

CONDE, Manuel Silvio Alves. Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média. In. **Media Aetas**, n 3/4. Morar, Topologias, Funções e Quotidianos da habitação medieval. Ponta Delgada: Direção Regional da Ciência e Tecnologia dos Açores, 2000/2001, pp. 49-86.

\_\_\_\_\_. Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos fins da Idade Média. In. **Horizontes do Portugal Medieval**. Estudos Históricos, Cascais, 1999, pp. 243-266.

CONDE, Manuel Silvio; VIEIRA, Marina Afonso. A habitação e a arquitectura corrente do Norte Transmontano em finais da Idade Média. In. **Paisagens Rurais e Urbanas Fontes**,

**Metodologias, Problemáticas.** nº 1, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 65-122.

COOPER, Edgar. Desarrollo de la Fortificación Tardomedieval Española. In: **Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500):** Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2001, pp. 667-675.

COSTA, João Paulo Oliveira e. **D. Manuel I,** Lisboa: Temas e Debates, 2011.

COSTA, Adelaide Pereira Millán. O Espaço Urbano. In. MATTOSO, José (Diretor); SOUSA, Bernardo Vasconcelos (Coordenador “A Idade Média”), **História da Vida Privada em Portugal.** Lisboa: Círculo de Editores, 2011, p. 24-39.

CORDERO TORRES, Jose Maria. **Fronteras hispánicas: geografía e historia, diplomacia y administración.** Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1960.

CORREIA, Luís Miguel Vasconcelos, **Castelos em Portugal:** Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

CORTÁZAR, José Anjel Garcia. Viajeros, peregrinos, mercaderes en la Europa Medieval. In. **XVIII Semana de Estudios Medievales.** Estrella, 22-26 de Julio de 1991. Pamplona: Departamento de Educación y Cultura, 1992, pp. 15-52.

\_\_\_\_\_. El Hombre Medieval como Homo Viator: Peregrinos y Viajeros. In. **IV Semana de Estudios Medievales,** Nájera, 2-6 de Agosto de 1993. Logronho: 1993, pp. 11-30. Disponível em: <http://www.vallenajerilla.com/berceo/santiago/homoviator.htm>  
Acesso em: 12/04/2012

CORTESÃO, Armando. **Cartografia e Cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI.** Vol. II. Lisboa: Seara Nova, 1935.

CORTESÃO, Armando.; MOTA, Avelino. Duarte de Armas – Livro das Fortalezas, c. 1509 – c. 1516. In. **Portugaliae Monumenta Cartographica.** Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda – Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. pp. 71-75.

CRIADO BOADO, Felipe. Del terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje. In. **CAPA 06 – Critérios y Convenciones en Arqueología del Paisaje.** Madrid: Universidade de Santiago de Compostela, 1999, pp.

CRUXEN, Edison. Castelo medieval: elementos simbólicos e representações. In. MATTOS, Carlinda; CRUXEN, Edison; TEIXEIRA, Igor (Orgs.). **Reflexões sobre o medievo II: Práticas e saberes no Ocidente Medieval.** São Leopoldo: Oikos Editora/ANPUHRS, 2012, pp. 155-176.

\_\_\_\_\_. História militar de Portugal no período medieval e de “transição” – Fortificações e Armamentos. In. PEREIRA, Nilton, ALMEIDA, Cybele; TEIXEIRA, Igor. **Reflexões sobre o medievo.** São Leopoldo: Oikos Editora/ANPUHRS, 2009, pp. 270-289.

DAVEAU, Suzanne. Caminhos e fronteiras na Serra da Peneda: Alguns exemplos nos Séculos XV e XVI e na actualidade. In. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. Série I, Vol. XIX. Porto: Universidade do Porto, 2003, pp. 81-96.

DIAS, Pedro. **A Arquitectura Manuelina**. Porto: Civilização, 1988.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Ante el tiempo**. Historia del arte y anacronismo de las imágenes. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2008.

DOMINGUES, Miguel Onofre.; PINA, Madalena Esperança. As Primeiras Lesões por Armas de Fogo: novo paradigma para o cirurgião militar – Ambroise Paré. In. **Revista Portuguesa de Cirurgia**, nº 23, Dezembro, Lisboa: 2012.

Disponível em: [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1646-69182012000400013&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1646-69182012000400013&script=sci_arttext&tlng=pt)

Acesso em: 03 maio 2015.

DORÉ, Andréa. **Sitiados**: Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622). São Paulo: Alameda, 2010.

\_\_\_\_\_. A fortaleza e o navio: espaços de reclusão na Carreira da Índia. In. **Topoi**, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, pp. 91-116.

Disponível em:

[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi16/topoi16a4.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16/topoi16a4.pdf)

Acesso em: 09 jun 2015

DUARTE, Luís Miguel. 1449-1495: O Triunfo da Pólvora, In. MATTOSO, José (Coord.). **Nova História Militar de Portugal**. Vol. I – Da Reconquista a D. Dinis. Lisboa: Circulo de Leitores, 2003, p. 347-391.

DURAND, Gilbert. **A Imaginação Simbólica**. São Paulo: Cultrix/EDUPS, 1988.

ECO, Umberto. **Arte e Beleza na Estética Medieval**. Editora Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 2010.

ELIAD, Mircea. **Imágenes y Símbolos**. Madrid: Taurus Ediciones, 1999.

ELIAS, Norbert. **Teoría do Símbolo**. Lousã: Celta Editora, 1994.

FERNÁNDEZ, José Javier de Castro. Reformas y adaptaciones de las fortificaciones medievales de Ciudad Rodrigo al uso de la artillería. In. **Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)**. Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2001, pp.9276-933.

FERNÁNDEZ, Mitre. La Cristiandad Medieval y las Formulaciones Fronterizas. In. FERNÁNDEZ, Mitre et al. (Coords.) **Fronteras y Fronterizos en la Historia**. Valladolid: Instituto Universitario de Simancas/Universidad de Valladolid. 1997, pp.7-62.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão. Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo. In. **Media Aetas**, n 3/4 - Morar, Tipologia, funções e quotidianos da habitação

medieval. Ponta Delgada: Direção Regional da Ciência e Tecnologia dos Açores, 2000/2001, pp. 25-57.

FERREIRA, Susannah Humble. Os castelos e o conselho real: Patrocínio Político em Portugal (1495-1521). In. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, n 10, Tomo I, 2010, pp. 121-139.

Disponível em: [http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc\\_10/rhsc101\\_121-139\\_shf.pdf](http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_10/rhsc101_121-139_shf.pdf)

Acesso em: 10 abril 2012.

FRANCISCO, Cel. Antonio de Sousa y. 700 Años de Artillería: Evolución histórica de los materiales de artillería y sus municiones. In. **De Re Militari**, 2006.

Disponível em: <http://www.remilitari.com/guias/artilleriaint.htm>

Acesso em: 20 out 2012

FONTES, Luís Fernando de Oliveira. Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal. In **Arqueologia & História**, n 54, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2002, pp.221-238.

FRANCO JR, Hilário. **A idade média: nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FRUGONI, Chiara. **Invenções da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

FUSCO, Renato. **Arquitectura como “mass médium”**: Notas para una semiología arquitectónica, Barcelona: Anagrama, 1970.

GARCÍA, Eusebio Medina. Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa (La Raya). In. **Revista de Estudios Extremeños**. Vol. 62, n 2, Badajoz: Departamento Publicaciones Diputación de Badajoz, 2006, pp. 713-723.

GIL, Fernando. **Modos da evidência**. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1998.

GIL, Júlio. **Os Mais Belos Castelos e Fortalezas de Portugal**. Lisboa: Editora Verbo, 1996.

GOMBRICH, Ernest. **Arte e Ilusão: Um estudo da psicologia da representação pictórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GOMES, Paulo Dordio. **Arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro**. A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Sob orientação do Prof. Dr. Walter Rossa. Porto: 1993.

GOMES, Rita Costa. **Castelos da Raia**. Vol. I: Beira, Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico (IPPAR), 1996.

\_\_\_\_\_. **A Corte dos Reis de Portugal**. Lisboa: Difel, 1995.

\_\_\_\_\_. A construção das Fronteiras. In. CURTO, Diogo; BETHENCOURT, Francisco. (Org.) **A Memória da Nação**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 357-382.



GONÇALVES, Iria. Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas. In: **Media Aetas**, II Série, vol. 2 – Paisagens Medievais II. Ponta Delgada: Direção Regional da Ciência e Tecnologia dos Açores, 2005/2006, pp. 67-100.

GUERRA, Fernando Cobos. Artillería y fortificación ibérica de transición en torno a 1500. In: **Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)**: Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2001, pp. 676-696.

GUERRA, Fernando Cobos; FERNÁNDEZ, José Javier de Castro. El Poder de la Artillería: Fortalezas Artilleras de Transición (1474-1516). In: **Castilla y León – Castillos y Fortalezas**. León: Edilesa, 1998, pp. 211-216.

GUZMÁN, Arranz. Los Peligros del Caminho de Santiago. In: **I Congresso Internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela**. Porto, de 10 a 12 de Novembro de 1989, Lisboa: Círculo Almeida Garrett, 1992, p. 138-145.

HOLANDA, Francisco. **Da ciência do desenho**. In: ALVES, José da Felicidade. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

HAUSER, Arnold. **História Social da Arte e da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOMEM, Armando Luis de Carvalho. **Portugal nos finais da Idade Média**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

HORTA, Maria de Lurdes Pereira. Semiótica e Museus. In: **Estudos de Museologia**. Rio de Janeiro: Uni-Rio, 1992.

KAGAN, Richard L. Philip II and the Art of Cityscape, In: ROBERT I. Rotberg; THEODORE K. Raab (eds.), **Art and History: Images and their Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, pp. 115-136.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Imagem, historiografia, memória e tempo. In: **ArtCultura**, Uberlândia: vol.12, n. 21, jul-dez. 2010, pp. 09-21.

Disponível em: < <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/anterior21.php>>.

Acesso em: 12 Out 2012.

\_\_\_\_\_. Imagem Manual: Pintura e Conhecimento. In: FABRIS, Annateresa; KERN, Maria Lúcia Bastos. **Imagem e Conhecimento**. São Paulo: EDUSP, 2006, pp. 15-29.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. Construcción y Destrucción de la Ciudad Amurallada: Una Aproximación a la Reflexión y a la Investigación. In: LE GOFF, Jacques.; DE SETA, Cesare. **La Ciudad y las Murallas**. Madrid: Catedra, 1991, pp.11-66.

MADERUELO, Javier. Paisaje: un término artístico. In: BULHÕES, Maria Amélia.; KERN, Maria Lúcia.(Org.) **Paisagem: Desdobramentos e Perspectivas Contemporâneas**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2010, pp. 13-36.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. **História de Portugal**. Vol. 3 – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Estampa, 1998.

MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. Pesos e Medidas. In. SERRÃO, Joel (Dir.) **Dicionário de História de Portugal**, vol. III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968, pp. 369-374.

\_\_\_\_\_. Condicionamentos Técnicos. In. SERRÃO, Joel (Dir.), **Nova História de Portugal**, vol. V - Portugal do Renascimento a Guerra Dinástica. Lisboa: Presença, 1998.

MARQUES, José. Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI. In. **Revista da Faculdade de Letras do Porto/História**, Porto: Universidade do Porto. série II, vol. XIV, 1997, pp. 91-121.

MARQUES, Luiz. Alberti e o nascimento da perspectiva. In. **História Viva**. Ano IV, n 46. Duetto: São Paulo, Junho, 2007, pp. 76-81.

MARTINS, Rui. Simultaneidade e Historicidade Sobre os Processamentos Contemporâneos da Mudança. In. PAREDES, Marçal; ARMANI, Carlos; AREND, Hugo. **História das Ideais: Proposições, Debates e Perspectivas**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2012, pp. 42-58

\_\_\_\_\_. **O método da fronteira**: Radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas). Coimbra: Almedina, 2008.

\_\_\_\_\_. Fronteira, Referencialidade e Visibilidade. In. **Estudos Ibero-Americanos**, Edição Especial, n 1, Porto Alegre: PUCRS, 2000a, pp. 7-19.

\_\_\_\_\_. **A Fronteira antes da sua metáfora**: Cinco teses sobre a fronteira hispano-portuguesa no século XV. Tese de Doutoramento em História apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Sob orientação da Dra. Maria Helena da Cruz Coelho. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000b.

MENESES, Ulpiano Bezerra. História e Imagem: iconografia/iconologia e além. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História**. São Paulo: Elsevier; Campus, 2012 p. 243-262.

\_\_\_\_\_. Morfologias das Cidades Brasileiras: Introdução ao Estudo Histórico da Iconografia Brasileira. In. **Revista USP**, n 30, Junho/Agosto. São Paulo: USP, 1996, p. 144-155.

MIKHAILOV, Alexander Ivanovich. Estrutura e Principais Propriedades da Informação Científica. In. **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

MONTALVO, José Hinojosa. El comercio y la frontera en la Península Ibérica en los siglos medievales. In. **II Estudios de frontera. Actividad y vida en la frontera**, Jaén: Diputación Provincial de Jaén, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia. **Armeiros e Armazéns nos Finais da Idade Media**. Viseu: Palimage Editores, 2001a.

\_\_\_\_\_. Reformas Góticas nos Castelos Portugueses ao Longo do Século XIV e na Primeira Metade do Século XV. In: **Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)**: Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2001b, pp. 659-666.

\_\_\_\_\_. **Castelos Portugueses**. Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico Lisboa: IPPAR, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média**: Presença Perfil, Conservação, Vigilância e Comando. Coimbra: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.

MONTEIRO, Marcos Rafael. **Notas para Construção de um Diálogo entre Arquitetura e Semiótica**. Dissertação de Mestrado Defendida no Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (DF), sob a Orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Cabral Carpinteiro. Brasília: UNB, 2006.

MORA-FIGUEROA, Luis de. **Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval**. Cádiz: Universidad de Cádiz, Cátedra General Castaños, Ministério de Defensa. Segunda Edição, 1996.

\_\_\_\_\_. Transformaciones Artilleras en la Fortificacion Tardomedieval Española. In: **Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)**: Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2001, pp. 649-659.

MOREIRA, Rafael. Caravelas e Baluartes. In. **Arquitetura Militar na Expansão Portuguesa**. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p.85-95.

\_\_\_\_\_. A época manuelina. In. MOREIRA, Rafael (Org.). **História das Fortificações Portuguesas no Mundo**. Lisboa: Alfa, 1989, p. 91-142.

\_\_\_\_\_. Arquitetura militar do Renascimento e a arte da guerra no Renascimento. In. MOREIRA, Rafael. (Org.). **História das Fortificações Portuguesas no Mundo**. Lisboa: Alfa, 1981, p. 143-247.

MORENO, Baquero. Os Castelos Portugueses (1350-1450). In. **Livro do Congresso – Segundo Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses**, Lisboa: 1984, p. 113-117.

MORIN, Edgard. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

NIETO SORIA, Juan Manuel. **Ceremonias de la realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara**. Madrid: Ed. Nerea, 1992.

NOVA, Vera Casa.; PINTO, Julio. **Algumas semióticas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

NORBERT, Elias. **Teoria do símbolo**, Lousã: Celta Editora, 1994.

NUNES, Antônio Lopes Pires. **Dicionário de Arquitectura Militar**. Lisboa: Coleidoscópio/Comissão Portuguesa de História Militar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar**. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar/Estado Maior do Exército, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Castelo Estratégico português e a Estratégia do Castelo em Portugal**. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar/Estado Maior do Exército, 1988.

OLIVEIRA, Fernando. **A Arte da Guerra no Mar**. Lisboa: Edições 70, 2008.

OLIVEIRA, Fernando. **O Vestuário Português ao Tempo da Expansão**. Séculos XV e XVI. Lisboa: **Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos descobrimentos portugueses**, 1991.

OLIVEIRA, Ernesto de.; GALHANO, Fernando.; PEREIRA, Benjamin. **Construções Primitivas em Portugal**. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

PELARDA, Cristina. La Vida Cotidiana en la Edad Media: La Moda en el vestir en la pintura gótica. In. **La Vida Cotidiana en la Edad Media**. VIII Semana de Estudios Medievales, Najéra de 04 a 08 de Agosto de 1997. Longronho: Instituto de Estudios Riojanos, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural**. São Paulo: Autêntica, 2003.

PESEZ, Jean-Marie. Castelo. In. LE GOFF, J.; SCHMITT, J. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval** – vol. I, Bauru: EDUSC, 2006, p. 153-171.

PEREIRA, Paulo. Ensaio de mudança: O confronto de linguagens. In MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal**, vol.3, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.426-431.

PEREIRA, Mário. Da Torre ao Baluarte. In. **A arquitectura militar na expansão portuguesa**. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994, pp. 35-42.

PIGNATARI, Décio, **Semiótica del arte y la arquitectura**, Barcelona: Editora Barcelona, 1983.

PIMENTA, Alfredo. **Duarte Darmas e seu Livro das Fortalezas**. Lisboa: Livraria Portugália – Estudos Históricos XXII, 1944.

PINA, Rui de. Crónica de D. João II. In. ALMEIDA, M. Lopes (Ed.). **Crónicas**. Porto: Lello e Irmão, 1977.

PRIEGUE, Elisa Ferreira. Saber Viajar: arte e técnica del viaje en la Edad Media. In. **IV Semana de Estudios Medievales**, Najéra de 2 a 6 de Agosto de 1993. Logronho: 1993. Disponível em:

<http://www.vallenajerilla.com/berceo/ferreirapriegue/saberviajaredadmedia.htm>

Acesso em: 12 Set 2012

QUESADA, Miguel Angel Ladero. El tiempo de la guerra en la España de los Reyes Católicos. In **La paz y la guerra en la época del Tratado de Tordesillas**: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas/Portugal Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Valladolid: Electa, 1994, pp. 263-276.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Garcia de. Crónica de D. João II e Miscelânea. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

REY, Sandra. DesDOBRamentos da Paisagem. In. BULHÕES, Maria Amélia; KERN, Maria Lúcia. (Org.). **Paisagem**: Desdobramentos e Perspectivas Contemporâneas. Porto Alegre: UFRGS Editorial, 2010, p.267-280.

RICOEUR, Paul. **Architecture et narrativité**. In. **Urbanisme**, n. 303, nov./dec. 1998, p. 44-51.

ROQUE, Georges. La Pragmática de las obras: Hacia una antropología política del espacio. In. **Arte y Espacio – XIX Coloquio Internacional de Historiadel Arte**. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México, 1997, p. 27-52.

ROGER, Alain. **Breve Tratado del Paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.

ROSSA, Walter; CONCEIÇÃO, Margarida; TRINDADE, Luísa. Raia e Cidade. In. **Monumentos**, nº 28, Dossiê: Elvas, Cidade e Envolvente. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Dezembro, 2008, pp. 06-21.

RUBIM, Nuno Varela. Bocas de Fogo/Catálogo. In: **Pera Guerreiar – Armamento Medieval no Espaço Português**. Palmela: Editado por Câmara Municipal de Palmela., 2000, p. 407-428.

\_\_\_\_\_. Artilharia em Portugal na Segunda Metade do Século XV. In. **Arquitetura Militar na Expansão Portuguesa**. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p.17-26

SANTAELLA, Lucia. **O que é Semiótica?** São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **Teoria Geral dos Signos**: Como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.

SANTOS, João. M. dos. **Estudos Sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa**. Coimbra: Editora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

SANTOS, Joaquim M. Rodrigues dos. A Castelologia Portuguesa e a evolução dos estudos sobre fortificações medievais em Portugal. In. **Portugalia, Nova Série**, vol. 33, Porto: DCTP-FLUP, 2012, pp. 107-143.

\_\_\_\_\_. Este antigo castelo tinha recordações de glória. In. **Revista do Centro de Estudos de Arquitetura Militar de Almeida (CEAMA)**, n 7. Almeida: 2011, pp. 173-189. Disponível em: [http://www.academia.edu/1129069/Este\\_Antigo\\_Castelo\\_Tinha\\_Recordacoes\\_de\\_Gloria...Topicos\\_Sobre\\_Fortificoes\\_Medievais\\_Enquanto\\_Patrimonio\\_Cultural](http://www.academia.edu/1129069/Este_Antigo_Castelo_Tinha_Recordacoes_de_Gloria...Topicos_Sobre_Fortificoes_Medievais_Enquanto_Patrimonio_Cultural)

SANTOS, Vito M. Pavão dos. **A casa no sul de Portugal na transição do século XV para o XVI**. Lisboa. Dissertação de Licenciatura. Universidade de Lisboa, 1964.

SCHMITT, Jean-Claude. **O Corpo das Imagens**: Ensaio sobre a cultura visual na idade média. Bauru: EDUSC, 2007.

SEPULVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães. **História Orgânica e Política do Exército português**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

SIMANCAS, Manuel González. Plazas de guerra y castillos medioevales de La frontera de Portugal – Estudios de Arquitectura Militar. In. **Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos**, Colectania de los tomos XXII - XXV. Madrid: 1910/11.

SOUSA, Armindo. **As Cortes Medievais Portuguesas: 1385-1490**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1990.

TEIXEIRA, André. Fortalezas Estado Português da Índia: Arquitetura Militar na Construção do Império de D. Manuel I. Lisboa: Tribuna, 2008.

THIESEN, Beatriz. **As Paisagens da Cidade**- Arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPG História-Arqueologia, PUCRS. Sob orientação do Prof. Dr. Arno Alvarez Kern. Porto Alegre: 1999.

TOUBERT, Pierre. **Castillos, señores y campesinos en la Italia medieval**. Barcelona: Crítica Editorial, 1990.

TRAVECEDO, Santiago; LOPEZ-CUERVO, Iñigo. **Tratado de Castelologia**. Soria: Ediciones Trigo, 1996.

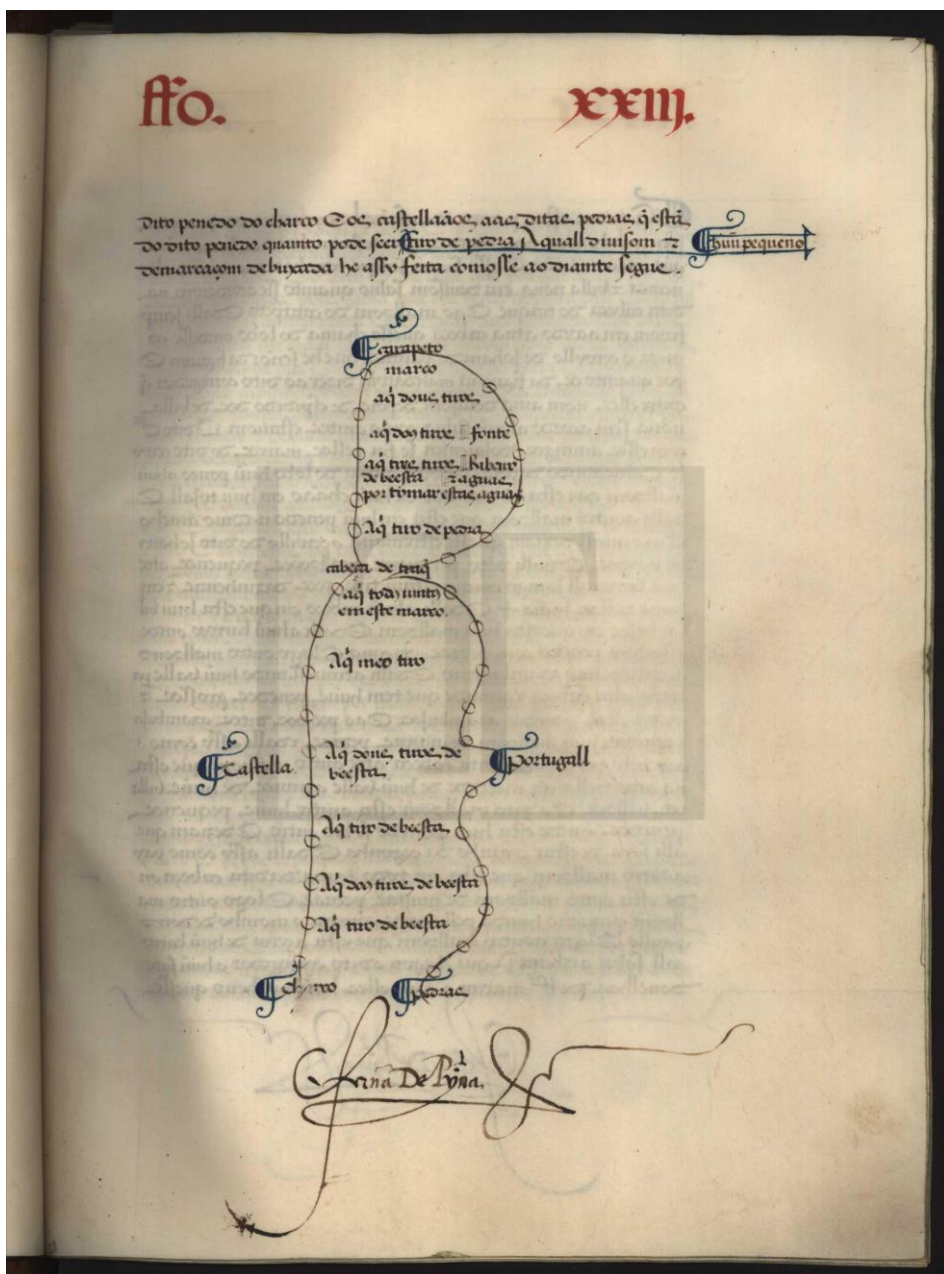
VICENTE, Alexandre Carlos Guerreiro. **Museu na Segunda Linha de Defesa da Juromenha**: Vigilância e Fronteira. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Sob orientação do Prof. Dr. Francisco Aires Mateus. Lisboa: Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa, 2012.

VILLENA, Leonardo. Arquitectura Militar en la Península Ibérica. In. **Actas del IV Curso de Cultura Medieval**: Seminario – La Fortificación Medieval en la Peninsula Ibérica, Aguilar del Campo: Fundación Santa Maria la Real, Septiembre de 1992, p.17-32.

VITÉRBO, S. **Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal** (1899). vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

# ANEXOS

Anexo 01



Delimitação do território entre os concelhos de Olivença/Portugal e Alconchel/Castela.

Fonte: Livro das Pazes – Arquivo Nacional da Torre do Tombo-DigArq

Liuro de Demarquações Dentre Estes Regnos e os de Castella

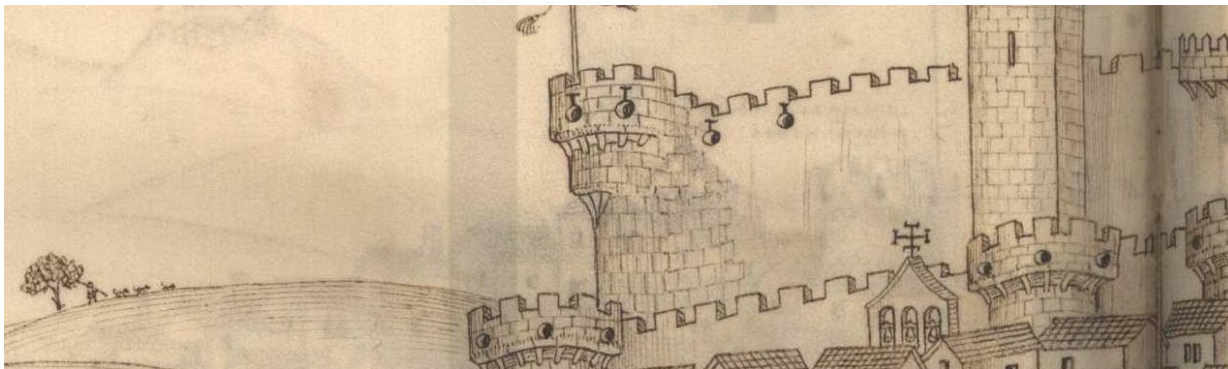
Armario 15 da Caza da Coroa

PT-TT-LN-0061

<http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4223253>

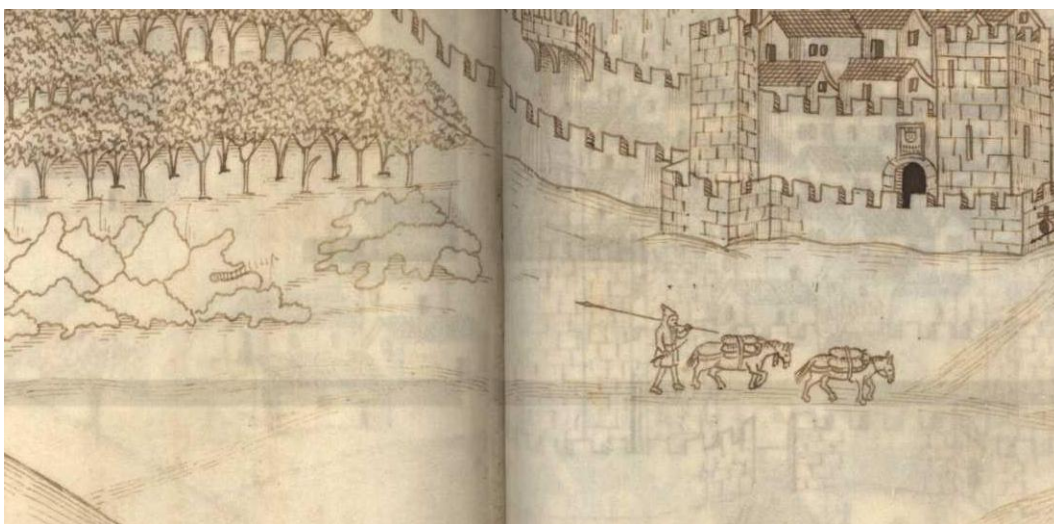
Fernão de Pina [15--]

## Anexo 02



Almeida (fl.74/NE): Detalhe da paisagem de Almeida. Ao fundo, no canto inferior esquerdo, sobre o monte, uma pessoa caminha tendo três cães(?) a sua frente. Fonte: *Livro das fortalezas*

## Anexo 03



Castelo Branco (fl.52/SE): Detalhe da paisagem de Castelo Branco. Almocreves conduzindo duas mulas carregadas, passa à frente da fortificação, seguindo por uma serventia. Fonte: *Livro das fortalezas*.



## Anexo 04



Montalvão (fl.50/S): Detalhe da paisagem de Montalvão. Mulheres buscando água em um poço. Ainda compõe a paisagem uma área de plantio e casas da vila. Fonte: *Livro das fortalezas*.

## Anexo 05



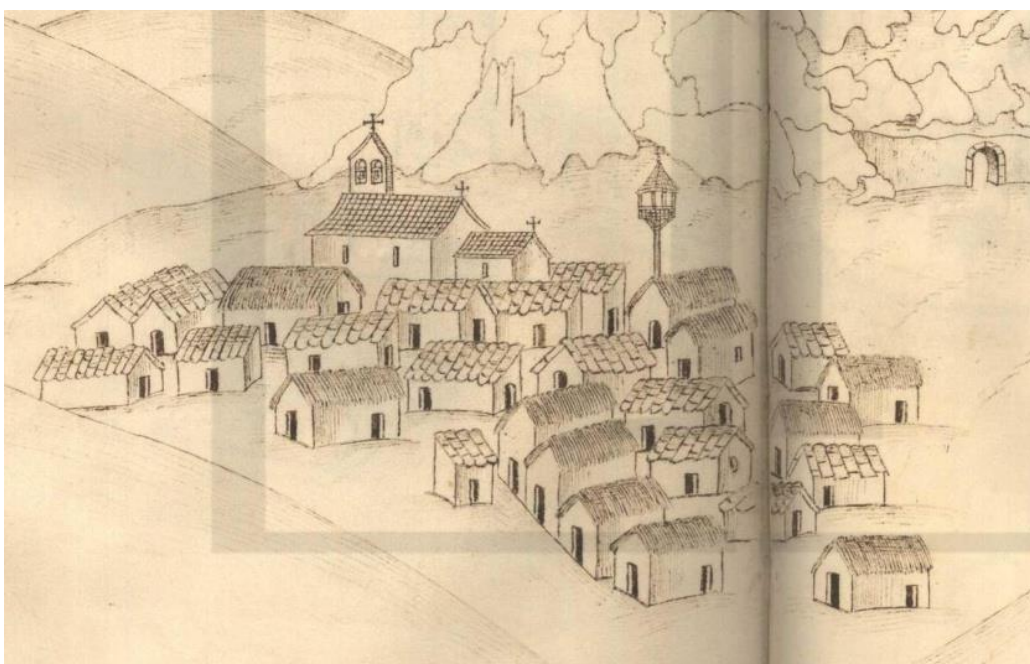
Monsanto (fl.61/E): Detalhe da paisagem de Monsanto. Ao fundo, um pastor (?), com seu rebanho. Fonte: *Livro das fortalezas*.

## Anexo 06



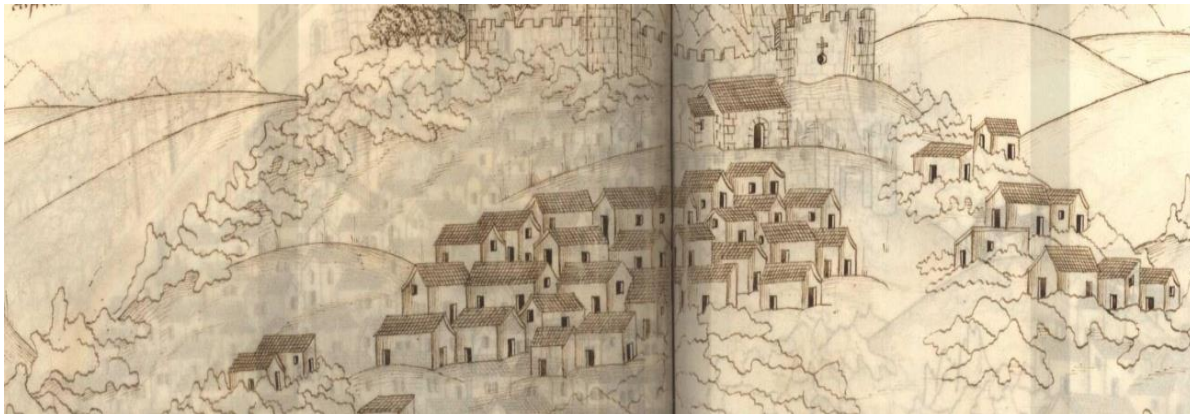
Bragança (fl.90/E): Detalhe da paisagem de Braga. Patíbulo amuralhado com pessoa enforcada. Fonte: *Livro das fortalezas*.

## Anexo 07



Penas Róias (fl.81/S): Detalhe da paisagem a de Penas Róias. Casario extramuros de tipologia elementar (paralelepípedo) unicelular. Casas telhadas, colmadas e palhaças, com uma e duas águas. Fonte: *Livro das fortalezas*.

## Anexo 08



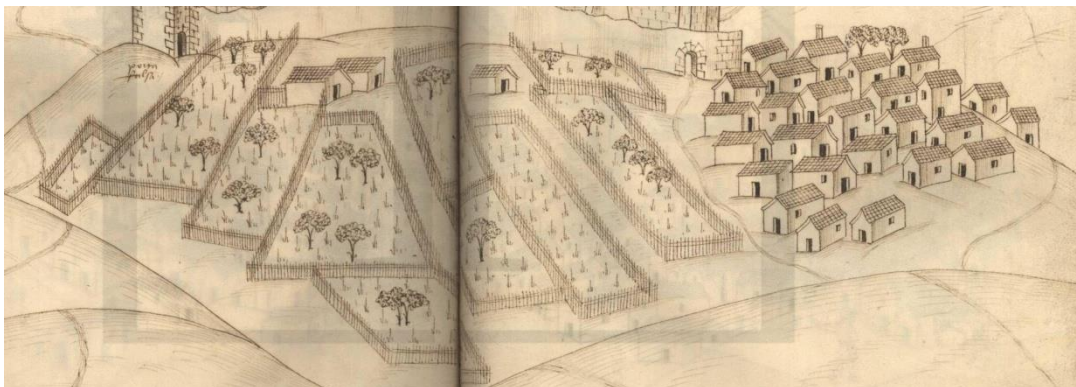
Idanha-a-Nova (fl.54/N): Detalhe da paisagem de Idanha-a-Nova. Casario extramuros de tipologia elementar (paralelepípedo) unicelular. Casas telhadas, com uma e duas águas. Fonte: *Livro das fortalezas*.

## Anexo 09

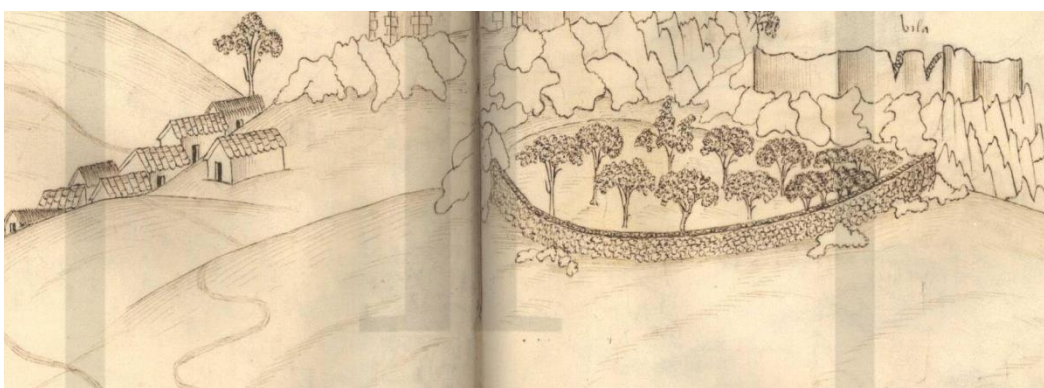


Freixo-de-Espada-a-Cinta (fl.77/S): Detalhe da paisagem de Freixo-de-Espada-a-Cinta. Três casas de duplo sobrado, junto a Igreja Matriz, extramuros. Fonte: *Livro das fortalezas*.

## Anexo 10

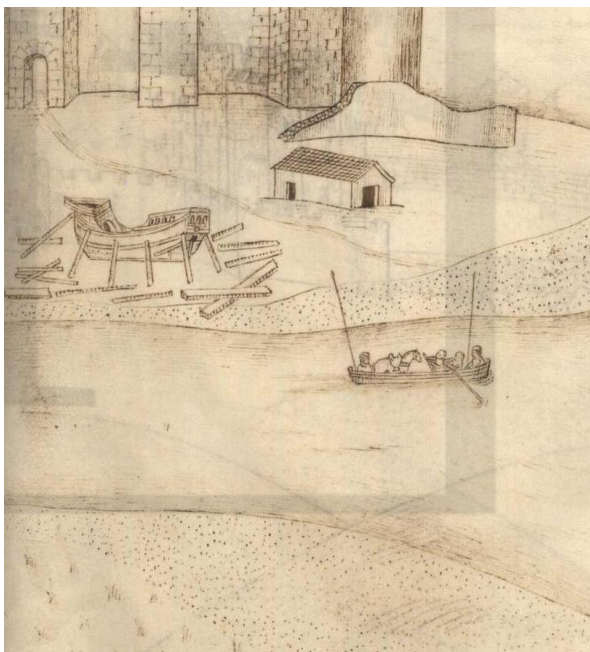


Freixo de Espada a Cinta (fl.78/N): Detalhe da paisagem de Freixo de Espada a Cinta. Áreas de Plantio, junto as casas da vila extramuros. Fonte: *Livro das fortalezas*.



Penas Roias (fl.82/N): Detalhe da paisagem de Penas Roias. Pomar cercado por muro de pedras.

## Anexo 11



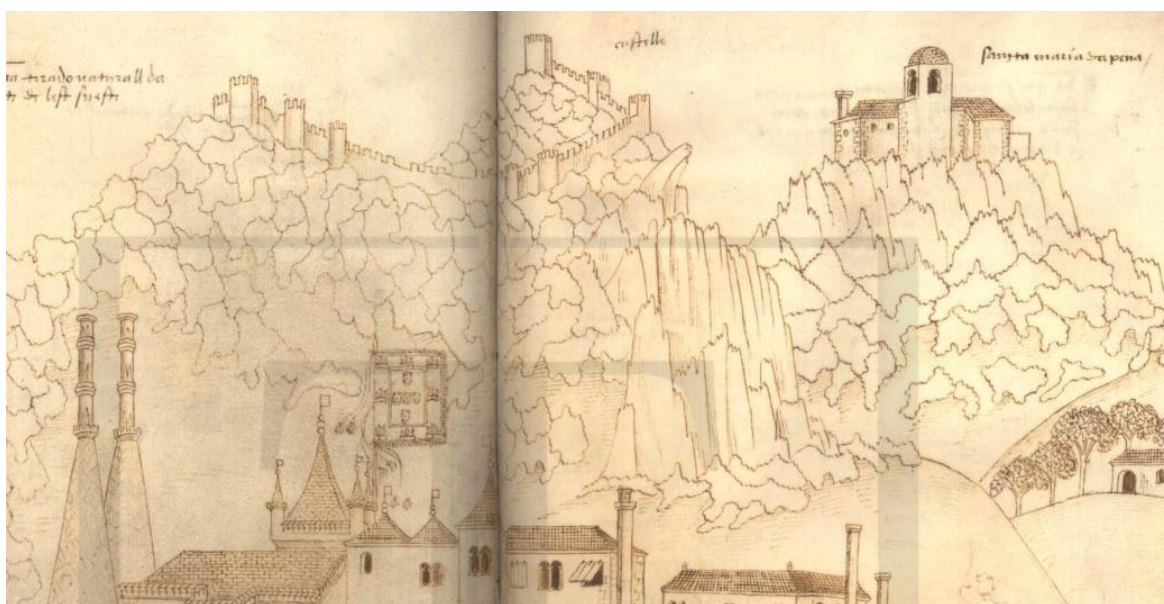
Caminha (fl. 115/E): Detalhe da paisagem de Caminha. Embarcação em construção em um estaleiro (nau). No rio, uma canoa passa em frente ao estaleiro com dois barqueiros remando e (possivelmente) Duarte, seu “Criado” e seu Cavalo.

## Anexo 12



Oliveira (fl.23/N): Detalhe da paisagem de Oliveira. O *debuxador* se registrou tirando a altura da torre de menagem, utilizando uma corda com um peso em sua ponta.

## Anexo 13

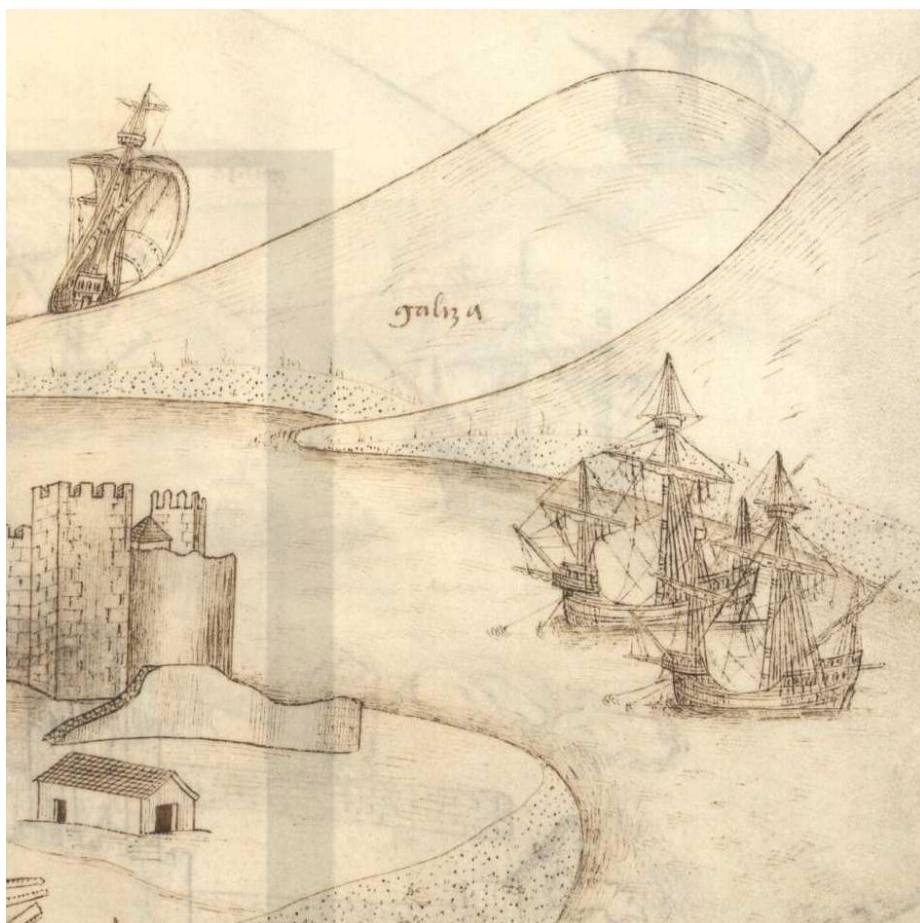


Sintra (fl.120/N): Detalhe da paisagem de Sintra. Ao fundo, Castelo dos Mouros e Convento de Nossa Senhora da Penha.

## Anexo 14



Valença do Minho (fl.111/N): Embarcações no rio Minho.



Caminha (fl. 115/E): Detalhe da paisagem de Caminha. Duas embarcações (naus) ancoradas no rio Minho.

#### Anexo 15



Melgaço (fl.105/E): Detalhe da paisagem de Melgaço. Duarte e seu “Criado” caminhando em direção a cidade. Nesta imagem observam-se todos os detalhes da montaria ajazada, bem como as vestimentas dos dois “personagens”.

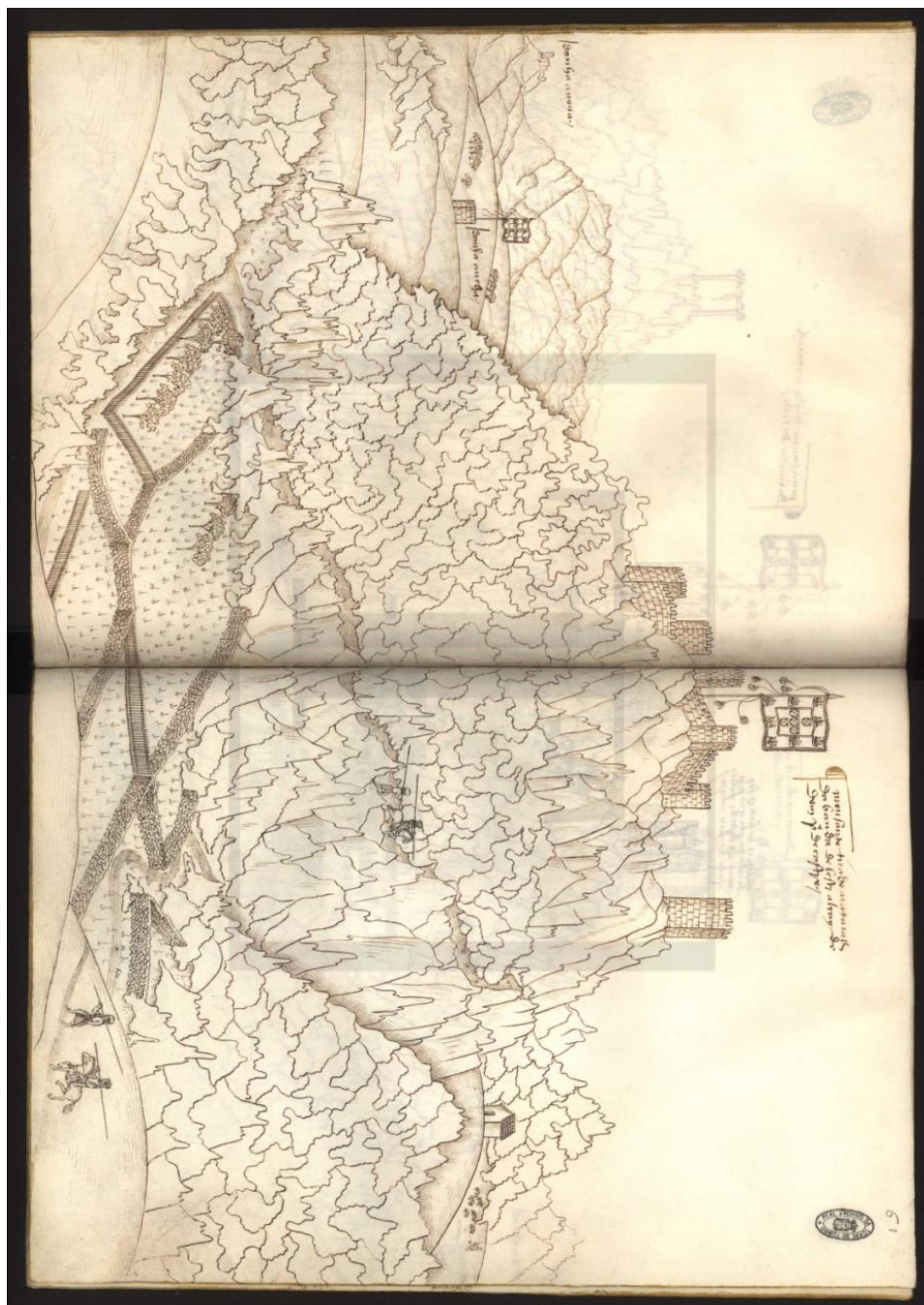
## Anexo 16



Nisa (fl.48/S): Detalhe da paisagem de Nisa. Duarte e seu “Criado” conversam em frente a fortificação.

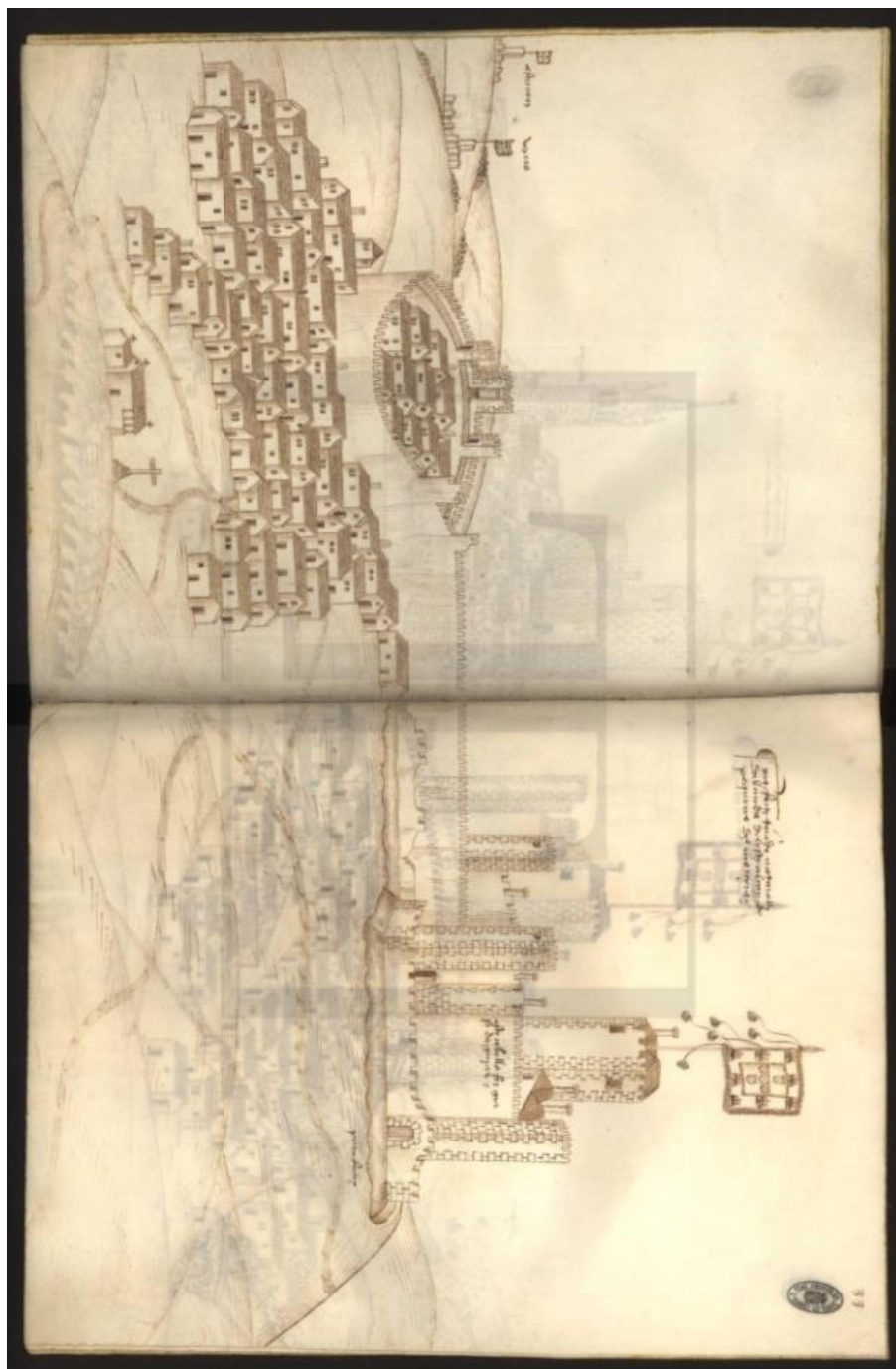


## Anexo 17



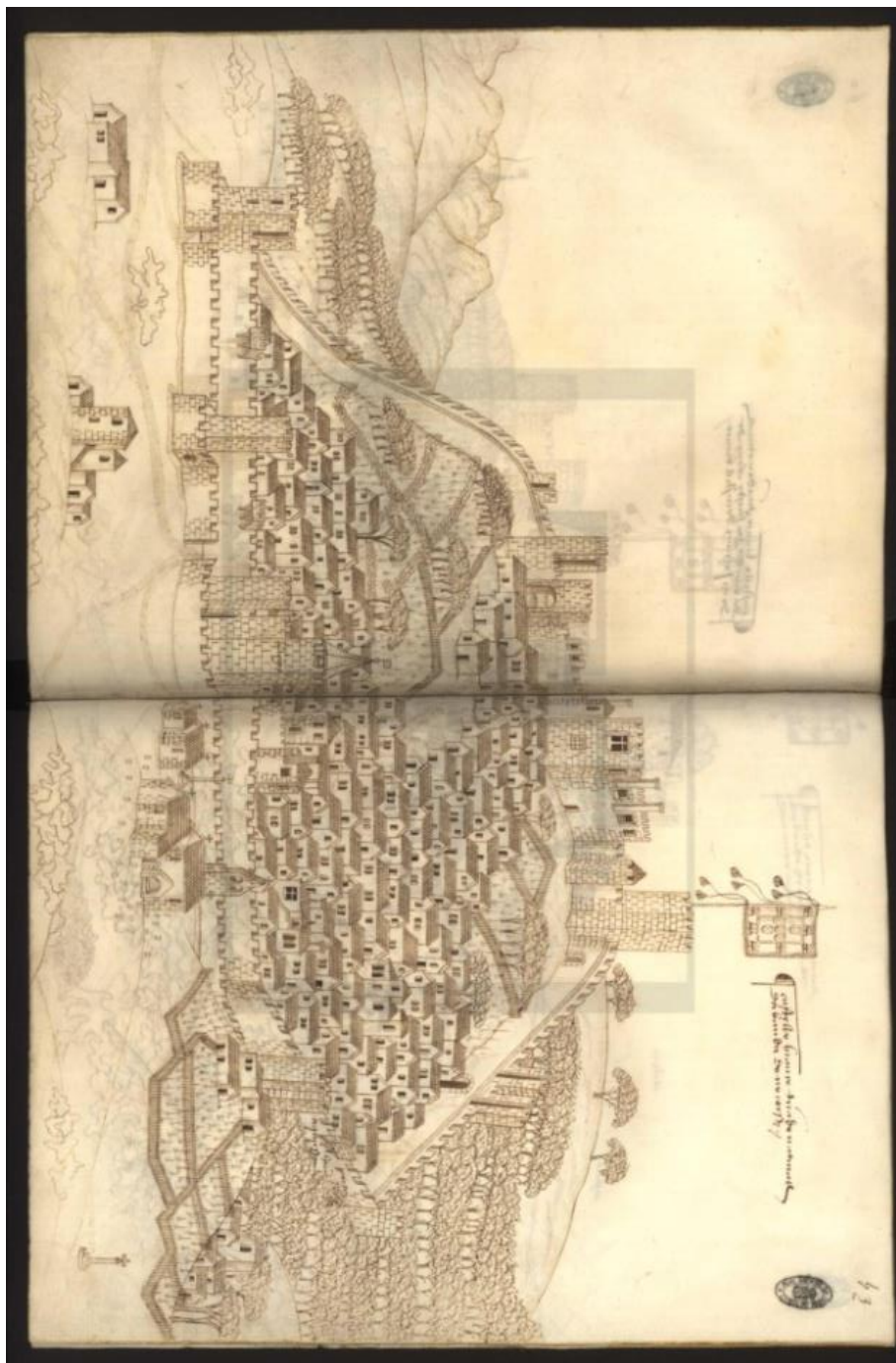
Monsanto (fl.61/E). Paisagem de Monsanto. Duarte de Armas e seu “Criado”, são representados nessa imagem em dois momentos. Em aproximação do penedo e no meio do caminho, subindo o penedo.

## Anexo 18



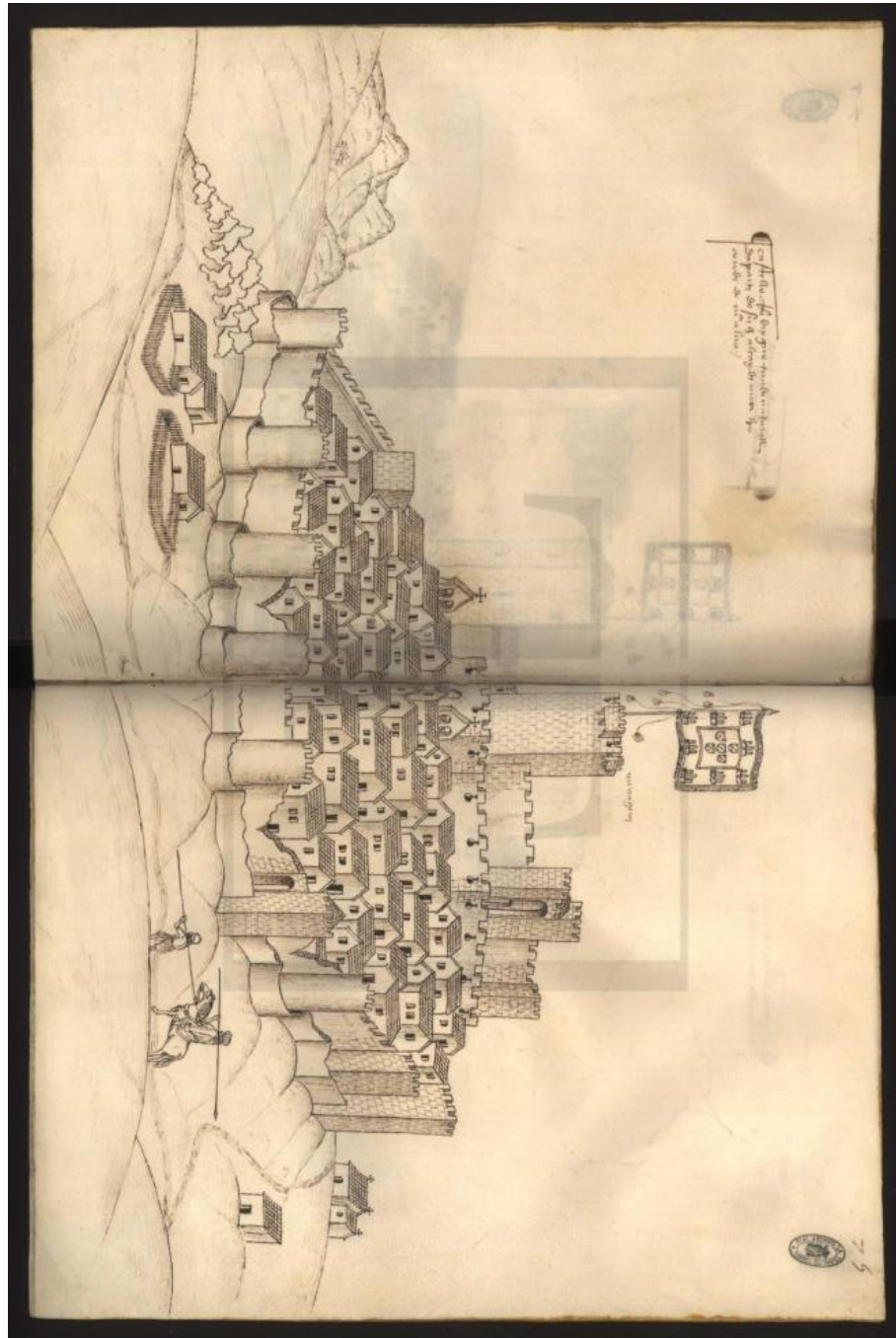
Monforte (fl.33/E). Fonte: *Livro das Fortalezas*.

## Anexo 18



Castelo Branco (fl.53/SE).

Anexo 18



Castelo Rodrigo (fl.75/S).

## Anexo 19

Transcrição da Tauoada das Fortalezas do Estremo de Purtugall e Castella.

Livro das Fortalezas, ff. 134-136.

Fl.134

Tauoada das fortalezas

Do estremo de purtugall e castella./

Primeyramente de crasto Marym a alcoutim sam seis legoas e entre h~ua Villa e outra se metem duas Ribeyras a h~ua se chama belyxary e a outra adoleyte por Respeyto de h~ua aldeea há nome adoleyte camjnhos a lugares fragosos e a lugares chãmos./

de alcoutim a mertolla sam seis legoas e antre hua Villa e a outra se metem duas Ribeyras a h~ua se chama vascãao e a outra Rio d oeyras e esta core pello pee de mertolla camjnhos mujto fragossos./

de mertolla a Serpa sam sete legoas e mete sse h~ua Ribeyra no meo que sse chama lymas camjnhos muj fragossos./

de Serpa a moura sam quatro legoas nom ha ay Ribeyras que de contar sejam camjnho boom e chãao./

de moura a noudell sam seis legoas e antre h~ua Villa e a outra se metem três Ribeyras a h~ua ha nome çafarinha e a outra murtigaam e a outra que core pollo pee da dicta vila de noudell que sse chama murtiga camjnho He boom e chãao de moura atee h~ua aldeea que sse chama cofara que saam três legoas e d i a noudall as outras três muj fragosas em grande estremo./

de noudall torney a sobredicta aldeea de çofara e de çofara./ a moura sam cynquo legoas. E antre h~ua Villa e a outra sse metem duas Ribeyras a h~ua sse chama ardila e a outra alcarache camjnho mujto fragoso e de grandes seras e mujto despoboado.

de Mouron a moncaraz ha h~ua legoa e no camjnho sse mete ho Rio odiana ho camjnho he boom saluo a decyda de mourom e a sobida de monçaraz./

de monçaraz a terena sam tres legoas a lugares camjnho chãao e a lugares fragosso nom tem Ribeyras.

de terena ao alandroall ha h~ua legoa He bom camjnho nom há ay Ribeyras./  
do alandroall a juramenha sam duas legoas nom tem Rybeyras camjnho aRazoado./

de juramenha a oliuença sam duas legoas e pollo pee da dicta vila de juramenha core ho Rio odiana ho camjnho He chãao e boom casse todo canpo./

de holiuença a eluas sam tres legoas e antre h~ua Villa e a outra core outra vez ho Rio odiana em ho quall Rio esta começada h~ua ponte que vindo acabada será muj fremosa os piores estam feytos camjnhos mujto maaos./

de eluas a campo mayor sam duas legoas e antre h~ua vila e a outra se mete a Ribeyra de caya e pasa sse por ponte camjnho a lugares boom e a lugares maaos./

de canpo mayor a ouguella ha h~ua legoa camjnho aRazoado nom tem Ribeyras./

de ougella aRonches sam tres legoas de boom camjnho nom tem Ribeyras./

de aRonches a momforte sam duas legoas e em sajndo de aRonches logo ao pee delle core hua Ribeira que sse chama de caya e pasas sse por ponte camjnho boom./

de momforte ao açumar há h~ua legoa nom a y Ribeyras he boom camjnho./

do açumar alpalnhãao sam sete legoas nom a y Rebeyras taes que sejam de falar camjnho boom a razoadamente./

d alpalhão a Castello de ujde sam duas legoas e antre h~ua vylla e a outra corem duas Ribeyras pequenas ho camjnho he muj fragosso./

de casello de vyde a njssa sam tres legoas nom há ay Rybeyras camjnho boom e chãao saluo a decyda de Castello de vyde./

de nijsa a monte aluãao sam duas legoas nom ha ay Ribeyreas ho camjnho boom e chãao saluo a decyda de Castello de vyde./

de nijsa a monte aluãao sam duas legoas nom ha ay Ribeyras ho camjnho he mujto fragosso./

de monte aluãao a Castello branco sam cynquo legoas e antre h~ua Villa e a outra pasa ho Rio Tejo e pasa se com bareca todas cynquo legoas sam de mujto mao camjnho./

Fl.135

de Castello branco a jdanha a noua sam cynquo legoas e antre vylla e Villa core huum Rio que se chama monsul ho camjnho he mujto fragosso e de mujto aruoredo./

de segura a saluatera ha h~ua legoa nom tem Ribeyras ho camjnho he bom e chãao./

de saluattera a pena garcya som quatro legoas nom ha ay Ribeyras ho camjnho he boom e chãao saluo de meã legoa antes de pena garcya./

de pena garcya a momsanto sam duas legoas de muj fragosso camjnho sem Ribeyras./

de momsanto a penamocoor sam tres legoas sem Ribeyras camjnho aRazoado./

de penamocoor ao sabugall sam quatro legoas e metem sse antre h~ua vila e a outra tres Ribeyrras a h~ua chamam monsul e a outra meymom e a outra cooa esta core per junto do sabugall e pasa sse por ponte camjnho muj fragosso./

do sabugall a vyllar mayor sam quatro legoas e antre Villa e Villa corem quatro Ribeyras a h~ua se chama amees e a outra palhaes e a outra alfayates a outra he pequena e nom lhe achey nome camjnho muj fragosso./

de vilar <mayor> a castello mendo sam duas legoas e antre Villa e Villa corem duas Ribeyras hua loguo pollo pee da dicta Villa e pasa sse por ponte e a outra se chama cooa ho camjnho he muj fragosso princypalmente a sobida de Castello mendo./

de castello mendo a castello boom ha h~ua legua a antre h~ua Villa e a outra core a Ribeyra de cooa ho camjnho he muj fragosso./

de castello boom almeyda sam duas legoas sem Ribeyras e de boom camjnho./

d almeyda a castello Rodrigo sam três legoas de boom camjnho saluo a sobida da villa sem Ribeyras./

fl.135vº.

de castello Rodrigo a frejxo d espada cynta sam seis legoas e antre villa e villa se metem duas Ribeyras a h~ua se chma a d agujar e pasa sse por ponte e a houtra he ho Rio doiro que sse pasa em barca ho camjnho todo he muj fragosso em grande estremo./

de freyxo d espada cinta ao mogadoyro sam cynquo legoas nom tem Rebeyra pera dizer ho camjnho he asas fragosso./

do mogadoyro a pena Royas ha h~ua legoa nom tem Ribeyras pera dizer e antes que cheguem a dicta vila de pena Royas esta santa maria do azinhosso egrega mujto boa toda de canto talhado ho camjnho aRazoado./

de pena Royas a Miranda do doiro sam seis legoas a y muytas Ribeyrinhas que nom tem nome saluo ao pee da dicta villa pasa h~ua Ribeyra que há nome ho fresno e pasa se por ponte moyem com elle [sic] mujtas azenhas e moinhos./ ho camjnho he boom./



de mjranda do doiro vinjmiosso [sic] sam quatro legoas de camjnho aRazoado e sem Ribeyras./

do vimjosso a outeyro sam duas legoas de boom camjnhos e sem sem Ribeyras. /

de outeyro a Bragança e sam tres legoas e no camjnho se metem tres Ribeyras a h~ua ha nome angulhas e a outra vall de prado e aoutra ho ssabor e passam sse por pontes camjnhos muj fragossos a lugares./

de Bragança a Vinhaes sam quatro legoas e metem sse no camjnho tres Ribeyras a h~ua ha nome Rio de trujitas e a outra baceyro e a outra tuella camjnhos fragossos./

de Vinhaes a momforte de Rio liure sam seis legoas e mete sse huum Rio no camjnho que se chama mente esta Ribeyra he mujto fragosa em cabo camjnho mujto fragosso a lugares./

de momforte de Rio Iire a chaues sam duas legoas h~ua legoa toda de camjnho fragosso e a outra de canpo chãao e mete sse per junto de chaues h~ua Ribeyra que se chama Tamaga e passa sse por ponte./

de chaves a montalegre sam cynquo legoas de muj fragosso camjnho nom tem Ribeyras de dizer./

de montalegre a portello há h~ua legoa booa de bom camjnho ate ho pe da dicta fortaleza de portello porque ho all he fragosso e mete sse h~ua Ribeyra que sse passa por ponte./

fl.136

de portello a piconha sam duas legoas de mujto maaao camjnho e pasam sse no camjnho alguas Ribeyras pequenas./

de piconha a crasto leboreyro sam cynquo legoas de serás e mujtas Ribeyras antre as quaes a mayor ha nome lima./

de crasto leboreiro a melgaço sam duas legoas muj fragosas todo de sera Ribeyras nemhuas./

de melgaço a moncão sam tres legoas de muj bom camjnho e muj aproueytado alguas Ribeyras pryncypallmente h~ua por onde parte ho termo de moncão e valladares que sse chama Rio de mouro e pasa se por ponte./

de mocão a lapella ha h~ua legoa de bom camjnho e bem aproueytado nom tem Ribeyras para dizer./

de alapella a Valença do mjnho h~ua legoa de bom camjnho e bem aproueytado alguas Ribeyras que nom vem a conto./

de Valença a villa noua de çerueyra sam duas legoas de bom camjnho e bem aproueytado nom a y Ribeyras./

de villa noua de cerueyra a camjnha sam quatro legoas de bom camjnho e bem aproueytado nom a y outra Ribeyra saluo huum esteyro que say do Rio mjnho e se mete por junto da dicta villa de camjnha./

deo gracias.//